

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL DOUTORADO**

THIAGO VIEIRA PIRES

**“INTERVENÇÃO MILITAR, JÁ!?”:
O lugar das memórias sociais da ditadura no processo de ascenso e consolidação
conservadora no Brasil (2010-2018)**

São Leopoldo

2020

THIAGO VIEIRA PIRES

“INTERVENÇÃO MILITAR, JÁ!?”:

O lugar das memórias sociais da ditadura no processo de ascenso e consolidação conservadora no Brasil (2010-2018)

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Solon Eduardo Annes Viola

São Leopoldo

2020

P667i Pires, Thiago Vieira.
“Intervenção militar, já!?” : o lugar das memórias sociais da ditadura no processo de ascenso e consolidação conservadora no Brasil (2010-2018) / Thiago Vieira Pires. – 2020.
265 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2020.

“Orientador: Prof. Dr. Solon Eduardo Amnes Viola.”

1. Memórias. 2. Ditadura. 3. Ascenso conservador.
4. Intervenção militar. 5. Democracia. I. Título.

CDU 321.64(81)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

THIAGO VIEIRA PIRES

“INTERVENÇÃO MILITAR, JÁ!?”:

O lugar das memórias sociais da ditadura no processo de ascenso e consolidação conservadora no Brasil (2010-2018)

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Aprovado em 25 de junho de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Solon Eduardo Annes Viola [Orientador] – Unisinos

Prof. Dr. José Rogério Lopes – Unisinos

Prof. Dr. Bruno Lima Rocha Beaklini – Unisinos

Prof. Dr. Paulo Peixoto de Albuquerque – UFRGS

Prof^ª. Dr^ª. Maria de Nazaré Tavares Zenaide – UFPB

AGRADECIMENTOS À CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

À todas e todos que dedicam suas vidas para a luta
incansável em prol de dias melhores para toda humanidade!

AGRADECIMENTOS

Um trabalho acadêmico é resultado de muitas interações, trocas, experiências e aprendizados de diferentes tipos e intensidades. É, em síntese, uma obra que só é possível pela sua dimensão coletiva e colaborativa, mesmo que seja assinada apenas por uma pessoa considerada “o autor”. Por ser resultado de um percurso coletivo e colaborativo, o seu fundamento inicial é a dádiva da gratidão para com as pessoas que contribuíram de alguma forma para que fosse possível chegar aqui e elaborar essas linhas. Agradecer é reconhecer o papel determinante que outras pessoas tiveram para os eventuais méritos que um trabalho possa ter, sem retirar nenhuma responsabilidade pelos possíveis/prováveis equívocos cometidos pelo autor.

Nesse sentido, agradeço imensamente ao meu orientador, Solon Eduardo Annes Viola, por todo apoio, incentivo, paciência e inenarráveis, incontáveis e imensuráveis aportes em âmbito acadêmico e pessoal. Sem nenhuma dúvida e longe de qualquer exagero retórico ou sofista, sem o apoio e a solidariedade do Professor Solon não seria possível estar elaborando essas linhas de agradecimento no âmbito de uma Tese de Doutorado. O Professor Solon detém uma preciosa capacidade de solidariedade e empatia para com as pessoas a sua volta. Durante mais de uma década de convivências, partilhas e trabalhos conjuntos tive o privilégio de presenciar e apreender os seus ensinamentos, que transcendem em muito a academia, o fazer acadêmico e a docência. A sensibilidade e a forma genuína com que mantém e instiga as relações pessoais e profissionais são raras, especialmente no ambiente competitivo e produtivista que tomou conta das Universidades. A sua prática cotidiana é coerente com as noções mais profundas da pedagogia da autonomia, da esperança, da indignação, da solidariedade, da libertação... e marcam fundo todas e todos que tiveram o prazer e a honra de trabalhar e aprender com ele. Faltaria espaço para elaborar a altura toda importância e todas as experiências, aprendizados e trocas que a convivência com o Professor Solon propiciam e, em particular, me propiciaram. Enalteço e agradeço muito pelas diversas orientações, inclusive em finais de semana e horários não convencionais, que demonstram muito mais do que profissionalismo, mas cuidado, preocupação, afeto e confiança. Agradeço pelas fundamentais e sempre honestas considerações feitas durante a elaboração do trabalho, sem as quais, com certeza, este não seria o que é. Assumo – por óbvio – todos os eventuais equívocos, limitações ou inconsistências que esta tese apresente. Agradeço imensamente pelos inúmeros aprendizados que estão para além da “profissão” e do “ofício” de Cientista Social, questões que dizem respeito à dimensão humana que fica acima de qualquer limite

institucional/burocrático. E para além do agradecimento, reafirmo o compromisso de seguir adiante na defesa e promoção desses ideais humanitários, mantendo vivo e compartilhando com outras pessoas todos esses aprendizados e, especialmente, a defesa irrestrita e incondicional dos Direitos Humanos.

Agradeço de todo coração aos meus pais, Cilon Tiago e Maria de Fátima, por todo amor, dedicação, compreensão, cuidado e apoio incondicionais durante toda a vida. Por acreditarem, apoiarem e compartilharem dos meus sonhos, utopias e loucuras. Por me propiciarem viver e crescer estruturado por valores solidários, de compaixão e empatia para com a humanidade da qual formo parte. Pelas importantes lições de ternura e compromisso com o próximo. À minha irmã, Thaís, pelas lições de força, coragem e superação. Por ter me ajudado a lembrar da importância de ter fé e de acreditar, sempre. Por ter me dado a felicidade e a alegria de seguir vivendo ao seu lado.

Agradeço à Cíntia, companheira no sentido absoluto da palavra, por todo amor, carinho, alento, cuidado, paciência e apoio em todos os momentos. E dessa relação de amor e companheirismo hoje é possível agradecer ao Gael, meu filho querido, companheiro de todas as horas, que veio para encher a nossa existência de sentido e plenitude. Agradeço Cíntia e Gael, por terem me dado a honra de somar nossas vidas, construir sonhos e utopias. Por terem feito desse caminho um caminho que não se anda só.

Agradeço aos que mesmo longe estão sempre perto e contribuíram, direta ou indiretamente, para que eu tenha me tornado o que sou: Diego Salvi, Fabiano Flores, Marcelo Valadas. Aos tios e tias Glê, Arcedino, Lúcia e Vito “Casudo”.

Agradeço a companheirada da Federação Anarquista Gaúcha e da Resistência Popular por todas as experiências e aprendizados que vivemos e construímos juntos, ombro a ombro, na luta cotidiana pelo Socialismo e pela Liberdade. Agradeço pelo apoio e compreensão nos momentos em que estive (estou) ausente das peleias e deixo um “salve” para todas e todos que “carregam um mundo novo em seus corações” e que seguem fazendo luta desde baixo e por esquerda.

Agradeço aos colegas dessa etapa do doutorado, em especial, Ana Paula Krumel, Adimilson Renato da Silva, Fátima Sabrina da Rosa, José Silon Ferreira, Aline Araújo, Damaris Bertuzzi e Gustavo “Comanchi” Oliveira.

Agradeço aos professores, professoras, funcionários e funcionárias do PPG em Ciências Sociais, em especial para Maristela Simon, que é uma pessoa que não mede esforços para ajudar. Aprendi muito com a sua forma de agir, sempre profissional, mas sem perder a

ternura e a capacidade de empatia, exercendo suas funções profissionais com carinho e simpatia.

Um agradecimento especial aos Professores Bruno Lima Rocha, José Rogério Lopes e Paulo Peixoto de Albuquerque, e a Professora Maria de Nazaré Zenaide, por terem aceitado contribuir com a arguição desse trabalho. Suas contribuições foram fundamentais para qualificar o texto final dessa Tese.

Por fim – e não menos importante – agradeço à CAPES pela concessão da bolsa que financiou os meus estudos e possibilitou a realização deste trabalho.

“Se você vier me perguntar por onde andei
No tempo em que você sonhava
De olhos abertos, lhe direi
Amigo, eu me desesperava

Sei que assim falando pensas
Que esse desespero é moda em 76
Mas ando mesmo descontente
Desesperadamente, eu grito em português
Mas ando mesmo descontente
Desesperadamente, eu grito em português

Tenho vinte e cinco anos
De sonho e de sangue
E de América do Sul
Por força deste destino
Um tango argentino
Me vai bem melhor que um blues

Sei que assim falando pensas
Que esse desespero é moda em 76
E eu quero é que esse canto torto
Feito faca, corte a carne de vocês
E eu quero é que esse canto torto
Feito faca, corte a carne de vocês.”

Belchior, *A palo seco*

RESUMO

Esta tese se dedica a analisar os efeitos políticos de memórias, autoritarismos e resistências no momento presente em que História e Memória estão em disputa e se chocam em batalhas (de sentido e legitimidade), produzindo tentativas de revisionismo, reescrita e ressignificação do passado recente brasileiro. Dedicase a analisar essas disputas, mas também os excessos, apagamentos, silenciamentos, resgates e potencialidades das memórias sociais e coletivas decorrentes do período ditatorial (1964-1985) e suas (possíveis) implicações para o estabelecimento de um cenário de ascenso (2015-2016) e consolidação (2017-2018) conservadora no Brasil. Partindo de alguns elementos constitutivos da formação social brasileira, destacando o histórico de pactos e acordos que mantém os privilégios das elites nacionais em diferentes épocas através da manipulação de histórias e memórias, analisa os efeitos do período autoritário sobre o processo de “abertura e transição democrática”. A partir da Constituição Federal de 1988 e das lentas e parciais medidas assumidas pelo Estado brasileiro em relação à Justiça de Transição, desenvolve três vetores principais que orbitam o objeto da pesquisa – Comissão Nacional da Verdade (CNV), manifestações de 2013 e manifestações de 2015 e 2016. A partir desses três vetores estabelece as condições para analisar e compreender as relações entre os legados e heranças autoritárias da ditadura civil-militar para o estabelecimento do atual projeto autoritário-conservador que passou a incluir, concretamente, o fator militar(ista) e outros contornos autoritários e fascistizantes nos desdobramentos da conjuntura política nacional. Essas questões convergem para a hipótese central da investigação que diz respeito ao potencial das memórias sociais para o enfrentamento (ou aceitação) da barbárie e dos retrocessos autoritários que conformam o instável e incerto cenário político brasileiro.

Palavras-chave: Memórias. Ditadura. Ascenso Conservador. Intervenção Militar. Democracia.

ABSTRACT

This thesis is dedicated to analyzing the political effects of memories, authoritarianisms and resistance in the present moment when History and Memory are in dispute and clash in battle (of meaning and legitimacy), producing attempts at revisionism, rewriting and reframing the recent Brazilian past. It is dedicated to analyzing these disputes, but also the excesses, erasures, silences, rescues and potentialities of the social and collective memories resulting from the dictatorial period (1964-1985) and their (possible) implications for the establishment of a conservative rising scenario (2015 -2016) and consolidation (2017-2018) in Brazil. Starting from some constitutive elements of the Brazilian social formation, highlighting the history of pacts and agreements that maintain the privileges of national elites at different times through the manipulation of stories and memories, analyzes the effects of the authoritarian period in the process of “democratic opening and transition”. From the Federal Constitution of 1988 and the slow and partial measures taken by the Brazilian State in relation to Transitional Justice, it develops three main vectors that orbit the object of research - the National Truth Commission (CNV), the 2013 manifestations and the 2015 and 2016 manifestations. These three vectors establish the conditions to analyze and understand the relationship between the authoritarian legacies and inheritances of the civil-military dictatorship for the establishment of the current authoritarian-conservative project that started to concretely include the militaristic factor and other authoritarian and fascist contours in the unfolding of the national political situation. These questions converge to the central hypothesis of the investigation that concerns the potential of social memories to face (or accept) barbarism and authoritarian setbacks that shape the unstable and uncertain Brazilian political scenario.

Key-words: Memories. Dictatorship. Conservative ascension. Military intervention. Democracy.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – “Capa da Revista Época” – Edição 639, publicada em 16 de agosto de 2010.....	73
Imagem 2 – “Ocupação do Complexo do Alemão” – Rio de Janeiro – RJ, 28 de novembro 2010	74
Imagem 3 – “Tanques militares chegam ao Rio de Janeiro” – Rio de Janeiro – RJ, 01 de abril de 1964	75
Imagem 4 – “Manifestação ‘Fora Dilma’ pedindo ‘Intervenção Militar Já!’” – Belo Horizonte – MG, 15 de março de 2015	80
Imagem 5 – “Não é só por 20 centavos, é pela desmilitarização das polícias, pelo fim da violência policial!” – São Paulo – SP, 24 de junho de 2013	81
Imagem 6 – “Parabéns militares” – Brasília – DF, 01 de abril de 2014.....	85
Imagem 7 – “Cadê o Amarildo?” – São Paulo – SP, 02 de agosto de 2013.....	87
Imagem 8 – “Recua, polícia, recua, é o Poder Popular que está na rua” – Porto Alegre – RS, 20 de junho de 2013	92
Imagem 9 – “RBS... Ontem cúmplice da ditadura, hoje parceira da máfia do transporte” – Porto Alegre – RS, 05 de abril de 2013	96
Imagem 10 – “O povo está de pé contra a máfia do transporte” – Porto Alegre – RS, 13 de junho de 2013	98
Imagem 11 – “Assembléia na Ocupação da Câmara de Vereadores”, Porto Alegre – RS, 10 de julho de 2013	102
Imagem 12 – “Primeiro Ato do Bloco de Lutas pelo Transporte Público” – Porto Alegre – RS, 21 de janeiro de 2013.....	103
Imagem 13 – “Foda-se a Copa. 3,05 é o lucro do patrão. # Revide” – Porto Alegre – RS, 13 de junho de 2013	106
Imagem 14 – “Protesto no Rio de Janeiro tem cenas de depredação e vandalismo” – Rio de Janeiro – RJ, 18 de junho de 2013.....	108
Imagem 15 – “Dilma Coração Valente” – Imagem de campanha, 2014.....	111
Imagem 16 – “Lula e Dilma, Mais Mudança, Mais Futuro” – Imagem de campanha, 2014.	111
Imagem 17 – “Eles sabiam de tudo” – Capa da Revista Veja, edição 2397 – 29 de outubro de 2014	112
Imagem 18– “Manifestação contra a reeleição de Dilma Rousseff” – Avenida Paulista, São Paulo – SP, 25 outubro de 2014	114

Imagem 19 – “Contra a corrupção do PT” – Manifestação na Avenida Paulista, São Paulo – SP, 06 de dezembro de 2014	118
Imagem 20 – “Primeira manifestação pelo impeachment de Dilma Rousseff – Avenida Paulista, São Paulo – SP, 15 de março de 2015	120
Imagem 21 – “Carlos Alberto Augusto, vulgo ‘carteira preta’, ex-agente do DOPS integrante do bloco que pedia ‘intervenção militar’ dentro da manifestação pelo impeachment de Dilma Rousseff – Avenida Paulista, São Paulo – SP, 15 de março de 2015.....	122
Imagem 22 – “Manifestação pelo impeachment de Dilma Rousseff – Avenida Boa Viagem, Recife – PE, 15 de março de 2015.....	123
Imagem 23 – “Protesto contra Dilma Rousseff – Orla de Copacabana, zona sul do Rio de Janeiro – RJ, 15 de abril de 2015.....	125
Imagem 24 - “Cerca de cem mil pessoas participaram da Marcha da Família com Deus pela Liberdade nas ruas do centro do Rio” – Rio de Janeiro – RJ, 1964.....	128

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Representação do Eixo gravitacional	25
Quadro 2 – Representação dos vetores de análise	26
Quadro 3 – Motivos de voto no <i>#impeachmentDay</i>	129
Quadro 4 – Efetivo anual das Forças Armadas 2013	131

LISTA DE SIGLAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
AC	Análise de Conteúdo
AP	Ação Popular
ADESG	Associação dos Diplomados da ESG
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AIE	Aparelhos Ideológicos do Estado
ANCOP	Articulação Nacional da Copa
ARE	Aparelhos Repressivos de Estado
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CEMDP	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
CGI	Comissão Geral de Investigações
CIA	Central de Inteligência Americana
CIDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
CIE	Centro de Informações do Exército
CNV	Comissão nacional da Verdade
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
COMAB	Confederação Maçônica do Brasil
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CSN	Conselho de Segurança Nacional
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Democratas
DOI	Destacamento de Operação Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EC	Emenda Constitucional
EPL	Estudantes pela Liberdade
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América

FEBEM	Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor
FFAA	Forças Armadas
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FSM	Fórum Social Mundial
FTI	Força Tarefa de Inteligência
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
GSJ	Gabinete de Segurança Institucional
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico do Brasil
IHS	Institute of Human Studies
IHU	Instituto Humanitas Unisinos
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IRS	Receita Federal Americana
MBL	Movimento Brasil Livre
MPL	Movimento Passe Livre
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN	Operação Bandeirantes
ONP	Objetivos Nacionais Permanentes
Op GLO	Operações de Garantia da Lei e da Ordem
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PFL	Partido da Frente Liberal
PIN	Plano de Inteligência Nacional
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNDH – 3	Programa Nacional de Direitos Humanos 3
PP	Partido Progressista

PROSUP	Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares
ProUni	Programa Universidade para Todos
PRR	Partido Republicano Rio-Grandense
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
EDH	Secretaria Especial dos Direitos Humanos
SFL	Students for Liberty
SISBIN	Sistema Brasileiro de Inteligência
SNI	Serviço Nacional de Informações
STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNIBIC	Bolsa de Iniciação Científica Unisinos
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Do objeto e do problema	23
1.2 Da metodologia	27
1.3 Da estrutura	30
2 FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: UMA CULTURA POLÍTICA DE TENDÊNCIA CONSERVADORA E AUTORITÁRIA?	34
2.1 Invasão e colonização	34
2.2 Pactos independentistas e Império	38
2.3 Fator militar, República e golpes	48
2.4 As disputas, a Memória e a História	56
3 TRANSIÇÃO <i>LENTA, GRADUAL E SEGURA</i>: COMO MUDAR O SISTEMA POLÍTICO SEM ALTERAR PRIVILÉGIOS	64
3.1 Avanços <i>lentos, graduais e restritos</i>	67
3.2 Dos “pactos” às “disputas e batalhas”	72
3.3 Pensando a Memória enquanto chave teórico-conceitual.....	83
4 QUANDO PACTOS, CONSENSOS E RECONCILIAÇÕES SÃO ROMPIDOS: OU O TESTE DEMOCRÁTICO EM QUE O PAÍS FOI REPROVADO. AS MANIFESTAÇÕES DE 2013, 2015 E 2016	91
4.1 2013 e as batalhas de sentido, memória e história	96
4.2 Das potencialidades e dos retrocessos	105
4.3 2013-2016: “Do caos a lama”	118
5 REAÇÃO CONSERVADORA E GOLPES DE ESTADO COMO GOLPES DE CLASSE – OU COMO AS ELITES MANTÊM PRIVILÉGIOS ADIANDO A DEMOCRACIA E SUFOCANDO DIREITOS HUMANOS: “INTERVENÇÃO MILITAR, JÁ”!?	127
5.1 O fator militar	129
5.2 A profissionalização às avessas.....	133
5.3 As aproximações sucessivas	135
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS	145
APÊNDICE A - BASE DE DADOS EMPÍRICOS	168

1 INTRODUÇÃO

*“Não me peça que eu lhe faça uma canção como se deve
Correta, branca, suave, muito limpa, muito leve
Sons, palavras, são navalhas
E eu não posso cantar como convém
Sem querer ferir ninguém”*
(BELCHIOR, 1976, *Apenas um rapaz Latino Americano*)

Este trabalho fala sobre os efeitos políticos de memórias, autoritarismos e resistências no momento presente em que História e Memória estão em disputa e se chocam em batalhas (de sentido e legitimidade), produzindo tentativas de revisionismo, reescrita e ressignificação do passado recente brasileiro. Dedicar-se a analisar essas disputas, mas também os excessos, apagamentos, silenciamentos, resgates e potencialidades das memórias sociais e coletivas decorrentes do período ditatorial (1964-1985) e suas (possíveis) implicações para o estabelecimento de um cenário de ascenso (2015-2016) e consolidação (2017-2018) conservador no Brasil. Cenário que tem como núcleo fundamental (existencial) o aspecto militar(ista). Por assumir este objeto de estudo dentro de uma conjuntura permeada por autoritarismos e intolerâncias de coloração fascista, que colocam em questionamento a Democracia e os Direitos Humanos em seus fundamentos mais basilares, tendo influência direta nos desdobramentos políticos, econômicos e sociais, este trabalho não poderia se desenvolver senão por meio de um “artesanato intelectual” que lhe garanta uma justa trama de amarração que possibilite unir os diversos “fios” (em disputa) por meio de diferentes “nós” (de significado).

Essa tese é parte de um projeto formativo e de um percurso acadêmico que foi concebido na Graduação (2008-2013), começou a ser gestado de forma mais consistente (e consciente) na Iniciação Científica (2010-2013), ganha corpo e aprofundamento durante o Mestrado (2013-2015) e passa a se desenvolver de maneira plena no Doutorado (2016-2020). Este percurso foi marcado por desafios, esforços e apostas – sempre arriscadas para quem, com orgulho, vem “de baixo” e, por isso, possui estreita margem de manobra e exígua possibilidade de erro. Um processo que possui como marcas congênitas a teimosia e a desobediência – característica daqueles que não se resignam ao que é pré-determinado pelo *status quo* capitalista; bem como a coragem e a determinação necessárias para enfrentar as tentativas de opressão e desqualificação comuns para aqueles que ousam desafiar o “saber-poder” e o “seu lugar” no mundo.

É por teimosia, desobediência, coragem e determinação que essas linhas foram tecidas e traçadas, com bases assentadas em profundo sentimento de solidariedade e compromisso de classe com os e as pobres que conformam o Povo brasileiro e que ainda não conseguiram superar as inumeráveis barreiras e as incontáveis violações de direitos que os distanciam da educação e, especificamente, das Universidades (onde o povo pobre e – principalmente – preto adentra normalmente como serviçal). Essa responsabilidade social e política com o Povo brasileiro é um princípio irrevogável e uma premissa básica para quem busca, parafraseando Florestan Fernandes¹, se identificar com o destino do povo (do qual somos parte) e, com ele, travar a mesma luta, jamais estando aliado aos que o exploram.

Sobretudo a partir das articulações golpistas² dos anos de 2015 e 2016 – envolvendo setores do parlamento, do judiciário, da mídia de massas, das elites econômico-empresariais e de parte da população – que levaram ao afastamento e posterior cassação de mandato – via processo de *impeachment* – da ex-presidenta Dilma Rousseff foi se conformando uma conjuntura de ascenso conservador que veio a se consolidar na eleição presidencial de 2018. Essa conjuntura que conformou um contexto de incertezas e históricos retrocessos para o Povo brasileiro torna fundamental assumir, sem melindres, um lugar na luta de classes, o que não significa, em absoluto, comprometer o rigor científico, teórico e metodológico. É justamente por prezar pelo rigor e transparência que se faz fundamental utilizar algumas linhas para contextualizar este projeto e seu autor em um lugar social, político e discursivo.

As experiências teóricas e empíricas acumuladas no percurso acadêmico tiveram início no ano de 2008. As inquietações e revoltas – inerentes às condições de trabalho (insalubre e mal remunerado) em uma oficina mecânica, somado a atuação voluntária em trabalhos sociais junto a associações e organizações comunitárias – nos levaram a buscar pelo curso de Licenciatura em Ciências Sociais como projeto profissional e de vida. Motivados pelas dúvidas de quem desconhece e pelas ânsias (e necessidades) de quem quer (e precisa)

¹ A frase original atribuída à Florestan Fernandes é: “Ou os estudantes se identificam com o destino do seu povo, com ele sofrendo a mesma luta, ou se dissociam do seu povo, e nesse caso, serão aliados daqueles que exploram o povo”. Não encontramos a obra ou documento de origem dessa frase para realizar a referência completa.

² Em nível introdutório, fundamentamos parte de nossa reflexão e afirmação da categoria “golpe” para os eventos de 2016 nas contribuições do Professor e ex-Conselheiro da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, José Carlos Moreira da Silva Filho (2018), onde o autor afirma que: “[...] é possível identificar a ocorrência de um golpe de Estado quando ocorre a mudança do governo a partir de uma violação das regras constitucionais, sendo também importante a participação de grupos políticos poderosos na sua realização, e ainda que não ocorra a participação dos militares. Também é possível delimitar o caráter de golpe [...] [através de] medidas de exceção, isto é, medidas autoritárias, apoiadas no decisionismo, sem amparo legal ou constitucional. Tais medidas de exceção podem promover a retirada dos governantes eleitos e deflagrar mudanças bruscas de orientação política no governo, sem que para isso seja necessária a instauração de um Estado de exceção declarado e sem que se rompa ostensivamente com os mecanismos de democracia formal, contrariamente ao que ocorreu nas ditaduras civis-militares de segurança nacional.” (SILVA FILHO, 2018, p. 1298).

saber, acessamos – com o perdão da redundância – o universo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS. Naquele momento um desconforto semelhante ao anunciado acima aguçava o desejo de contribuir – mesmo que ainda desprovidos de embasamento “teórico-científico” – com o enfrentamento às injustiças e às desigualdades que percebíamos na sociedade e, principalmente, na realidade particular que nos tocava viver “empiricamente”. De forma um tanto sensível e ingênua buscávamos ser “a mudança que se deseja ver no mundo”.³

Pela incapacidade de lidar com as contradições que a teoria impôs à realidade e de silenciar perante as opressões, o desemprego no ano de 2010 foi o evento que possibilitou dar início a uma nova etapa na vida acadêmica. Através de uma Bolsa de Iniciação Científica concedida pela Unisinos (UNIBIC) foi possível realizar um triplo movimento: continuar os estudos no curso de Graduação; iniciar a experiência de pesquisa na Iniciação Científica; e aprofundar os vínculos de atuação junto a movimentos sociais e organizações comunitárias. A atuação enquanto bolsista de iniciação científica nos colocou em contato com a Linha 2 do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos – “Atores Sociais, Políticas Públicas e Cidadania” –, onde fomos acolhidos e orientados desde então pelo Professor Solon Eduardo Annes Viola – com quem estabelecemos uma sólida relação de trabalho e amizade, pautada pela solidariedade, cumplicidade e companheirismo.

As atividades da pesquisa nos inseriram no campo dos Direitos Humanos, inicialmente tendo como foco (ou recorte) a “Educação em e para os Direitos Humanos”. Essa abordagem possibilitou a aproximação e o progressivo aprofundamento da temática relativa à ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) e seus desdobramentos históricos, sociais e políticos. Entre os anos de 2010 e 2013 tivemos a oportunidade de participar de diferentes atividades de pesquisa e Eventos acadêmicos relacionados ao campo dos Direitos Humanos, bem como, produzir – conjuntamente com o Professor Solon Viola – uma série de textos, artigos científicos, capítulos de livros e entrevistas.⁴ Tal produção sistematizava resultados de pesquisa e buscava aportar contribuições para o campo dos Direitos Humanos, em especial, para a temática relativa à ditadura civil-militar simbolizada pela tríade “Memória, Verdade e Justiça”.

A incorporação nesta linha de investigação, que assume o debate dos Direitos Humanos no Brasil como decorrência da ditadura civil-militar, motivou em nossos esforços

³ Paráfrase de pensamento atribuído a Mahatma Gandhi.

⁴ Em relação de convergência com o tema dessa tese e em nível de exemplo: VIOLA; PIRES, 2012; VIOLA; PIRES, 2013; VIOLA; PIRES, 2014; VIOLA; PIRES, 2016; VIOLA; PIRES, 2018.

de pesquisa uma perspectiva transdisciplinar⁵, agregando ao horizonte das Ciências Sociais contribuições advindas de outras áreas do saber que também se dedicam aos estudos relativos à “Memória, Verdade e Justiça”. Nesse sentido, o primeiro resultado de maior vulto se deu no ano de 2013, no âmbito do Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. No referido trabalho nos dedicamos ao exercício de aproximar os acúmulos de pesquisa decorrentes da iniciação científica à temática da ditadura civil-militar a partir de um estudo de caso com militares que atuaram durante o período ditatorial brasileiro.

Sob o título, “Ditadura militar brasileira e produção ideológica: Um estudo de caso com militares que atuaram no período ditatorial” (PIRES, 2013), a monografia buscou compreender – através da análise do conteúdo presente na narrativa e nos discursos de alguns ex-militares – aspectos da produção ideológica que embasa e fundamenta posturas autoritárias e negadoras de Direitos Humanos, especialmente no que se refere à interpretação das violações ocorridas durante a vigência do ciclo ditatorial. Dentre diversas conclusões que essa pesquisa nos possibilitou, uma em especial se mantém e fundamenta as bases da presente pesquisa: as “disputas de memória”.⁶

Com a continuidade e aprofundamento dos estudos e das pesquisas, percebemos que essas “disputas de memória” não eram exclusividade da experiência brasileira e, tampouco, se restringiam a “disputas de versão” entre algozes e vítimas, ou entre “militares” e “militantes”. Em verdade, essas “disputas” apontavam para algo além, indicavam uma evidente “batalha de memórias” (REIS, 2004; BAUER, 2012; MONTAÑO e CRENZEL, 2015). “Batalhas”, pois esse conceito envolve diferentes tensionamentos sociais, em distintos momentos conjunturais, que se relacionam de maneira mais ou menos direta com os períodos de transição democrática – vivenciados em diferentes países que passaram por períodos de exceção – e suas

⁵ A temática de estudo e pesquisa que envolve a ditadura civil-militar e, por consequência direta, a tríade “Memória, Verdade e Justiça”, tem como característica a transdisciplinaridade entre diferentes campos do saber, especialmente aqueles ligados às Ciências Humanas, Sociais e Jurídicas. No âmbito desse projeto de pesquisa estamos conceituando “transdisciplinaridade” a partir da definição apresentada por José Ivo Follmann (2005), onde o autor afirma que: “[...] mais do que transitar entre diferentes perspectivas teóricas de diferentes disciplinas, importa construir pontes e canais de contato dentro da complexa multiplicidade de percepções e vivências que caracteriza o mundo de hoje.” (FOLLMANN, 2005, p. 54-55). Além disso, compreendemos que a transdisciplinaridade é uma abordagem mais ampla do conhecimento científico, que busca romper com as compartimentações estabelecidas entre os diferentes campos do saber, favorecendo o estudo e a reflexão sobre a realidade desde uma abordagem holística atenta às complexidades inerentes à ciência.

⁶ Esse é um conceito que remete às diferentes formas de disputa (discursiva, retórica, testemunhal, etc.) que envolve as memórias de períodos ditatoriais, não só no Brasil, mas em todos os países que passaram por regimes de exceção, especialmente no Cone Sul da América Latina. É um conceito que no Brasil tem sido utilizado com relativa frequência, mas com enfoque na polarização dicotômica das memórias, dedicando-se apenas – ou, sobretudo – a oposição da dimensão memorialística de quem lutou “pela” ditadura com as de quem lutou “contra” a ditadura. Essa reflexão está baseada nas contribuições de João Roberto Martins Filho (2002).

implicações, especialmente no que se refere às disputas em torno da tríade Memória, Verdade e Justiça.

Esses acúmulos de pesquisa resultantes do período de iniciação científica e da monografia de conclusão de curso possibilitaram a elaboração de um projeto de Mestrado que se propunha a investigar as memórias de militantes que resistiram e lutaram contra a ditadura. O projeto – aprovado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos e contemplado com bolsa integral pelo Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – tinha por objetivo investigar os processos de memória presentes nos discursos e nas narrativas de alguns ex-militantes da Organização política Ação Popular (AP) que atuaram na luta e resistência à ditadura no estado do Rio Grande do Sul.

A dissertação de Mestrado resultante da pesquisa – apresentada e aprovada com distinção no ano de 2015 – desenvolveu teoricamente o conceito de memória como uma forma de resistência a partir da análise do conteúdo presente nas narrativas e nos testemunhos dos(as) ex-militantes da Ação Popular (PIRES, 2015). Nesse sentido, a conceituação de “memória como resistência” remete à dimensão política das memórias, aderindo à lógica de Paul Ricoeur (2007), de que “lembrar é um ato político”. Uma das conclusões da dissertação aponta justamente para as potencialidades das “memórias de luta e resistência” como antídoto à repetição da barbárie e como fundamento para efetivação de uma cultura política assentada sobre os pressupostos da democracia e dos Direitos Humanos.

Afirmávamos nas considerações finais da dissertação que a “memória oficial” – àquela constituída a partir de reconhecimentos públicos do Estado brasileiro sobre o período ditatorial (1964-1985) – se baseia em um processo forçado de “pactuação conciliadora”, que tem na Lei de Anistia – aprovada em 1979 – seu principal símbolo.⁷ Em linhas gerais, se estava afirmando que o processo de transição pactuado nega o enfrentamento político da noção de “reconciliação nacional” baseado no “perdão dos dois lados”. Argumento que, por sua vez, está baseado na protelação do conserto democrático necessário frente às heranças do Estado ditatorial, na particularização e no silenciamento das memórias (sobretudo às que

⁷ Segundo Silva Filho: “No plano institucional da política e do Direito, a anistia tradicionalmente indica o perdão concedido pelo Estado a quem tenha cometido crimes, e, em especial, crimes políticos. Geralmente, inclusive no Brasil, a anistia vem sendo utilizada como um instrumento de pacificação social no período imediatamente posterior a conflitos armados, guerras, sedições, rebeliões, revoluções e mudanças de regime político. Nesse uso tradicional da anistia parte-se do pressuposto que a melhor maneira de pacificar a sociedade é jogar uma pedra sobre os conflitos anteriores, esquecendo não só os crimes políticos cometidos, como também as razões que os motivaram. Não foi diferente com a anistia que veio com a Lei 6683/79. [...] A concepção da anistia que a vê como um exercício de esquecimento, infelizmente, ainda é preponderante nas experiências de transição vivenciadas pelos Estados ao longo dos anos.” (SILVA FILHO, 2009, p. 56).

remetem à luta e à resistência, estando diretamente relacionadas às graves violações de Direitos Humanos ocorridas naquele período) e, por conseguinte, na manutenção do “mito dos dois demônios”.⁸

Esses fatores que foram retomados e apresentados, resultantes do percurso acadêmico realizado até então, são determinantes para a construção do *corpus* dessa pesquisa, pois indicam as condições para a manutenção, ampliação e acirramento das “batalhas de memória” no processo de transição democrática – limitada e inacabada – vivida pelo Brasil entre o marco constitucional de 1988 e meados do ano de 2016.⁹

Nesse sentido – apontando e aproximando à problemática deste projeto –, entre as considerações finais da dissertação de Mestrado também alertávamos para a agenda conservadora que começava a ganhar expressão e envergadura no ano de 2015, assumindo posturas, discursos e práticas de tom fascista. Destacávamos elementos que remetiam à reedição de velhos mitos e maniqueísmos consonantes com o período da guerra fria e, principalmente, para a emergência de “memórias não-democratizadas” que ganhavam expressão nos – mesmo que naquele momento ainda difusos – pedidos de “intervenção militar”.¹⁰

Argumentávamos que a gênese dessa agenda conservadora era a mesma que negava e desqualificava as memórias de luta e resistência à ditadura, os Direitos Humanos e, em última (ou primeira) instância, a própria democracia. Indicávamos que as memórias de luta e resistência contidas nas narrativas de ex-militantes que atuaram durante o período ditatorial se

⁸ A “teoria” ou “mito dos dois demônios” é um conceito empregado originalmente por pesquisadores argentinos para descrever às disputas ideológicas que buscavam equiparar “os dois lados” em suposta disputa nos contextos ditatoriais, ou seja, a violência de Estado exercida pelas Forças Armadas e de segurança a serviço da ditadura com as ações guerrilheiras de grupos de oposição que se utilizavam das armas para lutar contra a tirania. O uso do conceito “teoria ou mito dos dois demônios” remete aos debates que se instalaram na Argentina no contexto pós-ditatorial dos anos 1980. Para uma noção mais exata sobre a origem da expressão estamos nos referendando em Emilio Crenzel (2013).

⁹ Estamos nos valendo da análise de alguns teóricos e pesquisadores – como Vladimir Safatle (2015), Carlos Eduardo Martins (2016), Leonardo Avritzer (2016), Bruno Lima Rocha (2017) – que apontam o evento “Golpe de 2016” como desencadeador do “fim da Nova República”, entendendo que este ciclo teria iniciado no processo de “abertura política” – entre o fim dos anos 1970 e meados dos anos 1980 – tendo como marcador simbólico a Constituição Federal de 1988.

¹⁰ Apesar de minoritários, desde a primeira manifestação de viés conservador no ano de 2015 (realizada em 15 de março daquele ano), era possível identificar grupos reivindicando “intervenção militar” sob diferentes argumentos e apelando para as mais variadas justificativas, desde a “ameaça comunista”, passando pela “incompetência do governo” da então Presidenta Dilma Rousseff e do Partido dos Trabalhadores (PT), até chegar à malfalada “corrupção”. Em nível de exemplo remetemos para algumas imagens em: <https://epoca.globo.com/tempo/fotos/2015/03/b15-de-marcob-os-manifestantes-pelo-brasil.html>; <http://g1.globo.com/politica/fotos/2015/03/fotos-manifestacoes-pelo-brasil-neste-domingo-15.html#F1566811>. Acesso em 10 jul. 2016. Entre os meses de maio e junho de 2018, durante a greve geral nacional dos caminhoneiros, vimos à reedição, em nível muito mais amplo e pela iniciativa de outros atores sociais distintos dos presentes nas manifestações de 2015 e 2016, de novos pedidos de “Intervenção Militar”. Esse evento trouxe ainda mais relevância para a problemática que estamos colocando em questão nesta tese.

constituem em potente elemento, social e político, capaz de forjar as bases sobre as quais a verdade histórica poderia ser estabelecida, em relação de simbiose, com a superação dos pactos de esquecimento, silenciamento e, especialmente, de negação dos Direitos Humanos.

Percebíamos que os processos memorialísticos – que são uma das bases da tríade Memória, Verdade e Justiça e da própria Justiça de Transição – continham potencialidades para neutralizar os expoentes autoritários que, de tempos em tempos, ameaçam a democracia. O contrário desse processo anamnésico, por consequência, poderia fortalecer os expedientes autoritários que já se anunciavam perigosamente no horizonte político. Os desdobramentos atuais daquela conjuntura têm corroborado essa hipótese.¹¹

1.1 Do objeto e do problema

É a partir dessa base argumentativa – composta por acúmulos de pesquisas anteriores confrontadas com os desdobramentos da conjuntura política de ascenso e consolidação conservadora – que a presente tese se estrutura. Assume como tema de pesquisa as (possíveis e/ou prováveis) relações entre os legados e heranças autoritárias advindas da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) para o estabelecimento do atual ciclo de ascenso e consolidação conservadora que se inicia com as manifestações de 2015, se amplia a partir do golpe de 2016 e chega à pleno com as eleições de 2018 e posterior vitória nas urnas do projeto autoritário-conservador.

Dentro dessa temática, delimita-se o objeto da pesquisa às implicações (possíveis e/ou prováveis) das “disputas ou batalhas de memória” – decorrentes do último período ditatorial (1964-1985) – para a consolidação e acirramento do atual cenário de ascenso e posterior consolidação conservadora que passou a incluir, concretamente, o fator militar(ista) e outros contornos autoritários e fascistizantes nos desdobramentos da conjuntura política nacional. A delimitação do objeto passa pela formulação de um eixo gravitacional que assume o ano de 2010 como referência cronológica inicial desde onde se desenvolvem três vetores de análise, entendidos como fundamentais e centrais para o estabelecimento da problemática, dos objetivos e da metodologia que subsidiam o percurso da pesquisa.

A escolha pelo ano de 2010 como núcleo do eixo gravitacional sobre o qual se desenvolvem os vetores de análise da pesquisa não é aleatória. Para além de remeter ao início

¹¹ Aqui nos referimos a uma série de eventos, acontecimentos e fatos sociais que tem se apresentado de forma recorrente na realidade político-social brasileira desde meados do ano de 2015 e, especialmente, a partir do golpe de 2016, no que diz respeito ao fortalecimento do ideário e das práticas conservadoras perante o conjunto da sociedade, bem como ao acionamento e uso político de memórias saudosistas do período ditatorial.

do nosso percurso de pesquisa acadêmica dentro do campo dos Direitos Humanos – tendo como temática a ditadura civil-militar brasileira – essa escolha se insere em um marcador metodológico que tem implicações diretas em nosso objeto de estudo. Dentre vários eventos que trouxeram relevo e certo grau de ineditismo para a conjuntura política nacional em 2010, destacamos cinco como referenciais simbólicos para conformar o núcleo do eixo gravitacional do nosso objeto de pesquisa:

- a) A negativa de revisão da Lei de Anistia (Lei nº. 6.683, de 28 de agosto de 1979)¹² decorrente do julgamento feito pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em abril de 2010 que, por sete votos a dois, considerou improcedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 153)¹³ ajuizada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em outubro de 2008 (20 anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988);¹⁴
- b) As alterações no Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3)¹⁵ realizadas através do Decreto Nº. 7.177, de 12 de maio de 2010,¹⁶ após o Programa receber duras críticas de setores da sociedade, em especial, de parte do empresariado, da mídia, das Forças Armadas e de instituições religiosas;¹⁷
- c) A eleição da ex-presidenta Dilma Rousseff para o seu primeiro mandato (2011-2014), com destaque para dois fatores emblemáticos: ser a primeira mulher presidenta da República do Brasil e representar (mesmo que jogando com imaginários e memórias) uma ex-presença política da ditadura civil-militar (1964-1985);¹⁸

¹² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em: 02 jul. 2015.

¹³ Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiario/stf/anexo/adpf153.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.

¹⁴ Para mais detalhes sobre a decisão nos referendamos em Ricardo Silveira Castro (2012. p. 277-291).

¹⁵ O PNDH-3 teve seu lançamento adiado três vezes até ser finalmente aprovado oficialmente através do Decreto Nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm. Acesso em: 10 jul. 2015.

¹⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7177.htm. Acesso em: 11 dez. 2016.

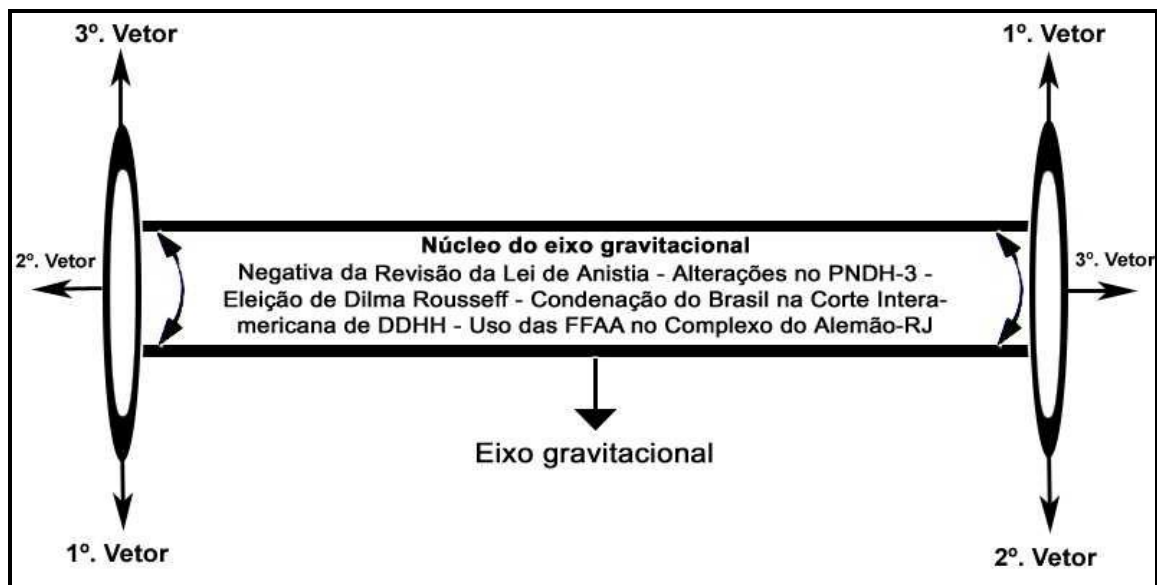
¹⁷ Basicamente se alterou ou retirou pontos considerados “polêmicos” como, por exemplo: a retirada do apoio a descriminalização do aborto; retirada do impedimento de uso de símbolos religiosos em repartições públicas federais; retirada do artigo que previa a regulação e controle social da mídia; exclusão da proposta de audiências prévias nos processos de re-integração de terras ou propriedades ocupadas por Movimentos Sociais; retirada e alteração de propostas relativas à temática da ditadura civil-militar. Para mais detalhes sobre as pressões e polêmicas referentes ao PNDH-3, nos baseamos nas contribuições de Diego Airoso da Motta (2012, 2018).

¹⁸ Nesse ponto destaca-se o fato que a eleição de Dilma Rousseff em 2010 representa o terceiro mandato consecutivo do Partido dos Trabalhadores (PT) na chefia do poder executivo federal (metade dos mandatos presidenciais após a promulgação da Constituição de 1988). Destaque-se, também, que Dilma Rousseff foi sucessora do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), que deixou a presidência tendo mais de 80%

d) A condenção do Brasil, em novembro de 2010, na Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso “Gomes Lund e outros”, que ficou conhecido como o caso “Guerrilha do Araguaia”;¹⁹

e) O uso das Forças Armadas para “ocupação” do complexo de favelas do Alemão em novembro de 2010.²⁰ Uma “Operação” que pode ter sido a precursora – dentro de um marco político de utilização das Forças Armadas em ações de “segurança pública” em meio civil – do que posteriormente viria a ser denominado como “Operações de Garantia da Lei e da Ordem” (GLO).²¹

Quadro 1 – Representação do Eixo gravitacional



Fonte: Elaborado pelo autor

de aprovação popular. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>. Acesso em: 13 jun. 2016.

¹⁹ Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf. Acesso em: 10 out. 2017.

²⁰ Para re-lembrar detalhes da operação, ver: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-contra-o-crime/noticia/2010/11/ocupacao-das-favelas-do-alemao.html>. Acesso em 10 jan. 2017.

²¹ Segundo o Ministério da Defesa, operações de Garantia da Lei e da Ordem são “realizadas exclusivamente por ordem expressa da Presidência da República, as missões de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) ocorrem nos casos em que há o esgotamento das forças tradicionais de segurança pública, em graves situações de perturbação da ordem.” Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem>. Acesso em: 02 abr. 2018. No ano de 2014 (após correções no documento lançado em dezembro de 2013), o Ministro da Defesa Celso Amorim (nomeado pela presidenta Dilma Rousseff), aprovou a Portaria Normativa Nº. 186/MD, de 31 de janeiro de 2014, que normatiza e “estabelece orientações de planejamento e emprego das Forças Armadas em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO).” Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/2014/mes02/md33_m_10_glo_2ed_2014.pdf. Acesso em: 02 abr. 2018. Entre 2010 e 2020 as Operações GLO foram aplicadas 56 vezes segundo as “Estatísticas de GLO por tipo”, disponibilizadas pelo Ministério da Defesa. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/exercicios_e_operacoes/glo/5.TABELAS_GLO_grafico_por_ano_barras_MAR_20.pdf. Acesso em 01 abr. 2020. Entre 2010 e 2017 as Operações GLO haviam sido decretadas 29 vezes. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2017/05/entenda-como-funciona-a-operacao-de-garantia-da-lei-e-da-ordem>. Acesso em: 02 abr. 2018.

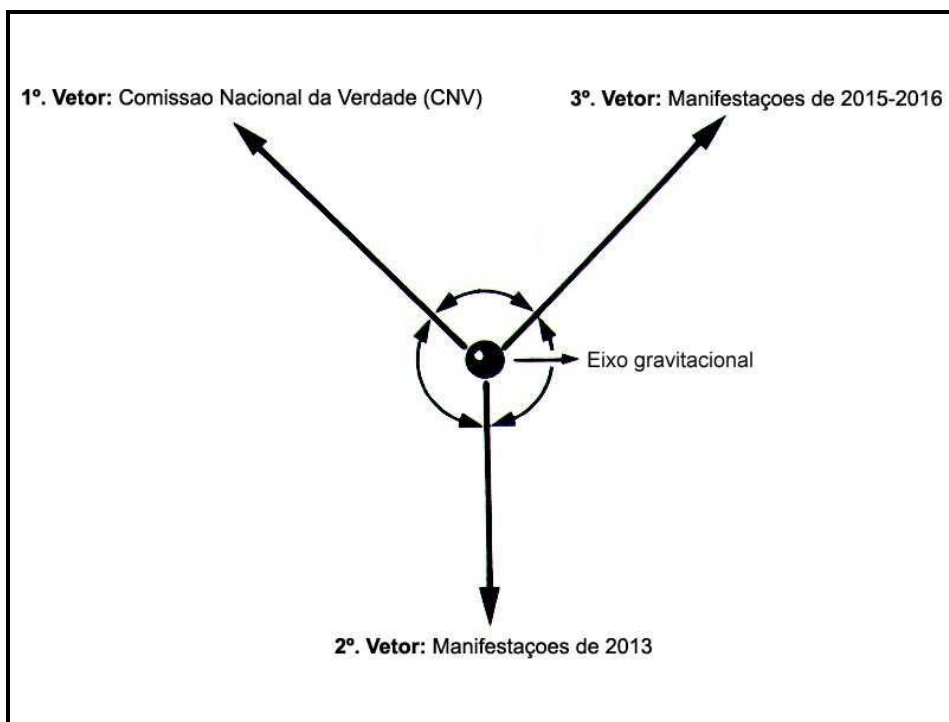
A partir do estabelecimento desse eixo gravitacional nucleado por esses cinco eventos destacados acima, constituem-se três vetores principais que servem como balizas do objeto e, ao mesmo tempo, subsidiam a análise realizada nesta pesquisa. Esses três vetores que orbitam o eixo gravitacional conformam a gênese do objeto de pesquisa da tese.

1º Vetor: A Comissão Nacional da Verdade (CNV);

2º Vetor: As manifestações de 2013;

3º Vetor: As manifestações de 2015-2016.

Quadro 2 – Representação dos vetores de análise



Fonte: Elaborado pelo autor

Deste eixo gravitacional nucleado por cinco eventos e orbitado por três vetores de baliza e análise, subjaz a síntese hipotética e a questão orientadora da pesquisa. Tomando como hipótese o potencial das memórias sociais relativas ao período ditatorial brasileiro para o cenário político nacional, considerando as particularidades e peculiaridades da transição política pactuada e consensuada que criou um modelo democrático parcial e inacabado, impõe-se a questão: Quais as possíveis ou prováveis relações entre os legados autoritários da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) para a consolidação e acirramento do atual ciclo

de ascenso e consolidação conservadora (de contornos autoritários cada vez mais nítidos) que coloca sob ameaça direitos humanos e a própria democracia?

1.2 Da metodologia

Partimos da noção que “pesquisa social” é um conjunto de movimentos investigativos que se originam de uma problemática social (um problema de conhecimento, que no caso dessa tese diz respeito às influências das “disputas e batalhas de memória” decorrentes do processo de redemocratização para o atual cenário de ascenso conservador) que busca responder determinadas questões (objetivos) a serem alcançados seguindo um (ou vários) método para encontrar respostas que satisfaçam o escopo geral do objeto de estudo. Em Ciências Sociais a pesquisa pode ser entendida, como afirma Antônio Carlos Gil (2008, p. 26), “[...] como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico”. No âmbito dessa tese o objetivo geral é identificar e analisar as possíveis ou prováveis relações entre os legados autoritários da ditadura, presentes e manifestos em três diferentes episódios – Comissão Nacional da Verdade, Manifestações de 2013 e Manifestações de 2015-2016 –, para a consolidação e acirramento do atual ciclo de ascenso e consolidação conservadora a partir da síntese que se expressa nas chamadas por “intervenção militar, já!”.

Tomando a ciência como baliza, a “pesquisa social” passa a perseguir problemas e objetivos que se inserem dentro de uma matriz mais específica e criteriosa do campo do conhecimento (nessa tese, o papel das memórias sociais e coletivas para a consolidação da democracia e dos direitos humanos ou, em sentido reverso, para repetição da barbárie e a manutenção de privilégios).

Nesta tese estamos caracterizando a pesquisa como qualitativa e assumindo como modalidade investigativa a análise de conteúdo documental/bibliográfica (BARDIN, 1977). As fontes empíricas advêm de documentos públicos (sobretudo jornalísticos e disponíveis em meio virtual) e imagens (fotografias, imagens e vídeos também disponíveis em meio virtual ou em banco de dados público). No âmbito de coleta de dados empíricos, foram catalogados sites, portais de notícias, revistas e periódicos públicos de abrangência local, nacional ou internacional que noticiaram informações relativas ao objeto da pesquisa. A partir do ano de 2016 iniciamos a construção desse banco de dados, com acompanhamento sistemático da conjuntura política do país a partir de pautas que se vinculam de alguma forma ao objeto. Em relação aos três vetores que compõem o objeto, recorreremos a pesquisas bibliográficas e documentais e, especificamente em relação às manifestações de 2013 e 2015-2016, buscamos

imagens das manifestações, protestos e passeatas ocorridas nesses anos com foco no “filtro semiótico” que remete ao tema da pesquisa. Em relação ao uso de imagens estamos assumindo pressupostos da antropologia da imagem desenvolvidos por Luiz Eduardo Robinson Achutti (1997, 2004), a partir do conceito e do método da *fotoetnografia*²² adequada às particularidades e singularidades do objeto e do campo empírico da tese.

Nesse sentido, assumimos que a pesquisa social trabalha com dados, informações, que são provenientes de diferentes fatos ou circunstâncias sociais. Podem ser coletados e acessados de diferentes formas, direta ou indiretamente, através de registros institucionais ou pessoais (GIL, 2008). Em última instância é o pesquisador quem define com quais dados irá trabalhar, tomando em conta o objeto de estudo da sua pesquisa. As pesquisas sociais que tomam como fonte de dados documentos e imagens podem se inserir em diferentes modalidades (nesse caso estamos assumindo a pesquisa documental e a análise de conteúdo), visto que a utilização desses recursos (documentos e imagens) para registro de diversas situações sociais é recorrente na história da humanidade (desde pinturas – desenhos rupestres, quadros, mapas, etc. – até documentos – livros, memorandos, atas, etc.). Nas palavras de Luiz Inácio Gaiger (2016, p. 12), “a produção (sistemática) individual, coletiva ou institucional de documentos (escritos ou visuais) com um conteúdo determinado e (eventualmente) cambiante, é em si mesmo um fato digno de registro e análise”.

A utilização de documentos, em sentido amplo, se dá devido à necessidade de acesso aos dados do presente e do passado, oriundos de registros oficiais, pessoais ou históricos, que contenham informações de interesse da pesquisa. No caso dessa tese os dados oriundos de fontes documentais corroboram com as informações e evidências levantadas durante a pesquisa empírica, permitindo inferências comparativas. Contudo, cabe destacar, que a utilização de documentos e imagens não se deu no sentido de “comprovar factualmente” determinada hipótese ou inferência, mas como parte da análise.

O conjunto de dados e documentos coletados durante a pesquisa foram analisados rigorosamente a partir de categorias originadas dos três vetores de análise que compõem o objeto. Quando documentos e imagens são utilizados como fonte de dados de uma pesquisa se faz necessário observar – entre outras questões – a realidade social que lhe deu origem, ou que nele está representada. Para a utilização criteriosa desses dados é preciso que o pesquisador

²² Mesmo não sendo nosso objetivo realizar uma “antropologia da imagem” e nem a produção de uma “antropologia em imagens” nos termos de Achutti (1997, p. 39) – visto que não estamos trabalhando com registro de imagens feitos por nós, mas com registros secundários – nos fundamentamos na análise de registros visuais – imagens fotográficas e/ou videográficas – elaborados por autores como José de Souza Martins (2008), Bela Feldman-Bianco e Miriam Moreira Leite (1998) e o próprio Achutti (1997, 2004).

considere uma série de elementos, tais como: “as circunstâncias de sua produção (conflitos, disputas, interesses, percepções do emissor, etc.); sob que condições técnicas; qual é a autoria; possibilidade de conversão em fonte secundária e o grau de preservação e/ou fidedignidade em que se encontra” (GAIGER, 2016, p. 12).

Para a análise de documentos e imagens assumimos os pressupostos desenvolvidos por Bardin (1977) para “análise de conteúdo”. A análise de conteúdo propõe, em linhas gerais, diversos procedimentos de sistematização e interpretação da “mensagem bruta”, ou dos temas mais evidentes contidos no documento ou imagem. Pode ainda criar condições para inferências sobre os autores e/ou o contexto de sua produção. Segundo Bauer (2002), a análise de conteúdo não se constitui como uma “verdade” sobre o material analisado, mas como um instrumento de fundamentação frente às teorias utilizadas pelo pesquisador e frente ao seu objeto de estudo.²³

No que se refere às imagens – campo vasto, que pode ser composto por fotografias, filmes, pinturas, desenhos, etc. – os tipos de análise levam em conta uma série de elementos. Para subsidiar a nossa análise em relação às imagens estamos utilizando as contribuições de José de Souza Martins (2008) e Luiz Eduardo Achutti (1997). No caso das fotografias, por exemplo, há pelo menos três tipologias: fotografia cotidiana (espontânea, amadora, corriqueira, etc.); fotografia profissional (jornalística, artística, sociológica/antropológica, etc.); e monumental (histórica, simbólica, testemunhal, etc.). Essas três tipologias fazem parte dos dados empíricos dessa pesquisa. A imagem em forma de fotografia ou vídeo assumem três propósitos básicos: ilustração (de objetos, de locais, de fragmentos da realidade investigada, etc.); evidência empírica (retrato de algum elemento complementar a outras fontes da pesquisa); do próprio objeto da pesquisa (quando o processo de produção das imagens está em relação direta com o conteúdo da pesquisa – sociologia/antropologia das imagens, análise semiótica, etc.). Nesta tese estamos assumindo o uso de imagens (fotográficas e videográficas) a partir desses três propósitos.

No campo da pesquisa social é comum que as imagens – especialmente a fotográfica – sejam utilizadas como evidência e comprovação empírica de dado fenômeno ou fato que envolve o objeto de estudo. Isso sem contar estudos que tomam como objeto da pesquisa as

²³ Segundo Martin Bauer (2002, p. 191): “A validade da AC [Análise de Conteúdo] deve ser julgada não contra uma “leitura verdadeira” do texto, mas em termos de sua fundamentação nos materiais pesquisados e sua congruência com a teoria do pesquisador, e à luz de seu objeto de pesquisa. Um corpus de texto oferece diferentes leituras, dependendo dos vieses que ele contém. A AC não é exceção; contudo, ela traça um meio caminho entre a leitura singular verídica e o ‘vale tudo’, e é, em última análise, uma categoria de procedimentos explícitos de análise textual para fins de pesquisa social. Ela não pode nem avaliar a beleza, nem explorar as sutilezas de um texto particular.”.

imagens por si mesmas. Nesse sentido, para além de exemplificações e mera ilustração, as imagens foram utilizadas nessa pesquisa como caracterizações que assumem funções socializadoras de determinadas relações, estruturas e valores (estéticos/morais) de uma dada realidade social (nesse caso relativo ao objeto da pesquisa e aos três vetores de análise).

Outro método de análise de imagens que utilizamos em alguns casos nessa tese é o “método documentário”, que divide a análise das imagens em três níveis: imanente (se constitui a partir do tema de interesse e sua configuração social); expressivo (parte da motivação e intenção do autor das imagens); documentário (se dá a partir de inferências relacionadas às “visões de mundo”). Em nível explicativo, a primeira etapa do método documentário é a “interpretação formulada”, que se dedica a análise de conteúdo imanente e coloquial das imagens. Essa etapa se subdivide em dois níveis: o nível pré-iconográfico (que se dedica a estrutura formal da imagem); e o nível iconográfico (dedicado às tipificações ou conteúdos e significados que envolvem o contexto da imagem). A segunda etapa é a “interpretação refletida”, que se dedica a análise de conteúdo documentário (testemunhal) ou iconológico (visões de mundo) das imagens. Essa etapa aponta para análises de composição formal: composição planimétrica (disposição espacial dos elementos); projeção perspectivista (ângulo da imagem); coreografia cênica (ambientação e organização social dos elementos); e interpretação icônico-iconológica (conteúdo estético-expressivo – e socialmente constituinte – da imagem). Não é nosso objetivo adentrar na análise formal nesses termos descritos acima, apenas mencionamos como fundamentação metodológica. Partimos do pressuposto que, para além das formulações teóricas em torno do uso das imagens, uma boa análise passa pelo entendimento de que a imagem não é apenas uma dada realidade congelada, que seus significados nem sempre estão latentes e que compreender o seu contexto requer enxergar através da imagem, para além do que está retratado.

1.3 Da estrutura

No primeiro capítulo a tese apresenta uma elaboração teórico-descritiva dos aspectos histórico, sociológicos e políticos que envolvem a formação social brasileira, colocando atenção na conformação de determinadas narrativas e imaginários que influenciarão de maneira determinante as memórias sociais e coletivas sobre o país, sua “evolução política” e os eventos que marcam sua história e cultura política. O capítulo é dividido em quatro partes, onde a primeira remete a invasão do território, colocando em evidência o papel do escravismo na conformação das elites nacionais, nos arranjos e pactos políticos/econômicos que marcam

a colonização, bem como a conformação de uma “subjetividade capitalista” característica da formação social brasileira que atravessa o tempo. A história brasileira – Colonial, Imperial e Republicana – é matizada por diversas opressões e resistências, contudo, a memória social sobre esse processo tem sido sistematicamente silenciada, revisada ou simplesmente riscada das narrativas e das páginas da “História oficial”. Nesse sentido, a segunda parte se dedica aos “pactos” que marcam o processo de independência e a conformação do Império, dando lugar para a análise do papel desempenhado pelas “forças da ordem” (militares e para-militares) frente às revoltas populares. Nesse sentido, relaciona às tentativas de criação de uma “identidade nacional” elitista, que instituí um “tipo ideal de Nação” baseada no apagamento e revisão da História, o que significa dizer, readequar os fatos e atos para que se tornassem “adequados” a “História oficial”, sem a presença marcante dos traços profundos da escravidão e do conjunto de opressões que definem de maneira determinante a formação social brasileira. A terceira parte descreve e analisa os fatores elitista-militares que atravessam a República se mantendo no tempo e instituindo uma espécie de “tutela militar” sobre os desígnios nacionais que, em linhas introdutórias, impõe um ordenamento impeditivo de qualquer forma de questionamento ao poder estabelecido. Insere a discussão teórica sobre o papel das memórias sociais e abre polêmica com as “narrativas oficiais” que mantêm certos temas encapsulados e impermeáveis ao debate crítico no transcurso da história. A quarta parte avança na discussão teórica em torno das disputas pela história e pela memória que resultam na conformação de uma cultura política negadora do potencial de luta e resistência contido nas memórias sociais silenciadas e privatizadas pelos pactos de (re)conciliação baseados no esquecimento e no perdão forçado exigido como contraparte para efetivação das “aberturas” e “transições” democráticas.

Quando construímos um objeto de pesquisa que se propõe a abordar de forma científica – sob marcadores teóricos e empíricos – “heranças autoritárias” do período ditatorial a partir de “disputas e batalhas de memória” que se reproduzem no tempo, estamos propondo um percurso que não fica restrito pragmaticamente a “delimitação”, mas busca conexão com um processo histórico mais amplo, que diz respeito à própria formação social brasileira. Nesse sentido, o segundo capítulo avança na discussão do período pós-ditadura, contemplando aspectos teóricos e empíricos relativos aos pactos da transição e seus impactos na formação da “nova república” e no processo de redemocratização. A primeira das quatro partes que compõem o segundo capítulo se dedica a descrever e analisar sob viés crítico o processo de transição e suas implicações político-sociais, especialmente no que se refere a reorganização de um bloco de poder e na manutenção da estrutura burocrático-repressiva da

ditadura mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988. A segunda parte apresenta os avanços lentos e graduais relativos a Justiça de Transição, apontando de que maneira as iniciativas em âmbito de Estado foram sendo conduzidas parcialmente de modo a manter os termos do pacto da abertura e da transição, silenciando e privatizando memórias sociais relativas ao período ditatorial, isolando as iniciativas que apontavam para a necessidade de ampliação das medidas de transição e Justiça Restaurativa. Segue apontando os avanços tímidos e parciais promovidos pelos governos conduzidos pelo Partido dos Trabalhadores (supostamente sensíveis a temática dos Direitos Humanos) no que se refere à tríade Memória, Verdade e Justiça e a emergência de alguns dos fatores que compõem o núcleo do eixo gravitacional por onde orbitam os três vetores de análise do objeto dessa tese. Na terceira parte analisa as influências e impactos da conciliação e dos pactos da transição em um cenário político marcado pelo acirramento do processo de “batalhas de memória” em relação direta com os vetores de análise dessa tese. A quarta parte intersecciona os elementos teóricos relativos ao campo das memórias com a conjuntura golpista retroalimentada pelas disputas de memória relativas ao período ditatorial. Analisa e compara a dimensão da memória e do esquecimento à luz de avanços e retrocessos que estavam em franca disputa na arena política.

No terceiro capítulo são abordados e desenvolvidos outros dois vetores de análise, as manifestações de 2013 e as de 2015 e 2016. Na primeira parte são apresentados elementos de trajetória histórica e conjuntural que contribuíram para a análise do ciclo de manifestações de 2013 dentro do marcador da luta de classes e do acionamento de determinados signos de memória relativos ao período ditatorial que elevam para outro patamar a importância histórica dos eventos decorrentes dessas manifestações. Nesse sentido, estabelece críticas às posições teóricas de diferentes intelectuais que realizam análise parcial dos eventos que envolvem as manifestações de 2013 e contribuem para a construção da “História oficial” desconsiderando elementos fundamentais para a compreensão da profundidade das pautas que estavam em jogo. Na segunda parte do capítulo são confrontados elementos empíricos com a leitura de alguns intelectuais que propõem leituras totalizantes sobre o processo sem considerar partes essenciais do contexto em que as manifestações ocorreram. Avança na análise ao propor o cruzamento de variáveis econômicas, políticas e sociais que atravessam a emergência de determinadas pautas e os desdobramentos políticos dessas manifestações. Na terceira parte aponta algumas das potencialidades que estavam em jogo e os retrocessos que as escolhas políticas equivocadas trouxeram. A partir desses elementos de análise, aponta os pontos de “virada” nas pautas de 2013 em direção ao avanço do movimento de ascenso conservador que

passa a se estruturar especialmente a partir do resultado das eleições de 2014. A terceira parte ainda apresenta e analisa alguns elementos que contribuíram para emergência das manifestações de 2015 e 2016 e que consolidaram o movimento de ascenso conservador que chancelou e deu base social para o impeachment da ex-Presidenta Dilma Rousseff.

No quarto capítulo são apresentados alguns elementos que caracterizam o avanço e consolidação da participação das Forças Armadas na vida política nacional. Em três partes, são descritos e analisados eventos que demonstram que a “intervenção militar” reivindicada pelos manifestantes que foram às ruas em 2015 e 2016 deixou de ser um elemento retórico decorrente de memórias não-democratizadas ou do “esquecimento” proposital decorrente dos pactos e acordos que demarcam o processo de abertura e redemocratização.

Entende-se que nesse primeiro momento de apresentação estão lançadas as principais bases argumentativas do *corpus* da pesquisa desenvolvidas na tese. Um movimento que remete ao “artesanato intelectual” – em referência expressa a Charles Wright Mills (2009) – e que busca demonstrar a relevância e as potencialidades do objeto de estudo para a compreensão dos desafios e incertezas que constituem a realidade brasileira no atual momento histórico, social e político.

2 FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: UMA CULTURA POLÍTICA DE TENDÊNCIA CONSERVADORA E AUTORITÁRIA?

*“O sistema esvazia nossa memória,
ou enche a nossa memória de lixo,
e assim nos ensina a repetir a história
em vez de fazê-la. As tragédias se repetem
como farsa, anuncia a celebre profecia.
Mas entre nós é pior: as tragédias se repetem
como tragédias.” (GALEANO, 2002, p. 65)*

2.1 Invasão e colonização

A história do Brasil carrega em sua gênese um *ethos* autoritário. Desde o momento da invasão do território pelos de *além-mar* a força e a violência sobre as populações originárias e povos autóctones deram o tom para uma sinfonia de opressões e resistências que acompanharia o percurso sócio-histórico e político do país, marcando os caminhos e descaminhos da formação social brasileira. De tempos em tempos, o passado colonial marcadamente violento, racista e explorador de *gentes*, corpos, culturas e natureza se faz presente com mais força nas disputas sociais, especialmente quando há ameaças reais (factuais) ou imaginárias (pressentidas) ao *status quo* garantidor e legitimador de privilégios das elites e dos “donos do poder” de sempre ou de cada época.

O projeto de expansão imperial português – América Portuguesa – tem origem na efervescência de um complexo sistema de relações e disputas comerciais (mercantis) e políticas presentes em diferentes partes da Europa. Estendendo-se à África e Ásia, esse projeto ganha contornos mais nítidos a partir do século XV, atingindo seu ápice no século XVI. Com o advento das grandes navegações – anunciadas por algumas vertentes da historiografia com ares de “aventureirismo” (ou desde uma perspectiva narrativa afeita à “poética do desbravador/conquistador”)¹ – se colocava em movimento um projeto imperial que tinha na “conquista” de territórios supostamente “devolutos” o elemento central para afirmação econômica, política e ideológica/cultural. O “descobrimento” (no sentido de colocar a descoberto, de reivindicar a posse) da América pelos espanhóis – o “mundo novo” de “além mar” – acelerou o processo de invasões e apropriações das terras e *gentes* pelos rivais, especialmente os portugueses, como no caso da denominada, *Terra da Vera Cruz*. Em linhas muito gerais, o avanço desse movimento colonialista/imperialista vai pavimentar o

¹ Inspirado nas reflexões propostas por Lucília Siqueira (2009) em artigo intitulado “O nascimento da América portuguesa no contexto imperial lusitano. Considerações teóricas a partir das diferenças entre a historiografia recente e o ensino de História”.

caminho de transição para “Modernidade” e colaborar para a formação e consolidação de Estados e Nações, bem como, para o desenvolvimento do capitalismo em nível global.

Após a invasão de *Pindorama* (a “terra livre de males” da mítica *tupi-guarani*) pelos portugueses, seguiu-se com o passar dos anos uma série de medidas “político-administrativas” para tomada efetiva da posse do território, das coletividades nativas/autóctones – genericamente denominadas como “indígenas” – e das riquezas que poderiam, em primeiro momento, ser facilmente expropriadas sem maiores investimentos. As diferentes tentativas de “docilizar” e “cativar” os “indígenas” não foram de todo efetivas. Mesmo se utilizando do advento de diferentes armas – em metal, com uso de pólvora, biológicas (doenças) e culturais (religiosas) – para escravizar o que era possível e dizimar a insubmissão, os primeiros passos do projeto colonial tiveram de enfrentar muitas dificuldades naturais e resistências locais.

Por esses e outros motivos, em 1548 foi necessário a instauração de um “Governo Geral” e de um “Regimento” que, segundo Maria Hilda Baqueiro Paraíso (2011), visava “orientar as ações do governador” e definir, “pela primeira vez, a política indigenista portuguesa que buscava conciliar a repressão e escravização dos revoltosos a medidas conciliatórias voltadas para o estabelecimento de alianças e cooperação, atitudes essenciais para efetivar a colonização da América portuguesa.” (PARAISO, 2011, p. 1, grifos nossos). Esse destaque, em especial, se justifica por algumas expressões que assumem sentido essencial nessa tese e permeiam nosso argumento, por exemplo: “conciliar”, “repressão”, “revoltosos”, “alianças”...

Em nível reflexivo/ensaístico poderíamos antever nessas expressões o que Fábio Konder Comparato (2007, p. 11) aponta em prefácio à obra “A República inacabada” de Raymundo Faoro como “a grande vocação nacional”, ou seja: “conciliar os opositores em qualquer circunstância”. A narrativa da conciliação se aplica muito bem em uma realidade onde as diferenças (revoltosos) e opressões (escravização) se acomodam na base das armas e da violência (alianças e cooperação). Ou seja, existe um discurso muito silente no transcurso histórico que não permite – que interdita, impede – a expressão das divergências e a efetivação de eventuais rupturas sob o amparo da conciliação e da repressão. Desde os primórdios da “formação social brasileira” reside uma forma de manutenção do poder que garante privilégios e privilegiados, pela força e pela violência das violações e conciliações. Não raro, as violações são sucedidas pelas conciliações que se impõem sobre corpos enterrados, ideias apagadas e memórias impedidas. Portanto, quando se fala em cultura política de tendência conservadora e autoritária no Brasil, torna-se indispensável localizar nos

“atos fundadores” o elo primeiro do entrelaçamento de violações e conciliações que se mantêm presentes em diferentes episódios.

Desta primeira “cena” que tem por objetivo deslocar (ou acionar) um tipo de memória histórica ao tentar descrever em poucas linhas a complexidade dos fundamentos de uma sociedade que se desenvolve sobre o lúgubre de violações e opressões, avançamos para outro fragmento hediondo do mesmo cenário colonial de implicação ímpar para formação social brasileira: a diáspora transatlântica de africanos trazidos como cativos para diferentes pontos da América, entre eles o Brasil. Dados disponíveis no Banco de dados do Tráfico de Escravos Transatlântico,² decorrente do projeto *Slave voyages*, dão conta de que um contingente de mais de 12 milhões de pessoas pertencentes ao continente africano foram sequestradas de seus locais de origem e levadas como escravas para outras partes do planeta. Entre 1514 e 1866 a América portuguesa foi o principal destino de quase seis milhões de africanos.³

Nesse sentido estamos em acordo com Clóvis Moura (1983), que afirma ser a escravidão – enquanto parte do projeto colonial que tem no escravismo um dos métodos de afirmação – fator central da formação social brasileira, podendo ser pensada e analisada sob distintos aspectos. Um desses aspectos aponta que a invasão do território e as sucessivas tentativas de povoamento não atendem apenas a necessidade de expansão e consolidação de domínios por parte dos invasores, mas também (e principalmente), correspondem à busca de subsídios comerciais pela via da exploração de recursos e, posteriormente, pela produção agrícola e industrial (considerando o Engenho como uma “tecnologia industrial” da época) associada ao ciclo do açúcar. Dentro dessa dimensão econômica, a “empresa” da grande exploração e produção atendia as demandas mercantis principalmente dos invasores portugueses para com outros países, sobretudo da Europa. Outro aspecto seria o avanço para interiorização, bem como o estabelecimento dos primeiros núcleos populacionais que vão paulatinamente criando condições para a exploração e o saque de outras riquezas naturais – como o ouro –, e para o início de outros ciclos produtivos como o do algodão, do café e outros.

A escravidão é um dos elementos que podem ser tomados como paradigma para a discussão que permeou por muitos anos o debate político sobre o surgimento/desenvolvimento do capitalismo no Brasil.⁴ Não é objetivo deste trabalho abrir

² Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

³ A tabela completa com diferentes variáveis está disponível em: <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acesso em: 18 jun. 2019.

⁴ Em nível de exemplo no que se refere às distintas interpretações e polêmicas sobre o caráter da formação social, econômica e política brasileira – especificamente a disputa entre as concepções “feudais, pré-capitalistas

esta discussão a partir dos diferentes vieses teórico-metodológicos que a envolvem, mas por rigor metodológico assumimos como posicionamento teórico (e julgamos indispensável destacar) que o capitalismo surge e se desenvolve no Brasil associado à escravidão, pois está integrado com uma racionalidade baseada em disputas, acordos, submissões imposta pela força e trocas comerciais, incorporação/invasão de novos territórios, exploração de *gentes* e biodiversidade. Em última instância, estamos afirmando que a escravidão conforma uma espécie de “subjetividade capitalista” para além da dimensão exclusivamente econômica (hegemônica na vertente marxista da teoria social), que pode ser pensada e analisada com mais abertura epistemológica a partir dos debates presentes na “Teoria do Sistema Mundo”.⁵

A questão em relevo, para além da dimensão econômica, aponta que a consecução do projeto colonial e capitalista não seria possível sem o advento do escravismo enquanto prática de “gentilização de cativos”, ou seja, de destruição da condição humana (cultural, simbólica, física, afetiva e psíquica) da pessoa escravizada (ou em situação de escravidão) (MOURA,

ou capitalistas” – destacamos às ocorridas entre intelectuais vinculados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) por considerar sua relevância para o debate político e teórico-metodológico dentro das Ciências Sociais. Nesse sentido, destacamos as contribuições de Nelson Werneck Sodré (1962, 1990), Caio Prado Júnior (1961, 1972, 2012) e Jacob Gorender (2011). Como o objetivo desta nota é meramente ilustrativo, assumimos o risco de uma leitura muito superficial da polêmica e dos autores ao afirmar que para Caio Prado Júnior (1961), a “colônia” seria um componente do capitalismo comercial que ganhava fôlego na Europa especialmente no fim do século XVI, o que inviabilizava a interpretação e caracterização da formação social brasileira como feudal nos moldes históricos até então desenvolvidos; em Nelson Werneck Sodré (1962), o viés “etapista/evolutivo” se destaca na sua interpretação histórica, o que favorece uma espécie de “transposição mecânica” da teoria marxista para interpretar o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, encontrando nele uma etapa feudal, que segundo o autor, é central na formação brasileira; e, por fim, Jacob Gorender (2011) assume o “escravismo” como componente central da formação social brasileira, indo além da definição “capitalista” de Caio Prado Júnior e da tese “feudal” de Nelson Werneck Sodré. A obra de Gorender traz avanços significativos ao se utilizar de elementos teóricos e metodológicos mais profundos e requintados, contudo, não rompe com alguns aspectos deterministas e economicistas característicos da vertente marxista também presentes em Prado Jr. e Sodré.

⁵ Em linhas muito gerais, estamos assumindo que a “Teoria do Sistema Mundo” elaborada por autores como Immanuel Wallerstein (1974, 2001, 2005) e Giovanni Arrighi (2001) se desenvolveu em estreita relação com a “Teoria da Dependência”, especialmente aquela compartilhada por autores como Ruy Mauro Marini (1976), Theotônio dos Santos (2000), Vânia Bambirra (1978) e André Gunder Frank (1980). A “Teoria do Sistema Mundo” traz variáveis importantes para pensar o surgimento/desenvolvimento da globalização e do capitalismo (segundo essa teoria, ambos estão interligados). O capitalismo, para além de um sistema “puramente” econômico, seria um “sistema mundial” que surge no século XVI (e não apenas na Revolução Industrial) com as grandes navegações e o inerente trânsito de mercadorias e culturas. Para os teóricos do “Sistema Mundo”, o surgimento do capitalismo não está restrito a formação de Nações ou Estados-nação. Ao contrário, engloba de forma conectada as esferas políticas, sócio-culturais e econômicas, sem hierarquia valorativa. Dentro do amplo espectro que engloba esse conjunto teórico, são desenvolvidas variáveis cíclicas de “longa duração” que estariam presentes em um quadro de disputa pelo controle hegemônico do “Sistema Mundo” em seus diferentes aspectos (econômicos, sociais, culturais e tecnológicos). Outro aspecto importante é o papel atribuído para cada país na conformação do capitalismo mundial, criando condições de ruptura com a lógica dicotômica simbolizada pela divisão “desenvolvido – sub-desenvolvido”. Em seu lugar surge à noção de países “centrais, periféricos e semi-periféricos”, relacionando-se nesse ponto com algumas noções da “Teoria da Dependência”. Basicamente, essa teoria possibilita pensar o Brasil como um dos primeiros “países periféricos” no sentido de exemplificar o papel desempenhado por ele no jogo de disputas pela hegemonia do Sistema Mundo e, também, na configuração que o capitalismo (pré-industrial) exerce sobre a formação social brasileira. O pesquisador Carlos Eduardo Martins (2011) fornece excelentes contribuições sobre os pontos de contato entre a Teoria da Dependência e a Teoria do Sistema Mundo, tendo nos oferecido através de sua obra subsídios para a formulação dessa nota.

1983). Para além da força de trabalho escravizada responsável pela expansão da economia colonial, os povos vindos de África foram determinantes para a dinâmica demográfica do Brasil, para a consolidação do que se poderia caracterizar como “cultura brasileira” e para a emergência de uma série de episódios de resistência frente às diferentes violências e violações que foram submetidos. Segundo Moura (1983), conformado o sistema escravista, “o cativo passou a ser visto como coisa [...], a sua humanidade foi esvaziada pelo senhor até que ele ficasse praticamente sem verticalidade; a sua rehumanização [*sic*] só era encontrada e conseguida na e pela rebeldia, na sua negação conseqüente [*sic*] como escravo.” (MOURA, 1983, p. 124).

É importante manter presente que a escravidão dos povos originários e dos povos trazidos de África marca a maior parte da história brasileira, constituindo-se como elemento central e abjeto da formação social, econômica e cultura do país. É a escravidão que cria as condições básicas para produção e acumulação de riquezas e conformação de elites, bem como, para o estabelecimento de núcleos de poder político que continuarão reverberando privilégios e mantendo desigualdades mesmo após a abolição formal da escravidão. O escravismo não é apenas um traço da formação social brasileira, é a sua espinha dorsal.

2.2 Pactos independentistas e Império

É uma tarefa difícil precisar historicamente o momento exato onde os “pactos de conciliação conservadora” – para manutenção do ordenamento social que sustenta o projeto colonial escravista e os privilégios das elites – se estabeleceram como uma espécie de “cláusula pétrea” da gênese da política brasileira.⁶ Como mencionado acima, o Regimento do Governo Geral de 1548 já previa algum nível de “pactuação” para manutenção dos interesses coloniais, mas é o marco “independentista” do século XIX que parece consolidar esse “modelo” que, por um lado faz a “gestão dos privilégios” e, por outro, asfixia as revoltas sociais que se insurgem contra o modelo colonial escravista. Caio Prado Júnior (1972, p. 43) sugere que a transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1808 caracteriza

⁶ Antonio Carlos Mazzeo (1989, p. 99-101) argumenta que no Brasil o “ecletismo” (que seria basicamente a síntese da “adequação” das teorias iluministas às “condições particulares” do Brasil, transformando o “liberalismo revolucionário” em “liberalismo conservador”) figurará como o prenúncio da “consciência conservadora” que irá alimentar certa “doutrina conciliatória” negadora de qualquer pressuposto “revolucionário” exceto àqueles necessários para fundamentar os diferentes episódios de “reação conservadora”. Afirma o autor que: “o ecletismo teórico será, então, assimilado e sistematizado pela burguesia brasileira, como manutenção do *status quo*, utilizando-se as reformas ‘pelo alto’. Sem os perigos de uma revolução, sem rupturas, tomava-se o passado dos tempos coloniais, conciliando-o com as novas formas político-organizativas que o Brasil irá necessitar, após sua emancipação política.” (MAZZEO, 1989, p. 100).

“praticamente” a Independência, consolidando uma transição da “Colônia para o Império” que substituiu o processo de ruptura pela via armada característico de outras “colônias americanas” da região. Um processo em que, segundo Octávio Ianni (1992, p. 14), “o que prevaleceu foi o passado, a continuidade colonial, o escravismo, o absolutismo. O modo pelo qual se organizou o Estado nacional garantiu a continuidade, o conservantismo [*sic*], as estruturas sociais herdadas do colonialismo, o lusitanismo”.

Em 1822, como marco temporal, a “América Portuguesa” torna-se uma “Monarquia independente” através de pactos e acordos econômico-militares entre agentes internos e externos (com destaque para o papel desempenhado pela Inglaterra) que consolida o “Brasil Império”.⁷ Uma transição de modelos – em grande medida – figurativa, sobretudo do ponto de vista social, pois mantém inalteradas as estruturas de dominação características de uma sociedade marcada pelo escravismo que segue em plena vigência. Octávio Ianni (1992, p. 20) afirma que “a persistência do escravismo e os artifícios do manto monárquico configuravam um poder estatal com as características de uma administração distante, estranha, alheia aos interesses populares”, fatores que, como veremos, seguem estruturantes na formação social brasileira.

Para Sodré (1962, p.175), a estrutura social brasileira desse período deixava evidentes as contradições entre classes e camadas sociais que, na elaboração do autor, são esquematicamente divididas dentro dos pressupostos da teoria marxista, como:

- a) “Senhores de terra e de escravos como classe dominante”;
- b) “Camada média” que seria constituída por funcionários, militares, pequenos comerciantes e proprietários, “letrados em geral”, “elementos que não viviam do trabalho alheio”;
- c) “Trabalhadores não escravizados” ou que estivessem “submetidos ao regime de servidão” (mantendo presente a dimensão “feudal” que caracteriza o posicionamento teórico e político de sua obra e pensamento);
- d) E escravos que, segundo entende o autor, estariam já em um período de ceder lugar “à servidão ou semi-servidão”.

⁷ Em leitura perspicaz, Sodré (1962, p. 173) afirma que “as forças internas, isto é, a classe senhorial dominante, estava interessada no comércio livre, mas não estava interessada no trabalho livre. As forças externas estavam interessadas em ambos. A contradição, aqui, entretanto, não era a principal. A contradição principal era a que separava a classe dominante colonial da Metrópole que detinha os lucros do monopólio de comércio. Permanecendo principal, esta contradição tomar-se-ia a base de um acordo entre as forças externas e as forças internas interessadas na eliminação do regime de Monopólio. Permanecendo secundária, a contradição referente ao tráfico negreiro e ao trabalho escravo prolongar-se-ia por quase todo o século XIX, gerando sucessivos atritos entre as forças internas e as forças externas.”

Dessa estrutura, o autor destaca aspectos mais binários (“os que trabalham” e os “que usufruem do trabalho”, “os senhores e os “escravos”, “os que detêm a propriedade dos meios de produção e os que dela são privados”) do que dialéticos, especialmente no sentido de que os “explorados” dessa relação (os escravos e trabalhadores livres, por exemplo) parecem figurar como ineptos ou incapazes de reagir. As divisões esquemáticas e binárias bem como as categorizações importadas da teoria marxista dificultam e, em alguma medida, impedem a compreensão de elementos nucleares das revoltas sociais – anteriores e posteriores ao período independentista – que estão situados para além dos fatores econômicos. A dificuldade de perceber e reconhecer o peso do escravismo, da fome, do espólio cotidiano das populações que não contam com qualquer “distinção” risca da história as experiências de resistência do que denominamos como “povo”.⁸ Deixa entender que as disputas políticas e de poder eram (e continuaram sendo) protagonizadas apenas pelas classes “com distinção”, ou seja, uma disputa intra-elites. Tal aspecto fica evidente quando o autor, mesmo reconhecendo a presença das “classes e camadas sociais” subalternas nas lutas e revoltas que atravessam o transcurso independentista, afirma que: “Tais lutas nos parecem insignificantes, passaram longo tempo despercebidas porque a história não atentou para elas, não as acolheu.” (SODRÉ, 1962, p. 175). Talvez seja porque “a história não as acolheu” que anos mais tarde o debate sobre a “revolução burguesa” ganharia novas disputas e polêmicas entre setores ilustrados, mantendo o “povo incauto” em distância segura para não atrapalhar os planos da “vanguarda esclarecida”.⁹

Para que não se confunda a leitura que fazemos com o que diz o autor, para que fique bem explícito a forma como este interpreta a participação das “classes e camadas sociais” nos conflitos pré-independência e suas impossibilidades enquanto sujeitos políticos, é importante destacar a formulação de Sodré em seus próprios termos:

Na Inconfidência Baiana os trabalhadores livres tiveram um papel destacado, sobre [*sic*] eles [*sic*] recaiu a violência metropolitana; sobre [*sic*] os

⁸ Aqui, desde uma acepção política e sociológica, estamos entendendo “povo” enquanto um conjunto de sujeitos diversos, inseridos em um determinado território, pertencentes a uma população que compartilha do jugo das opressões e dissabores da exploração resultante de um modelo desigual de organização e estratificação social. Contudo, não dispensamos a noção de povo enquanto força política (organizada ou não) em antagonismo às elites (religiosas, econômicas, políticas, culturais e sociais) de cada época.

⁹ Em que pese à crítica explícita formulada, é importante fazer referência a uma “exceção” nesse debate que nos parece vir justamente pelas contribuições de Florestan Fernandes (1976) em seu “ensaio sociológico” sobre “a revolução burguesa no Brasil”, especialmente quando Florestan confronta o modelo “etapista” desenvolvido pelo PCB. Por coerência intelectual é importante mencionar que na obra de Antonio Carlos Mazzeo (1989), intelectual e militante do PCB, é possível encontrar críticas à chamada “via clássica” de transição capitalista, avançando para uma abordagem (não menos problemática) que considera a “via colonial” ou “colonial-prussiana” para pensar a revolução burguesa no Brasil.

escravos, cujos motins são repetidos, recai a dos próprios senhores, reforçada pela da Metrópole, e tão nítida nas ações contra os quilombolas. Na Inconfidência Mineira estão presentes os elementos da camada média, militares, padres, letrados. As condições para que se organizem não existem, particularmente no caso dos trabalhadores livres. As condições para que formulem reivindicações são nulas para estes, reduzidíssimas para os elementos da camada média. (SODRÉ, 1962, p. 175-176)

Nos termos propostos, em que pese todas as disputas internas (intra-elites) que antecedem o período independentista e que seguem durante o Primeiro Reinado (1822-1831) e o Período Regencial (1831-1840), há uma série de incongruências e divergências entre as elites coloniais e lusitanas que irão ter implicação no que Sodré (1962) define como a criação de um aparelho de Estado que não irá parar de crescer e que não terá mais condições de “discriminar” os nativos da colônia e os nascidos na Metrópole. Para Sodré (1962, p. 189), a Independência seria então “uma empresa capitaneada pela classe dominante colonial, que a configura segundo os seus interesses”. Interesses que seriam, basicamente, manter a estrutura de produção internamente – e isso significa aliar-se com a Monarquia garantindo a continuação do modelo escravista articulando com “o seu próprio modelo de Estado” – e, no plano exterior, aliar-se com a burguesia européia. O “povo” (e as revoltas que protagonizou) figurava como “agente passivo”, “emocional”, por vezes “imprudente”, nesse processo.

Nesse sentido, existem alguns aspectos relativos aos planos teóricos e metodológicos de descrição e análise da história brasileira presentes nas obras de Sodré (1962) e Prado Jr. (1961, 1972), mas também de vários outros autores que tratam dessa temática em seus estudos,¹⁰ que chamam a nossa atenção e merecem um pequeno destaque nesse momento. Estamos nos referindo especificamente à forma descuidada, pouco entusiasmada e – em alguns casos – depreciativa como são abordados por esses autores os episódios de “revoltas populares”, de resistência negra ou de “alvorço” das populações não pertencentes às elites. O papel das “resistências” e das “rebeldias”, bem como os seus silenciamentos e apagamentos da “História” configuram um eixo importante de argumentação dessa tese e continuará sendo desenvolvido com mais profundidade à frente. Neste momento, de forma ilustrativa, passamos a destacar – dentro da narrativa sobre o período independentista e Imperial – a forma como Prado Jr. (1972) se refere às “camadas populares” e aos “escravos” no episódio da Independência:

¹⁰ Em nível de exemplo, aqui estamos nos referindo a autores como Sérgio Buarque de Holanda (2016), Gilberto Freyre (2001, 2003) e Raymundo Faoro (2001).

Mas, para compreendermos a revolução constitucional e sua repercussão entre nós, é preciso considerar ainda outro aspecto que nela ocorre. O desencadeamento da insurreição faz com que venham à tona, e explodam em agitações, as diferentes contradições econômicas e sociais que se abrigavam no íntimo da sociedade colonial e que a ordem estabelecida mantinha em respeito. Assim, as profundas diferenças sociais que separavam entre si as classes e setores sociais, relegando a massa da população para um ínfimo padrão de vida material e desprezível [*sic*] estatuto moral. São ainda as contradições de natureza étnica, resultado da posição deprimente do escravo preto [*sic*], e, em menor escala, do indígena, o que dá no preconceito contra todo indivíduo, mesmo livre, de côr [*sic*] escura. É a grande maioria da população que é aí atingida, e que se ergue contra uma organização social que além do efeito moral, resulta para ela na exclusão de quase tudo quanto de melhor oferece a existência da colônia. A condição dos escravos é outra fonte de atritos. Não se julgue normal a aparente quietação dos escravos (perturbada, aliás, pelas fugas, formação de quilombos, insurreições mesmo por vezes [*sic*]) fôsse [*sic*] expressão de um conformismo total. É uma revolta constante que lavra surdamente entre eles [*sic*], e que não se manifesta mais porque a comprime todo o pêso [*sic*] e fôrça [*sic*] organizada da ordem estabelecida. (PRADO JR., 1972, p. 45)

Essa citação demonstra de forma reveladora o papel dos sujeitos sociais não-pertencentes às elites ou “classes dirigentes” no processo que levará à Independência. Contudo, é lugar comum nos processos históricos narrados e analisados também por outros autores, e em diferentes épocas, o menosprezo ou “descuido” com a relevância desses sujeitos para a História. A própria noção de “classe”, “setores” e “forças” sociais, nesse caso, ajuda a apagar as singularidades de negros e indígenas no processo de opressão, deixando turva a percepção de como “desvalidos” de tal monta poderiam alterar as disputas de poder desde a sua “completa incapacidade” para “entender e atuar” sobre “tão complexos” acontecimentos. Os limites dessa forma de “homogeneização” se tornam mais evidentes quando Prado Jr. (1972, p. 46) aponta que é nesse cenário independentista que “encontramos, finalmente, as referidas fôrças [*sic*] populares, [ou seja] as camadas oprimidas da população brasileira que enxergavam na constituição que lhes era oferecida, perspectivas de libertação econômica e social.” (grifo nosso). Fica subentendido que é “apenas” nesse momento que as “forças populares” se constituem de maneira organizada e minimamente capaz de atuar sobre a política nacional. Assim como Sodré (1962), Prado Jr. (1972) indiretamente lega ao esquecimento os diversos episódios de “revolta” protagonizados por indígenas, negros e “caboclos”, contra o ordenamento vigente (seja no período colonial ou imperial).¹¹ O autor

¹¹ Para aprofundamentos sobre as “revoltas” levadas a efeito no Brasil “colonial” e “imperial”, ver a plataforma colaborativa “Impressões Rebeldes: documentos e palavras que forjaram a História do Brasil”, projeto desenvolvido no âmbito da Universidade Federal Fluminense (UFF) que disponibiliza documentos, iconografias e textos de diversos autores sobre as Rebeliões ocorridas no Brasil durante o período colonial e imperial. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/>. Acesso em: 02 nov. 2019.

caracteriza e posiciona essas “forças” ou “camadas populares” de maneira pejorativa ao afirmar que “[...] elas não se encontravam politicamente [*sic*] maduras para fazerem prevalecer suas reivindicações; nem as condições objetivas do Brasil eram ainda favoráveis para sua libertação econômica e social.” (PRADO JR., 1972, p. 46-47), como se “condições objetivas” se dessem a priori e a libertação pudesse ser alcançada através de “concessões favoráveis”.

Daí, aliás, a descontinuidade e falta de rumo seguro nos seus movimentos, que, apesar da amplitude que por vészes [*sic*] atingem, não chegam nunca a propor reformas e soluções compatíveis com as condições do país. As relações de classe existentes, e contra que se insurgiam, ainda se encontravam sólidamente [*sic*] alicerçadas na estrutura econômica fundamental do Brasil [...] e que não somente [*sic*] não se alterara, como prosperava; as relações de classe dela derivadas não se podiam, por isso, modificar sensivelmente [*sic*]. E assim a luta popular contra elas desencadeada não as atingirá, e a revolução não irá além daquilo para que o Brasil estava preparado, isto é, a libertação do jugo colonial e a emancipação política. Reformas mais profundas teriam ainda que esperar outros tempos e outro momento mais favorável e avançado da evolução histórica do país. A agitação popular será por isso dominada, serenando aos poucos. E permanecerá mais ou menos intacta a organização social vigente. É simplesmente no sentido da Independência que evoluirá a revolução constitucional. (PRADO JR., 1972, p. 47)

Contudo, as elaborações de Prado Jr. (1972) e Sodré (1962) são importantes para compreender um movimento teórico e metodológico que estrutura as “grandes linhas” do pensamento político brasileiro. O uso de conceitos e determinadas “chaves analíticas” – como *classe*, *revolução*, *emancipação* e *evolução* – que bebem no marxismo adotado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e desenvolvido pelos seus intelectuais, vão se tornar referenciais para uma corrente importante das Ciências Sociais no Brasil e exercerão influências políticas determinantes durante (e após) a ditadura civil-militar (1964-1985). Encontramos em algumas interpretações de Prado Jr. (1972) sobre a evolução política do Brasil, por exemplo, traços de análise que consideramos enviesadas e que estarão presentes em debates, disputas e polêmicas sobre a caracterização do golpe de 1964. São leituras sobre a formação social brasileira que influenciarão sobremaneira nas estratégias e táticas (corretas e equivocadas) adotadas por partidos como o PCB, mas também por outras forças e correntes de extração marxista, que irão exercer oposição à ditadura, seja pela via armada ou pacífica.

Quando o autor analisa o fim do primeiro reinado e a consequente abdicação do trono por Dom Pedro I, em 07 de abril de 1831, ficam evidentes traços de preconceito e “centralismo”. Ao apontar como causa do fracasso das “camadas populares”, naquele

contexto, a sua fragmentação e falta de um “projeto revolucionário” que fosse além das “tomadas de poder local”, indicava, por consequência, que: “Para esta vitória completa da reação concorre também e principalmente a atitude revolucionária inconseqüente [*sic*] das camadas inferiores.” (PRADO JR., 1972, p. 60). Para que fique bem contextualizado e explícito o ponto da nossa crítica, o autor, em suas palavras, afirma que:

De um lado está a massa escrava que representava então cêrca [*sic*] de 50% da população brasileira. Os escravos, além de seu baixo nível intelectual – grande parte vinha diretamente das selvas africanas, e por isso em nada se diferenciava das populações ainda em completo estado de barbárie de que provinha – eram divididos por profundas rivalidades tribais do seu *habitat* [*sic*] de origem; muitas vêzes [*sic*] nem ao menos falavam o mesmo idioma. Não formam por isso uma massa coesa, e não raro vemo-los tomarem armas uns contra os outros. Por isso também representam um papel político insignificante. Privados de todos os direitos, isolados nos grandes domínios rurais, onde viviam submetidos a uma disciplina cujo rigor não reconhecia limites, e cercados de um meio que lhes era estranho, faltavam aos escravos brasileiros todos os elementos para constituírem, apesar do seu considerável número, fatôres [*sic*] de vulto no equilíbrio político nacional. Só com o decorrer do tempo poderia a pressão de idênticas condições de vida transformar esta massa escrava numa classe politicamente [*sic*] ponderável, em outras palavras, transformá-la de uma classe *em si* noutra *para si*. (PRADO JR., 1972, p. 60-61, grifos do autor, sublinhado nosso)

Para além dos aspectos evidentemente racistas e das limitações doutrinárias (ou dogmáticas) da teoria e do método adotados para a análise do fenômeno, essa leitura vai fundamentando, grosso modo, a noção “etapista” do que seria a “verdadeira” ou “correta” “revolução brasileira”. Mais que isso, exclui as “camadas inferiores” da história política nacional, infantiliza experiências de genuína revolta, responsabiliza – de forma irresponsável – as “ondas revolucionárias” pela articulação da “reação”. “Culpar” a “revolta” e a “rebelião” popular que se expressam “sem limites” ou “de forma errada” ao não ceder assento para os centralismos e tentativas de hegemonização e cooptação tem sido uma fórmula de desqualificação muito utilizada ao longo da história política brasileira, se mantém e se atualiza no tempo.¹²

Segundo Prado Jr. (1972, p. 62), a partir de diferentes episódios de “revolta desordenada”, “forma-se no Rio de Janeiro a *Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional*, que inscreve no seu quadro social as mais prestigiosas figuras das classes conservadoras, inclusive regentes, deputados e senadores.” (grifos do autor). Ainda

¹² Como veremos mais à frente, no Brasil do século XXI, as revoltas de 2013, “desordenadas, espontâneas, sem lideranças definidas” (entre outras definições e adjetivações pejorativas), foram e continuam sendo apontadas e responsabilizadas pelo desencadeamento da ascensão conservadora, pela reação repressiva e pelo despertar e avanço de um fascismo de novo tipo.

segundo Prado Jr., será esta “Sociedade Defensora da Liberdade” a responsável por criar e organizar a “Guarda Nacional”, “[...] recrutada entre cidadãos de importância, e que serviu de contrapeso [*sic*] às tropas regulares, cuja duvidosa fidelidade estava sendo demonstrada pela atitude que não raro assumiam de solidariedade com o povo revoltado.” (PRADO JR., 1972, p. 62).

Este excerto da obra de Prado Jr. também nos ajuda a pensar outro aspecto central do argumento desta tese, que diz respeito ao papel desempenhado pelas “forças de repressão” na manutenção do *status quo* garantidor de privilégios para as elites de cada época. Como veremos, essas “forças repressivas” formadas inicialmente por mercenários¹³ comandados por “quadros ilustrados” das elites rurais e metropolitanas para aniquilar revoltas e revoltosos, logo conformarão a dita “Guarda Nacional” em 1831.¹⁴ Essa se tornará “Exército Nacional” e, pouco depois, irá conformar os “quadros ilustríssimos” das “Forças Armadas”, que no Brasil surgem com a “nobre missão” de garantir, a qualquer preço (mesmo que isso signifique levantar-se contra o seu próprio povo) os “interesses nacionais” (leia-se, os interesses das elites da qual formam – ou buscam formar – parte).

É importante manter presente que existiam antagonismos inconciliáveis nas disputas intra-elites e que os setores sociais que estamos denominando como “povo” muitas vezes se encontravam, circunstancialmente, “no mesmo lado do campo de batalha” que grupo (ou grupos) pertencente à elite que, por algum motivo, se levantava contra outros expoentes da sua classe, contra o próprio poder imperial ou mesmo contra a “burguesia européia”. Segundo Sodré (1962, p. 193) “Os interesses [*sic*] do senhor de engenho estavam longe de coincidir com os do fazendeiro de café, os destes [*sic*] eram diferentes dos do estancieiro, e os de todos não se harmonizavam com os do grupo mercantil [...]”. Nesse sentido, afirma Sodré (1962) que:

¹³ Segundo Sodré (1962, p.193), faltava ao Estado o instrumento para tornar efetiva sua ação, ou seja, não existia, ainda, organizações militares terrestres. “É por isso que cabe à Marinha, então improvisada, levar a repressão às zonas insubmissas, sob comando inclusive, as expedições punitivas, de chefes estrangeiros, autênticos mercenários, cuja brutalidade nas ações policiais deixou um sulco profundo no espírito de nossa gente. E logo aparece a necessidade de lançar mão de tropa mercenária, recrutada nas subúrbios [*sic*] européias, para fazer as vezes de força [*sic*] militar terrestre, de que o país não dispõe.” (SODRÉ, 1962, p. 193).

¹⁴ Em nível de exemplo, selecionamos um trecho da obra de Prado Jr. que expressa bem o contexto de surgimento e o papel atribuído à Guarda Nacional, bem como a serviço de que e de quem estavam: “O ministro da justiça não tem mãos a medir. Apela insistentemente para as câmaras, pedindo novas e novas medidas, cada qual mais rigorosa. Era preciso acabar com esta ‘anarquia’, como a denominava. ‘Seis mil cidadãos armados, declara em enérgico ofício à Câmara, seis mil cidadãos, não da qualidade dos que a 16 de julho derramaram a consternação na capital, mas seis mil proprietários e industriais, que representam cada um família e bens, que constituem a massa da mais rica e populosa cidade do Império, têm declarado não poderem mais sofrer a inquietação e sobre-salto [*sic*], os incômodos e prejuízos que lhes causam os anarquistas’. Sem o querer, talvez, caracterizava bem o ministro da justiça neste documento as classes em luta. De um lado *proprietários e industriais que representam bens*. De outro os ‘anarquistas’, isto é, o povo em luta por suas reivindicações, pela melhoria de suas condições de vida.” (PRADO JR., 1972, p. 63).

A sucessão das rebeliões provinciais inquieta aquela classe [dominante]. Levantam-se Pernambuco, em 1817, 1824 e 1848; a Amazônia, de 1834 a 1837; a Bahia, em 1837; o Maranhão, em 1838; São Paulo e Minas Gerais, em 1842; o Rio Grande do Sul, de 1835 a 1845. Há nessas rebeliões traços gerais, denunciando as contradições internas, particularmente dentro da própria classe senhorial, e traços específicos, em que se verifica a presença e a fôrça [sic] dos motivos regionais ou locais. Quase sempre visíveis nos seus descompassos políticos, correspondem, no fundo, à transição que a autonomia exige para a criação de um poder central apto a exercer-se em todo o território, como instrumento de uma classe que, embora dividida no secundário, deve apresentar-se unida no essencial, para assegurar a manutenção do regime que a serve. (SODRÉ, 1962, p. 195)

Fato é que em praticamente todos os levantes que envolveram (ou descambaram para) “revoltas populares” as “forças da ordem” se encarregavam de “devolver e manter o povo no seu lugar”. Os eventuais setores de elite envolvidos nos conflitos, se derrotados, negociavam os termos de rendição, deixando o “povo” – geralmente desarmado ou mal armado – jogado à própria sorte contra exércitos melhor armados e, não raro, constituídos por mercenários que quanto mais matassem mais ganhavam. Não era atípico que as divergências intra-elites que por ventura às levassem ao campo de batalha fossem resolvidas por acordos e pactos palacianos, frequentemente usando a traição às massas revoltosas e sua consequente dizimação como moeda de troca e “selo de pacificação”.¹⁵

A partir da segunda metade do século XIX, já com o “segundo reinado” em vigor e tentando enraizar no Império um sentido de “nação” em meio a um território desfigurado pelas recorrentes (e muitas vezes, intensas) revoltas e pelas contundentes violências para com as massas populares (ainda compostas majoritariamente por negros e indígenas), tanto o Imperador Dom Pedro II, como certos estratos da elite econômica e intelectual que conformavam o então Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), vão buscar erigir uma “História do Brasil” que contemple em sua narrativa o “verdadeiro caráter brasileiro” e inaugure uma “nacionalidade” (SCHWARCZ, 1993). Ou seja, uma criação “teórica” e “simbólica” que defina a “identidade de povo brasileiro”. Por óbvio, tal criação irá instituir de

¹⁵ Como temos apontado a centralidade do escravismo para compreender a formação social brasileira com todas as particularidades, singularidades e contradições desse processo, bem como o papel das “revoltas populares” (muitas protagonizadas amplamente por negros e índios) e dos “acordos e pactos” escusos intra-elites para garantia da continuidade do modelo de espoliação de *corpos* e *gentes*, entendemos como fundamental trazer em destaque um episódio (dentre muitos que poderiam ser invocados) ocorrido na “Guerra dos farroupos”. Estamos nos referindo ao “Massacre (ou traição) de porongos”, onde os “Lanceiros negros” (unidade militar composta por escravos convocados para lutar a “guerra farroupilha” em troca da liberdade) foram traídos e usados como moeda de troca numa negociação traiçoeira e repugnante. “Depois de lutarem, durante dez anos, não por dinheiro ou impostos, mas pela liberdade, no dia 14 de novembro de 1844 foram miseravelmente traídos no mais vergonhoso episódio dessa guerra, conhecido como “O Massacre de Porongos”. Desarmados, por seu comandante [David] Canabarro, esses homens foram traiçoeiramente entregues a sanha historicamente genocida de Caxias.”. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/breaking-news/2013/09/revolucao-farroupilha-a-batalha-de-porongos-covardia-traicao-falsidade/>. Acesso em: 02 out. 2019.

forma taxativa, centralizada e determinista – na melhor expressão do que é o “pensamento ilustrado” das elites – o que é relevante ou não para a “história nacional”, quais são os “signos” que compõem os “ideais nacionais”, o que é e quais são os “heróis brasileiros”. Conseqüentemente, essas elites acabam autoatribuindo-se distinção e criando redutos da “alta e verdadeira cultura” o que, por sua vez, retroalimenta o circuito das “belas e altas artes” e cria um mecanismo que resguarda a “pureza” e impede expressões culturais não legitimadas.

Nesse sentido, a criação da “Nação brasileira” imaginada – formada por pessoas brancas, logicamente, portadoras “dos mais nobres sentimentos” – não combinava com o retrato cruel de uma sociedade escravista e escravagista, nem com a realidade que mostrava um povo majoritariamente “de cor”. A “ilustração” e a “polidez” da civilidade almejada não era – supostamente – compatível com essa realidade. Lentamente algumas medidas precisavam ser pactuadas e consensuadas entre as elites, inclusive para evitar o risco de “rupturas indesejadas”, como no caso de tantas revoltas do período que assombravam as elites com o risco de mais uma “República Negra”.¹⁶ A esse respeito destacamos duas medidas estruturais que ganharam execução: o lento processo de transição para o fim da escravidão por meio de uma série de leis e decretos protelatórios, instituídos vagarosa e paulatinamente;¹⁷ e o incentivo da imigração¹⁸ enquanto “política de miscigenação”¹⁹ (que tentava esconder a

¹⁶ Estamos nos referindo ao exitoso exemplo da Revolução Haitiana (1791-1804), ou Revolta de *Saint-Domingue*, que fez do Haiti o primeiro território (ou país) independente e livre da escravidão do “novo mundo”, tendo inspirado diversas revoltas protagonizadas por pessoas escravizadas, mas que não obtiveram o mesmo êxito.

¹⁷ Em nível ilustrativo podemos indicar a Lei Eusébio de Queirós (1850) que proibia o tráfico de pessoas em situação de escravidão (lei que deu origem à expressão “para inglês ver”); a Lei do Ventre Livre (1871) que declarava livres os filhos de escravos que tenham nascido no Brasil; a Lei dos Sexagenários (1885) que previa a liberdade (e indenização, nunca efetivada) para pessoas escravizadas com mais de sessenta anos; e a Lei Áurea (1888) que burocrática e formalmente “abolía a escravidão” (mas não era capaz de acabar com a cultura escravista – e, a partir de então, racista – presente no ideário das elites brasileiras).

¹⁸ Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2000, p. 285), entre 1850 e 1900 um contingente de mais de dois milhões de imigrantes vindos de países como Alemanha, Espanha, Itália, Japão, entre outros, chegaram ao Brasil. Segundo dados contidos no primeiro recenseamento realizado no Brasil em 1872, a população brasileira era de mais de nove milhões de habitantes, sendo que 61,9% dessa população estava elencada entre pardos (38,1%), negros (19,7%) e “caboclos” – como eram nomeados os índios – (3,9%) (RECENSEAMENTO DO BRAZIL, 1872).

¹⁹ Essa “política de miscigenação” fica perceptível na construção de uma narrativa encadeadora do imaginário “simbólico” de nação que se buscava construir, com a “concretude” da realidade de uma sociedade matizada pelo escravismo. Nas palavras de Lilia Schwarcz: “[...] o prestigioso Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro realizava um concurso intitulado ‘como escrever a história do Brasil’, que premiaria o afamado naturalista alemão Karl von Martius. Mais interessante do que o vencedor é a tese defendida: ‘Devia ser ponto capital para o historiador reflexivo mostrar como no desenvolvimento sucessivo do Brasil se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento das três raças humanas que nesse país são colocadas uma ao lado da outra, de uma maneira desconhecida da história antiga, e que devem servir-se mutuamente de meio e fim’. Utilizando-se da metáfora de um poderoso rio, que correspondia a herança portuguesa, que deveria ‘absorver os pequenos confluente das raças Índia [*sic*] e Ethiopica [*sic*]’, o Brasil surgia representado a partir da particularidade de sua miscigenação. Não é acidental o fato da monarquia brasileira, recém instalada, investir em uma simbologia tropical, que misturava elementos das tradicionais monarquias européias, com indígenas, negros e muitas frutas coloridas.” (SCHWARCZ, 1996, p. 87).

“lógica de embranquecimento” presente na “mestiçagem”) que conformava o que poderíamos denominar como uma “ideologia de branqueamento”.²⁰ A esse respeito, Sodré (1962) afirma que:

As entradas ascenderam, rapidamente: dos 13.000 [sic], nos anos setenta, passa a 30.000 [sic], só em 1886; em 1887 será de 55.000 [sic]; em 1888, da ordem de 133.000 [sic]. O total para o último quartel do século ficou acima de 800.000 [sic], sendo quase 600.000 [sic] italianos. [...] Em 1871, o gabinete Rio Branco alcança uma vitória com a lei dita do Ventre Livre, que estanca a fonte vegetativa de escravos. Em 1884, é concedida a liberdade aos sexagenários. Nesse mesmo ano, as províncias do Amazonas e do Ceará libertam os seus escravos. Em 1888, finalmente, surge a Abolição. Em duas linhas a escravidão é liquidada: “Art. 1.º – É declarada extinta a escravidão no Brasil. Art. 2.º – Revogam-se as disposições em contrário.”. (SODRÉ, 1962, p. 251-252)

Todo esse processo configura a base sólida onde será construído o alicerce do “mito da democracia racial” e de onde será erguido o “racismo estrutural”, marca congênita da futura república.

2.3 Fator militar, República e golpes

Dentro dos estudos, discussões, polêmicas e narrativas que envolvem a formação social brasileira existem alguns elementos chave que funcionam como “elos encadeadores” para a compreensão estrutural desse processo de raízes profundas. Como será abordado de forma detalhada mais à frente, para além de eventos históricos que conformam uma linha cronológica estanque e unitária, a constituição desse debate teórico e científico está permeado por escolhas e intencionalidades. Os “elos encadeadores” acionados e utilizados vão depender, por exemplo, da corrente teórica e dos interesses de classe a que se filia o intelectual responsável pela elaboração de determinada tese. Isso ajuda a explicar porque determinados eventos de implicação ímpar são reiteradamente invisibilizados pelas “narrativas hegemônicas”, enquanto outros são enaltecidos de forma recorrente.

Para dar consequência ao nosso argumento – atentos e cientes dos riscos da parcialidade e da dicotomização – assumimos em nível de exemplo, respectivamente, a questão do escravismo e a questão militar. O primeiro, como vimos, reiteradamente invisibilizado, ou quando muito, abordado de maneira pejorativa ou superficial. O segundo, como veremos, será constituído sob a égide do (pseudo) heroísmo, acabará enaltecido como

²⁰ Estamos pensando “embranquecimento”, “mestiçagem” e “ideologia de branqueamento” desde as contribuições de Kabengele Munanga (1999) e Lilia Schwarcz (1993).

“ pilar da nação”. De “ responsável pela República” logo será visto como “ guardião da pátria” (SODRÉ, 2010).²¹

As raízes do processo de formação social e a forma como é estudado e narrado, com suas razões e inevitáveis consequências, de tempos em tempos fazem brotar das profundezas questões não (ou mal) resolvidas. Dentro dessa analogia botânica envolvendo raízes, poderíamos associar às questões mal resolvidas da “ árvore brasileira” com espécies de ervas daninhas, que se não extirpadas por completo – ou seja, removida pela raiz – voltam a brotar, ramificam e florescem asfixiando o organismo da “ árvore” da qual são parasitárias. Nesse sentido, dentre muitos exemplos que poderiam ser elencados, estamos assumindo que o fator militar se apresenta como uma dessas “ questões (não) ou mal resolvidas” que, de tempos em tempos, de forma recorrente, “ voltam a brotar” e a colocar em risco a “ árvore brasileira” e seus demais “ hospedeiros”.

Como apontado anteriormente, estamos assumindo que o fator militar no processo de formação social brasileiro está associado à repressão das revoltas e a garantia de manutenção do *status quo* elitista do período colonial/imperial. Formadas inicialmente por mercenários contratados para asfixiar revoltas que se espalhavam pelo país entre o período independentista e a consolidação do Império – com ênfase nos conflitos do período regencial (1831-1840) –, logo esses “ exércitos” conformarão junto aos “ quadros ilustres da elite” a “ Guarda Nacional”. Essa tomará forma de “ Exército Nacional” e, pouco depois, irá conformar as “ Forças Armadas”. Sodré (2010) identifica nesse movimento de conformação das Forças Armadas nacionais mais do que o surgimento do aparato repressivo de Estado, aponta para a emergência de uma “ classe social” intermediária entre a elite e os trabalhadores, uma “ classe média”. Em última instância, Sodré (2010) identifica uma gênese democrática nos militares brasileiros, sem negar, contudo, os expoentes conservadores e reacionários. No âmbito deste trabalho, mais do que a história das forças armadas, nos interessa pensar o papel que desempenham na formação social brasileira, especialmente no que se refere à conformação da estrutura social garantidora dos privilégios das elites de sempre resguardadas sob o manto do conservadorismo.

Nesse sentido, partimos do pressuposto que as disputas de narrativas inauguram uma verdadeira “ disputa de memória” e que essa se configura como condição *sine qua non* para

²¹ Para não cair em uma análise rasa e nem fazer uso de uma crítica oportunista, é importante situar que uma das obras que nos serve de referência para a discussão do fator militar – “ História militar do Brasil”, de Nelson Werneck Sodré (2010) – está situada no contexto do golpe de 1964, tendo sido escrita a sua primeira edição em 1965, ainda dentro de um contexto em que Sodré e outros militares acreditavam ser possível disputar “ democraticamente” por dentro das Forças Armadas os rumos da “ revolução”.

compreensão dos elementos de fundo (pactos e conciliações) que constituem as narrativas explicadoras sobre a qual se funde “Estado, governo e sociedade” (BOBBIO, 2012) no Brasil, considerando como marco desse processo a Proclamação da República (1889) e o fator determinante das “Forças Armadas” na consolidação dos poderes.²²

Do ponto de vista dos vários critérios que foram adotados para distinguir as várias formas de poder, a definição do poder político como o poder que está em condições de recorrer em última instância à força (e está em condições de fazê-lo porque dela detém o monopólio) é uma definição que se refere ao meio de que se serve o detentor do poder para obter os efeitos desejados. O critério do meio é o mais comumente usado inclusive porque permite uma tipologia ao mesmo tempo simples e iluminadora: a tipologia assim chamada dos três poderes – econômico, ideológico e político, ou seja, da riqueza, do saber e da força. O poder econômico é aquele que se vale da posse de certos bens, necessários ou percebidos como tais, numa situação de escassez, para induzir os que não os possuem a adotar uma certa conduta [...] O poder ideológico é aquele que se vale da posse de certas formas de saber, doutrinas, conhecimentos, às vezes apenas de informações, ou de códigos de conduta, para exercer uma influência sobre o comportamento alheio e induzir os membros do grupo a realizar ou não realizar uma ação. Deste tipo de condicionamento deriva a importância social daqueles que sabem, sejam eles os sacerdotes nas sociedades tradicionais, ou os literatos, os cientistas, os técnicos, os assim chamados “intelectuais”, nas sociedades secularizadas, porque através dos conhecimentos por eles difundidos ou dos valores por eles afirmados e inculcados realiza-se o processo de socialização do qual todo grupo social necessita para poder estar junto. O que têm em comum estas três formas de poder é que elas contribuem conjuntamente para instituir e para manter sociedades de desiguais divididas em fortes e fracos com base no poder político, em ricos e pobres com base no poder econômico, em sábios e ignorantes com base no poder ideológico. Gericamente, em superiores e inferiores. (BOBBIO, 2012, p. 82-83)

Dentro do processo republicano são diferentes aspectos que impactam no imaginário da formação social brasileira e nos desdobramentos de memória coletiva (nos termos desenvolvidos por Maurice Halbwachs (1990)) desse período. Como se pode presumir a partir do fragmento retirado da obra de Norberto Bobbio (2012), para compreender Estado, Poder e Governo – especialmente em um país como o Brasil, maculado pela chaga da escravidão e de desigualdades estruturais – não se pode separar em níveis de importância hierárquica os

²² Segundo elaboração de Francisco Weffort (2006), “a Primeira República (1889-1930) foi vista, para além das mudanças da forma institucional, como uma continuação do Império. Assim como na passagem da colônia para o Primeiro Reinado, também na passagem do Império para a República alguns cronistas sentiram-se tentados a reafirmar a continuidade de uma história que mantém fortes vínculos com o passado. [...] Outro aspecto notado na primeira hora da República foi a ausência do povo no cenário político. Ficaram célebres as palavras de Aristides Lobo (1838-1896), ministro do Interior do governo provisório, que descreveu a proclamação da República como um golpe militar. ‘Por ora, a cor do governo é puramente militar, e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula. O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava.’” (WEFFORT, 2006, p. 223-224).

aspectos jurídicos-políticos dos econômicos e ideológicos. Por isso a necessidade de colocar atenção na relação entre memórias e o papel das “narrativas oficiais” na “formação e formatação” da História. Um exemplo dessa relação é a pretensa unidade umbilical e indivisível entre a formação do Estado brasileiro – Imperial (1822) e, posteriormente, republicano (1889) – com as Forças Armadas, que desde Duque de Caxias (Luiz Alves de Lima e Silva, patrono do Exército Brasileiro) se arvoram “guardiãs e defensoras da Pátria”, bem como, “garantidoras dos poderes constitucionais, da lei e da ordem”.²³

A presença militar na formação do Estado brasileiro e sua influência direta nos processos políticos – pela tutela e pelos golpes – que se seguiram com o passar dos anos é fato notório e comprovado. A proclamação da República em 1889 se deu através de um golpe de Estado conduzido por um militar, o Marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891). A primeira República, ou “República Velha”, chega ao fim no ano de 1930, por meio de um golpe de Estado conduzido por Getúlio Vargas (1930-1945),²⁴ que apesar de curta passagem pelas Forças Armadas, tinha trânsito e apoio entre militares devido à participação de seu pai, Manuel Nascimento Vargas, na Guerra do Paraguai.²⁵ Durante a “Era Vargas” o país passou

²³ Vale destacar o que diz o Artigo 142 da Constituição Federal de 1988: “As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.” Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_atual/art_142_.asp. Acesso em: 10 out. 2017. Mesmo com a inclusão do excerto “[...] garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem” em relação aos textos Constitucionais anteriores (1824, 1891-1934, 1937, 1946), a noção de “esteios da pátria” e “baliza da moralidade” se mantém intocada nos imaginários e memórias dos militares brasileiros, tal como está demonstrado em ampla bibliografia. Aqui estamos referindo especialmente à vasta obra de Maria Celina D’Araujo em parceria com Celso Castro e Gláucio Ary Dillon Soares (1994, 1995, 1997, 2010, 2014).

²⁴ Segundo a biografia de Getúlio Vargas disponibilizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC): “Em 1898, decidiu seguir carreira militar, solicitando matrícula na Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo (RS), primeiro passo no caminho do oficialato. Getúlio teve de esperar um ano por falta de vaga, segundo Barros Vidal. Com o objetivo de facilitar sua matrícula na escola de Rio Pardo, alistou-se em fevereiro de 1899 no 6º Batalhão de Infantaria, sediado em São Borja. Foi rapidamente promovido à segundo-sargento. Em março de 1900, matriculou-se afinal na Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo. Em maio de 1902, porém desligou-se da escola, em solidariedade a alguns colegas que haviam sido expulsos por um incidente disciplinar. Voltou à tropa, dessa vez no 25º Batalhão de Infantaria, sediado em Porto Alegre. Predisposto a abandonar a carreira das armas, matriculou-se na Escola Brasileira com o intuito de completar o curso secundário, já decidido a estudar direito. No começo de 1903, quando se preparava para deixar o Exército, surgiu uma ameaça de conflito armado entre o Brasil e a Bolívia, em decorrência da disputa pelo território do Acre. Apresentando-se à sua unidade, partiu em fevereiro para Corumbá (MS), no então estado de Mato Grosso. A Questão do Acre, porém, foi resolvida pela diplomacia do barão do Rio Branco e não pelas armas, como esperava Vargas. Em dezembro de 1903, após dar baixa do Exército, Getúlio ingressou na Faculdade de Direito de Porto Alegre como aluno ouvinte. Em março de 1904, matriculou-se no segundo ano da faculdade, após prestar exames das cadeiras que constituíam o primeiro ano do curso de direito.” Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/getulio-dornelles-vargas>. Acesso em: 12 dez. 2019.

²⁵ Nos interessa mencionar o caso de Manuel Vargas justamente por ilustrar o papel de “distinção” (no sentido atribuído por Pierre Bourdieu (2007)) que os títulos militares garantiam na conformação do “poder local” pela via do “coronelismo” (nos termos desenvolvidos por Victor Nunes Leal (2012) que, por sua vez, criavam redes

por duas Constituições (Constituição de 1934 e 1937) e uma série de manobras, arranjos e pactos dignos de um Estado ditatorial que, entre outros objetivos, intencionava a manutenção do poder político pelos militares, mantendo atrelados os “interesses da Nação” aos “desígnios das Forças Armadas”.²⁶

Em um re-arranjo de poder entre setores civis e as Forças Armadas, Getúlio Vargas é deposto em 1945 por um novo movimento que pôs fim a “Ditadura do Estado Novo”. Após curto período transitório é aprovada uma nova Constituição em 1946, onde o militar Eurico Gaspar Dutra é eleito Presidente e tem início uma época de democracia formal onde o próprio Getúlio Vargas retornará à presidência do país, agora eleito “democraticamente” (NETO, 2013; SODRÉ. 1997). Nesse curto período de democracia formal, que se estende da Constituição de 1946 até o golpe civil-militar de 1964, os militares sempre estiveram presentes na vida política nacional tal como nos primeiros anos da República e durante a ditadura de Getúlio Vargas. As pressões militares se evidenciam em diferentes eventos, como nas articulações que levaram Vargas ao suicídio em 1954 e na tentativa de golpe de Estado em 1961, quando da renúncia do então Presidente Jânio Quadros.²⁷

de privilégios e influência intra-elites. Essas “redes” que retroalimentavam as heranças econômicas (oligarquias/latifundiárias) e políticas (coronelismo) garantiram à Vargas um duplo “status” para as disputas políticas: o trânsito e a confiança das elites econômicas e militares. Segundo o verbete “Getúlio Vargas” disponibilizado pelo CPDOC: “O pai de Getúlio, Manuel do Nascimento Vargas, combateu na Guerra do Paraguai, distinguindo-se como herói militar. Começou a guerra como simples cabo para encerrá-la como tenente-coronel. Uma vez desligado do Exército, estabeleceu-se como fazendeiro em São Borja e em 1872 casou-se com Cândida Dornelles, com quem teve cinco filhos: Viriato, Protásio, Getúlio, Espártaco e Benjamim. No final do Império, tornou-se o chefe político local do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Em 1893, já na República, combateu os federalistas que se insurgiram contra o governo de Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul, desencadeando a chamada Revolução Federalista. Bateu-se contra as tropas de Dinarte Dornelles, tio materno de Getúlio e líder federalista no município, o que contribuiu para que se introduzisse e permanecesse viva dentro da família Vargas a acirrada e histórica contradição entre “chimangos” (republicanos) e “maragatos” (federalistas). A guerra civil terminou em 1895 com a vitória dos republicanos e o PRR tornou-se o partido dominante no estado, sob a direção de Júlio de Castilhos e seu sucessor Antônio Augusto Borges de Medeiros. Manuel Vargas recebeu uma promoção a coronel de Floriano Peixoto e outra a general-de-brigada, concedida por Prudente de Moraes. Em 1907 foi intendente — cargo correspondente ao do atual prefeito — de São Borja, o mesmo acontecendo mais tarde com seus filhos Viriato e Protásio.” Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/getulio-dornelles-vargas>. Acesso em: 12 dez. 2019.

²⁶ É possível encontrar indícios dessas relações insidiosas em Sodré (2010).

²⁷ Em que se pese a discussão sobre a formulação de “narrativas” a partir dos “clássicos da inteligência brasileira” e suas correspondências na “formação social” do país, trazemos uma citação de Guerreiro Ramos onde, para além de mais uma obra polêmica de interpretação nacional, existe algo em meio à ironia que nos parece original e de certa maneira intui alguns dilemas que o Brasil enfrentaria em anos seguintes e diz muito sobre as diferentes acepções que a “Revolução Brasileira” teria na produção de diferentes intelectuais. Diz o autor a respeito da crise do poder no Brasil a partir da eleição de Jânio Quadros que: “Criadas se encontram no Brasil as condições objetivas da revolução nacional. Falta criarem-se as subjetivas. É provável que no presente quinquênio [sic] do Presidente Jânio Quadros surja momento de intensa fermentação revolucionária. É necessário que, na oportunidade, estejam organizados os quadros capazes de merecer esse [sic] momento. Então deverá ser cortado o nó górdio do processo brasileiro, ato que, de uma vez por todas [sic], divorciará a nação da antinação [sic]. O modelo da revolução brasileira será necessariamente inédito. Foge assim a domesticação à distância. Não será soviético. Não será chinês. Não será cubano. Em toda [sic] sua História, o Brasil tem sido

A Campanha pela Legalidade que impediu o golpe em 1961 e garantiu a posse de João Goulart como Presidente não se repetiria em 1º de abril de 1964, quando a articulação das Forças Armadas, com setores da elite civil e com apoio logístico e militar do governo dos Estados Unidos da América (EUA) efetivam um golpe de Estado que depõe João Goulart da presidência e dá início ao período ditatorial que se estenderá até 1985 (SCHILLING, 1979; FICO, 2008; FERREIRA, GOMES, 2014).²⁸ Importante mencionar que o “evento golpista” gestado – sem exagero retórico – “na cara” das esquerdas, setores de oposição e de toda a sociedade – estando ela completamente ciente disso, ou não – não encontrou episódios imediatos de resistência à altura do que estava acontecendo. Os anos seguintes demonstrariam o peso da tirania do regime ditatorial comandado pelas Forças Armadas e do Estado autoritário sobre toda a população. As esquerdas e todos os setores sociais que se colocaram em oposição sentiram o peso das perseguições de todo tipo, das torturas, dos desaparecimentos... Os dilemas da “Revolução brasileira” seriam uma chaga a mais e uma dificuldade a mais para as esquerdas enfrentarem, ou seja, além da ditadura precisaram enfrentar a si mesmas e suas incompreensões e equívocos sobre a formação social brasileira.

O que veio a se conformar como a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) teve início muito antes da sua deflagração como golpe de Estado no ano de 1964. Sob o influxo da Guerra Fria, setores do alto comando das Forças Armadas Brasileiras tramavam e conspiravam junto ao governo dos EUA e das elites civis-empresariais brasileiras o que seria uma “intervenção cirúrgica” na realidade social e política do Brasil já em meados dos anos 1950 como documentado e analisado amplamente por René Armand Dreiffuss (1987, p. 161-175). Essa intervenção tinha por objetivo, entre outros, manter tutelado e sob controle o desenvolvimento nacional e as forças políticas – especialmente de esquerda – que passavam a ganhar projeção como antítese ao modelo explorador e dependente simbolizado pelo capitalismo nacional-desenvolvimentista brasileiro (FERNANDES, 1976).

O golpe de 1964 e a ditadura que se seguiu a ele, tiveram evidente caráter de classe (DREIFFUS, 1987). Em primeira instância, o projeto ditatorial buscava sufocar as lutas populares e socializantes então em curso no país, de modo a garantir o modelo capitalista dependente (MARINI, 1976) e favorável à manutenção dos privilégios de classe da elite econômica (FERNANDES, 1972).

original na América e no mundo. Eis por que o quadro da revolução nacional brasileira será necessariamente independente em relação a qualquer espécie de Internacional.” (RAMOS, 1961, p. 17).

²⁸ A escolha por essas obras se deve ao fato de simbolizarem, em certa medida, um exemplo de “disputas de memória” onde um mesmo evento pode ser observado, interpretado e narrado de distintas maneiras. O nosso interesse, em especial, repousa justamente nas distintas intencionalidades e nas memórias que buscam construir ou acionar.

Os mecanismos de coerção e controle social adotados pela ditadura e sustentados pelo domínio que esta exercia sobre os “Aparelhos Ideológicos e Repressivos de Estado” (ALTHUSSER, 1992),²⁹ garantem a execução das demais instâncias do projeto ditatorial. Esse projeto assume caráter civil-militar pelo apoio que recebe dos setores da burguesia nacional que dele são diretamente beneficiados. Esse apoio se caracteriza tanto no âmbito da administração da burocracia do Estado, como na repressão aos grupos e Organização que se opõem e oferecem resistência (ALVES, 2005).³⁰

Com a consolidação da ditadura, as elites nacionais e internacionais lograram êxito no seu projeto de impedir – uma vez mais – o processo de desenvolvimento social e econômico autônomo e independente do Brasil (IANNI, 1994). Se utilizando do expoente da força e da violência, os setores civis e militares alinhados com a ditadura levaram a efeito toda sorte de violações aos direitos humanos para impor o seu projeto nacional. As lutas e resistências – uma vez mais – estiveram presentes e atuantes no cenário de disputa social, tendo garantido o desgaste progressivo do regime ditatorial mesmo sob o alto custo da repressão implacável que se lançou sobre aqueles que ousaram tal movimento de oposição (GORENDER, 1987; RIDENTI, 1993).

O inevitável fracasso do projeto político e do modelo social e econômico que era sustentado pela ditadura, somado a progressiva reorganização dos Movimentos Sociais (VIOLA, 2008) após a sua quase total aniquilação durante a primeira década do regime (1964-1974), deram início ao que ficaria conhecido como uma “distensão lenta, gradual e

²⁹ Segundo Louis Althusser: “O Estado é uma ‘máquina’ de repressão que permite as classes dominantes (no século XIX à classe burguesa e à ‘classe’ dos grandes latifundiários) assegurar a sua dominação sobre a classe operária, para submetê-la ao processo de extorsão da mais-valia (quer dizer, à exploração capitalista)”. (ALTHUSSER, 1992, p. 62). Althusser (1992, p. 67), afirma que os aparelhos repressivos de Estado (ARE) (o governo, a administração, as Forças Armadas, a polícia, os tribunais e as prisões) funcionam através da violência, essencialmente. Pois a repressão administrativa geralmente conta com formas não físicas de violência. Os ARE’s têm atuação direta e dispensam “aprovação” da sociedade. São autolegitimados. Já os aparelhos ideológicos do Estado (AIE) (religião, escola, família, jurídico, político, sindical, cultural) seriam instituições que não se apresentam imediatamente “visíveis” à sociedade, atuando de forma mais velada (ALTHUSSER, 1992). Althusser (1992, p. 68) afirma, também, que enquanto os ARE pertencem ao domínio público, a maior parte dos AIE’s remetem ao domínio privado. Contudo, a principal diferença entre os dois, segundo Althusser, está ligado ao ARE se utilizar da violência e o AIE da ideologia.

³⁰ Um exemplo evidente da participação da elite civil-empresarial é a famigerada Operação Bandeirantes (OBAN) que iniciou suas atividades em 1969, no auge da repressão à resistência. A OBAN era financiada por vários empresários, que não raras vezes, também participavam das seções de tortura. Segundo afirma Elio Gaspari em seu livro “A ditadura escancarada”: “Na Federação das Indústrias de São Paulo [FIESP], convidavam-se empresários para reuniões em cujo término se passava o quepe.” (GASPARI, 2002, p. 62). Para maiores informações sobre a OBAN tomamos referência na obra de Mariana Joffily (2013): “No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo (1969-1975)”.

segura”,³¹ que seria a baliza da transição pactuada para a democracia. A aprovação da “Lei de Anistia” no ano de 1979 – baseada na imposição de uma “lógica da reciprocidade” que equiparou e “perdoou” crimes de lesa humanidade praticados por agentes do Estado com ações desenvolvidas por militantes ligados às Organizações de esquerda – instituiu a “ideologia da reconciliação” que deu origem a uma memória do consenso (TELES, 2010). Essa “ideologia” e esse tipo de memória solidificaram em amplo segmento da sociedade brasileira, com a anuência de setores da oposição e das esquerdas políticas, o silêncio, o esquecimento e, principalmente, uma “cultura do medo” (BAUER, 2012) associada diretamente às heranças autoritárias do período ditatorial. Nesse sentido podemos invocar Paul Ricoeur nas palavras e interpretação de Jeanne Marie Gagnebin (2010) sobre o caráter *antitético* do perdão:

Se me demoro um pouco na questão da anistia, e na medida em que, apesar das aparências, ela não prepara de jeito nenhum para a justa compreensão da ideia de perdão. Ela constitui, em muitos aspectos, sua antítese. [...] À interdição de toda ação jurídica, portanto à interdição de qualquer perseguição dos criminosos, junta-se a interdição de evocar os próprios fatos sob sua qualificação criminosa. Trata-se portanto de uma verdadeira *amnésia institucional* que induz a fazer como se o evento não tivesse acontecido. [...] O preço a pagar é pesado. Todos os *malefícios do esquecimento* estão contidos nessa incrível pretensão de apagar os rastros das discórdias públicas. Nesse sentido, a anistia é o contrário do perdão, o qual, como veremos, requer a memória. Cabe então ao historiador (cuja tarefa e tornada singularmente difícil pela instauração do esquecimento institucional) refutar pelo discurso a tentativa pseudojurídica de apagar os fatos. (RICOEUR, 1995, p. 205-206 *apud* GAGNEBIN, 2010, p. 181)

Esses elementos contribuíram para que noções como “verdade” e “justiça” tivessem seu sentido desfigurado e, também, para que não houvesse a construção de uma memória social (RICOEUR, 2007) sustentada no conhecimento e reconhecimento dos crimes e graves violações aos direitos humanos cometidos durante o período ditatorial. A invisibilização dessas memórias garante a continuidade e a manutenção da “História oficial” via “interdição do passado recente” (ALMEIDA TELES, 2012), ou ainda, favorece a continuidade de lógicas de equiparação – o “mito dos dois demônios” (CRENZEL, 2013) – em que supostamente “os dois lados” cometeram “excessos”. Esses elementos acabam encobrendo outros fatores de importância substancial para o entendimento dos motivos que levaram ao golpe de Estado e a

³¹ Conforme foi anunciado pelo General Ernesto Geisel em 1974. (REIS FILHO, 2014, p. 99). Estamos tomando como referência os depoimentos de Geisel ao jornalista Elio Gaspari (2003), transcritos na obra “A Ditadura Derrotada: o sacerdote e o feiticeiro”, especialmente a última parte do livro, “Parte IV: A derrota”.

ditadura que se seguiu a ele, bem como, a luta e a resistência que foram estabelecidas em oposição.

2.4 As disputas, a Memória e a História

Como afirmado, desde o período Colonial-escravista, passando pelo Império e chegando à República, a história do país é marcada por conflitos, revoltas, rebeliões, motins e guerrilhas, resultantes das tentativas de dominação, espoliação, saques, e pelas respectivas resistências e contraposições a este estado de coisas por parte de expressivos setores populares. Em nível de exemplo pode-se convocar à memória: os Tamoios do século XVI (FERRETTI, 2015);³² os Quilombos dos séculos XVII-XVIII (FLORENTINO; AMANTINO, 2012);³³ as Guerras Guaraníticas (VIEIRA, 2005)³⁴ e a Conjuração Baiana (VALIM, 2007) do século XVIII; a Cabanada (MELLO, 2015),³⁵ a Cabanagem (RICCI, 2007),³⁶ a Revolta do Malês (REIS, 2003), a Balaiada (JANOTTI, 2005)³⁷ e Canudos (MACEDO; MAESTRI, 2004) no século XIX; e, no século XX, dentro de um leque amplo e variado de possibilidades, destacamos a Revolta da Vacina (RIO DE JANEIRO, 2006),³⁸ o Contestado (OLIVEIRA, 2006),³⁹ a Greve Geral de 1917 (TOLEDO, 2017),⁴⁰ a Intentona Comunista (SODRÉ, 1986), o Movimento da Legalidade (PADRÓS; *et al.*, 2010) e a Guerrilha do Araguaia (MORAIS; SILVA, 2005).

Esses exemplos – pinçados dentre um universo de possibilidades que a história brasileira oferece – servem para demonstrar, por um lado, o nível considerável de conflitividade social que costura nossa história e, por outro, o espaço (restrito) que ocupam nas “narrativas oficiais” e na memória coletiva da população. A forma como essas narrativas e memórias encontram espaço para se afirmarem social e coletivamente é central. A memória coletiva, tal como desenvolveu Maurice Halbwachs (1990), se constituiu a partir das relações

³² Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/831/537>. Acesso em 10 jan. 2018.

³³ Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v19s1/14.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

³⁴ Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/102712/230079.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 abr. 2016.

³⁵ Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2326/1599>. Acesso em: 20 jan. 2017.

³⁶ Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a02.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.

³⁷ Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/his/v24n1/a03v24n1.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

³⁸ Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204434/4101424/memoria16.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2018.

³⁹ Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/contestado/trabalhos/OLIVEIRASusan.pdf>. Acesso em 22 jun. 2016.

⁴⁰ Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v30n61/0103-2186-eh-30-61-0497.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2018.

entre fatos vividos (realidade) e lembranças. Como “lembranças” seriam (supostamente) de ordem subjetiva, a ciência se encarregou da “objetividade dos fatos vividos”. Em alguma medida, a ciência da memória passou a ser a História. No entanto, como aponta Jacques Le Goff (1990) e Pierre Nora (1993), a memória e a História não são sinônimos, pelo contrário.

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível [*sic*] de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a toma sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p. 9)

Assim como em Nora (1993), é possível presumir a partir da leitura de Michel Foucault (2008), que a História pode ter origem em narrativas lineares, mais ou menos arbitrarias, que advêm e dão sentido a determinados fatos em detrimento de outros. Ou seja, a História enquanto ciência é coroada por legitimidade, tem poder de autoridade sobre as histórias e *estórias*, bem como, sobre as narrativas e interpretações do que passou (ou sobre o passado). Um processo que pode constituir “verdades” e “não-verdades”, “legitimar” ou “deslegitimar” lembranças e, com isso, “formar, conformar ou deformar” memórias. Não é difícil presumir, dentro de uma sociedade de classes, quem detêm os elementos para “escrever” e definir a “História oficial”.

Esta pode ser uma variável aplicada à história e à memória dos conflitos, lutas e resistências que constituem o imaginário “brasileiro” desde as “narrativas oficiais” ou da “história oficial”, onde determinados fatos vividos ganham espaço, respaldo e projeção, enquanto outros são relegados ao silenciamento e ao esquecimento (RICOEUR, 2007). Assumindo que esta variável pode ser uma hipótese de análise válida para pensar disputas de

memória, não seria exagero afirmar que os processos de formação social brasileira foram (e estão) marcados por uma seleção arbitrária de fatos que compõem o imaginário de Nação, bem como, correspondem a determinadas intencionalidades por parte dos atores sociais que detêm o poder de construir as “narrativas oficiais” e escolher o que é importante ou não.⁴¹

Nesse sentido, buscamos instrumental teórico e analítico na crítica que vem sendo construída por Jessé Souza (2015, 2016, 2017), especialmente no que se refere ao processo de constituição e reprodução de um “pensamento nacional” que se propõe (ou foi categorizado como) “intérprete do Brasil”.⁴² Segundo Souza (2015), esse processo – levado a efeito com o aporte das elites (intelectuais, inclusive) – resulta em uma “manipulação” dos fatos, da história e, em última instância, da própria “realidade”.

Para além de Jessé Souza, não é extemporâneo o movimento acadêmico de “re-encantamento” (através da aprovação ou reprovação, crítica ou acrítica) de alguns autores e obras clássicas da “inteligência brasileira”, entendidas como precursoras do pensamento social-político e da interpretação nacional. De forma quase inconteste, são lidas, entendidas e defendidas como “guardiãs” de uma narrativa criadora, promotora e legitimadora do “Estado Nação”. Figuram no rol de “intelectuais preferenciais”, por exemplo, Gilberto Freyre,⁴³ Sérgio Buarque de Holanda⁴⁴ e Caio Prado Jr.,⁴⁵ mas há muitos outros. A questão que nos mobiliza nesse aspecto é justamente pensar a maneira como se constitui um “clássico” e os possíveis efeitos de “autoridade” que essa categoria representa na elaboração e aceitação das “narrativas oficiais” que invariavelmente irão atuar sobre os processos sócio-memorialísticos.⁴⁶

⁴¹ Segundo Souza (2015, p. 9), “a realidade social não é visível a olho nu, o que significa que o mundo social não é transparente aos nossos olhos. Afinal, não são apenas os músculos dos olhos que nos permitem ver, existem ideias dominantes, compartilhadas e repetidas por quase todos, que, na verdade, ‘selecionam’ e ‘distorcem’ o que os olhos veem, e ‘escondem’ o que não deve ser visto.”

⁴² Estamos nos referindo a iniciativa relativamente recente de divulgação da categoria “Intérpretes do Brasil”. Disponível em: <http://www.interpretesdobrasil.org/>. Acesso em: 20 fev. 2016. Em seu texto de apresentação pode ser lido que o “[...] site, financiado originalmente com recursos do ‘Projeto Cátedras IPEA para o Desenvolvimento’, pretende ser um espaço público acadêmico voltado à divulgação e debate do conhecimento sobre as grandes questões nacionais formuladas por alguns dos maiores pensadores do Brasil. Os intérpretes aqui eleitos neste primeiro momento, outros deverão ser incorporados ao longo do tempo, instituíram planos analíticos peculiares, ressaltaram aspectos cruciais de nossa sociabilidade e, portanto, (re)inventaram nossa visão sobre nosso país. A originalidade, seus amplos escopos de análise e a argúcia desses grandes pensadores nacionais os tornaram eternamente atuais para quem busca compreender seriamente o Brasil. São clássicos que formularam as perguntas fundamentais acerca da construção da nação e do desenvolvimento da civilização brasileiras. [...]”. São ao todo 20 nomes, sendo apenas três de intelectuais mulheres e apenas um de intelectual negro.

⁴³ Estamos tomando como referência Gilberto Freyre (2003; 2001).

⁴⁴ Estamos tomando como referência Sérgio Buarque de Holanda (2016).

⁴⁵ Estamos tomando como referência Caio Prado Júnior (1961; 1972).

⁴⁶ A esse respeito Michael Pollak (1992, p. 202) afirma que: “É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.” (POLLAK, 1992, p. 202).

Para sustentar e desenvolver brevemente esse raciocínio estamos trabalhando com dois exemplos: a obra organizada por Francisco Weffort (2006) e a obra organizada por Luiz Bernardo Pericás e Lincoln Secco (2014). Essas duas obras retratam de maneira diferente e com foco distinto atores, autores e respectivas contribuições para a “formação do pensamento brasileiro”. A obra de Weffort (2006) nos parece uma espécie de “linha evolutiva” do pensamento político, um movimento que indiretamente procura criar as bases e condicionantes referenciais para o movimento intelectual que se constitui especialmente a partir da primeira metade do século XX. A obra organizada por Pericás e Secco (2014) busca ampliar o espaço de influência de alguns autores e narrativas que nem sempre tiveram reconhecimento significativo dentre o elenco simbolizado pela categoria “grandes clássicos da inteligência brasileira”.

Pericás e Secco (2014) privilegiam a relação entre o processo histórico brasileiro e o elemento da luta de classes para a compreensão da realidade social do país. Os organizadores privilegiam autores (intelectuais consagrados ou não) que em maioria não figuram como referências prioritárias da academia, muitos inclusive foram rejeitados por longo período no universo acadêmico devido às suas escolhas teóricas e militâncias políticas. Em síntese, a determinação do rol de autores que compõe a obra estimula a reflexão crítica sobre os critérios que fundamentam a noção de “clássicos do pensamento social brasileiro”.

Esse reconhecimento, de certa forma, traz outros olhares e contribuições que ampliam o leque de influência das Ciências Sociais na formulação das interpretações do processo histórico brasileiro. Contudo, chama atenção o fato de que se somados os autores citados nas duas obras, há referência há mais de 40 “clássicos do pensamento nacional”. O número em si não seria um problema, desde que simbolizasse a diversidade de posições e perspectivas de análise, o que – epistemologicamente – não parece ser o caso no que se refere às “narrativas explicadoras”. Desta reflexão retemos dúvidas sobre as possíveis relações (intencionais ou não-intencionais) entre a formação da “inteligência nacional” – via categoria de legitimidade corporificada em “clássicos” – e o papel das “narrativas oficiais” e dos argumentos de “autoridade científica” para a interpretação da “formação social brasileira”.⁴⁷

Manter estas dúvidas nos auxilia no desenvolvimento de hipóteses e argumentos, bem como, nos oferece condições concretas para pensar os processos de transição (de modelos sociais, políticos, econômicos e culturais) vividos no Brasil e suas respectivas interpretações e difusões. Essas “transições”, em que pese suas dimensões inconclusas e inacabadas, ecoam

⁴⁷ Nesse particular cabe destacar a influência da obra de Dante Moreira Leite (2002) para a reflexão que estamos propondo.

pelo tempo histórico formando uma marca hereditária que, em linhas gerais, remete à negação, apagamento, ou silenciamento arbitrário das lutas e das resistências populares. Partimos do pressuposto que não há nas narrativas oficiais exaltação ou espaço significativo para a variável “luta e resistência”, ganhando notoriedade no imaginário do “mito nacional” (SOUZA, 2015) as dimensões culturalistas e economicistas que apontam para um “percurso histórico” de gênese conciliadora, cordial, atrasada e subdesenvolvida (em aspectos sociais, econômicos e culturais).⁴⁸

Por consequência, tal processo não favorece a constituição de memórias sociais significativas (no sentido do seu potencial de alterar a hegemonia de narrativas oficiais) sobre eventos que confrontam (ou confrontaram) a “ordem estabelecida” ou o Estado. Dessa forma, teríamos um cenário favorável às linearidades encadeadoras da história, como critica Foucault (2008), resultando em um processo supostamente “uniforme” ou “evolutivo” de “continuidades sem rupturas”, um verdadeiro “pacto nacional” (suporte indispensável para a formação e manutenção do “Estado Nação”, como segue presente em diferentes narrativas).⁴⁹

O aprofundamento dessa hipótese nos leva ao que poderíamos denominar como um “consenso conservador”,⁵⁰ marca congênita da formação do Estado brasileiro, tutelado por um ordenamento político/jurídico/militar (BOBBIO, 2012) que se pretende “garantidor da Nação” livre de rupturas estruturais significativas ou questionamentos que possam alterar

⁴⁸ Nesse sentido nos parece adequada a leitura crítica de Souza (2015, p. 45) a respeito do impacto de um dos conceitos mais utilizados quando Sérgio Buarque de Holanda é mencionado em algum debate sobre formação social brasileira: “O fundamento implícito de todo o raciocínio de Buarque no seu principal livro é a oposição entre duas abstrações: o ‘homem cordial’, como tipo genérico brasileiro; e o ‘protestante ascético’, como seu contraponto norte-americano. O homem cordial é simplesmente o corolário do mito nacional que viemos debatendo até aqui: um indivíduo emotivo que guia as escolhas por preferências afetivas e pessoais. O protestante ascético é percebido como seu contrário especular: um indivíduo ‘racional’ guiado por considerações impessoais e comunitárias. [...] O homem cordial não tem classe social, mesmo em um país tão desigual como o Brasil sempre foi. Ou seja, desde o início essa noção esconde conflitos sociais de toda espécie e cria um ser ‘genérico’ que existe unicamente para ser contraposto ao ‘protestante ascético’ como símbolo da cultura norte-americana. Essa contraposição indica um caminho ao Brasil: o do afeto e da emotividade pré-moderna em direção ao mundo da racionalidade distanciada da impessoalidade protestante.” (SOUZA, 2015, p. 45).

⁴⁹ Estamos nos referindo à iniciativa “Projeto Brasil-Nação”, promovida pelo economista Luiz Carlos Bresser-Pereira e subscrita por uma série de acadêmicos, pesquisadores e personalidades das mais diversas áreas de atuação e de reconhecida expressão pública. Desde uma leitura crítica, a análise de conjuntura parece de acordo com o quadro vivenciado pelo país especialmente após o golpe de 2016. Contudo, o documento parece re-editar esquemas economicistas e lógicas desenvolvimentistas que há tempos tentam explicar e dar suporte a um pretense “Estado-Nação” que nos moldes do documento, de fato, nunca se efetivou por completo. Um processo que sonha o impacto das desigualdades e opressões de toda ordem, bem como a variável da luta de classes na formação do país e de suas instituições. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/manifesto.asp>. Acesso em 05 dez. 2017.

⁵⁰ Estamos assumindo que “consenso conservador” é um conceito que remete ao conjunto de ações que visam à manutenção de um modelo (ou sistema) social e político (*status quo*) onde privilégios de toda ordem (classe, gênero e etnia) são mantidos inalterados por um arranjo de forças que repudia, renega e busca sufocar/silenciar toda e qualquer forma de resistência, contraposição ou tentativa de mudança. Nota inspirada no verbete “conservadorismo”, elaborada por Tiziano Bonazzi no Dicionário de Política (1998) organizado por Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino.

substancialmente a “ordem natural” que também conforma a base lógica em que se radica a intencionalidade das narrativas oficiais. Como reflexo, teríamos a continuidade “naturalizada”, “oficializada” e “institucionalizada” da dominação, opressão e dos privilégios firmemente arraigados na essência da formação social brasileira.⁵¹ Isso não quer dizer – como se buscou exemplificar – que não houve tentativas de ruptura que foram prontamente sufocadas e riscadas da “história oficial”. O processo de fomento ou silenciamento de memórias sociais e coletivas passa, invariavelmente, pela construção das narrativas oficiais. Essas, por sua vez, são produto de disputas desiguais onde tem vantagem os setores e grupos sociais que detém “legitimidade e autoridade” (moral e científica) para propor (ou impor) interpretações mais ou menos densas e rebuscadas sobre determinados fatos, eventos ou acontecimentos sócio-históricos.

É preciso sempre levar em conta que, na sociedade contemporânea, a legitimação da dominação social é realizada pela “ciência” de modo semelhante à maneira como as grandes religiões do passado faziam nas sociedades tradicionais. São sempre idéias de intelectuais e especialistas que estão na base de programas de partido político, de planejamento do Estado, do que se ensina em salas de aula, do que se decide em tribunais e daquilo que se publica em jornais. Como a genealogia das ideias dominantes não é realizada ou explicitada, temos a impressão de que as ideias “brotam” espontaneamente. Isso não é verdade. São ideias-força de intelectuais e especialistas que se conectam a “interesses poderosos” e logram se “institucionalizar” como leitura dominante de toda uma sociedade sobre si mesma. (SOUZA, 2015, p. 12)

A partir das reflexões que nos propicia Souza (2015), uma das variáveis resultantes desse modelo poderia levar à conformação no imaginário social de um tipo de “identidade nacional atribuída” que remete a “docilidade, cordialidade e acomodação”, especialmente entre setores oprimidos em relação à opressão e aos opressores. É também dentro deste

⁵¹ Nos idos da “transição democrática”, Florestan Fernandes em sábias palavras afirmava que: “Participassem ou não de um pacto social negociado corretamente, os proletários e a massa popular só ficariam com o quinhão que lhes coube, talvez com um prato de lentilhas a mais, de sabor muito amargo! Deixando de participar, os proletários e a massa popular sem querer puseram a nu a natureza da situação política que estamos atravessando. Os de cima tocam o carro de acordo com sua veneta, interesses e conveniências. Não existe democracia, porém palavrório democratizante. Os de cima não podem oferecer aos de baixo aquilo que eles sequer logram dividir entre si. A regra é os que podem mais choram menos (ou mamam mais). Portanto, não foi sob a ditadura, mas sob a ‘Nova República’ que tivemos a mais clara definição política das improbabilidades da democracia. Tradição é tradição. Quando se papagueava sobre ‘pacto social’, o que se pretendia era um mandato pleno e gratuito dos proletários e da massa popular àquilo que os de cima julgavam imperativo fazer para salvar o Brasil (depois de dirigi-lo à ruína e à degradação). Não podendo contar com esse endosso burlesco (que muitos chamam eufemisticamente de ‘consenso democrático’), os mais iguais – com suas elites políticas, econômicas, intelectuais e militares – apelaram como de costume para o ‘jogo bruto’ e, com ele, colheram uma chuva copiosa em seu terreno. Na rota da tradição e, dentro desta, por algum tempo. Esse jogo tem ciclos conhecidos e todos sabemos como eles terminam e recomeçam – e quem paga a conta!” (FERNANDES, 1986, p. 27-28, grifo nosso).

processo que se vai definindo o grau de importância e relevância que determinadas histórias, lembranças e memórias irão ter em detrimento de outras. Contudo, assim como nos fundamenta Michael Pollak (1989), a memória social é um elemento em constante disputa. É acionada e invocada, ou obscurecida e silenciada, sob distintos interesses.

Como afirmado anteriormente, o período de 21 anos de Estado de exceção que vigorou no Brasil chegou ao fim através de uma transição “lenta, gradual e segura”, onde se manteve em grande medida os pactos e acordos entre setores civis e militares que estabeleceram os termos e limites do processo de redemocratização.⁵² Nesse sentido, para além de inaugurar a “Nova República” sob os auspícios de uma “Constituição Cidadã”, a constituinte e a própria Constituição Federal de 1988 representam o evento que selou o “pacto de redemocratização” (TELES e SAFATLE, 2010).

Mais um pacto e mais uma conciliação na história brasileira, baseados em narrativas “oficiais e oficiosas” que, grosso modo, silenciam memórias e cancelam “Histórias” (CUNHA, 2010). Esse período foi objeto de estudo e reflexão para diferentes intelectuais, representantes de distintos campos do saber. Dos estudos e pesquisas resultaram interpretações variadas que tem impacto até o presente. Muitos intelectuais, inclusive, foram “amadurecendo” (ou recuando) suas análises sobre os riscos e limites dos pactos e conciliações, como parece ser o caso de Emir Sader,⁵³ para citar apenas um exemplo.

Os cem anos de República no Brasil foram caracterizados como a mais longa parada militar que o país já conheceu. A história política brasileira tem sido uma longa cadeia de acontecimentos articulados entre si por pactos de elite, fiados pela força militar. A decantada capacidade brasileira de resolver mediante acordos os conflitos tem um preço – a não resolução dos problemas de fundo do país, cujas vítimas são a maioria esmagadora da população, excluída dos direitos básicos de cidadania. Mais do que isso: a falta de rupturas implica a falta de identidade. Falta de identidade nacional, das classes sociais, dos atores políticos – já que a identidade, de um indivíduo ou de uma nação, surge dos processos de ruptura, de contraposição ao outro. E a nossa história está coalhada de momentos em que as elites dirigentes se anteciparam à constituição de uma vontade popular surgida de baixo, alinhando pactos por cima, que frustraram as aspirações populares e as substituíram por processos *gattopardistas* [*sic*], em que “tudo muda para que tudo siga igual”. A independência política já surgiu no Brasil sob a forma de um pacto familiar – de um negócio de pai para filho – e que substituiu a conquista por parte das forças nacionais. (SADER, 1991, p. 1)

⁵² Nesse aspecto buscamos referência em três obras que, apesar de focarem a questão sob distintos prismas, oferecem, também, uma noção geral sob os elementos e disputas que constituem o processo de transição pactuada que envolve o fim do período ditatorial e o início da redemocratização. Luiz Bresser-Pereira (1985), René Armand Dreifuss (1989) e Emir Sader (1991).

⁵³ No primeiro texto da Coletânea que referenciamos a seguir, sob o título “Brasil, de Getúlio a Lula”, Emir Sader parece ter mudado a sua posição crítica em relação a acordos, pactos e ausência de rupturas como forma de resolução dos problemas nacionais (SADER; GARCIA, 2010).

Destaque-se que as pesquisas e discussões sobre *transitologia* e *consolidologia* – estudo sobre os períodos de transição e consolidação democrática –, realizados por pesquisadores vinculados, sobretudo, às áreas do Direito (Ciências Jurídicas e Sociais), da Ciência Política e da História, tem oferecido novos e importantes elementos para discussão sobre a dimensão parcial e inconclusa do processo de transição e consolidação democrática vivida pelo Brasil, bem como suas implicações no presente.⁵⁴ Nos termos de Marcello Baquero (1994, 1998, 1999, 2010), esse processo trouxe elementos novos para a cultura política do país.⁵⁵ São esses elementos que buscamos destacar e analisar no próximo capítulo.

⁵⁴ Entre as referências que nos subsidiam e que representam olhares distintos sobre a questão, destacamos Guillermo O'Donnell (1988), Leonardo Avritzer (1995), Stéphane Monclaire (2001), SILVA FILHO (2012) e Roberta Baggio e Lara Miranda (2013).

⁵⁵ Estamos assumindo a definição de “cultura política” apresentada por Baquero (2010, p. 6), segundo a qual, esse termo é tributário da escola estrutural-funcionalista de teoria política comparada e tem, entre seus objetivos, a busca por significados para a ação humana.

3 TRANSIÇÃO LENTA, GRADUAL E SEGURA: COMO MUDAR O SISTEMA POLÍTICO SEM ALTERAR PRIVILÉGIOS

“Hay quienes imaginan el olvido como un depósito desierto / una cosecha de la nada y si embargo el olvido está lleno de memoria.”
(BENEDETTI, 2000, p. 14)

O processo de “distensão”, “abertura” e “transição” da ditadura civil-militar (1964-1985) para a democracia, bem como sua aventada, prometida e almejada “consolidação”, trilhou um caminho “lento, gradual e seguro” como propugnou o general presidente, Ernesto Geisel (GASPARI, 2003;¹ DEO, 2014²). Um percurso que, como já afirmamos (PIRES, 2015), seria “lenta”, ao ponto de se arrastar durante onze anos (1974-1985); “Gradual”, para evitar que a organização social latente oferecesse “riscos” ao processo; “Segura”, no sentido de evitar possíveis punições pelos “excessos” cometidos. Nas palavras de Daniel Aarão Reis Filho (2014, p. 98-99), a “distensão” seria, “[...] em termos militares, uma retirada, ou seja, uma das operações mais complicadas e delicadas. Qualquer descuido, como se sabe, e a retirada viraria debandada.” Contudo, o anúncio de Geisel não significava, em absoluto, recuo ou “afrouxamento do regime”, muito menos o fim da repressão, como vários fatos recentes ajudam a corroborar.³

Assentada sobre as bases “pactuadas e consensuadas” da abertura “lenta, gradual e segura”, alguns movimentos sociais que se constituíram e emergiram em meio a esse processo operaram um deslocamento – simbólico e prático – das lutas reivindicativas em direção a

¹ Conforme foi anunciado pelo General Ernesto Geisel em 1974. Elio Gaspari (2003) apresenta mais detalhes sobre o contexto em que essas palavras foram criadas e mencionadas, ver: GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada: o sacerdote e o feiticeiro**. São Paulo, SP: Cia. das Letras, 2003, especialmente a última parte (“Parte IV: A derrota”) do livro intitulado “A ditadura derrotada”.

² Segundo Anderson Deo (2014, p. 253-254), “[...] este processo de ‘redemocratização’ deveria se caracterizar como um processo ‘gradual, mas seguro, (de) aperfeiçoamento democrático’. Assim, num movimento de constante distensão/contração, os militares ‘transfeririam’ o poder aos civis sem colocar em risco a dominação burguesa no país. [...] A transição pactuada era assim garantida, explicitando mais uma vez o caráter conservador da modernização brasileira.”

³ Estamos nos referindo à documentação tornada pública pelo governo dos EUA no mês de maio de 2018, em que se comprova a atuação direta do então general presidente Ernesto Geisel na aprovação da continuidade da política de “execuções sumárias” de adversários políticos da ditadura. Esses documentos ganharam difusão através do Professor de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e colunista do Jornal Folha de São Paulo, Matias Spektor. Segundo a matéria da Folha, uma das partes do documento seria “[...] um memorando assinado pela mais alta autoridade da principal agência de inteligência dos EUA na época, o diretor da CIA [Central de Inteligência Americana], William Colby (1920-1996). Ele relata uma reunião que teria ocorrido em 30 de março de 1974, no início do governo Geisel, entre o presidente, [Milton] Tavares, [João Baptista] Figueiredo e o general que iria assumir a chefia no CIE [Centro de Informações do Exército], Confúcio Danton de Paula Avelino.” Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/chefe-da-cia-disse-que-geisel-assumiu-controle-sobre-execucoes-sumarias-na-ditadura.shtml>. Acesso em: 10 jun. 2018.

institucionalização das demandas pela via partidária (FREIRE, 2014; NOBRE, 2013a) e das políticas públicas. Pautas relacionadas às mais variadas reivindicações por direitos (econômicos, sociais, culturais, etc.) começaram a surgir, articuladas por novos movimentos sociais que passam a ver no Estado “redemocratizado” – regido, supostamente, por novas regras – um espaço que antes não havia (VIOLA, 2008). Contudo, os “arranjos” – pactos e acordos – que permitem a eclosão de um Estado sobre o qual se estabelecem “novas regras do jogo democrático”, mantêm inalteradas as deformações do período autoritário. Muda-se a “fachada”, mas o lúgubre ditatorial permanece incrustado nas estruturas (TELES; SAFATLE, 2010). A “transição brasileira” será pautada pelo que na Ciência Política se categoriza como “transição pelo alto”, em contraposição a outras duas “modalidades”, a “transição por colapso” ou “transição por retirada” (DINIZ, 1986, p. 1).⁴

Mesmo com os avanços organizativos dos movimentos sociais e com a incorporação de demandas nos espaços institucionais que se mostravam disponíveis, o processo de transição democrática se manteve fiel aos limites da transição pactuada e gerida de perto pelos operadores do poder militar.⁵ Em termos Constitucionais, Jorge Zaverucha (2010), afirma que:

Em 1988, como parte da transição negociada do autoritarismo para a democracia, um Congresso Nacional Constituinte redigiu uma nova

⁴ Apesar de conceituar esses tipos ou modelos de transição, Eli Diniz (1986) trabalha com uma “linha alternativa” de abordagem sobre a transição brasileira. Segundo a autora, “[...] a explicação da abertura reside na confluência de duas dinâmicas básicas: uma dinâmica de negociação e de pacto conduzida pelas elites e uma dinâmica de pressões e demandas irradiadas da sociedade. Estas duas lógicas articulam-se através da atuação das organizações políticas e dos movimentos sociais. Desta forma, a análise deve contemplar tanto os esforços inovadores das elites dirigentes para a preservação de seu poder, quanto a capacidade de resistência da sociedade civil. Tendo em vista estas considerações, poderíamos ver os desdobramentos da transição brasileira como a resultante do choque entre o projeto de mudança concebido pelos mentores do regime autoritário e a vontade política das forças que lhe opuseram resistência. A partir deste confronto, a abertura caminhará por avanços e recuos, estes representados pelas sucessivas tentativas do regime de não perder a iniciativa da ação para os grupos opositoristas, mantendo o processo de mudança sob estrito controle. Esta estratégia de concessões graduais às forças democratizantes dentro dos marcos da preservação do regime tornou-se, porém, crescentemente inviável. A partir de 1980, aguçou-se a instabilidade que lhe era inerente, culminando com a desintegração da ordem autoritária.” (DINIZ, 1986, p. 2).

⁵ Nesse ponto cabe destacar o papel da denominada “Aliança Democrática”. Nas palavras de David Maciel (2014, p. 217), uma articulação política de grande amplitude que selou o viés da “conciliação” atuando como “fiadora do projeto de reforma da autocracia burguesa, vislumbrado a partir da chamada distensão pelos militares”. Ainda segundo o autor, “se, por um lado, essa passagem implicou no fim do cesarismo militar, por outro significou a adesão completa da oposição burguesa ao projeto operado pelos militares, renunciando a pontos importantes de sua plataforma política. [...] a Aliança Democrática conduziu mais uma reforma na institucionalidade autoritária, com vistas a incorporá-la o máximo possível na nova institucionalidade democrática instalada pela Constituição de 1988. O avanço da crise de hegemonia burguesa, contudo, acabou levando-a a um progressivo esgarçamento e ao predomínio de seus aspectos mais negativos e fisiológicos, a ponto de ter sido substituída pelo ‘Centrão’ como grande aliança conservadora e autocrática. Tal reconfiguração foi necessária para garantir a preservação da autocracia burguesa, seja incorporando aspectos centrais da institucionalidade autoritária na nova Carta constitucional e na nova legalidade política, seja impedindo a ascensão das esquerdas no pleito de 1989, garantindo assim a vitória de Collor.” (MACIEL, 2014, p. 217-218).

Constituição que ficou conhecida como “Constituição Cidadã”. [...] Embora muitos temas da Constituição tenham recebido um tratamento progressista, este não foi o caso das relações civil-militares. A Constituição manteve muitas prerrogativas militares não democráticas existentes na Constituição autoritária passada e chegou a adicionar novas prerrogativas. No Brasil de 1988, os políticos optaram por não questionar devidamente o legado autoritário do regime militar. Vários intelectuais tomaram o mesmo rumo. [...] E mais, civis, ao formalizarem as prerrogativas militares constitucionalmente, deram um verniz democrático aos amplos poderes dos militares. (ZAVERRUCHA, 2010, p. 41-42)

Os desdobramentos destes e outros fatores da “abertura política” e do processo recente – e cheio de lacunas – da re-democratização (perpetuamente inacabada) ajudaram a consolidar um centro político – tanto no núcleo do poder executivo, como nas articulações nem sempre republicanas do Legislativo – que organiza e consolida uma nova relação de forças, o que Marcos Nobre (2013a, 2013b) conceitua como “blindagem do sistema político contra a sociedade”. Segundo o autor, essa blindagem do sistema político contra as demandas da sociedade tem história:

Sua forma primeira e mais precária foi a unidade forçada contra a ditadura militar (1964-1985), que veio a repercutir de maneira importante na maneira como se deu o processo de redemocratização. Nos anos 1980, o partido que detinha a liderança absoluta do processo político, o PMDB [Partido do Movimento Democrático Brasileiro], impôs como indispensável a união de todas as forças “progressistas” para derrotar o autoritarismo. Com exceção do PT, todos os partidos participaram da eleição indireta de janeiro de 1985, no chamado Colégio Eleitoral, controlado pelas forças da ditadura. Tancredo Neves foi eleito presidente. Morto em abril do mesmo ano sem ter sido empossado no cargo, deixou no cargo o seu vice, José Sarney, quadro histórico de sustentação da ditadura militar, indicado pelo PFL [Partido da Frente Liberal] (em 2007, a sigla mudou o nome para DEM [Democratas]). Mesmo com Sarney na presidência, o “progressismo” continuou a representar a ideologia oficial de uma transição morna para a democracia, controlada pelo regime ditatorial em crise e pactuada de cima por um sistema político elitista. (NOBRE, 2013b, p. 3)

A manutenção do que ficou conhecido como “entulho autoritário”⁶ – heranças do período ditatorial incrustadas na burocracia do Estado brasileiro e no *modus operandi* dos sistemas de governo – é talvez um dos grandes legados da “blindagem do sistema político” para (e contra) a sociedade. A permanência dessa cultura nas instituições públicas fez com

⁶ Na elaboração de Edson Teles (2010, p. 300), “o ‘entulho autoritário’ refere-se às várias instituições e leis utilizadas pela ditadura militar, assim nomeadas nos anos de transição. Entre elas, podemos citar os DOI-CODIs [Destacamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Interna], os DOPS [Departamento de Ordem Política e Social] estaduais, a Lei Falcão, entre outras já inexistentes, e outras que permaneceram até os dias atuais, como, por exemplo, a FEBEM [Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor], o controle militar da segurança pública, as leis de Imprensa e de Segurança Nacional.”.

que o Estado pós-ditatorial se desenvolvesse a partir de um marcador autoritário, garantidor de impunidade e de privilégios de toda ordem. Entre muitas outras questões, isso favoreceu a manutenção do “mito dos dois demônios” e das “batalhas de memória”, afastando e mantendo em distância segura qualquer possibilidade de justiça referente às graves violações de direitos humanos ocorridas durante o período ditatorial (REIS, 2004; BAUER, 2012).

Partimos do pressuposto – assumindo como uma das hipóteses básicas dessa investigação – que as “heranças” da ditadura permaneceram latentes durante a “Nova República” (1988-2016) impossibilitando – ou, no mínimo, gerando uma série de dificuldades e limitações – para consolidação da transição democrática (nos marcos da Justiça de Transição) e para o estabelecimento de uma cultura em Direitos Humanos (no que se refere à Declaração Universal dos Direitos Humanos).⁷ Com a ascensão ao Poder Executivo dos primeiros governos eleitos democraticamente algumas medidas pontuais em relação à reparação dos crimes cometidos durante a ditadura começaram a ser tomadas. Boa parte dessas ações, contudo, ficou restrita ao âmbito privado dos que foram considerados “vítimas diretas” da repressão, alijando o conjunto da sociedade deste debate e, por consequência, dos processos de memória social e coletiva, em evidente oposição às indicações e recomendações da Justiça de Transição (SILVA FILHO, 2012; TOSI, et. al., 2014).

3.1 Avanços lentos, graduais e restritos

Foi apenas em 1995 que o então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) promulgou uma Lei que reconhecia a responsabilidade do Estado no desaparecimento de brasileiros que tiveram “participação em atividades políticas”. Essa Lei ficou conhecida como a “Lei dos desaparecidos”.⁸ No marco da “Lei dos desaparecidos” foi criada a “Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos” (CEMDP). A CEMDP concluiu a primeira fase dos seus trabalhos no ano de 2006 e, em 2007, publicou extenso documento apresentando a síntese dos 11 anos de trabalho, onde foram protocolados 475 processos.⁹

⁷ Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em 15 ago. 2017.

⁸ Lei 9.140, de 04 de dezembro de 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9140.htm. Acesso em: 12 jul. 2016.

⁹ Dados disponíveis em: BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à memória e à verdade**: comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos. Brasília, DF: SEDH, 2007.

Na esteira dessas medidas cabe destacar a criação da “Comissão de Anistia” no ano de 2001.¹⁰ Essa “Comissão”, vinculada ao Ministério da Justiça, trouxe a possibilidade de “reparação administrativa aos prejuízos econômicos causados aos que foram perseguidos pela ditadura” (MEZAROBBA, 2009). Segundo Glenda Mezarobba (2009, p. 48), “até dezembro de 2007, mais de 60 mil pedidos de anistia política haviam sido encaminhados à Comissão que, no mesmo período, concedeu cerca de 2,9 bilhões de reais em indenizações a 9.620 vítimas dos anos de arbítrio”. Para além da reparação financeira, a “Comissão de Anistia” pode ser inscrita como a primeira iniciativa em âmbito de políticas públicas de memória, pois previa uma série de iniciativas que favoreciam o debate público sobre o período ditatorial, tais como: Sessões públicas onde os Anistiados tinham espaço para realizar o seu testemunho e, em seguida, os membros da Comissão realizavam o pedido de desculpas formais em nome do Estado por todos os prejuízos causados pela ditadura. Segundo dados apresentados pelo Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3), referentes a atividades realizadas até o ano de 2009:

A Comissão de Anistia já [havia realizado] 700 sessões de julgamento e [promovido], desde 2008, 30 caravanas, possibilitando a participação da sociedade nas discussões, e contribuindo para a divulgação do tema no país. Até 1º de novembro de 2009, já haviam sido apreciados por essa Comissão mais de 52 mil pedidos de concessão de anistia, dos quais quase 35 mil foram deferidos e cerca de 17 mil, indeferidos. Outros 12 mil pedidos aguardavam julgamento, sendo que podem ainda ser apresentadas novas solicitações. Em julho de 2009, em Belo Horizonte, o ministro da Justiça realizou audiência pública de apresentação do projeto Memorial da Anistia Política do Brasil, envolvendo a remodelação e construção de um novo edifício junto ao antigo “Coleginho” da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde estará disponível para pesquisas todo o acervo da Comissão de Anistia. (PNDH-3, 2009, p. 171)

A Comissão também desenvolveu outros projetos importantes no que se refere às políticas de memória como, por exemplo, o projeto “Marcas da Memória”, que desenvolveu exposições, sessões de cinema e debates tendo como objetivo a construção e difusão das memórias sobre a ditadura. Outro projeto que merece destaque é o “Clínicas do testemunho”, que ofereceu até o ano de 2017 apoio psicológico as vítimas diretas e indiretas da ditadura. Com o golpe de 2016, e tendo sido alçado à Presidência da República Michel Temer, os trabalhos da Comissão de Anistia – entre eles as Clínicas do Testemunho – sofreram uma

¹⁰ A Comissão foi criada por meio da Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10559.htm. Acesso em: 10 jul. 2016.

série de interferências, tendo sido praticamente inviabilizado o trabalho da Comissão nos moldes – e em atenção aos objetivos – para que foi criada (SILVA FILHO, 2018).

Ainda no âmbito de medidas que foram tomadas em nível de Estado, merece destaque o Decreto nº 5.584, de 18 de novembro de 2005, que dispõe sobre o recolhimento ao Arquivo Nacional dos documentos de arquivos públicos produzidos e recebidos pelos extintos órgãos da ditadura, a saber, o Conselho de Segurança Nacional (CSN), a Comissão Geral de Investigações (CGI) e Serviço Nacional de Informações (SNI), que estivessem sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).¹¹ Esse decreto possibilitou que em 13 de maio de 2009 (através da Portaria nº 204 expedida pela Casa Civil da Presidência da República que tinha como Ministra Dilma Rousseff)¹² fosse criado o “Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985)”, denominado “Memórias Reveladas”. O Centro “Memórias reveladas” ficou subordinado ao Arquivo Nacional e possibilitou a realização de uma série de pesquisas (inclusive as que foram realizadas por nós durante o Mestrado), tendo se tornado um espaço de referência no que diz respeito à documentação sobre o período ditatorial.

O que poderíamos chamar de “agenda positiva” assumida pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT) no que se refere ao campo dos Direitos Humanos em geral, e à temática da ditadura – no tocante à tríade Memória, Verdade e Justiça – em específico, ganhou outra dimensão em 2009 com o lançamento do PNDH-3. Em seu “eixo orientador VI”, que trata especificamente sobre o direito à memória e à verdade – a “Justiça” ficou de fora –, aponta que: “As ações programáticas deste eixo orientador têm como finalidade assegurar o processamento democrático e republicano de todo esse período da história brasileira, para que se viabilize o desejável sentimento de reconciliação nacional.” (PNDH-3, 2009, p. 173). Além de recorrer ao expoente da “reconciliação nacional”, o “eixo orientador VI” aponta a necessidade de construir “consenso amplo” para que “as violações sistemáticas de Direitos Humanos registradas entre 1964 e 1985, bem como no período do Estado Novo, não voltem a ocorrer em nosso país, nunca mais.” (PNDH-3, 2009, p. 173).

Como fica evidente na redação do PNDH-3, se mantém as lógicas da “reconciliação” e de “consenso” sem que sequer seja mencionado o aspecto da Justiça. Mesmo assim, criou-se em torno do seu lançamento uma atmosfera polêmica que ganhou espaço em diversos setores da sociedade, especialmente os conservadores e/ou vinculados às Forças Armadas. Os discursos originados de setores militares e das próprias Forças Armadas acusavam o PNDH-3

¹¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5584.htm. Acesso em: 10 jul. 2016.

¹² Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/portarias-federais/137-portaria-n-204,-de-13-de-maio-de-2009.html>. Acesso em: 10 jul. 2017.

de ser “revanchista” e “insultuoso”.¹³ E este é um dos motivos pelo qual o lançamento do PNDH-3 compõe o núcleo argumentativo dessa tese. Desde a linha hipotético-argumentativa assumida até o momento, o ano de 2010 serve como baliza para uma série de fatores que representam de maneira mais ou menos bem acabada as “disputas e batalhas de memória” decorrentes da última ditadura civil-militar e que irão pavimentar o percurso reverso de ascenso e consolidação conservadora no Brasil.

Nesse sentido, além do PNDH-3, elencamos outros eventos que compõem o arcabouço argumentativo e analítico em torno do ano de 2010, e por isso também compõe o núcleo do nosso objeto de pesquisa. A negativa por parte do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação a vigência da “Lei de Anistia” para crimes de lesa humanidade – como a tortura, a ocultação de cadáver, o desaparecimento forçado – que foram praticados por agentes do Estado em nome da ditadura é um deles. O que estava em questão na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 153 (ADPF-153) ajuizada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no STF era o processo de “auto-anistia” para agentes dos órgãos de repressão da ditadura que, por meio da Lei de Anistia, se mantém vigente até o presente momento. Como já apontado na introdução desta tese, a ADPF-153 foi julgada improcedente pelo STF por 7 votos a 2, em abril de 2010. Nas palavras de José Carlos Moreira da Silva Filho (2018), esses foram votos que:

[...] trouxeram fundamentos bastante questionáveis, inclusive sob o ponto de vista histórico, chegando-se a afirmar, por exemplo, que na década de 70 a sociedade foi às ruas pedir uma anistia ampla, geral e irrestrita com o sentido de estendê-la aos torturadores do regime de força, quando em verdade o

¹³ Segundo reportagem assinada por Caio Quero à época do lançamento do PNDH-3: “Entre as diversas medidas propostas pelo programa, as que mais têm causado dores de cabeça para o governo foram àquelas relacionadas à criação de uma Comissão da Verdade para investigar abusos cometidos durante o regime militar. A proposta causou irritação em diversos setores, principalmente nas Forças Armadas, e teria feito até mesmo com que o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, ameaçasse pedir demissão caso o projeto não fosse revisto.” Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/01/100112_comissao_qanda_cq. Acesso em: 05 out. 2017. Vale destacar que o mesmo Nelson Jobim, em encontro com advogados em novembro de 2014, detalhou como ajudou, também, a impedir a revisão da Lei de Anistia em pelo menos três oportunidades nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Conforme reportagem de Rubens Valente para a Folha de S. Paulo: “Em meados dos anos 1990 surgiu o primeiro esforço do governo federal para apurar os crimes da ditadura com a criação, em dezembro de 1995, da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, vinculada à Presidência da República. A comissão reconhecia as vítimas em razão de suas atividades políticas e autorizava indenizações pecuniárias. [...] Jobim contou que encarregou o general Tamoyo Pereira das Neves, que atuava em seu gabinete no Ministério da Justiça por indicação do então ministro do Exército, Zenildo Zoroastro Lucena, de ‘fazer a conversação dentro do âmbito militar’ antes de a lei ser aprovada. Jobim disse aos generais que era preciso enfrentar ‘o problema dos mortos e desaparecidos’ mas, ao mesmo tempo, acalmou os ânimos: ‘Nós precisávamos, para superar o problema, enfrentar o assunto de frente sem retaliação. Ou seja, nós sabíamos que, para construir uma solução de futuro, não se constrói retaliando o passado’. **Jobim contou que, antes de fechar o texto do decreto que criou a Comissão sobre Mortos e Desaparecidos, acertou com os militares a amplitude da medida.**” (destaque nosso). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/em-video-jobim-detalha-como-atuou-para-impedir-revisao-da-lei-da-anistia.shtml>. Acesso em: 01 out. 2019.

famoso bordão se referia aos presos políticos condenados pela atuação na resistência armada, e que, no final, acabaram não sendo mesmo anistiados pela Lei Nº 6.683/1979. Um dos argumentos mais tortuosos e que apareceu tanto no voto do relator, Ministro Eros Grau, como no voto do Ministro Gilmar Mendes, foi o de que o impedimento formado pela anistia de 1979 à investigação e responsabilização dos crimes da ditadura vinha de uma imposição de compromisso da EC [Emenda Constitucional] Nº26/1985 à Constituinte de 1987, isto é, afirmaram que uma das bases da ordem democrática de 1988 vinha justamente de uma Emenda à Constituição autoritária e outorgada de 1967, o que limitava a soberania da Constituinte. Talvez esta decisão do STF seja um dos pontos de inflexão mais nítidos em direção à ruptura institucional que se consumou no dia 31 de agosto de 2016 com a conclusão do processo de impedimento da então Presidenta Dilma Roussef [*sic*]. Ao reproduzir em pleno regime democrático a mesma interpretação que a ditadura forjou para a Lei de Anistia de 1979, pode-se dizer que o STF alojou o “golpismo” em seus gabinetes e decisões. (SILVA FILHO, 2018, p. 1294-1295)

A negativa do STF em revisar a “Lei de anistia” demonstra, entre outras questões, o alcance da “ideologia da reconciliação” (BAUER, 2012; WEISSHEIMER, 2017) e do “entulho autoritário” inclusive em “instâncias superiores” como o Supremo Tribunal Federal.

Na esteira desse julgamento favorável a lógica da reconciliação baseada no “esquecimento e no perdão” simbolizado na “Lei de Anistia”, em maio de 2010 houve as alterações em pontos considerados polêmicos do PNDH-3. Esse movimento de capitulação frente às críticas advindas de setores conservadores e militares atendia, também, às demandas indiretas – ou “subjetivas” – de manutenção do “pacto democrático” que não aceita “arroubos democratizantes” (BAUER, 2012; TELES e SAFATLE, 2010). Em alguma medida, esse recuo com tons maiores de capitulação estava de acordo com a versão atualizada do “pacto de transição” demarcado pela “conciliação” (CUNHA, 2010), o que alguns pesquisadores denominam como o “pacto conciliador de classes”¹⁴ que ganhou maior envergadura e projeção nos governos encabeçados pelo PT, muito devido ao próprio histórico do Partido (SECCO, 2015; ROCHA, 2016).¹⁵

¹⁴ Em relação aos conceitos de “pacto e conciliação de classes” nos governos petistas estamos pensando criticamente a partir das proposições de André Singer (2012) e Juliana Magalhães Castro (2017).

¹⁵ O paradoxo deste “pacto conciliador de classes” talvez possa ser melhor compreendido ao se considerar as proposições de Lincoln Secco (2014) quando analisa certa “crise de hegemonia” do PT: “Assim, o PT se credenciou pela primeira vez a representar o povo em lugar de uma classe. Programas como o Bolsa Família e o ProUni [Programa Universidade para Todos] se tornaram tão importantes quanto a geração de emprego e salário mínimo. O governo petista unificou programas de bolsa escola, gás e cartão alimentação já existentes. Mas eles atendiam 3,6 milhões de pessoas, e Lula quase quadruplicou o número de beneficiados durante seus mandatos. Além disso, suas políticas promoveram a habitação popular, o salário mínimo, a preeminência da mulher no acesso a benefícios estatais, a eletrificação rural e tantas outras medidas que compuseram uma rede social ampla e reconhecida pela população mais pobre. Contudo, note-se que simultaneamente a tais políticas sociais, a primeira reforma importante que Lula fez não foi a tributária, mas a da previdência. Não visou confrontar o capital, e sim o trabalho. A ironia da história é que em 2012 líderes petistas foram condenados pelo Supremo Tribunal Federal por supostamente terem comandado a compra de votos no Congresso para aprovar, entre outras

3.2 Dos “pactos” às “disputas e batalhas”

Em nome da manutenção do “pacto conciliador” de 1988, as “disputas e batalhas” em torno da temática “memória, verdade e justiça” mantinham-se restritas a ações pontuais em âmbito do Estado e a grupos de interesse posicionados em pólos opostos. De um lado, setores ligados às forças armadas e, de outro, setores ligados aos familiares de mortos e desaparecidos políticos. As eleições de outubro de 2010 jogariam nova incidência de luzes e sombras nas “disputas e batalhas de memória”, especialmente depois de confirmado o nome de Dilma Rousseff como sucessora de Luiz Inácio Lula da Silva para a disputa da Presidência da República.

Durante toda campanha eleitoral daquele ano setores conservadores acionavam determinadas memórias relativas ao período ditatorial, sobretudo aquelas que vinculavam Dilma Rousseff à luta armada contra a ditadura. Enquanto os setores conservadores¹⁶ associavam à imagem de Dilma à identidade de “ex-líder terrorista”, setores governistas vinculavam sua imagem à “mulher guerreira, sobrevivente da tortura, à ex-guerrilheira que se tornaria a primeira mulher presidenta do Brasil”.¹⁷ Sob diferentes nuances as “disputas e batalhas de memória” estavam presentes.¹⁸

coisas, mudanças na previdência. Tais mudanças tinham o apoio do PSDB [Partido da Social Democracia Brasileira], e não se compreendeu por que o governo chegaria ao ponto de comprar deputados de sua própria *base política* para aprovar alterações que contrariavam sua *base social* – tal reforma tirava direitos dos funcionários públicos. **O movimento fundamental do governo Lula foi, portanto, o de amparar as classes desprotegidas sem incomodar as classes de cima.** Ao ser bem-sucedido no atendimento de carências sociais básicas, não deixou de alimentar a voracidade dos especuladores.” (SECCO, 2014, p. 195, *italico* do autor; **negrito** nosso). Para ampliar essa reflexão tomamos como referência outros dois artigos: Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/10/politica/1433892923_403874.html. Acesso em: 18 nov. 2016; Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/553046-o-que-esta-em-disputa-e-o-conceito-de-democracia-entrevista-especial-com-bruno-lima-rocha>. Acesso em: 12 nov. 2016.

¹⁶ Em nível de exemplo dos usos políticos da memória e da ativação de um determinado tipo de memória relativa ao período ditatorial ver vídeo produzido nos idos da campanha eleitoral de 2010 por Carlos Bolsonaro. Esse vídeo demonstra que a prática difamatória tem lastro na família do atual Presidente do Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CzyxR6HvWkg>. Acesso em 18 out. 2019.

¹⁷ Em nível de exemplo dos usos políticos da memória e da ativação de um determinado tipo de memória relativa ao período ditatorial remetemos ao primeiro vídeo da campanha presidencial de Dilma Rousseff no ano de 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Pwewvg5mEZE>. Acesso em: 18 out. 2019.

¹⁸ Uma síntese das “disputas e batalhas de memória” do período eleitoral de 2010 pode ser visto no próprio discurso de posse da ex-presidenta Dilma Rousseff em janeiro de 2011. “Reafirmo que prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras. Quem, como eu e tantos outros da minha geração, lutamos contra o arbítrio e a censura, somos naturalmente amantes da mais plena democracia e da defesa intransigente dos direitos humanos, no nosso País e como bandeira sagrada de todos os povos. [...] Dediquei toda a minha vida a causa do Brasil. Entreguei minha juventude ao sonho de um país justo e democrático. Suportei as adversidades mais extremas infligidas a todos que ousamos enfrentar o arbítrio. Não tenho qualquer arrependimento, tampouco ressentimento ou rancor. Muitos da minha geração, que tombaram pelo caminho, não podem compartilhar a alegria deste momento. Divido com eles esta conquista, e rendo-lhes minha homenagem.” Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2011/01/leia-integra-do-discurso-de-posse-de-dilma-rousseff-no-congresso>. Acesso em: 08 jun. 2016.

Imagem 1 – “Capa da Revista Época” – Edição 639, publicada em 16 de agosto de 2010



Fonte: Capa Revista Época, Edição 639. Publicada em 16 de agosto de 2010.¹⁹

Em novembro de 2010, logo após o período eleitoral daquele ano, o Estado brasileiro seria condenado na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) no caso “Gomes Lund e outros”, que ficou conhecido como o caso “Guerrilha do Araguaia” (SILVA FILHO, 2012; 2018). O argumento central que subsidiava a condenação – relativa à ineficiência do Estado brasileiro em proceder com a apuração, investigação e reparação das graves violações de Direitos Humanos ocorridas no âmbito da “Operação Araguaia” (MORAIS; SILVA, 2005) – questionava frontalmente a lógica “protelativa” do pacto de redemocratização brasileiro. É importante manter em destaque que esse pacto está baseado na reconciliação nacional sustentada pelo esquecimento, pelo silêncio e, principalmente, pelo “perdão” de crimes de lesa humanidade juridicamente imprescritíveis (como era o caso dos crimes cometidos por agentes da ditadura em nome do Estado durante a repressão à Guerrilha do Araguaia que foram questionados pela CIDH).

Naquele mesmo mês de novembro de 2010 o uso das Forças Armadas para “ocupação” do complexo de favelas do Alemão no estado do Rio de Janeiro demonstraria os

¹⁹ Disponível em:

https://s3.amazonaws.com/cdn.infografiaepoca.com.br/siteEpoca/todas_as_capas/images/639.jpg. Acesso em: 18 out. 2019.

limites do “Estado Democrático de Direito” – mesmo em governos supostamente populares como o do PT – e o alcance da “exceção permanente” nos termos de Giorgio Agamben (2004) e, mais especificamente, de Edson Teles (2007). O uso das Forças Armadas em meio civil sob justificativa de “combate ao crime organizado” e noticiado como “última alternativa” jogava com imaginários e memórias saudosistas do período ditatorial.

Imagem 2 – “Ocupação do Complexo do Alemão” – Rio de Janeiro – RJ, 28 de novembro 2010



Fonte: UOL / J Marques-AE.²⁰

²⁰ Disponível em: <https://www.forte.jor.br/wp-content/uploads/2010/11/forcas-militares-no-complexo-do-alemao-foto-JMarques-AE.jpg>. Acesso em: 11 fev. 2019.

Imagem 3 – “Tanques militares chegam ao Rio de Janeiro” – Rio de Janeiro – RJ, 01 de abril de 1964



Fonte: Foto do acervo da Agência O Globo.²¹

Essa “Operação” é um marcador inegável do uso político das Forças Armadas em ações de “segurança pública” em meio civil, tendo em vista que foi a “Ocupação do Alemão” a operação que inaugurou uma série de ações que seriam levadas a efeito nos anos posteriores com a presença das Forças Armadas em meio à população civil. Além de promoverem

²¹ Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/pais-ainda-nao-passou-a-limpo-periodo-da-ditadura-diz-procuradora/>. Acesso em: 12 fev. 2019.

inegáveis violações Constitucionais e de Direitos Humanos, essas ações fomentariam em setores da sociedade o ideário militarista como solução para “problemas de segurança pública”. Posteriormente, essas ações seriam “normatizadas e regulamentadas” no arcabouço das Operações de “Garantia da Lei e da Ordem” (GLO).²²

É importante sinalizar que as “disputas e batalhas de memória” estão presentes em diferentes situações, tanto entre setores entusiastas do período ditatorial, quanto em setores críticos.²³ A Comissão Nacional da Verdade (CNV) emerge como o primeiro dos três vetores de análise dessa tese justamente pelo impacto “oficial/institucional” que representou em âmbito de Estado e pelo seu impacto social dentro de um processo histórico marcado pelo silenciamento e pela protelação da justiça de transição. Cabe destacar, com ênfase, o impacto da criação da CNV e dos trabalhos realizados entre os setores militares que desde a formação do Estado brasileiro sentem-se “responsáveis pelos destinos da nação” e “acima do bem e do mal”.²⁴ No sentido da relação entre as “disputas e batalhas de memória” decorrentes dos

²² Aqui repetimos propositalmente a nota 21 da página 26 da introdução dessa tese onde se lê: Segundo o Ministério da Defesa, operações de Garantia da Lei e da Ordem são “realizadas exclusivamente por ordem expressa da Presidência da República, as missões de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) ocorrem nos casos em que há o esgotamento das forças tradicionais de segurança pública, em graves situações de perturbação da ordem.” Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem>. Acesso em: 02 abr. 2018. No ano de 2014 (após correções no documento lançado em dezembro de 2013), o Ministro da Defesa Celso Amorim (nomeado pela presidenta Dilma Rousseff), aprovou a Portaria Normativa Nº. 186/MD, de 31 de janeiro de 2014, que normatiza e “estabelece orientações de planejamento e emprego das Forças Armadas em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO).” Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/2014/mes02/md33_m_10_glo_2ed_2014.pdf. Acesso em: 02 abr. 2018. Entre 2010 e 2020 as Operações GLO foram aplicadas 56 vezes segundo as “Estatísticas de GLO por tipo”, disponibilizadas pelo Ministério da Defesa. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/exercicios_e_operacoes/glo/5.TABELAS_GLO_grafico_por_ano_barras_MAR_20.pdf. Acesso em 01 abr. 2020. Entre 2010 e 2017 as Operações GLO haviam sido decretadas 29 vezes. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2017/05/entenda-como-funciona-a-operacao-de-garantia-da-lei-e-da-ordem>. Acesso em: 02 abr. 2018.

²³ Aqui estamos remetendo a uma série de eventos e acontecimentos que demonstram os “usos e abusos” da memória (TODOROV, 2000), ou seus “usos políticos”. Em nível de exemplo remetemos à: campanha presidencial de Dilma Rousseff em 2014, onde o *slogan* “Coração Valente” legendava uma imagem de Dilma jovem e presa política (disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/27/politica/1414430543_325319.html. Acesso em 22 set. 2017); o voto do deputado Jair Bolsonaro quando da admissibilidade do processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff na câmara dos deputados em abril de 2016, quando este homenageou Carlos Alberto Brilhante Ustra, o primeiro militar reconhecido pela justiça brasileira como torturador (Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb. Acesso em: 22 set. 2017).

²⁴ Segundo elaboração de Maria Celina D’Araujo, “[...] o sucesso dos militares como *veto players* [...] está relacionado ao tipo de relações civil-militares construída no país. A impunidade tem a ver também com a cultura de direitos humanos existente numa sociedade. No Brasil, os direitos humanos são um tema emergente e um valor em construção. Essa realidade, combinada a uma tradição de autonomia militar, criou o pior cenário para a responsabilização individual dos crimes praticados durante os governos de exceção, e até mesmo nas questões criminais sem cunho político. Nossa hipótese é que a existência de uma grande autonomia militar antes, durante e depois da ditadura, associada aos baixos níveis de respeito aos direitos humanos na sociedade brasileira, e ao baixo interesse do Congresso e do governo em geral pelo tema das Forças Armadas, garantiram espaços para que a corporação militar atuasse como *veto player* sempre que se tentou rediscutir ou rever [...] prerrogativas da

trabalhos da CNV e da reação dos setores militares e das Forças Armadas, Mateus Henrique de Faria Pereira (2015, p. 873) afirma que “de algum modo, as manifestações de algo próximo a um ‘negacionismo puro’, entre 2012-2014, consistiram em mostrar que a tortura foi um ‘excesso’ e não uma política de Estado.” Ainda segundo as excelentes contribuições do autor:

Essa narrativa justifica no presente, em particular, práticas, discursos, ideologias e lógicas que permanecem. Em grande medida, a impunidade em relação aos crimes praticados pelo Estado durante o período de 1964-1985 é o principal motor que faz com que essa “comunidade de memória” persista, cresça e se transforme e, sobretudo, que não sinta ou manifeste remorso ou culpa e, por consequência, não aceite nem reconheça qualquer tipo de erro. Em vez do remorso ou da culpa assistimos ao estímulo ao ódio e ao ressentimento. Afetos que também impedem ou dificultam um pedido de desculpas e/ou perdão pelos erros praticados. [...] Sendo assim, a “guerra de memória”, diante de seus sentimentos e de seus componentes de irracionalidade, não terminará apenas pelo uso da razão, da lembrança e da evidência, mas antes de tudo quando os atos e os agentes de crimes realizados no passado sofrerem algum tipo de punição. (PEREIRA, 2015, p. 884)

A CNV foi anunciada em 2011 quando a então presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.²⁵ Essa Lei ficou conhecida como “Lei de acesso à informação”. Simbolicamente, no mesmo dia em que foi sancionada a “Lei de acesso à informação” também foi sancionada a Lei nº 12.528, que após 26 anos do pacto que pôs fim a ditadura, criava a Comissão Nacional da Verdade (CNV).²⁶ Ao contrário do que se possa presumir, a sanção das duas Leis no mesmo dia não foi suficiente para garantir o acesso da CNV aos documentos sobre o período da ditadura que ainda estão sob guarda das Forças Armadas, e esse é um indicativo fundamental, talvez um possível “erro de origem” no que representou os limites institucionais que a Comissão enfrentaria.

A CNV foi instalada em maio de 2012, tendo como finalidade: “examinar e esclarecer o quadro de graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.” (CNV, 2014, p. 15). Cabe destacar que assim como o PNDH-3, a CNV também não tinha “poderes” de Justiça. Durante os seus trabalhos, a Comissão da Verdade ouviu 1121

corporação. (D’ARAÚJO, 2012, p. 575, grifos da autora). Para pensar essa dimensão do imaginário militar tomamos referência para reflexão e análise as contribuições de Pereira (2015, p. 870-878).

²⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm#art46. Acesso em: 15 jun. 2015.

²⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm. Acesso em: 15 jun. 2015.

depoimentos, sendo que 132 deles foram de agentes públicos que estiveram, de uma maneira ou outra, envolvidos com a ditadura.

A criação e o desenvolvimento dos trabalhos da CNV, bem como o lançamento do seu Relatório Final (2014) – em que pese todas as críticas que possam ser feitas aos limites dos resultados alcançados –, reacenderam as “disputas e batalhas de memória”, de certo modo indo além dos atores tradicionais dessa disputa – os que lutaram a favor e os que lutaram contra – devido à projeção pública que alcançou. Entre as diversas polêmicas suscitadas pelos trabalhos da CNV, merece destaque a negativa das Forças Armadas – em evidente afronta ao que determina a “Lei de acesso à informação” – aos questionamentos feitos pela CNV a respeito do uso de instalações militares durante a ditadura para prática de “graves atentados aos direitos humanos”. Segundo a avaliação da CNV, expedida em resposta aos relatórios das três forças (Aeronáutica, Exército e Marinha),²⁷ nenhuma delas reconhece a ocorrência de torturas ou outras graves violações aos direitos humanos em suas instalações militares.²⁸

Nessa perspectiva, para se reprimir, silenciar, falsear ou esquecer é preciso contestar a realidade do que se passou durante a Ditadura Militar brasileira não necessariamente pela mentira, mas pela negação e também pelo revisionismo, que distorcem e justificam os crimes e o estado de exceção. Em grande medida são, portanto, discursos e narrativas que justificam práticas, lógicas e ideologias que permanecem e/ou aceitam o inaceitável. (PEREIRA, 2015, p. 877)

Essa negativa das Forças Armadas – que contou, inclusive, com a anuência do então Ministro da Defesa, Celso Amorim – demonstra, entre outras questões, a permanência do “entulho autoritário” frente às normas que deveriam reger o Estado Democrático de Direito que passou a vigorar – ao menos formalmente – a partir da Constituição de 1988. Ações de desmando como essa evidenciam os limites da transição democrática pactuada que protelou ou silenciou o acerto de contas com o passado ditatorial.

O lançamento do Relatório Final da CNV em 2014 se tornou um evento singular no processo de “disputas e batalhas” de memória no tocante ao período ditatorial. Para

²⁷ Em nível de exemplo, Pereira (2015, p. 875) transcreve parte do Ofício do Exército assinado pelo comandante da Força Enzo Martins Peri, destacando os trechos em que o advérbio de negação “não” aparece, tendo por objetivo verificar se há a lógica de negação pelo menos no sentido freudiano. Segue o trecho do ofício que foi destacado pelo autor: “[...] os dados disponíveis *não* permitem corroborar a tese apresentada por aquela Comissão de que tenha ocorrido desvio formal de finalidade do fim público estabelecido para as instalações objeto da investigação, *não* havendo, desta forma, fato novo que modifique tal percepção. Por fim este Comando entende que *não* lhe é pertinente manifestar-se a respeito de atos formais e de outras decisões tomadas pelo Estado Brasileiro ou, ainda, opinar sobre situações já definidas pelo ordenamento jurídico vigente.”

²⁸ Para maiores esclarecimentos sobre o desdobramento da polêmica tomamos como referência a leitura dos ofícios, notas e relatórios disponibilizados pela CNV no seu site. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/torturas-em-instalacoes-militares.html>. Acesso em: 15 jul. 2015.

exemplificar essa afirmativa remetemos ao episódio onde o então general Sérgio Etchegoyen²⁹ (então oficial de alta patente e na ativa dentro das Forças Armadas) questionou publicamente os trabalhos da CNV após ter se tornado público através do Relatório Final da Comissão que seu pai e seu tio estavam na relação dos 377 acusados de cometer graves violações de direitos humanos. O general Etchegoyen classificou o trabalho da comissão como “leviano e patético”.³⁰ O general não foi punido por suas declarações e, pouco tempo depois, foi promovido pela então presidenta Dilma Rousseff como chefe do Estado-Maior do Exército.

Apesar de sob uma primeira análise os dados contidos no Relatório da CNV não apresentarem avanços significativos em relação ao que os movimentos sociais envolvidos com a temática vêm apontando e nem em relação ao que as pesquisas científicas já tornaram “oficial”, o Relatório demarca posição importante no que se refere a questão política e às disputas que envolvem a temática da ditadura perante o conjunto da sociedade. Fazendo nossas as palavras de Pereira (2015):

A negação e o revisionismo foram eleitos por nós como elemento importante para a compreensão dessa guerra de memória, pois cremos que eles têm um papel importante no impedimento ou na edificação de uma “justa memória”, pois dificultam o arrependimento, a culpa e o remorso por parte dos apoiadores, encobridores e perpetradores de crimes imprescritíveis e ações

²⁹ Sérgio Etchegoyen é formando pela Escola Superior de Guerra (ESG) e teve aula com os principais articuladores do conceito e da prática da “Doutrina de Segurança Nacional” (DSN). Etchegoyen assumiu como chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência após o afastamento de Dilma Rousseff ainda no primeiro movimento do rito de impeachment. Sob seu comando o GSI passou a incorporar a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Através da ABIN, Etchegoyen passou a chefiar o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) do qual foi um dos articuladores/criadores ainda nos governos do PT. O SISBIN foi criado para pensar e articular a segurança durante os mega eventos Copa do Mundo e Olimpíadas. O general é membro do alto escalão militar e tem apreço pela política, que vem exercendo como “grande articulador” em diferentes momentos de crise do governo Michel Temer. É também um defensor e propagador costumaz do ideário da ditadura, não só entre os colegas de farda e da caserna, mas em diferentes eventos públicos (ou privados). Inspirado em: <https://theintercept.com/2017/08/04/verdadeiramente-assustador-ex-comandante-da-pmerj-critica-visao-de-general-para-a-ocupacao-militar-no-rio/>. Acesso em: 10 out. 2017; <http://diplomatie.org.br/os-militares-na-politica/>. Acesso em: 06 dez. 2017; <http://diplomatie.org.br/intervencao-civil-militar-e-o-cerco-democracia-2/>. Acesso em: 01 mar. 2018.

³⁰ As declarações da CNV sobre os parentes do general Sérgio Etchegoyen não foram levianas. Conforme o Relatório da Comissão, seu avô, Alcides Etchegoyen, tentou impedir a posse do presidente Washington Luís em 1926. Posteriormente foi nomeado para a chefia da Polícia do Distrito Federal, na ditadura do Estado Novo, em 1942. Posteriormente se aliou ao grupo que tramou a renúncia de Getúlio Vargas em 1954. O pai do general Etchegoyen, Léo Etchegoyen, foi comandante da polícia no Rio Grande do Sul logo após o golpe de 1964. No seu período como comandante recebeu Dan Mitrione, instrutor de tortura do governo estadunidense, para que o mesmo ministrasse “cursos com técnicas de interrogatório” para os policiais do estado. O tio do general, general Cyro Guedes Etchegoyen, foi apontado pela CNV como sendo o responsável pela “Casa da Morte” em Petrópolis no Rio de Janeiro. A “Casa da Morte” era um local extra-oficial utilizado pelas Forças Armadas como cativeiro clandestino e centro de tortura e “eliminação” de presos políticos sequestrados. Nesse local as pessoas eram mortas através de técnicas bárbaras de tortura, como o uso de injeções para sacrificar cavalos. Para mais detalhes: <https://theintercept.com/2016/08/16/remilitarizada-abin-busca-se-fortalecer-disseminando-o-medo-do-terrorismo-nas-olimpiadas/>. Acesso em: 10 nov. 2016.

imorais, como a prática da tortura e assassinatos ontem e hoje, ontem e amanhã. (PEREIRA, 2015, p. 892, grifos do autor)

O nível de disputa político dessa “guerra de memórias” pode ser medido em diversas situações: Por exemplo, quando a CNV, mesmo tendo força de Lei, encontrou resistências e negativas das Forças Armadas às suas solicitações; ou, ainda, no viés reacionário das manifestações conservadoras que tomaram as ruas do Brasil a partir dos anos de 2015 e 2016. Essas manifestações, como veremos à frente, parecem demarcar o início do fluxo de ascenso conservador com diversos recursos discursivos que remetem às “disputas e batalhas de memória” como, por exemplo, nos pedidos de “volta dos militares”, nos “bordões” que remetem ao período pré-1964 como, por exemplo: “sem foice e sem martelo, o Brasil é verde e amarelo” ou, “a nossa, bandeira, jamais será vermelha”.³¹

Imagem 4 – “Manifestação ‘Fora Dilma’ pedindo ‘Intervenção Militar Já!’” – Belo Horizonte – MG, 15 de março de 2015



Fonte: Uarlen Valério/ O Tempo.³²

³¹ Em nível de exemplo pode-se ver algumas imagens em: <https://epoca.globo.com/tempo/fotos/2015/03/b15-de-marcob-os-manifestantes-pelo-brasil.html>; <http://g1.globo.com/politica/fotos/2015/03/fotos-manifestacoes-pelo-brasil-neste-domingo-15.html#F1566811>. Acesso em 10 jul. 2016.

³² Disponível em: <https://www.otempo.com.br/galeria-de-fotos/veja-o-que-diziam-os-cartazes-nos-protestos-1.1009286>. Acesso em: 29 nov. 2017.

Antecipando a discussão do próximo capítulo, ao contrário do que pode ser visto nas ruas “verde e amarelas” de 2015 e 2016, nas manifestações de 2013 parece ter havido um elemento difuso que questionou a “democracia possível” decorrente do processo de redemocratização, escancarando e colocando “a nu” seus limites e raízes autoritárias. A resposta do Estado para as manifestações de 2013 foi a mesma que historicamente é oferecida para as questões sociais que se tornam latentes, como buscamos mostrar no capítulo anterior. O mesmo governo que modestamente ofereceu condições de trazer o passado à tona através de algumas modestas iniciativas no âmbito da Memória – sem tocar no aspecto da “Justiça” que pode consolidar a “Verdade” no sentido histórico –, quando colocado à prova, não ousou romper o “pacto da transição” que solidificou o caminho da redemocratização limitada e inacabada. Quando Estado e governo foram chamados a responder às manifestações de 2013, ambos se encarregaram de silenciar – com o instrumental autoritário (bélico, jurídico e político) característico da ditadura – a voz das ruas que se expressava pela via da democracia direta – aquela que não paga tributo aos pactos e conciliações.

Imagem 5 – “Não é só por 20 centavos, é pela desmilitarização das polícias, pelo fim da violência policial!” – São Paulo – SP, 24 de junho de 2013



Fonte: Caio Castor.³³

³³ Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2013/06/pm-ato.jpg>. Acesso em: 15 jun. 2017.

O que poderia ser uma via de aprofundamento democrático – especialmente no sentido de participação política – tornou-se negação. Da negação, assumimos como hipótese, pode ter surgido o processo de descontinuação dos parques – e consideráveis – avanços democráticos alcançados até então. As manifestações de 2015 e 2016 parecem sintetizar os elementos autoritários e violentos acionados pelo Estado e pelo governo de turno para “conter” 2013. Por incapacidade ou desventura dos operadores do Estado, prevaleceu a negação que fechou as portas da democracia e contribuiu para que se abrissem as portas do totalitarismo como resposta as inquietações latentes que foram sumariamente interrompidas em 2013 e direcionadas para outro foco em 2015-2016.

Nessa hipótese, as manifestações de 2015 e 2016 formaram recipiente para o sentimento autoritário decorrente das heranças ditatoriais que já vinham se manifestando em “disputas e batalhas de memória” especialmente desde o ano de 2010, mas sobretudo a partir dos trabalhos da CNV (2012-2014). Difuso dentro de pautas genéricas pouco refletidas e disfarçadas sob a pecha de “cidadania” ascendia um novo tipo de conservadorismo que associa aspectos político-morais com elementos econômico-neoliberais resultando em um tipo de “ódio de classe” (SOUZA, 2016, 2017) que encontra sua melhor expressão nos pedidos de “intervenção militar”.

Como afirmado no primeiro capítulo, a história brasileira – colonial, imperial e republicana – é matizada por diversas opressões e resistências, contudo, a memória social sobre esse processo tem sido sistematicamente silenciada e riscada das narrativas e das páginas oficiais da História. Quando uma pesquisa se propõe a abordar de forma científica – sob marcadores teóricos e empíricos – “heranças autoritárias” do período ditatorial a partir de “disputas e batalhas de memória” que se reproduzem no tempo, está se propondo um percurso que não fica restrito pragmaticamente a “delimitação”, mas busca conexão com um processo histórico mais amplo, que diz respeito à própria formação social brasileira.

O foco no recente movimento de ascenso conservador, tomando como base as heranças da última ditadura civil-militar que se expressam dentro de um quadro delimitado por três eventos – CNV, manifestações de 2013 e manifestações de 2015 e 2016 – se caracteriza como “apenas” um fragmento recente de uma película extensa que tende a reproduzir sob novas cores episódios passados. Para além da poética, há a tragédia das barbáries históricas e políticas, que se não compreendidas e combatidas, tendem a se repetir como farsa.

3.3 Pensando a Memória enquanto chave teórico-conceitual

Trabalhar o elemento da Memória enquanto conjunto causal desde uma perspectiva científica e conceitual é um desafio que requer atenção as dimensões transdisciplinares por onde se articulam as definições tomadas como referência. No âmbito desta tese estamos abordando o estudo da memória desde uma perspectiva sócio-histórica, pensando as possíveis relações que podem ser estabelecidas entre os fatos do passado relativos ao período ditatorial e suas implicações no presente contexto de ascenso conservador, dessa forma estabelecendo diálogo com os processos de memória coletiva nos termos desenvolvidos por Maurice Halbwachs (1990).³⁴ Esta perspectiva halbwachiana aponta que os relatos históricos não são necessariamente objetivos, mas resultado de uma disputa de diferentes abordagens e narrativas, sendo a memória coletiva em relação ao passado parte deste processo.

Nesse sentido, assumimos que a construção de memórias coletivas passa por processos de disputa social que constituem narrativas “oficiais e marginais” sobre determinados eventos. Embora a memória dos fatos passe por uma dimensão individual (lembança enquanto ação particular) e privada, ela assume caráter “social” e público quando socializada e incorporada por um grupo social (coletividade). Isso quer dizer que na perspectiva da memória coletiva preconizada por Halbwachs (1990), o sujeito molda e é moldado pelo passado do coletivo (sociedade) que o envolve, da mesma forma que as suas lembranças (transformadas em memórias e socializadas com o coletivo) vão influenciar reciprocamente outros sujeitos, estando ambos conscientes disso ou não. Essa definição nos auxilia a compreender a memória enquanto resultado de uma (ou várias) construções sociais que se atravessam, complementam, agregam e desagregam, por isso passível de diferentes disputas. Sujeita como não poderia deixar de ser, ao arbítrio das escolhas (conscientes ou inconscientes) do que lembrar e do que esquecer. As disputas de memória são decorrentes da forma como evoluem ou retrocedem as disputas sociais em torno de determinado acontecimento.

Halbwachs (1990) afirma que “[...] só temos a capacidade de nos lembrar quando nos colocamos no ponto de vista coletivo de um ou mais grupos e nos [situamos] novamente em

³⁴ O sociólogo Maurice Halbwachs foi o precursor no desenvolvimento da sociologia da memória, contribuindo para que esse tema passasse a fazer parte do universo das ciências sociais. A obra de Halbwachs tem como eixo a teoria sociológica durkheimiana, e por isso a memória é trabalhada sob um viés social e coletivo. Halbwachs (1990) teorizou a “memória coletiva” para designá-la enquanto fenômeno social. Em sua abordagem os elementos que constroem a memória individual sofrem influência (e influenciam) a memória coletiva. Nesse sentido, para Halbwachs os “locais de memória”, as “tradições” e “regras” sociais são expressões da memória coletiva de uma sociedade. Para o autor nenhuma lembrança individual se constitui separada da sociedade e, portanto, da coletividade. Qualquer análise sobre as lembranças (ou memórias) individuais deve ser realizada considerando a inevitável influência das instituições, fatos e normas sociais como, por exemplo a religião e a religiosidade, a escola e suas normas e valores, a comunidade e sua organização política.

uma ou mais correntes do pensamento coletivo.” (HALBWACHS, 1990, p. 36). Em acordo com as prerrogativas durkheimianas, Halbwachs afirma que “[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, [e] que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios.” (HALBWACHS, 1990, p. 51). Segundo Isabel Halfen da Costa Torino (2013), o elemento central no pensamento de Halbwachs sobre a memória é que, independente das fontes de lembrança sobre o passado que possamos ter, por mais pessoais, íntimas, sentimentais e exclusivas que possam parecer, em verdade elas existem devido às influências do grupo social que está no entorno do indivíduo.

Mesmo tendo grandes contribuições teóricas para o campo da memória e tendo influenciado gerações de pesquisadores e acadêmicos que se dedicam aos estudos da memória, a perspectiva estruturalista desenvolvida por Halbwachs fica em grande medida presa ao determinismo social, ou seja, uma lógica de submissão e sujeição do indivíduo ao coletivo. Na perspectiva de Halbwachs a memória atua como elemento central de coesão social, o que afasta a dimensão das disputas sociais sobre o passado. Nesse sentido nos parece mais adequado utilizar a denominação de “memória social”, que incorpora às diferentes disputas e tensões que são inerentes a sociedade. Nesse sentido, para além dessa dimensão estruturalista da sociologia da memória desenvolvida por Halbwachs, buscamos, assim como Soraia Ansara (2009, p. 43), “[...] elaborar uma noção de memória, tendo o cuidado de contemplar a dimensão social e política [...]”, buscando compreendê-la como um campo em constante disputa e marcado por forças antagônicas.

A conjuntura política vivida no Brasil, especialmente a partir do processo de impeachment da ex-Presidenta Dilma Rousseff (que inicia logo após as eleições presidenciais de 2014 e se efetiva no ano de 2016), tem trazido à tona fortes elementos conservadores e reacionários de tom fascista que estamos denominando como um processo de “ascenso conservador” decorrentes de “disputas e batalhas” de memória.

Imagem 6 – “Parabéns militares” – Brasília – DF, 01 de abril de 2014



Fonte: Rede Brasil atual.³⁵

Esse processo é envolto por elementos que encontram ambiente fértil na política de esquecimento que se perpetua ao longo da história brasileira, seja em relação ao período escravista, seja em relação aos golpes e ditaduras. Como bem demonstram diversos exemplos históricos, o esquecimento, quando estimulado ou não combatido com medidas de memorialização³⁶, pode favorecer a emergência de equívocos e negações de fatos históricos, bem como, a repetição da barbárie decorrente de movimentos totalitários que irão criar novos eventos traumáticos.

O intrincado campo de disputas que envolvem a construção das memórias sociais e coletivas sobre o período ditatorial e a negação do acerto de contas com o passado favorece não só a proliferação do pensamento e das práticas reacionárias, preconceituosas e intolerantes, como o esquecimento e a negação das graves violações aos direitos humanos cometidos durante a ditadura. O esquecimento e a negação perpetuados pela “cultura do medo” (BAUER, 2012) favorecem a impunidade que, por sua vez, garante a continuidade de toda ordem de violações sobre a sociedade.

³⁵ Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/04/manifestantes-pro-golpe-tumultuam-sessao-da-camara-sobre-ditadura-6533/>. Acesso em: 21 jun. 2016.

³⁶ Estamos assumindo a definição de Ereshnee Naidu (2010, p.11), onde “memorialização refere-se a processos através dos quais a memória se perpetua.”

Segundo José Carlos Moreira da Silva Filho (2011), a dimensão do esquecimento vinculado a impunidade favorece a manutenção de um modelo de ação incompatível com a democracia. Segundo Silva Filho (2011, p. 46), “os agentes policiais e os militares que tomaram parte na prática de crimes contra a humanidade se mantiveram incólumes em suas funções públicas [...] o negacionismo quanto aos crimes de tortura e a outras graves e sistemáticas violações de direitos humanos [...] ganhou razoável espaço, até o presente, na sociedade brasileira.”. Ainda segundo o autor (2011, p. 46-47), essa lógica manteve inalterada a dimensão autoritária dentro da “[...] cultura institucional dos órgãos de segurança pública brasileiros, em especial as forças armadas.”.

Isso ocorre, por exemplo, no caso dos crimes que continuam sendo cometidos pelas polícias militares, especialmente contra as populações pobres, negras e periféricas, tal como atesta os índices de letalidade policial apresentados pelo Atlas da Violência.³⁷ O *modus operandi* das polícias carrega em sua gênese não só o nome “militar”, mas toda uma estrutura de organização interna baseada na hierarquia e em formas de atuação violenta que remetem diretamente ao período sinistro da ditadura e a impunidade daqueles que cometeram crimes e violações de direitos humanos naquele período.³⁸ Castor Bartolomé Ruiz (2011) nos auxilia na reflexão sobre a importância do trato com a memória daqueles que sofreram a violência também como forma de impedir que a barbárie volte a ocorrer. O autor afirma que:

A memória dos violentos tende a ocultar os efeitos da violência sobre a vida humana. A memória dos vitimários produz atos de legitimidade da violência. [...] O desvelamento da perversão oculta na história desconstrói a pretensa naturalidade da violência mostrando a sua intrínseca inumanidade. [...] O lado sombrio da violência, revelado pela memória das vítimas, traz consigo um novo imperativo histórico: a urgência ética de neutralizar os dispositivos naturalistas da violência. [...] O dispositivo naturalizador da violência, que a reproduz como algo normal, fica desconstruído quando se rememoram as consequências da barbárie. [...] Os atos de memória atualizam as barbáries históricas como meio eficiente para evitar sua repetição. A violência esquecida tende a repetir-se como ato de normalidade. (RUIZ, 2011, p. 125)

A proposição de Ruiz (2001) está em acordo com a leitura da Tese II de Benjamin apresentada por Mate (2011), no sentido de que “há uma continuidade entre os que lutaram no

³⁷ Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP_Atlas_da_Violencia_2018_Relatorio.pdf. Acesso em: 10 jun. 2018.

³⁸ Um dos *modus* de operação que remetem ao período ditatorial são os “autos de resistência”, figura jurídica que é usada de forma recorrente para justificar assassinatos e execuções realizadas por policiais. De forma simplória, um “auto de resistência” significa que o policial agiu, supostamente, em legítima defesa. Buscamos referência para compor essa reflexão na Dissertação de Mestrado de Kelly Ribeiro Felix de Souza (2016), defendida sob o título “Direitos humanos para humanos direitos”: Autos de resistência e estado de exceção permanente no estado do Rio de Janeiro.

passado pela democracia e a democracia atual. Muitos tiveram que morrer e ver seus ideais serem derrotados para que um dia nós pudéssemos viver na democracia.” (MATE, 2011, p. 102). Confrontar a “memória dos violentos” carrega em si o potencial de desnaturalizar o discurso e a prática violenta, atuando como anamnese, ou seja, como “[...] potência humana que consegue trazer para a luz aquilo que o recalque tinha ocultado sob a aparência de esquecimento.” (RUIZ, 2011, p. 124).

Imagem 7 – “Cadê o Amarildo?” – São Paulo – SP, 02 de agosto de 2013



Cartaz na manifestação de São Paulo alusivo a Amarildo de Souza NELSON ALMEIDA/AFP

Fonte: Nelson de Almeida / AFP.³⁹

Seguindo no mesmo raciocínio, Mate (2011) afirma que “[...] o que Benjamin quer nos dizer é que, sem a memória e o reconhecimento dessas mortes, nunca entenderemos o que agora desfrutamos. A responsabilidade não nasce de uma reflexão metafísica [...], mas da consciência histórica.” (MATE, 2011, p. 102). Essa consciência histórica referida por Mate tem relação com o papel ativo que a memória deve desempenhar no embate com as lógicas de esquecimento que ainda permeiam a sociedade brasileira no que se refere ao período ditatorial. No caso brasileiro, como já afirmado, houve a tentativa de reconciliação baseada no

³⁹ Disponível em: <https://www.publico.pt/2013/08/02/mundo/noticia/manifestacoes-aumentam-com-desaparecimento-de-pedreiro-da-favela-da-rocinha-1602043>. Acesso em: 13 mar. 2019.

esquecimento e tutelada pela “lógica da protelação” e do consenso forçado. Nesse sentido, Edson Teles (2009) argumenta que:

No Brasil houve a valorização institucional do passado por meio de uma memória do consenso. Buscando uma posição intermediária entre as duas memórias identitárias marcantes daquele período – a das vítimas e a dos militares –, o consenso elabora explicações negociadas do passado. Se a transição política no Brasil nasceu de um acordo entre as partes – os militares, os novos partidos, etc. – e estas se protegem ao preservar o consenso obtido, quer dizer que uma memória do consenso tentará expor uma visão limitada sobre os crimes da ditadura e simpática ao novo governo civil da democracia. É uma memória que reconhece os crimes enquanto excessos cometidos, mas questiona a amplitude da repressão, considerando os atos de barbárie da ditadura como fruto das ações da chamada “linha dura”. Na tentativa de “racionalizar” o ocorrido, fazem uso do discurso público do esquecimento e do perdão e colocam a sociedade na posição passiva do espectador que se encontra entre dois lados radicalizados. (TELES, 2009, p. 125)

As relações entre a memória e o esquecimento nos remetem a obra de Paul Ricoeur (2007) que alerta para os “excessos da memória e do esquecimento”. O autor reivindica em sua obra a dimensão da “justa memória”,⁴⁰ como forma de combater os traumas do passado e, dessa forma, manter a sociedade livre de situações de abusos, injustiças e atentados aos direitos humanos. Dessa forma, nos interessa a construção do autor sobre a dimensão do esquecimento que, segundo ele, pode ser passivo (vinculado a forma patológica) e ativo (vinculado as relações ideológicas, políticas e de poder). É importante destacar que aqui não estamos tratando, necessariamente, do esquecimento como antítese da memória, mas como outra forma de manifestação dos processos memorialísticos vinculados a dimensão do que “se deve recordar e esquecer”.

A lógica implícita na recordação ou esquecimento nos remete ao papel da memória histórica que é desenvolvida por Michael Pollak (1989) no que o autor denomina de “memória oficial” e “memórias subterrâneas”. Para o autor, as “memórias subterrâneas” se opõem ao que é posicionado como “memória oficial”, criando, em determinados momentos, um cenário de disputas (POLLAK, 1989). O trabalho com as “memórias subterrâneas” é fundamental para que se conforme contraponto ao discurso que se pretende hegemônico e que se apresenta como “memória oficial”. A “memória oficial” se baseia no silêncio, na negação

⁴⁰ O autor afirma perturbar-se com o “[...] inquietante espetáculo que apresentam o excesso de memória aqui, o excesso de esquecimento acolá, sem falar da influência das comemorações e dos erros de memória — e de esquecimento. A idéia de uma política da justa memória é, sob esse aspecto, um de meus temas cívicos confessos.” (RICOEUR, 2007, p. 17).

da disputa e na conciliação que nega o conflito. Pois o conflito entre posições antagônicas tem potencial de alterar os rumos da história.

Os conflitos inerentes as memória suscitadas pela ditadura civil-militar, em uma conjuntura de acirramento da luta de classes, pode resgatar estereótipos e preconceitos que já foram utilizados no passado para afirmar a negação da democracia e dos direitos humanos. A agenda conservadora que assume posturas, discursos e práticas de tom fascista, é a mesma que nega direitos na defesa de privilégios de toda ordem. Nesse sentido, podemos pensar a partir da proposição de Jacques Le Goff (1990, p. 426), quando o autor afirma que: “[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas.” É nesse aspecto que as manifestações de 2013 e 2015-2016 parecem refletir, mesmo que indiretamente, os reflexos das disputas e batalhas de memória em posições distintas e antagônicas em relação à democracia e aos direitos humanos.

Seguindo a lógica de Ricoeur (2007), existem ainda os casos de “abuso da memória” que se apresentam sobre três aspectos: a “memória obrigada” (que dialoga com a dimensão dos abusos políticos que tratam da memória de eventos traumáticos de uma sociedade), a “memória manipulada” (que se refere a relações individuais e coletivas no campo da memória e que são impostas ideologicamente para justificação do poder) e a “memória impedida” (que envolve manifestações patológicas da memória coletiva devido à imposição do esquecimento – ou a proibição de lembrar – que conduz a repetição compulsiva).

[...] podemos dizer que a negação, em seu sentido ideológico, bem como o revisionismo, em seu sentido absoluto e relativo, está intimamente ligada àquilo que Ricoeur chama de abuso de memória e de esquecimento, em particular, de memória manipulada. O processo ideológico está ligado aos combates e às denúncias contra os adversários no interior da competição entre ideologias. Assim, a distorção imagética deve ser articulada com o fenômeno de legitimação e da mediação simbólica. A compreensão dessas dimensões intermediárias pode nos permitir entender a negação e o revisionismo brasileiro como “molas” do processo de manipulação da memória e da história de nossa última ditadura [...]. (PEREIRA, 2015, p. 879)

Assumimos que esses três aspectos estão presentes em nossa análise. A “memória obrigada” no que tange a negação do passado autoritário e de suas consequências imediatas e secundárias, individuais e coletivas, apresentando a conciliação baseada no esquecimento como forma de superação dos traumas e fissuras sociais decorrentes da ditadura passada. A

“memória manipulada” se efetiva nos diversos mecanismos de subjetivação do autoritarismo, como fica patente nas tentativas de equiparação entre crimes cometidos por agentes do Estado e ações de Organizações políticas que atuavam como oposição, ou ainda, na lógica de “combate ao comunismo”, de “luta contra o inimigo interno”, na manutenção da Lei de Anistia, etc. A “memória impedida” se manifesta na negação do passado, no apagamento das lutas de resistência que cortam a “história oficial” e, principalmente, na manutenção do entulho autoritário que mantém presente a “cultura do medo” e o risco concreto de sofrer violações por parte do Estado (tanto na dimensão policial/judicial, como em outros direitos básicos).

Uma sociedade que não reconheça a importância dos direitos humanos e a necessidade da democracia tende a manter a continuidade de toda ordem de violações aceitando-as com naturalidade. Ou ainda, defendendo formas extremadas de barbárie como necessárias para “reestabelecer a ordem social”, negando qualquer pressuposto vinculado aos direitos humanos e associando esses direitos como “direitos de bandidos”, argumento recorrente e sintomático no atual quadro de ascenso conservador. Entendemos, assim como destaca Giuseppe Tosi (2012), que “a memória é terreno de luta, de conflito de interpretações e está continuamente sujeita à mudança: terreno de luta ideológica e política fundamental para a construção de identidades coletivas.” (TOSI, 2012, p. 189).

É partindo desse entendimento, da memória enquanto terreno de luta e de conflito, que no próximo capítulo será abordado às manifestações de 2013 enquanto signo expresso de uma “batalha de memória” marcada pela luta política e ideológica de enfrentamento aos pactos estruturais (e suas heranças e consequências) que marcam o período da “Nova República”. E, também, as manifestações de 2015-2016 enquanto reação conservadora frente aos riscos infligidos pelas revoltas de 2013 ao sistema de privilégios secular do qual as elites se nutrem. A partir dessa abordagem, demonstrar como a crise eminente do pacto Constitucional de 1988 (colocado em questionamento nas manifestações de 2013 a partir dos direitos e garantias não atendidos) fez emergir um cenário de ruptura (“fim da Nova República” por meio de um golpe parlamentar de viés jurídico-político-midiático (JINKINGS; DORIA; CLETO; 2016)), ascenso e posterior consolidação conservadora.

4 QUANDO PACTOS, CONSENSOS E RECONCILIAÇÕES SÃO ROMPIDOS: OU O TESTE DEMOCRÁTICO EM QUE O PAÍS FOI REPROVADO. AS MANIFESTAÇÕES DE 2013, 2015 E 2016

*“Por isso cuidado, meu bem
Há perigo na esquina
Eles venceram e o sinal
Está fechado pra nós
Que somos jovens
[...]
Já faz tempo
E eu vi você na rua
Cabelo ao vento
Gente jovem reunida
Na parede da memória
Esta lembrança
É o quadro que dói mais”
(BELCHIOR, 1976, *Como nossos pais*)*

As manifestações de 2013 se constituem como um dos mais expressivos eventos políticos de massa da história recente brasileira (MARICATO *et al.*, 2013; NUNES, 2018). Assim como afirma Marcos Nobre (2013a e 2013b), pode ser comparado as “Diretas, já” nos anos 1980 e ao impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello nos anos 1990. Por terem sido a resultante de uma série de eventos “não previstos”,¹ que levaram a um profundo choque ao *status quo* – seja ele político, social ou científico –, as “manifestações de 2013” se tornaram tema quase obrigatório para qualquer análise dentro das Ciências Sociais que esteja interessada em discutir realidade brasileira (CAVA, 2013; CAVA e PEREIRA, 2016). As suas causas, efeitos e consequências ainda geram profundo “mal-estar sociológico” em diferentes segmentos da academia e correntes teóricas, bem como, profunda incompreensão em diferentes atores políticos, sejam eles oriundos do jogo político institucional ou dos movimentos sociais (CAVA, 2013; MARICATO *et al.*, 2013; JUDENSNAIDER *et al.*, 2013; MIRANDA, 2017). Para além do “mal-estar”, as manifestações de 2013 se tornaram o centro de “disputas e batalhas de memória” no tempo presente. Assim como apontado no primeiro capítulo dessa tese, os significados, significantes e o choque entre “Memória e História” ficam nítidos nas diferentes interpretações, especialmente nos “usos políticos” desse “passado recente” (OLIVEIRA, 2013).

¹ Estamos utilizando a expressão entre aspas para denotar uma ironia, pois uma das demandas mais significativas e que contribuiu de maneira decisiva para desencadear as manifestações de 2013, dizia respeito às pautas relativas ao transporte público (custo da passagem e reivindicação de passe livre) que, pelo menos desde 2005, estavam em debate entre grupos políticos de distintas expressões da esquerda como bem demonstra Leo Vinicius (2005, 2014, 2018).

Imagem 8 – “Recua, polícia, recua, é o Poder Popular que está na rua” – Porto Alegre – RS, 20 de junho de 2013²



Fonte: Coletivo Catarse.³

Assim como diferentes revoltas populares ao longo da história brasileira que atravessam e constituem a formação sócio-política do país – mesmo tendo sido colocadas em um lugar de invisibilidade pelas narrativas dominantes da História oficial –, as manifestações de 2013 se nutrem de uma “memória política subterrânea” (POLLAK, 1989) que alimenta o imaginário proibido da “Revolução brasileira”. “Revolução” muito discutida, teorizada e polemizada por intelectuais ilustrados, mas sempre impedida nos termos de uma ruptura estrutural com o modelo de pactos e privilégios das elites de sempre. Em um país com as particularidades e peculiaridades de formação social como o Brasil, quando uma revolta popular se afirma e ganha espaço na esfera pública, ela invariavelmente trás consigo todo tipo de anseio que se expressa das mais distintas – e, muitas vezes espetaculares – maneiras. Não

² Porto Alegre, 20 de junho de 2013. Dentro de um universo épico vivido naquela noite chuvosa, em que caída do céu muito mais que água, talvez uma das cenas mais heróicas seja essa. Especificamente a partir de 1 minuto e 19 segundos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yhKkpCAiY5w>. Acesso em: 05 nov. 2019. Interessante observar, ainda, a descrição do vídeo, onde em uma espécie de “intuição”, o autor da postagem analisa: “Por outro lado, foi uma marcha diferente das anteriores. As pautas originárias do movimento que tomou as ruas do país por um transporte público e de qualidade e contra as violações de direitos humanos cometidas em nome da Copa, neste 20 de junho, ganharam outras. Muitos se sentiram chamados para as ruas, outros foram chamados de forma organizada e planejada para plantar dentro deste movimento popular uma tentativa de golpe de Estado. Havia reivindicações genéricas contra a corrupção dos políticos, pauta tradicionalmente utilizada [sic] por setores reacionários da sociedade quando querem substituir um governo por outro de sua maior simpatia. Agora, se a grande mídia e os setores de direita, com os quais a mesma se identifica, pensam em aproveitar esta energia toda para criar um atalho de chegada ao poder, cabe seguir a reflexão se a mobilização que gerou todo este movimento que está aí tomando as ruas do Brasil sabe ao certo para onde vai e se também resistirá a este tipo de cooptação.”

³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yhKkpCAiY5w>. Acesso em: 05 nov. 2019.

raro, e até comumente, é sufocada através da repressão, ressignificada – e, no caso específico de 2013 –, apropriada pelas elites contra os próprios interesses populares que lhe deram origem. O interessante é que os setores político-institucionais supostamente comprometidos com os interesses sociais e populares, mas que não necessariamente frequentam as mazelas sofridas pelo povo pobre, negro e periférico, são em geral os primeiros (com o apoio de diferentes segmentos da intelectualidade) a tecer fortes e contundentes críticas, a deslegitimar e infantilizar as revoltas que historicamente são produzidas como consequência das barbáries estruturais a que esse mesmo povo é submetido. Em 2013 não foi diferente, seja pela repressão, seja pelas reiteradas – e constantemente atualizadas – tentativas de depreciação advindas tanto de setores conservadores como de setores autoproclamados “progressistas”.

Como desenvolvido no primeiro capítulo dessa tese, ao analisar partes da obra de Caio Prado Júnior (1961, 1972), especialmente no que se refere à forma pejorativa como o autor compreendia e analisava às revoltas populares do Brasil imperial – embebido pela vertente marxista que propugnava um tipo de “etapismo” incompatível com a realidade brasileira –, percebemos que essa “herança acadêmica” se manteve apoiada na reflexão de baixa intensidade “dos clássicos da inteligência brasileira”. Uma postura científica que, sob o “escudo protetor” dos “clássicos”, reproduz certas incompreensões e alarga estereótipos categoriais vulgarizando conceitos. Nesse sentido, diferente do que alguns intelectuais têm analisado (SOUZA, 2015, 2016, 2017; ALONSO, 2017; HADDAD, 2017), existem muitos indícios subterrâneos e “invisibilizados” que são pouco ou nada explorados e que poderiam levar às raízes da revolta que se expressou com intensidade histórica em 2013. Contudo, esses indícios não são encontrados nos “lugares comuns” da análise acadêmica epistemologicamente centrada nos “clássicos” da sociologia paulista, ou na leitura comprometida de burocratas ensimesmados pela lógica eleitoralista e pelo aparelhamento partidário que cega e hipnotiza perante realidades que não estão previstas no seu horizonte político.⁴

⁴ Paulo Arantes (2014) nos ajuda a formular essa reflexão quando afirma: “Minha reconstituição da paradoxal certeza histórica de um psicanalista talvez pareça menos arbitrária recorrendo ao raciocínio do historiador Paulo Cunha acerca do contraponto entre Moderação e Aniquilamento, que percorre a formação da nacionalidade desde os seus primórdios. A guerra acabou, quer dizer (deve entrar de uma vez na cabeça dos recalitrantes): violações zeradas (na lei ou na marra), reconciliação consolidada (novamente consentida ou extorquida). Mas a guerra não acabou, de novo que se entenda: é preciso anular a vontade do inimigo de continuar na guerra, e anular até o seu colapso. Clausewitz dixit. Pois bem: historicamente, Moderação é a senha de admissão ao círculo do poder real, cujo conservadorismo de nascença – progresso, modernização etc. são melhoramentos inerentes, porém intermitentes, ao núcleo material do mando proprietário – exige provas irretorquíveis de confiabilidade absoluta dos que batem à sua porta. Assim, sempre que as elites de turno se reconciliam, uma lei não escrita espera dos pactários – na acepção política rosiana do termo – demonstrações inequívocas de convicções moderadas. Para que não haja dúvida do alcance desse pacto fundador, basta um olhar de relance

Sob o “manto” da autoridade acadêmica, fica mais fácil criar “categorias críticas de análise”, rápidas no movimento de depreciação das revoltas e dos revoltosos como, por exemplo: a “despolitização”, por não assumir plataformas de organização tradicionais; o flerte com o “fascismo”, por criticar partidos políticos e não tolerar os recorrentes “atropelos” característicos do “centralismo democrático”; o “espontaneísmo” dos manifestantes, por não aderirem à performática tradicional controlada pelos dirigentes de cima de um carro de som. Alguns intelectuais da “periferia acadêmica” (VINICIUS, 2014; CAVA, 2013; CAVA e PEREIRA, 2016) já vinham analisando e mostrando que existia movimento no subterrâneo do consenso representado pelo pacto de classes “conservador” dos governos de então (OLIVEIRA, 2010; SINGER, 2012). Como afirma Vinicius (2018):

Oito anos depois de 2005, diante dos fatos então recentes ocorridos em junho de 2013, e principalmente durante esses fatos, o último parágrafo da reflexão que escrevi sobre a revolta contra o aumento da tarifa de transporte de 2005 em Florianópolis pode soar como uma profecia que se realizou. Mas era ao mesmo tempo uma antecipação com base no conhecimento do que estava ocorrendo e uma tentativa de ajudar a criar essa própria prática, ou difundí-la. Claro que poderia ter sido escrita, com aquelas ou outras palavras, por praticamente qualquer outro militante do MPL [Movimento Passe Livre] na época: De Salvador a Florianópolis. De Vitória a Uberlândia. De Campinas a Vitória da Conquista. Por todo o Brasil se acumulam com cada vez maior frequência [*sic*] movimentos e revoltas em torno da questão do transporte coletivo. Um grande **rechaço aos partidos políticos, às instituições, às entidades constituídas, às hierarquias, é a marca da composição juvenil que protagoniza essas manifestações.** Época em que a independência, a autonomia e a rebeldia da juventude estão sendo constituintes não só de manifestações, mas de um novo ciclo de lutas sociais urbanas, capaz, quem sabe, de **mudar o panorama das lutas sociais no Brasil.** Até agora, a potência política que brota dessa independência, autonomia e rebeldia constituintes, tem tido sua expressão mais elaborada no MPL. A constituição do MPL como articulação nacional dessa independência e dessa rebeldia pode, assim esperamos, **abrir e produzir histórias inesperadas** até poucos anos atrás, em que essas guerras da tarifa de Florianópolis sejam apenas um prelúdio. (VINICIUS, 2018, S.I, destaques do autor)⁵

Desde junho de 2013, quando as manifestações tomaram proporção nacional, uma série de análises, interpretações e proposições das mais variadas matizes teóricas e ideológicas surgiram (SOUZA, 2015, 2016, 2017; BUCCI, 2016, GOHN, 2017; ALONSO, 2017,

para as patéticas contorções dos dois últimos presidentes do país. Em suma, refratários de qualquer procedência serão recusados. Novamente, para que não haja dúvidas: aos eventuais sobreviventes de tendências contrárias à Moderação/Conciliação/Consolidação das Instituições etc., acena-se com o espectro do supracitado Aniquilamento, cuja eventualidade estratégica sempre paira no ar, que o digam a Guerra de Canudos e a Guerrilha do Araguaia. Também por esse prisma não se pode dizer sem mais que a fantasia de Tales não seja exata.” (ARANTES, 2014, p. 135-136).

⁵ O texto completo, publicado no portal Passa Palavra, pode ser acessado em: <https://passapalavra.info/2018/07/121756/>. Acesso em: 14 dez. 2018.

TATAGIBA, 2018). Se há um elemento comum entre elas, esse diz respeito à tentativa de explicar 2013, não raras vezes, de maneira a hegemonizar, homogeneizar, centralizar, planificar e nivelar a questão: “o que foi 2013?”.

Com o passar do tempo e sem que nenhuma explicação encontre guarida e pontos de contato mínimos para se conformar como “totalizante” (apesar das recorrentes tentativas de intelectuais e “políticos profissionais”), tem-se estabelecido uma “disputa narrativa” entre “Memória e História”. Isso se evidencia especialmente porque essas “disputas” estão atravessadas, de um lado, pelas experiências que muitos pesquisadores (GONÇALVES, 2019; CAVA, 2013; CAVA e PEREIRA, 2016; ORTELLADO, SOLANO, MORETTO, 2016) viveram empiricamente naqueles dias de 2013 (e por isso são colocados em suspeição devido aos possíveis efeitos da “parcialidade” e da “paixão” perante o “objeto”) e, por outro, pela implacável dinâmica do “método científico” (no que diz respeito ao papel do “distanciamento” e da “dúvida” como balizas de legitimidade e autoridade) assumido por aqueles que se pretendem detentores da “imparcialidade” e da “neutralidade” perante o “problema” (SINGER, 2013; SOUZA, 2015, 2016, 2017; HADDAD, 2017; GENRO, 2013 e 2014). Nesse sentido há intelectuais que, justamente pelo seu distanciamento das ruas (e das pautas em disputa) naquele momento fazem uso do prestígio intelectual ou político que possuem para lançar tentativas de síntese, geralmente depreciativas, desabonadoras e, em alguma medida, acusatórias.⁶

O que inquieta e pode induzir a leituras apressadas – e talvez equivocadas – é o fato que as manifestações de 2013 deram início a um processo histórico que escapava do instrumental tático, estratégico e narrativo conhecido e aplicado à direita e à parte da esquerda na política brasileira. O que se colocou em marcha a partir de 2013 inaugurou um novo tempo político no Brasil (ARANTES, 2014), talvez resultante de um embate de classes que chegou ao limite da conciliação. Pensando a partir do enfoque dessa tese no que diz respeito às disputas e batalhas de memória, destacamos que as manifestações de 2013 ocorrem exatamente um ano após o início dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), o que parece ter contribuído para o impacto no imaginário de quem se manifestava, e de quem sentia algum temor ao ouvir o som das ruas, especialmente em um momento onde parecia que

⁶ Aqui estamos nos referindo ao debate que ganhou fôlego e espaço – especialmente entre setores da esquerda política institucional – que acusam as manifestações de 2013 como o início do ascenso conservador que levou ao golpe de 2016 – impeachment da ex-Presidenta Dilma Rousseff – e, mais recentemente, a ascensão de um tipo de fascismo que se efetivou por vitória eleitoral, consolidando o projeto autoritário-conservador que começa a ganhar espaço, desde a leitura sustentada nessa tese, a partir das manifestações de 2015 e 2016.

os crimes cometidos pela ditadura e seus agentes finalmente seriam postos ao julgamento público.

Imagem 9 – “RBS... Ontem cúmplice da ditadura, hoje parceira da máfia do transporte” –
Porto Alegre – RS, 05 de abril de 2013⁷



Fonte: Coletivo Catarse.⁸

4.1 2013 e as batalhas de sentido, memória e história

Ainda no primeiro capítulo dessa tese utilizamos as contribuições de Jessé Souza justamente para pensar os limites e possibilidades das disputas sobre o passado que tem influências nas disputas de memória e na constituição da História. Afirmamos baseados nas pesquisas e proposições de Souza (2015), que existe uma relação inevitável entre os intelectuais e a forma como determinadas histórias e memórias ganham ou não espaço e

⁷ Faixa de abertura de um dos Atos de rua organizados pelo Bloco de Lutas pelo Transporte Público de Porto Alegre no mês de abril de 2013. Importante destacar que “2013” começou muito antes de “junho” em Porto Alegre, dado que é ignorado pela maioria dos pesquisadores do centro do país (GOHN, 2014; 2017). Esse é o motivo que nos leva a priorizar o uso de dados empíricos oriundos da experiência de Porto Alegre e a confrontar essa espécie de “miopia” que a expressão “jornadas de junho” carrega, na tentativa de muitos intelectuais de localizar e isolar o ciclo de protestos que tem origem muito antes de junho apenas naquele mês. Apesar de ter se massificado por todo país a partir de junho, geralmente se nega ou suprime que “2013”, em seu amplo arco de significados, conta com experiências de organização anteriores (CAVA, 2013; VINICIUS, 2014) e posteriores, como no caso das ocupações de escola em São Paulo contra um projeto de “reorganização” no ano de 2015, ou as ocupações de Universidades em todo país em 2016, contra a Proposta de Emenda à Constituição PEC 241, que previa um “teto de gastos” (congelamento de investimentos) públicos em saúde e educação por duas décadas (CAMPOS, MEDEIROS, RIBEIRO, 2016; CATTANI, 2017).

⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h0Ng6400z-0>. Acesso em: 03 mar. 2019.

legitimidade. Nesse sentido, pensando a partir do conjunto das obras recentes de Souza (2015, 2016 e 2017), identificamos que o autor tem se dedicado à reflexão crítica sobre – entre outras questões – os processos sociais que resultaram no golpe jurídico-midiático-parlamentar que levou à deposição – via processo de impeachment – da Presidenta Dilma Rousseff, no ano de 2016. Contudo, nos parece que o autor incorre em equívocos que ele mesmo aponta acertadamente em alguns “clássicos” do pensamento social brasileiro. Nas conclusões da obra “A elite do atraso”, Souza (2015, p. 221) aponta para dois temas que sobressaem de sua tese central sobre as relações entre o “economicismo e culturalismo conservador”, à saber, a “nova classe média” e as “jornadas de junho” de 2013. Nos interessa aqui, especificamente, o ponto que envolve as “jornadas de junho” de 2013 por se tratar de um eixo fundamental da interpretação crítica do autor sobre os processos sociais que levaram ao golpe de 2016 e que, direta ou indiretamente, faz uma disputa pela História e, conseqüentemente, pela Memória.

Para pensar e analisar as batalhas de sentido, memória e história que envolve as manifestações de 2013 nos parece importante tomar como referência a produção de Jessé Souza, justamente pelo papel que suas obras passaram a ocupar na “esfera pública” (em referência explícita às contribuições de Jürgen Habermas (1973) para esse conceito), dialogando com setores sociais que estão para além do “público tradicional” da academia. Conseqüentemente, esse fator gera um poder de construção narrativa e de produção de sentidos mais amplo, proporcional ao reconhecimento que sua obra passa a receber. Vale retomar que Souza (2015) parte da constatação que a soma entre o “economicismo e o culturalismo conservador” resultam em uma percepção equivocada das reais condições da luta de classes e da política entre a sociedade, onde as manifestações de junho de 2013 figurariam como um exemplo da “opacidade da percepção das relações entre as classes no Brasil no mundo da política” (SOUZA, 2015, p. 239).

Para Souza (2015, p. 239), a “grande fraude” das “jornadas de junho” se manifesta no equívoco (premeditado) de que o “vilão” seria o Estado, enquanto a “sociedade” – engajada e politizada – figuraria como “mocinho”. Essa seria a narrativa que se construiu midiaticamente, fortalecendo o ideário do “pacto conservador brasileiro contemporâneo”.

Para esclarecer este ponto central, temos que analisar o que quase nunca chama a atenção de ninguém entre nós: a “sociedade” brasileira e seus conflitos de classe essenciais. É certo que, no início das manifestações em São Paulo e outras capitais do Brasil, o tema da mobilidade urbana associado às demandas de melhor educação e saúde, sob a pressão de estudantes tanto da classe média quanto da periferia das capitais, dominou a pauta de reivindicações. É certo também que as manifestações se irradiaram, de modo tópico e passageiro, para favelas e para a periferia não estudantil. Nos

primeiros dias, uma aliança entre estudantes e “batalhadores” da classe trabalhadora precária [...] foi a grande responsável por uma pauta de reivindicações em consonância com os interesses das classes populares. No entanto, o dia 19 de junho – fato comprovado pelas pesquisas do IBOPE [Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística] feitas com os manifestantes em dimensão nacional – foi um ponto de inflexão fundamental que ajuda a esclarecer a força narrativa e institucional do pacto conservador brasileiro contemporâneo. Foi a partir deste dia que as manifestações se tornaram massificadas e ganharam todo o apoio da mídia nacional, assumindo a “classe média verdadeira” – os 20% mais escolarizados e de maior renda segundo a pesquisa – de modo claro e incontestado o protagonismo do movimento. (SOUZA, 2015, p. 239-240)

Imagem 10 – “O povo está de pé contra a máfia do transporte” – Porto Alegre – RS, 13 de junho de 2013



Fonte: Coletivo Catarse.⁹

A imagem acima e a citação que a antecede estabelecem o nó argumentativo que nos serve de base para discorrer críticas ao movimento teórico e político que coloca as manifestações de 2013 como a abertura do cenário de ascenso conservador que irá tomar a cena política do país a partir das manifestações de 2015 e 2016. Entendemos que Souza (2016, 2017) é um dos representantes do núcleo teórico por onde se estruturam as críticas dirigidas ao processo político de 2013, identificando-o como a “origem do golpe”. Entendemos que a problematização dessa premissa seja fundamental para o argumento de fundo dessa tese no sentido de que os equívocos analíticos – intencionais ou não – acabam

⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Gn6dRbayMvc>. Acesso em: 12 mar. 2019.

contribuindo para a formação de memórias sociais sobre os fatos políticos passados. Essa memória será parte integrante dos imaginários que irão permear a ação e o fazer político da sociedade. Assim como criticamos o silenciamento, as tentativas de revisão e o apagamento da história do período ditatorial, criticamos as tentativas de colocar 2013 em um lugar que não é o seu. Como poderemos observar mais à frente, os movimentos de ascenso conservador que levaram a consolidação do projeto autoritário em curso (2018-) tinham signos distintos dos de 2013, especialmente por flertar com um tipo de memória saudosista da ditadura civil-militar.

Um dos argumentos frágeis assumidos como premissa básica por Souza é justamente uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) – cuja metodologia nos parece frágil desde o ponto de vista das Ciências Sociais devido ao tipo de questão utilizada (questionário aberto, sem alternativas pré-estabelecidas) e pela forma de análise (análise em bloco) do material incompatível com o método de coleta.¹⁰ A síntese assumida por Souza (2015) é de que as manifestações se tornaram, a partir de então, massificadas com o apoio da mídia e compostas – “de modo claro e incontestado” – pela “classe média verdadeira”. O autor não menciona as notáveis diferenças desde a perspectiva de classe entre os públicos manifestantes de 2013 e essa categoria por ele definida como “classe média verdadeira”. Suas conclusões apressadas apontam de maneira determinista para uma improvável “hegemonia da classe média”, pertencente ao extrato dos “20% mais escolarizados e de maior renda”, como constituintes das manifestações de 2013.

Uma rápida análise nas imagens das manifestações de 2013 demonstra que dificilmente ali estava representado o extrato dos 20% que compõe o topo da pirâmide da desigualdade brasileira. Outro elemento determinante é a base empírica das análises propostas por Souza (2016, 2017), que se restringe, basicamente, a realidade de São Paulo e Rio de Janeiro, como se ambas representassem a “síntese” do que foram as manifestações de 2013. Nesse sentido, o autor acaba incorrendo no mesmo equívoco que tanto critica em suas obras, à centralização das análises e dos analistas no eixo São Paulo – Rio de Janeiro.

Além disso, Jessé Souza incorpora em sua leitura um casuismo que parece renegar os antecedentes sócio-históricos que envolvem as manifestações de 2013. Em nível de exemplo, podemos relembrar os diversos ataques promovidos pelo governo/Estado – que tinha o Partido dos Trabalhadores (PT) como “gestor” – contra populações pobres e periféricas, dos grandes centros urbanos, do campo e da floresta, através das obras do Programa de

¹⁰ A pesquisa foi encomendada pela Rede Globo de Televisão e os resultados apresentados, explicados e direcionados de acordo com a linha editorial do programa semanal de maior audiência da emissora, exibido aos domingos à noite. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>. Acesso em: 19 dez. 2018.

Aceleração do Crescimento (PAC) – na construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte violando Direitos Humanos de milhares de coletividades indígenas e ribeirinhas, nas obras para Copa do Mundo de Futebol que desalojaram milhares de famílias, na aprovação do “novo” Código Florestal para atender a “bancada ruralista”, entre muitos outros exemplos que poderiam ser citados. Nas palavras de Eliane Brum,¹¹ em artigo que traz excelente síntese do argumento que estamos propondo:

Houve avanços importantes nas políticas públicas em áreas como a da saúde, da educação e da cultura, houve as cotas raciais nas universidades, houve a ampliação do Bolsa Família e o aumento real do salário mínimo, entre outras conquistas. Mas houve também uma visão de desenvolvimento medíocre e predadora, que massacrou a floresta e os povos da floresta. Houve a corrupção. E houve Belo Monte, onde todas as contradições de Lula, Dilma e do PT no poder, assim como o DNA de suas alianças, estão desenhadas. Não dá para fazer memória de uma parte e apagar a outra parte. Só é possível seguir enfrentando as contradições. (BRUM, 2018, S.I)

Ao assumir uma análise parcial – no sentido de não considerar, ou considerar em parte as “causas da revolta” – da gênese das manifestações de 2013, Souza deixa entender que, na melhor das hipóteses, esses movimentos seriam “um raio em dia claro”, ou o resultado de “espontaneísmos extemporâneos”, sem conexão com a luta de classes que se passa ao largo da institucionalidade e dos grandes centros decisórios.

É nesta hora que alguns concluem: “manifestantes ingênuos, deveriam saber que ia dar nisso”. Seria ridículo se não fosse profundamente desrespeitoso. Não era meia dúzia de tontos nas ruas; eram países inteiros mobilizados, e isto não só não é trivial, como é algo totalmente diferente do tipo de cálculo seguro que estes engenheiros das obras prontas fazem. [...] Uma lição que Michel Foucault tirou da Revolução Iraniana, que ele acompanhou antes que se consolidasse a virada teológica, é que há algo de irreduzível na revolta: as pessoas se revoltam porque têm alguma coisa que as está incomodando e este incômodo se tornou insuportável. É isso, junto com a esperança que vem da força coletiva, que contagia as pessoas quando uma revolta se propaga. [...] Há quem diga hoje que 2013 não têm importância porque deixou um legado concreto insignificante. Mas esta é apenas uma das dimensões em que um acontecimento pode ser medido, e algo capciosa, porque resultados são objeto de disputas e sempre podem ser desfeitos. Pela mesma lógica, poderíamos dizer que os governos do PT também não importaram, já que os avanços que realizaram estão sendo tão facilmente revertidos. Se pensamos do ponto de vista da não redutibilidade, da não trivialidade daquilo que aconteceu, não há nenhuma dúvida que 2013 foi o fato político de massas mais importante do país desde as Diretas Já. Dizer

¹¹ Para acessar a íntegra do artigo publicado em 28 de fevereiro de 2018 no portal El País sob o título “Esquerda, direita e o embargo da memória: Como no Brasil atual o original e o realmente novo são silenciados para que os discursos viciados possam ser mantidos para a ocupação do poder”, ver: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/26/opinion/1519658924_002382.html. Acesso em: 20 mar. 2018.

isto não implica dizer que foi perfeito, ou que o sonho importa mais que os resultados. Não se trata de “fetichizar” ou “romantizar”, como frequentemente se acusa, mas de fazer justiça ao acontecimento. “Fazer justiça”, para mim, quer dizer: reconhecer que uma coisa daquelas não é trivial; perceber que um novo momento político, para bem e para mal, se abre ali; e insistir que o potencial que existia ali é muito maior que todos os desdobramentos posteriores, e que não se esgotou em nenhum deles. Junho de 2013 aconteceu, mas não teve lugar; e tudo que temos vivido desde então decorre disto. (NUNES, 2018, S.I)¹²

Como afirmamos e vários autores têm apontado (CAVA, 2013; MARICATO *et al.*, 2013; CAVA e PEREIRA, 2016; SOLANO e ORTELLADO, 2015; BRINGEL, 2016; BUCCI, 2016; NUNES, 2018), as manifestações de 2013 se constituem em um evento singular na história e na cultura política brasileira. Um processo que, frente a sua dimensão e importância continua incompreendido em sua dimensão sistêmica. Seus significantes, significados e consequências seguem em disputa, e essa disputa não é uma novidade na história das lutas populares como demonstramos especificamente no primeiro capítulo dessa tese. É importante manter presente que a gênese política de 2013 remete ao Movimento Passe Livre (MPL) e, com ele, às discussões sobre democracia direta, horizontalidade organizacional, direito à cidade, autonomia, entre outras. (MARICATO, *et al.*, 2013; VINICIUS, 2014). É possível afirmar que foi a partir do resultado desse acúmulo que vêm de anos, promovido pelo MPL e outras organizações de base que atuam para além – e à margem do – espectro da política institucional e da democracia representativa, que em 2013 emergiu um processo político que intencionava o aprofundamento democrático em expressão nacional.

¹² Para acessar a íntegra da entrevista de Rodrigo Nunes concedida ao Portal do Instituto Humanitas Unisinos (IHU) e publicada em 20 de junho de 2018 sob o título “Junho de 2013 aconteceu, mas não teve lugar”. Entrevista especial com Rodrigo Nunes”, ver: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/580060-junho-de-2013-aconteceu-mas-nao-teve-lugar-entrevista-especial-com-rodrigo-nunes>. Acesso em: 23 jun. 2018.

Imagem 11 – “Assembléia na Ocupação da Câmara de Vereadores”, Porto Alegre – RS, 10 de julho de 2013



Fonte: Josep Juan Segarra.¹³

É importante ter presente, sob pena de ao não fazê-lo respaldar e reproduzir o centralismo acadêmico e político em torno de São Paulo e Rio de Janeiro – uma das críticas de fundo do argumento de Jessé Souza em suas obras recentes –, que as origens do que veio a ser as “jornadas de junho de 2013” remetem à cidade de Porto Alegre e ao seu histórico político que é anterior a 2013, seja devido aos acúmulos oriundos do Fórum Social Mundial (FSM), seja pelos expoentes da esquerda autonomista e anarquista de forte expressão local e também figurando como referência nacional (GONÇALVES, 2019). Em Porto Alegre as manifestações em torno do transporte público começam ainda em janeiro de 2013, repetindo o que acontece todo início de ano desde pelo menos o ano de 2008. Ainda em dezembro de 2012 já se realizavam assembléias horizontais e autônomas (SEGARRA, 2015; HAUBRICH, 2018; GONÇALVES, 2019) que iriam convergir para o espaço do Bloco de Lutas pelo Transporte Público de Porto Alegre.¹⁴ A partir de janeiro de 2013, essas assembléias já eram

¹³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MMqxGGqdJXc>. Acesso em: 15 abr. 2020.

¹⁴ Uma referência fundamental para compreender a dinâmica e profundidade desse processo é o documentário “Morar na ‘casa do povo’” (2016), resultado da Dissertação de Mestrado realizada por Josep Juan Segarra (2015), que além de tratar da ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre em julho de 2013, traz uma série de informações complementares sobre o tamanho de 2013 em Porto Alegre. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=omUzzvK87Vg>. Acesso em 10 mar. 2018. Para uma versão mais completa do documentário, contendo elementos anteriores ao Bloco de Lutas pelo Transporte Público e que irão ser determinantes para 2013 ser o que foi, ver: <https://www.youtube.com/watch?v=MMqxGGqdJXc>. Acesso em: 15 abr. 2020.

realizadas a partir da convocação do Bloco de Lutas pelo Transporte Público.¹⁵ A experiência do Bloco de Lutas em Porto Alegre é praticamente ausente das pesquisas sobre 2013 realizadas por acadêmicos e Instituições do “centro do país”, mesmo tendo figurado como referência organizacional para coletivos e grupos de todo o Brasil. Em fevereiro de 2013 o Bloco de Lutas já convocava seus primeiros atos de rua com algumas centenas de pessoas tomando parte nas manifestações (SEGARRA, 2015; HAUBRICH, 2018; GONÇALVES, 2019).

Imagem 12 – “Primeiro Ato do Bloco de Lutas pelo Transporte Público” – Porto Alegre – RS, 21 de janeiro de 2013¹⁶



Fonte: Ramiro Furquim/Sul21.¹⁷

¹⁵ O Bloco de Lutas pelo Transporte Público se caracterizou como um recipiente organizativo de caráter multitudinário, seja em relação ao seu tamanho medido pela quantidade de pessoas que participavam ativamente das assembléias, seja pelo leque ideológico de grupos, agrupações, coletivos e indivíduos dos mais distintos matizes da esquerda. Nas palavras de Gonçalves (2019, p. 96): “Desde meados dos anos 1990, diferentes experiências vinham se somando até resultar na conjuntura particular da década de 2010 que dá origem ao Bloco e às Jornadas de Junho. Foi a relação dialética entre reivindicações imediatas de movimentos sociais de um lado, e a limitada capacidade de atender a essas reivindicações, por parte de governos progressistas pressionados pelas contingências da política real e das dinâmicas das instituições tal como elas são que resultou na formação de um terreno político propício para o avanço de militantes com projetos mais radicais pelas bases. Esse avanço de alternativas mais radicais produziu incidência numa série de eventos, mobilizações, movimentos e campanhas de reivindicação que, ao fim, na década de 2010, se configurou numa conjuntura de efervescência político-cultural com caráter libertário. É em meio a essa efervescência que surgiu o Bloco de Lutas Pelo Transporte Público. Sua formação – através da análise de características da sua organização, de seus repertórios, de suas estratégias, etc. – , expressa a dinâmica dos movimentos sociais frustrados com os repertórios engessados do ‘reformismo eleitoral’, da trajetória local do PT, e do avanço de organizações de esquerda radical, onde se incluem os anarquistas.” Para mais detalhes sobre o que foi o Bloco de Lutas, ver: <https://pt-br.facebook.com/BlocodeLutapeloTransportePublico/>. Último acesso em 10 mar. 2018.

¹⁶ Em 2018 o portal “Sul21” fez uma reportagem especial dividida em quatro partes analisando 2013 cinco anos depois. O material tem relevância especial por ser um exemplo empírico da intersecção entre memória e história e das disputas e batalhas inerentes ao tema. Disponível em: <http://junho2013.sul21.com.br/junho-de-2013-ascensao-e-queda-do-bloco-de-luta/?ModPagespeed=off>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

A imagem acima é uma das que ilustra matéria publicada no Portal “Sul21” em dezembro de 2013. Em uma “retrospectiva” das manifestações daquele ano em Porto Alegre, a matéria demonstra, mesmo que de forma geral e episódica, a diferença de construção, organização e desenvolvimento das manifestações de Porto Alegre em relação às experiências de São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo.¹⁸

A partir dessa afirmação, e dentro da ampla gama de significados, significantes e interpretações – convergentes e divergentes – atribuídos aos movimentos contestatórios que tomaram a cena nacional em 2013, uma afirmação pode soar consensual entre as diferentes vozes, memórias e narrativas: “nada continuou como antes!”. Como já afirmamos no início desse capítulo, tão difícil quanto propor uma interpretação que se pretenda hegemônica sobre o papel desempenhado pelas mobilizações e protestos realizados em 2013 (especialmente frente ao conturbado e incerto cenário político atual), é encontrar tessituras comuns que pontuem elementos de convergência entre os atores sociais e políticos que deram vida, luz e cor àquele movimento. Nas palavras de Marcos Nobre (2013a, 2013b), é possível perceber traços que corroboram com a linha argumentativa que estamos assumindo nessa tese.

Não é de um movimento que se trata, mas de vários. As interpretações divergem sobre o que aconteceu. A ideia mesma de que seja possível um “relato dos fatos” é questionável. As interpretações divergem também sobre o sentido do que aconteceu. São diferentes as dinâmicas de manifestação nas diferentes partes do país, em cada cidade, em cada parte da cidade onde ocorrem protestos. Manifestações surgem como irrupções, grandes, pequenas, isoladas, reunidas. Quando se reúnem em grandes massas, têm forma de ondas. Dependendo de qual onda se pega, a passeata pode ter sentidos opostos, inconciliáveis. (NOBRE, 2013a, p. 3).

Partindo dessa compreensão, que dentro do cenário de luzes e sombras que emergiram em 2013 aqui estamos tratando de apenas um *flash*, o objetivo é analisar alguns dos “não ditos” ou dos “mal ditos”, buscando contribuir para a análise crítica ao confrontar algumas narrativas e posições que se utilizam do prestígio acadêmico e científico para desqualificar mais um episódio de revolta popular na história brasileira que, pouco a pouco, vai sendo ressignificado à luz da “História oficial”. No mesmo passo, as memórias desse movimento vão sendo empurradas para o “subterrâneo”, nos termos desenvolvidos por Michael Pollak (1989).

¹⁷ Disponível em: <https://www.sul21.com.br/cidades/2013/12/retrospectiva-2013-o-ano-que-nao-terminou/>. Acesso em: 12 maio. 2018.

¹⁸ Disponível em: <https://www.sul21.com.br/cidades/2013/12/retrospectiva-2013-o-ano-que-nao-terminou/>. Acesso em 12 maio 2018.

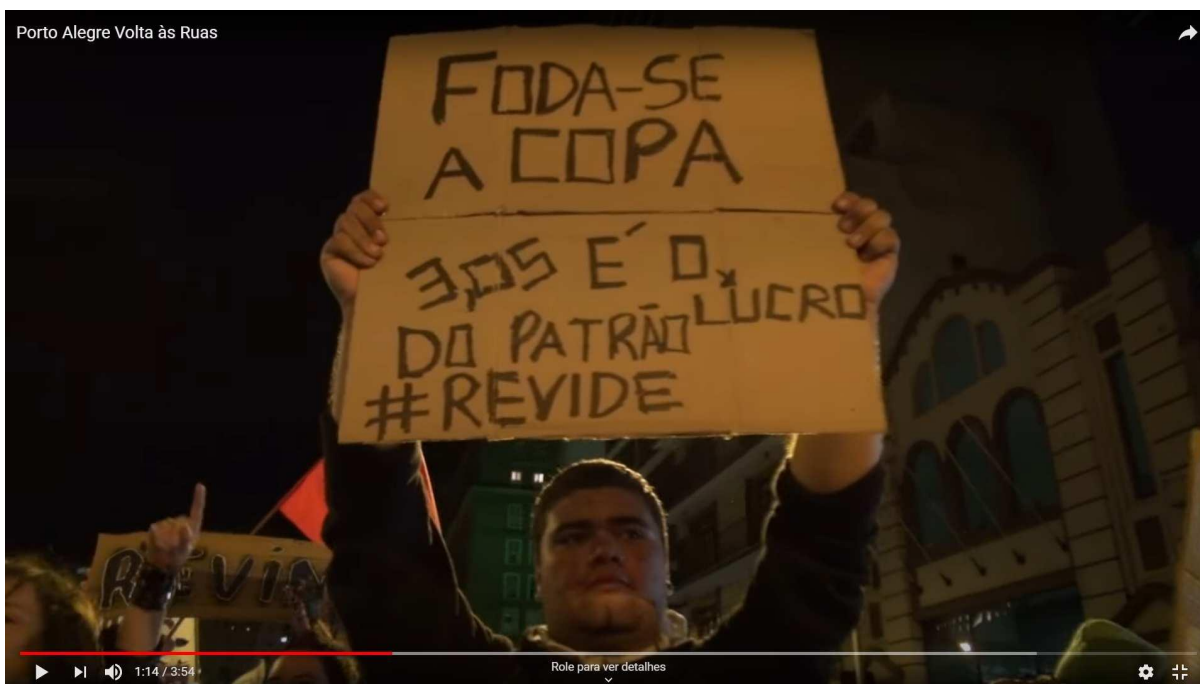
4.2 Das potencialidades e dos retrocessos

Poderíamos afirmar – desde o conceito desenvolvido por Manuel Castells (1999) – que a quantidade de informação e as diferentes posições assumidas perante a temática que envolve as manifestações de 2013 são características de uma “era de informação” ou “hiperinformação”. Fator que colocamos em destaque, sobretudo, pela dificuldade de delimitar os interesses – nem sempre evidentes – dos campos discursivos que passam a interagir na cena pública, seja propondo informação ou reagindo ao que é proposto. A percepção que estamos assumindo – e que acaba figurando como uma tomada de posição teórica e metodológica – é a de que o fator *sine qua non* das “manifestações de 2013” diz respeito a uma dimensão relativa às classes sociais e seus conflitos e disputas dentro de um campo de relações e ações convulso. Campo de conflitos e disputas que foram se desenvolvendo em forma de espiral crescente como resultado dos avanços e contradições experimentados no ciclo de governo do PT (2002-2016), atingindo seu ápice no contexto dos preparativos para os eventos esportivos (Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos) que o Brasil sediaria, respectivamente, nos anos de 2014 e 2016.

Essa afirmação se baseia tanto nos aspectos concretos e práticos que ficaram evidentes nas pautas de reivindicação que emergiram em 2013, quanto nas características simbólicas e discursivas dos episódios de manifestação. Nesse sentido, emerge uma dimensão concreta (apesar de nem sempre expressa de maneira objetiva) dos limites do pacto Constitucional de 1988 e dos direitos sociais não alcançados, do limite do governo de viés desenvolvimentista e das diferentes “reformas” não/ou parcialmente realizadas (BRAGA, 2012, SINGER, 2012). Como buscamos desenvolver nos capítulos anteriores, havia um processo de fermentação social – no sentido da luta de classes – que passa a se expressar a partir do campo simbólico das disputas de memória acionadas pela criação e pelo início dos trabalhos da CNV, mas também no campo material e concreto no sentido de descontentamentos generalizados em meio às classes populares e setores periféricos atingidos, por exemplo, pelas “obras da copa”, muitos dos quais se organizavam em torno de “Comitês Populares”. Nas manifestações de 2013 a exigência de “Padrão FIFA” para obras públicas, como escolas e hospitais, era recorrente em cartazes e falas. Mas, para além da “estética dos cartazes” (BUCCI, 2016), existia em alguns locais uma articulação de classe que se organizava em prol da efetivação de direitos sociais através de pautas que dialogavam com direito à moradia digna no que se refere

à política habitacional e direito à cidade em relação aos elevados custos do transporte, por exemplo.¹⁹

Imagem 13 – “Foda-se a Copa. 3,05 é o lucro do patrão. # Revide” – Porto Alegre – RS, 13 de junho de 2013



Fonte: Coletivo Catarse.²⁰

Nesse sentido, ainda em diálogo com as contribuições de Jessé Souza, problematizamos a base argumentativa do autor sobre as manifestações de 2013 estarem na origem do movimento golpista que levou ao impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, aprofundando a crise social e política que se instaurou no país a partir das eleições de 2014. Ao desenvolver com fluência diversos conceitos de Pierre Bourdieu – como os de “Capital”, nos aspectos “econômico, social e cultural”, por exemplo –, Souza (2015) parece não perceber as nuances que as ruas de 2013 carregavam em si no sentido de uma luta de classes que se diluía na multidão e na diversidade de expressão das pautas. Elementos que apontam

¹⁹ Em nível de exemplo, remetemos para um vídeo realizado pela Articulação Nacional da Copa (ANCOP) que apresenta uma ideia dos impactos sobre as populações vulneráveis em todo país. Segundo a ANCOP, seriam mais de 250 mil pessoas removidas ou ameaçadas de remoção de seus locais de moradia para realização de obras para os megaeventos esportivos de 2014 e 2016, envolvendo custos que poderiam chegar a 100 bilhões de reais. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HmoLZBtqQ3c>. Acesso em: 08 nov. 2019. No sentido da articulação entre as manifestações de 2013 e as pautas sociais em torno dos megaeventos, remetemos para uma coletiva de imprensa realizada por integrantes do Bloco de Lutas pelo Transporte Público de Porto Alegre e membros do Comitê Popular da Copa denunciando os impactos das obras em uma das vilas da cidade que seriam (e foram) diretamente afetadas. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FS_f_sRUX9I. Acesso em: 29 jun. 2019.

²⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Gn6dRbayMvc>. Acesso em: 12 mar. 2019.

justamente para setores das manifestações compostas por trabalhadores e classes oprimidas de maneira geral que – da forma como lhes era possível e não dá forma “ideal” como alguns segmentos das esquerdas eleitorais desejavam – passam a perceber a incapacidade e a impossibilidade do Estado, do governo e do próprio sistema capitalista em cumprir as “promessas” que o argumento da meritocracia carrega em si (retroalimentando de diferentes formas à exploração e opressão a que essas classes estão submetidas). Nesse mesmo sentido, pode-se pensar o impacto que a percepção da incapacidade de haver democracia em um sistema baseado na manutenção de “privilégios injustos” (SOUZA, 2015) causa em uma massa de “batalhadores” (SOUZA, 2012).²¹

Um elemento que se tornou fator central de uma série de polêmicas (que também será um diferencial determinante em relação às manifestações de 2015 e 2016) e que corrobora com essa linha de análise que estamos assumindo, é a depredação de “símbolos do capitalismo” durante as manifestações de 2013. Para além da “estética” e da “performática” dos “repertórios de confronto” apontadas por Eugênio Bucci (2016) e Angela Alonso (2017), esse é um elemento que aponta para revolta inerente às desigualdades estruturais e seculares do país, que em determinados momentos se expressa sem controle. O fato das depredações de símbolos do capital e de símbolos de consumo (como lojas de eletro-doméstico, por exemplo) vir acompanhada – não raras vezes – por saques, dialoga com sentidos e imaginários que fundamentam os argumentos de Souza (2009) quando o autor conceitua sociologicamente um “tipo de pobre” a partir do termo “ralé”.

Nesse sentido, se assumirmos que os sujeitos sociais que hegemonizaram as manifestações de 2013 – a “ralé” e os “batalhadores” –, tinham como pautas concretas que foram expressas de maneira difusa – demandas por serviços públicos eficientes e consolidação de direitos historicamente negados ou parcialmente atendidos – (SOLANO e ORTELLADO, 2015), a análise de Souza (2015, 2016, 2017) se demonstra equivocada, especialmente quando o autor coloca essas pautas no patamar das demandas da “classe média de verdade”.²² Ao colocar as pautas por garantia e ampliação de direitos sociais no mesmo

²¹ Estamos fazendo essa referência expressa porque o próprio Jessé Souza (2012, p. 19) afirmava antes de 2013 que: “O que importa [...] é penetrar no ‘drama’ humano e cotidiano que produz sofrimento, dores, alegrias e esperança. A sociologia pode e deve fazer isso de modo claro e compreensível a qualquer pessoa de boa vontade com disposição de aprender.”

²² Segundo Souza (2015, p. 249): “Essa classe média é a sócia menor do modelo de sociedade para 20% da população e ocupa os cargos de prestígio do mercado superfaturado e monopolizado. Essas frações são a ‘tropa de choque’ do 1% de endinheirados não só porque a defendem na prática nos tribunais, nas salas de aula, nos jornais e em todas as dimensões do cotidiano em que a defesa dos privilégios dessa pequena minoria e de seu sócio menor está em jogo. Ela também é quem sai à rua, como vimos anteriormente, como nas manifestações de Junho de 2013 – sequestrando as demandas populares do início das manifestações em nome da eterna corrupção só da política – para defender os interesses da classe de endinheirados que as explora.”

bojo da luta contra a corrupção, o autor reproduz e retroalimenta o movimento realizado pela mídia de massas que ao perceber que não poderia frear a onda de protestos (da qual inclusive era alvo), buscou criar uma falsa harmonia através do entrecruzamento de pautas (a luta por direitos seria possível e ampliada através da luta anticorrupção, uma pauta “coringa”, afinal quem seria a favor da corrupção dentro de um cenário de explosão de revolta?).

Imagem 14 – “Protesto no Rio de Janeiro tem cenas de depredação e vandalismo” – Rio de Janeiro – RJ, 18 de junho de 2013²³



Fonte: Diana Brito/Folha de SP.

A classe média que foi em massa às ruas a partir do dia 19 de junho e que foi a responsável pela mudança de pauta das demandas por melhor transporte, escolas e saúde, típicas das classes populares, em favor das suas demandas centralizadas nas denúncias de corrupção – sempre estatal e personalizada –, na verdade agiu tanto como “tropa de choque” dos interesses dos endinheirados quanto em interesses próprios. O tema da corrupção, lá longe em Brasília, ajuda a reproduzir também seus próprios privilégios de classe. (SOUZA, 2015, p. 244).

A leitura de Jessé Souza acaba corroborando com a noção de continuidade entre as manifestações de 2013 com as de 2015 e 2016, não apenas pelo viés massivo que ambas

²³ Para mais elementos visuais e um “mergulho” na profundidade de significados envolvidos em episódios de “vandalismo”, remetemos ao documentário “Com vandalismo”, produzido pelo Coletivo Nigéria Audiovisual. A sinopse do documentário instiga reflexão: “SEM VANDALISMO!” repetiam gritando parte dos manifestantes que ocuparam as ruas de Fortaleza. Mas na multidão das manifestações, que explodiram no Brasil em junho de 2013, outros grupos empregaram métodos mais diretos. Tachados de ‘vândalos’, foram criminalizados por parte da grande mídia, antes mesmo de serem ouvidos. Este documentário vai à ‘linha de frente’ para registrar os confrontos e entrevistar os manifestantes para mostrar as motivações dos atos de desobediência civil.” Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KktR7Xvo09s>. Acesso em: 23 nov. 2019.

representam, mas principalmente pelo viés ideológico que teria contribuído, inclusive, para que a vitória de Dilma Rousseff nas eleições de 2014 se desse por escassa vantagem. Segundo o autor (2016, p. 87), “existe uma linha clara de continuidade entre as glorificadas e midiaticamente manipuladas manifestações de junho de 2013, as assim chamadas ‘jornadas de junho’, e o golpe de abril de 2016”. Esse argumento também está presente em diferentes abordagens acadêmicas (SINGER, 2013; ALONSO, 2017; PINTO, 2017) e em setores vinculados ao PT (GENRO, 2013, 2014; HADDAD, 2017). Tal argumento não considera os inúmeros equívocos do Partido em sua trajetória de mais de 13 anos à frente do Estado brasileiro, nem a sua incompreensão e inabilidade em tratar as pautas, os manifestantes e a as manifestações enquanto evento político, bem como não reconhece o “estelionato eleitoral” (TATAGIBA, 2018) da campanha de 2014.²⁴

[...] A ressaca da frustrante “primavera brasileira” foram as últimas eleições presidenciais de 2014 vencidas por pouco pelo partido do governo. Nelas, mais uma vez os setores conservadores das classes médias, os mesmos que saíram às ruas em 2013, exerceram papel de protagonista. Lograram inclusive contaminar parte importante das classes trabalhadoras ascendentes com seu discurso, incensadas pela mídia do “Petrolão”. Juntando os dois momentos, as Jornadas de Junho de 2013 e a eleições presidenciais de 2014, notamos uma guinada conservadora clara na política brasileira. (SOUZA, 2015, p. 245).

Como essa tese faz uso de conceitos e chaves teóricas relativas à “memória e história”, é importante destacar que durante a campanha eleitoral de 2014 o PT se utilizou de “signos de memória” que positivavam o passado político da ex-Presidenta Dilma Rousseff na luta contra a ditadura civil-militar, vinculando esse passado através do *slogan* “coração valente” a uma prometida “guinada à esquerda” do Partido nas eleições de 2014.²⁵ Esse *marketing* de

²⁴ Nas palavras de Luciana Tatagiba (2018, p. 127-128): “Em janeiro de 2015, Dilma Rousseff iniciou seu segundo mandato sob fogo cruzado, com um cenário que combinava crise política e crise econômica. Visando reagir à crise e responder as exigências do mercado, um mês após ser reeleita, Rousseff contrariou promessas de campanha e deu início a um programa de ajuste fiscal, nos moldes defendidos pelo candidato derrotado, dando fim ao ‘ensaio neodesenvolvimentista’ que marcara o seu primeiro mandato [...] O aceno ao mercado não surtiu os efeitos esperados e agravou as relações de Rousseff com sua base aliada, que acusou a presidente de estelionato eleitoral. A queda nos indicadores econômicos e de popularidade do governo abriram oportunidades inéditas para o avanço dos oposicionistas nas ruas.”.

²⁵ Em relação à suposta “guinada a esquerda”, os compromissos de campanha não cumpridos e a ampliação da crise política que levaria ao impeachment de Dilma, Eliane Brum (2015, S.I) oferece argumentos sensíveis: “Faz sentido suspeitar que uma fatia significativa destes que aderiram à Dilma apenas no segundo turno, que ou esperavam ‘uma guinada à esquerda’ ou ‘evitar o mal maior’, ou ambos, decepcionaram-se com o seu voto depois da escolha de ministros como Kátia Abreu e Joaquim Levy, à direita no espectro político, assim como com medidas que afetaram os direitos dos trabalhadores. Assim, se a eleição fosse hoje, é provável que não votassem nela de novo. Esses arrependidos à esquerda aumentariam o número de eleitores que, pelas mais variadas razões, votaram em branco, anularam ou não compareceram às urnas, tornando maior o número de brasileiros que não se sentem representados por Dilma Rousseff e pelo PT, nem se sentiriam representados por

campanha tinha evidente intuito de dialogar e arregimentar os sentidos mais latentes das manifestações de 2013 especialmente no que se refere à radicalização da democracia e a denúncia da violência policial como herança direta da ditadura civil-militar (1964-1985). Ao incorporar sentidos de “mudança” à campanha (mesmo que o plano de governo não apresentasse mudanças significativas ao que vinha sendo feito há 13 anos)²⁶ tornava implícito outra forma de gestão do Estado. Após a vitória eleitoral por escassa margem de vantagem sobre o segundo colocado em meio a graves denúncias de corrupção²⁷, a formação ministerial com a nomeação do banqueiro neoliberal Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda, menos de um mês depois da realização do segundo turno, colocava abaixo os “sentidos de mudança” promovidos pela campanha.

Aécio Neves e pelo PSDB. Esses arrependidos à esquerda, assim como todos aqueles que nem sequer cogitaram votar em Dilma Rousseff nem em Aécio Neves porque se situam à esquerda de ambos, tampouco se sentem identificados com qualquer um dos grupos que foi para as ruas no domingo contra a presidente. Para estes, não existe a menor possibilidade de ficar ao lado de figuras como o deputado federal Jair Bolsonaro (PP) [Partido Progressista] ou de defensores da ditadura militar ou mesmo de *Paulinho da Força*. Mas também não havia nenhuma possibilidade de andar junto com movimentos como CUT [Central Única dos Trabalhadores], UNE [União Nacional dos Estudantes] e MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra], que para eles ‘pelegaram’ quando o PT chegou ao poder: deixaram-se cooptar e esvaziaram-se de sentido, perdendo credibilidade e adesão em setores da sociedade que costumavam apoiá-los.”

²⁶ Talvez a única menção em todo o “Programa de Governo Dilma Rousseff 2014” em relação à ampliação da participação popular nas instâncias institucionais (não que seja esse tipo de participação que as ruas de 2013 reivindicavam) seja esta: “O segundo governo Dilma buscará também promover um **novo ciclo de avanços institucionais**, destinado a eliminar os gargalos historicamente impostos às formas de representação política e ao acesso democrático a direitos de toda a população. **Ampliar a democracia política** é um objetivo que anda junto com o compromisso de aumentar cada vez mais a democracia econômica – a distribuição de renda e a eliminação da pobreza. Além das medidas que serão tomadas de aprofundamento da democracia, soma-se o **Sistema Nacional de Participação Popular**, que terá a função de consolidar as formas de participação colocadas em prática nos governos Lula e Dilma e institucionalizá-las. A proposta é transformar a participação popular em uma cultura de gestão e as novas tecnologias permitem ampliar e estimular o debate da população. As instâncias de participação não são conflitantes com as atribuições do Poder Legislativo. Elas são espaços de debate que não interferem com nenhuma das atribuições institucionais dos poderes da república. São importantes porque o Brasil precisa sempre de mais, e nunca menos democracia.” (PROGRAMA DE GOVERNO DILMA ROUSSEFF, 2014, p. 33-34, grifos no original). Disponível em: <https://pt.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Prog-de-Governo-Dilma-2014-INTERNET1.pdf>. Acesso em: 16 out. 2019.

²⁷ Estamos nos referindo a Operação Lava-jato e aos usos políticos do sistema judiciário que, de maneira coordenada com setores da mídia de massas e de segmentos à direita do espectro político, passaram a construir um ambiente social-político-institucional favorável ao processo de impeachment que configuraria um golpe de Estado jurídico-midiático-parlamentar. Tatagiba (2018, p. 126-127) apresenta um quadro completo com a cronologia da campanha pelo impeachment onde essa articulação jurídico-político-midiático fica evidenciado.

Imagem 15 – “Dilma Coração Valente” – Imagem de campanha, 2014²⁸



Fonte: Muda Mais / FLICKR.²⁹

Imagem 16 – “Lula e Dilma, Mais Mudança, Mais Futuro” – Imagem de campanha, 2014



Fonte: Muda Mais / FLICKR.³⁰

A linha argumentativa onde prevalece a idéia de que “as raízes do golpe de 2016 nasceram de sementes plantadas em junho de 2013”³¹ estabelece vínculos improváveis com o

²⁸ Para ampliar a percepção do uso político da memória relativa ao período ditatorial na campanha eleitoral de 2014 pode-se ver um dos vídeos da campanha de Dilma Rousseff. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3k8YQCSs8es>. Acesso em: 27 out. 2019.

²⁹ Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/126304706@N02/14798279049>. Acesso em: 27 out. 2019.

³⁰ Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/126304706@N02/14798414797>. Acesso em: 27 out. 2019.

quadro de ascenso conservador que toma a cena nacional a partir de 2015. Em sentido oposto das manifestações de 2013, às manifestações que acompanham a re-eleição de Dilma Rousseff tem evidente caráter elitista e tomam como pauta o frágil e multifacetado argumento de “combate a corrupção”. Jessé Souza (2015, 2016) não estabelece nenhuma diferença entre pautas distintas e inclui no mesmo quadro de análise o conservadorismo da classe média que vai à rua “contra a corrupção e pela saída de Dilma e do PT”, com a luta pela ampliação de direitos que se viu de forma latente em 2013.

Em sua construção narrativa, Jessé Souza (2016) parece caminhar em direção às diferenças mais salutares entre os ciclos de manifestação, mas na síntese da sua teoria acaba estabelecendo conexão linear e encadeada dos movimentos (2013 – 2015 – 2016), mesmo argumentando em favor da interpretação que joga luz sobre as intencionalidades da mídia de massas, o aludido pelo autor como “Partido político da elite do dinheiro” (SOUZA, 2016).

Imagem 17 – “Eles sabiam de tudo” – Capa da Revista Veja, edição 2397 – 29 de outubro de 2014



Fonte: Revista Veja.³²

³¹ Argumento utilizado por Jessé Souza em entrevista ao programa “Na sala de visitas com Luis Nassif”, e publicado em reportagem de Lilian Milena no portal “Jornal GGN” de 06 de setembro de 2016. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/559796-para-jesse-souza-golpe-nasceu-em-junho-de-2013>. Acesso em: 10 mar. 2018.

³² Disponível em: <https://abrilveja.files.wordpress.com/2016/06/capa-2397-original2.jpeg>. Acesso em: 29 out. 2019.

Um dos “pontos de virada”, pouco explorados por Souza (2016) na pauta que irá diferenciar nuclearmente os ciclos de manifestação, diz respeito aos estádios de futebol durante os jogos da Copa do Mundo FIFA no ano de 2014, portanto antes das eleições presidenciais daquele ano. Em todas as ocasiões em que esteve presente nos estádios onde foram realizados os jogos da Copa, a ex-Presidenta Dilma Rousseff foi amplamente vaiada e ofendida com expressões misóginas de todo tipo. Nesse sentido, outro elemento importante que merece destaque semiótico é a identidade visual “uniformizada” dos protestos e dos manifestantes que, a partir de 2014 e dos jogos da Copa, passam a contar com a camiseta da Seleção Brasileira de Futebol, o uso das cores verde e amarelo e a bandeira nacional. Uma identidade visual e ideológica que demonstra o acionamento de um tipo de “sentimento patriótico” baseado em memórias ufanistas que vinculam o futebol e a política com o período ditatorial.

Para tal afirmação estamos buscando estabelecer ilação com a Copa do Mundo de Futebol de 1970. Durante a ditadura civil-militar brasileira – sobretudo no governo do ditador-presidente Emílio Garrastazu Médici – o aparelho ditatorial utilizava a Copa do Mundo como meio para impulsionar suas campanhas de propaganda do regime. A ditadura atuava no acionamento e criação de diferentes sentidos e imaginários na população, vinculando o sucesso no futebol – o “país do futebol”, a “pátria de chuteiras” – com as políticas e projetos da ditadura (MAGALHÃES, 2013). Dois exemplos salutaros foram o caso do “milagre econômico”, promovido através do *slogan* “Ninguém segura mais esse país”, e outro, para “justificar” a repressão contra qualquer tipo de oposição, utilizava o bordão que se tornou icônico do terrorismo de Estado brasileiro, “Brasil: Ame-o ou deixe-o”.³³

³³ Segundo o Portal “Memorial da Democracia”: “Pouco criativos, os publicitários do governo copiaram slogans nacionalistas e xenófobos de outros países. ‘Ninguém segura mais este país’ era adaptação de ‘Nadie detiene España’, utilizado pelo ditador espanhol Francisco Franco. ‘Brasil, ame-o ou deixei-o’ era cópia de ‘America, love it or leave it’, slogan dos defensores da guerra dos Estados Unidos contra o Vietnã.” Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/90-milhoes-em-acao-para-frente-brasil>. Acesso em: 11 dez. 2019.

Imagem 18– “Manifestação contra a reeleição de Dilma Rousseff” – Avenida Paulista, São Paulo – SP, 25 outubro de 2014³⁴



Fonte: J. Duran Machfee / Estação Conteúdo.³⁵

Assim como o PT e Dilma Rousseff acionaram um tipo de memória na campanha eleitoral de 2014, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e seu candidato para presidência, Aécio Neves, também souberam explorar elementos simbólicos e signos de memória. Com a derrota no segundo turno das eleições por margem de votos considerada escassa (diferença de pouco menos de 3,5 milhões de votos) e contando com o apoio midiático que amplificava resultados parciais de inquéritos ainda em andamento da “Operação Lava Jato”³⁶ (conduzida pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal para investigar casos de corrupção), o candidato derrotado e seu partido entraram com uma petição no

³⁴ Interessante perceber que a foto da manifestação de 25 de outubro (fim de semana do segundo turno das eleições de 2014) coloca em evidência sobre um caixão a Revista Veja impressa. A revista seria lançada “oficialmente” apenas no dia 29 de outubro de 2014, como demonstra a “Imagem 17” apresentada acima.

³⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1538341-evento-de-apoio-a-aecio-tem-simulacao-de-velorio-de-dilma-em-sao-paulo.shtml?cmpid=%22facefolha%22>. Acesso em: 29 out. 2019.

³⁶ “Operação Lava Jato” foi o nome utilizado para batizar a força tarefa do Ministério Público Federal (MPF) em parceria com a Polícia Federal que realizou um conjunto de investigações que, supostamente, tinha por objetivo apurar ilícitos de corrupção praticados por agentes públicos e privados em todo território nacional e também em outros países. Segundo o MPF: “A Operação Lava Jato é a maior iniciativa de combate a corrupção e lavagem de dinheiro da história do Brasil. Iniciada em março de 2014, perante a Justiça Federal em Curitiba, a investigação já apresentou resultados eficientes, com a prisão e a responsabilização de pessoas de grande expressividade política e econômica, e recuperação de valores recordes para os cofres públicos.” Disponível em: <http://www.mpf.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>. Acesso em: 11 dez. 2019.

Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para que a Justiça Eleitoral realizasse uma auditoria no resultado do segundo turno das eleições.³⁷

Esse movimento de questionar o resultado das eleições, somado ao avanço do uso do aparelho jurídico nas investigações e ações oriundas da operação “Lava Jato”, contando com o apoio e divulgação midiática, formou as condições para o surgimento ou emergência de grupos políticos que passaram a organizar e estimular manifestações públicas e atos de rua, supostamente apartidários.³⁸ Esses grupos buscavam emular signos da revolta que mobilizaram em 2013, mas com sinal trocado e sob bandeiras neoconservadoras espelhando um pseudonacionalismo *libertarianista*³⁹ e anticorrupção. O caso do Movimento Brasil Livre

³⁷ Talvez antecipando o que viria a ser o uso político de notícias falsas (ou *fake news*) tendo em vista influenciar processos políticos, Andreza Matais, Vera Rosa e Beatriz Bula em matéria do “Estadão”, afirmavam: “A representação do PSDB não relaciona nenhuma denúncia concreta. Mas cita, entre outras coisas, uma petição na internet que já vinha pedindo a conferência do resultado. Essa petição usa como argumento uma série de boatos espalhados nas redes.” Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,psdb-de-aecio-neves-pede-auditoria-na-votacao,1585755>. Acesso em: 15 dez. 2019.

³⁸ Segundo Marina Amaral (2016, p. 44): “Depois que os protestos contra a alta nas tarifas de ônibus e metrô tomaram o país, em junho de 2013, uma juventude que não costumava se manifestar nas ruas começou a aparecer nos jornais. Os novos integrantes, logo apelidados de ‘coxinhas’ pela juventude de esquerda, repudiavam as bandeiras vermelhas a pretexto de impedir a ‘partidarização’ do movimento, e assumiam o verde-amarelo ‘de todos os brasileiros’. Condenavam os *black blocs* e exaltavam a polícia militar, que reprimira com violência os protestos convocados pelo Movimento Passe Livre. Suas principais bandeiras eram contra a ‘roubalheira’ e contra ‘tudo isso que está aí’, paulatinamente substituídos por um simples ‘Fora PT’. A imprensa foi atrás de entrevistas com as novas lideranças, sem esclarecer sua origem. Alguns grupos eram fáceis de rastrear, como o Vem Pra Rua, de Rogério Chequer, ligado à juventude do PSDB e ao senador Aécio Neves. Ou o *Revoltados Online*, francamente autoritário, que pedia a volta da ditadura militar enquanto faturava com a venda online de camisetas e bonecos contra o PT. O mais obscuro deles era o Movimento Brasil Livre (MBL), que parecia ter brotado da terra para assumir a liderança daquele que se tornaria o movimento pró-impeachment nos anos seguintes. (AMARAL, 2016, p. 44).

³⁹ Em linhas gerais o *libertarianismo* (ou *libertaristas*) se constitui em uma variação “perfumada” e “rejuvenescida” do neoliberalismo. O Movimento Brasil Livre (MBL) e um de seus líderes, Kim Kataguri, são exemplos bem acabados dessa corrente do neoliberalismo no Brasil. Em excelente reportagem para o portal *Pública*, Marina Amaral (2015) apresenta a seguinte definição: “A partir da crise do petróleo dos anos 1970, economistas pró-mercado como o austríaco Friedrich Hayek (Prêmio Nobel de 1974), monetaristas da Escola de Chicago de Milton Friedman (Prêmio Nobel de 1976) e os novo-clássicos associados a Robert Lucas (Prêmio Nobel de 1995) passaram a dominar o pensamento econômico global e se tornaram conhecidos do grande público sob um único rótulo: ‘neoliberal’. Seus conceitos foram trazidos para a América Latina pelo setor mais conservador americano, representado principalmente pelos *think tanks* ligados a Ronald Reagan, que depois de ter perdido as primárias republicanas em 1968 e 1976, se elegeu presidente em 1980, tendo Friedman como principal conselheiro. Também predominaram no governo de Margaret Thatcher (1979-1991) na Inglaterra. ‘Os defensores do liberalismo clássico eram também defensores da liberdade política, mas a corrente chamada de ‘neoliberal’ defendia essencialmente a não intervenção do Estado na economia sem uma preocupação particular com a questão da liberdade política, chegando, em alguns casos, a apoiar sem constrangimentos governos ditatoriais como o de Pinochet no Chile’, observa Luiz Carlos Prado [economista e professor da Universidade Federal no Rio de Janeiro]. [...] Os *libertarians* ressurgiram com força nos Estados Unidos depois da crise de 2008 – e ao clamor subsequente pela regulamentação do mercado – e em decorrência da ascensão do democrata Barack Obama ao poder. Pregam a predominância do indivíduo sobre o Estado, a liberdade absoluta do mercado, a defesa irrestrita da propriedade privada. Afirmando que a crise econômica que jogou 50 milhões de pessoas na pobreza não se deveu à falta de regulação do mercado financeiro, mas pela proteção do governo a alguns setores da economia. E rejeitam enfaticamente os programas sociais do governo Obama. No entanto, uma parte significativa dos libertaristas tem se distanciado do tradicionalismo da direita no campo do comportamento, defendendo posições associadas à esquerda, como a defesa da liberação das drogas e a tolerância aos homossexuais, em nome da liberdade do individual. ‘Os libertarians que estão com os conservadores no Tea

(MBL) – que faz trocadilho com o Movimento Passe Livre (MPL) em evidente apropriação semântica, ou “imitação fonética”, como afirma Vinicius (2018) – é o principal exemplo. Mas havia as variações nuançadas que se apresentavam como “mais radicais”, como era o caso do “Vem Pra Rua”, que também se apropriava de uma expressão presente nos cantos que ecoavam das manifestações de 2013: “Vem, vem, vem pra rua, vem! Contra o aumento!”.⁴⁰ Apesar de longa, a citação a seguir, extraída da contribuição de Mariana Amaral para a obra coletiva “Por que gritamos golpe?” (2016), é fundamental para ilustrar a impossibilidade de estabelecer linha de continuidade entre 2013 e o golpe de 2016.

O líder público do MBL, Kim Katagui, então um estudante de economia de dezenove anos que fazia sucesso postando vídeos engraçadinhos no portal YouTube, foi alçado à condição de celebridade. De cabelos compridos e barbinha, cultivando uma imagem irreverente, Kim pretendia simbolizar a juventude “que saiu do Facebook para as ruas”, apesar da absoluta falta de novidade de suas propostas: liberdade absoluta para o mercado, privatizações, Estado mínimo e o fim das políticas públicas distributivas. Ou seja, o velho neoliberalismo, acrescido de toques “libertaristas” (*libertarians*, em inglês), expressos em faixas com dizeres enigmáticos como “Menos Marx, mais Mises”, referindo-se ao economista Ludwig von Mises, da Escola Austríaca, pouco conhecido até entre os acadêmicos. A mídia não questionou a origem do movimento, descrito como espontâneo, tampouco a autenticidade da liderança de Katagui [...] Mas algumas informações comprometedoras sobre o MBL começaram a circular nas redes. O principal “boato” era de que o movimento era patrocinado pelos irmãos Koch, megaempresários americanos do setor petrolífero identificados com a extrema direita e que estariam interessados em desestabilizar o governo Dilma para se apossar do Pré-Sal. Pura paranoia da esquerda, respondiam nas redes os garotos do MBL, que se diziam financiados por pessoas físicas e faziam piadas sobre a ligação com os Koch. Em março de 2015, a agência Pública passou a investigar a origem do MBL, que alcançaria seu auge nas manifestações daquele mês pedindo o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Três meses depois, a reportagem “A nova roupa da direita” comprovaria o laço entre os irmãos Koch e o movimento de Katagui. Por meio de entrevistas e documentos, a reportagem revelava que o MBL havia sido gerado por uma rede de fundações de direita sediada nos Estados Unidos, a Atlas Network,⁴¹ da qual fazem parte onze organizações ligadas aos irmãos Koch, como a Charles G. Koch Charitable Foundation, o Institute of Human Studies (IHS) e o Cato Institute. Em duas décadas, essas fundações haviam despejado 800 milhões de dólares na Atlas Network,

Party (a corrente radical de direita no Partido Republicano americano) estão em *think tanks* como o Cato Institute e compõem a direita pós-moderna, representada, por exemplo, por Cameron, na Inglaterra, que modernizou a agenda da redução do estado do bem-estar social’, resume o professor.”. Disponível em: <https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>. Acesso em: 08 nov. 2018.

⁴⁰ Um pequeno exemplo de um dos tantos “celulares anônimos” que filmavam as noites daquele junho. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y3NKEv2x9R4>. Acesso em: 05 jan. 2020.

⁴¹ Para uma noção ampliada do que é e o que representa a Atlas Network, remetemos à excelente matéria de Lee Fang intitulada “Atlas: assim atua a rede global de ultra-direita”. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/atlas-network-assim-atua-rede-global-da-ultra-direita/>. Acesso em: 16 fev. 2019.

conforme informações obtidas na série de Formulários 990 entregues ao IRS (a Receita Federal americana). Isso sem contar as despesas com os *fellowships* e os cursos para formação de lideranças de estudantes, principalmente da América Latina e da Europa Oriental, nos Estados Unidos, realizados em parceria entre a Atlas e as fundações “liberais ou libertárias” que compõem a rede. [...] A Atlas é a mentora da Students for Liberty (SFL), uma organização estudantil internacional que cresce em ritmo espantoso. Desde 2008, quando foi fundada, seu orçamento passou de pouco mais 35 mil dólares para mais de 3 milhões de dólares em 2014, mais de um quarto deles proveniente das fundações dos Koch e da Atlas Network, que declarou gastos de 11,3 milhões de dólares em 2013. O Brasil passou a fazer parte da Students for Liberty em 2012, durante um seminário promovido pela Atlas Network em Petrópolis (RJ), e tem dois representantes no *board* da organização, composto de dez integrantes. Os rapazes da Estudantes pela Liberdade (EPL) já tinham uma estratégia definida para participar dos protestos, como revelou à Pública o publicitário mineiro Juliano Torres, diretor executivo da organização. Impedida de participar de manifestações pela legislação dos Estados Unidos (que proíbe a atuação política das fundações americanas) e sem querer perder o bonde da história, a EPL resolveu assumir um nome fantasia, “uma marca para a gente se vender nas manifestações”, como explicou Torres na entrevista. A “marca” era o Movimento Brasil Livre – e Kim Kataguirí, o escolhido para estrelar a campanha do MBL nas ruas. Ao contrário dos diretores do EPL, como Torres e Fábio Ostermann, um cientista político gaúcho que assessora o também jovem deputado estadual Marcel Van Hatten (PP-RS), Kim não havia feito os cursos de formação de lideranças promovidos pela Atlas. Também não era filho de empresários militantes da direita, como o arquiteto Anthony Ling, filho de William Ling (dono do grupo Évora, um dos patrocinadores do Instituto Millenium, o principal *think tank* da direita brasileira), e financiador da campanha de Van Hatten. O que interessava aos líderes do EPL era a capacidade de Kataguirí de atrair os jovens de classe média nas redes, assim como Fernando Holiday, escalado para o papel de “negro contra as cotas para negros” em debates e entrevistas para TV. (AMARAL, 2016, p. 44-45)

Imagem 19 – “Contra a corrupção do PT” – Manifestação na Avenida Paulista, São Paulo – SP, 06 de dezembro de 2014



6 dez 2014 – Os manifestantes levaram cartazes contra a corrupção, de apoio a Sergio Moura, juiz responsável pelo processo da Operação Lava a Jato na primeira instância, e de condenação à aprovação do projeto que autorizou o governo a descumprir a meta fiscal.
Imagem: Miguel Schincariol/AFAP

3 / 8

Fonte: Miguel Schincariol / AFP.⁴²

4.3 2013-2016: “Do caos a lama”⁴³

A partir desses argumentos, não há margem para sustentar uma linha de continuidade mecânica e esquemática nos distintos ciclos de protesto entre 2013 e 2016. Salvo por ignorância, desconhecimento ou desonestidade intelectual não há como negar as enormes diferenças entre os atores sociais e políticos de 2013 e os de 2015 e 2016 que levaram ao golpe do impeachment. Como afirmado acima, muito da incapacidade de compreensão sobre o que foi 2013 se reflete em distintos setores da sociedade e da política institucional – especialmente do PT e entre intelectuais e movimentos ligados ao partido – que não exercem a crítica devida ao governo petista que ajudou a criminalizar e arrefecer o que de melhor havia nas manifestações de 2013 a partir de decisões políticas equivocadas. A responsabilidade do PT na criação de mecanismos jurídico/legais de repressão é inegável e não pode ser minimizada por nenhuma análise que se pretenda criticamente séria. Aqui estamos nos

⁴² Disponível em: <https://eleicoes.uol.com.br/2014/album/mobile/2014/12/06/manifestante-fazem-protesto-contradilma.htm#fotoNav=3>. Acesso em: 05 nov. 2019.

⁴³ Aqui fazemos referência ao primeiro álbum da banda pernambucana Chico Science & Nação Zumbi, “Da lama ao caos” (1994). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3bCW4B-kk-4>. Acesso em: 22 set. 2019.

referindo a aprovação de legislação “anti-terrorista” e de “organizações criminosas”⁴⁴ que, antes de tudo, tinham por objetivo enquadrar os movimentos sociais mais radicalizados e não alinhados com o *status quo* do qual o partido passou a ser parte quando firmou parceria com o que de mais “fisiológico” havia na política, o “pemedebismo” (NOBRE, 2013).

Vendo-se acossado pelo fantasma do impeachment, o governo Lula aderiu à ideia pemedebista de construção de supermaiorias parlamentares. Depois do mensalão, no restante do período Lula, completou-se o desenvolvimento das ferramentas de blindagem pemedebistas, cujo uso continuou de maneira ainda mais ostensiva sob a presidência de Dilma Rousseff, a partir de 2011. Prova disso são os casos emblemáticos que se seguiram. [...] A partir de junho de 2009, o presidente do Senado, José Sarney (que já havia ocupado o mesmo cargo no primeiro mandato de FHC e no primeiro mandato de Lula), foi envolvido em uma série de denúncias, das quais seis chegaram ao Conselho de Ética da casa. Entre as acusações, a de maior destaque apontava a existência de atos secretos que beneficiariam parentes de parlamentares e funcionários do Senado, e que envolviam pelo menos um parente do senador. O presidente Lula saiu em defesa: “O Sarney tem história no Brasil suficiente para que não seja tratado como se fosse uma pessoa comum”. Em agosto, com o voto dos representantes do PT, o Conselho arquivou as denúncias e o processo de cassação de mandato não foi aberto. Sarney nem deixou a presidência do Senado nem renunciou ao mandato. E foi reeleito para a presidência da casa em fevereiro de 2011. (NOBRE, 2013, p. 10)

Poderíamos elencar ainda todas as violências reais e simbólicas que antecedem 2013 que estão presentes nas já referidas remoções forçadas de populações tradicionais para construção de obras de infra-estrutura no marco do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ou para realização de “obras da Copa”. Eventos que excluem e marginalizam (no sentido de levar ainda mais à margem) setores sociais já extremamente precarizados – a “ralé” adjetivada por Souza (2009) – que estiveram presentes e atuantes nas manifestações de 2013. A dimensão classista (luta de classes) ganha profundidade e complexidade a partir do momento em que as “manifestações de 2013” – atacadas da direita à esquerda, pela mídia de massas e criminalizadas pela justiça – paulatinamente vão dando lugar às manifestações de caráter conservador e elitista (sobretudo depois das eleições de 2014).

⁴⁴ No contexto posterior as manifestações de 2013, ainda no governo Dilma Rousseff, foram aprovadas duas leis que atingiam diretamente os movimentos sociais e os direitos de livre manifestação: A “Lei das organizações criminosas” (Lei Nº. 12.850 de 02 de agosto de 2013, que define “organização criminosa”), que na prática passa a criminalizar a organização política, especialmente de movimentos “não convencionais”. E a “Lei anti-terrorismo” (Lei Nº. 13.260 de 16 de março de 2016, que tipifica o crime de terrorismo no Brasil), que também tem servido para criminalizar movimentos sociais e ideologias, como ocorreu com organizações e coletivos Anarquistas de Porto Alegre e de outras partes do Brasil (para entender a utilização da legislação para a criminalização dos movimentos sociais, ver: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/10/31/artigo-or-o-retorno-do-terrorismo-como-etiqueta-politica-em-cadeia-nacional/>>. Acesso em 05 nov. 2017).

Nesse sentido, o papel desempenhado pela mídia de massas na alteração do percurso das manifestações de 2013 é outro fator determinante. Uma das técnicas utilizadas foi instituir dois significantes pejorativos e valorativos distintos para os atores sociais que conformavam as manifestações: os “bons” e os “maus” manifestantes, os “pacíficos” e os “violentos”, os “cidadãos de bem” e os “vândalos”. Essa divisão ajudou a legitimar a repressão por parte das forças policiais e a criminalização pelo aparelho judiciário. É um fato incontestável que os episódios de violência (contra manifestantes e contra símbolos do capitalismo) nas manifestações de 2013, e a ausência de violência policial ou criminalização nas manifestações de 2015 e 2016 criavam o cenário ideal para dividir e isolar as pautas dos “baderneiros” (ampliação, efetivação e universalização de direitos) de 2013 da dos “cidadãos de bem” (conservadorismo, negação de direitos e extermínio de “minorias”, o mesmo que “direitos humanos para humanos direitos”) de 2015-2016. Muitas das manifestações conservadoras tinham apoio das forças de segurança policial e carregavam em si o signo do golpismo e a expressão das memórias saudosistas da ditadura.

Imagem 20 – “Primeira manifestação pelo impeachment de Dilma Rousseff – Avenida Paulista, São Paulo – SP, 15 de março de 2015⁴⁵



Fonte: Nelson Almeida / AFP.⁴⁶

⁴⁵ Para ilustrar o que foi essa manifestação, recomenda-se, com ênfase, duas vídeo-reportagens. Uma realizada pela TV Folha sob o título: “Em ato contra governo, manifestantes explicam por que foram às ruas”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JBrkxiBpCVQ>. Acesso em: 11 jan. 2020. E outra pela TRIP TV sob o título: “Por favor, chamem o alto comando!”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ebzEbjfIXkM>. Acesso em: 11 jan. 2020.

⁴⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/fotos/2015/03/fotos-manifestacoes-pelo-brasil-neste-domingo-15.html#>. Acesso em: 10 jul. 2016

Por mais que seja crível que a mídia atuou de forma coordenada e que, em alguma medida, setores de classe média se somaram as manifestações de 2013, isso não significa dizer que a mídia e os setores conservadores da sociedade se apropriaram das pautas de 2013, justamente por serem pautas distintas e, muito menos, que a classe média era hegemônica nos protestos. A pauta da anticorrupção foi construída midiaticamente a partir da divisão programada e intencional que criou artificialmente a noção de “bons” e “maus” manifestantes, ou “pacíficos” e “vândalos”. São muitas as evidências da manobra realizada se utilizando de símbolos e signos, acionando memórias (“patriotismo”, “anticomunismo”, “antipetismo”) e sufocando outras (através da perseguição e repressão jurídica e policial).

Essa manobra faz com que os movimentos sociais de maneira geral passem a ser alvo de criminalização e desprestígio perante o conjunto mais amplo da sociedade. Passam a ser retratados de maneira sistemática – com o respaldo, anuência e promoção dos meios de comunicação de massa – como perigosos, criminosos, vândalos, desordeiros, no limite, “subversivos” e “terroristas”. A resultante desse processo será o retorno, com força e legitimidade, do imaginário autoritário decorrente de memórias não democratizadas do longo período autoritário simbolizado pela ditadura civil-militar. As elites de sempre rompem definitivamente o pacto democrático de 1988 e reassumem – sem conciliações – o controle do aparelho de Estado, fazendo gestão das crises sociais com ajustes econômicos e repressão sobre os setores mais precarizados.

Imagem 21 – “Carlos Alberto Augusto, vulgo ‘carteira preta’, ex-agente do DOPS integrante do bloco que pedia ‘intervenção militar’ dentro da manifestação pelo impeachment de Dilma Rousseff – Avenida Paulista, São Paulo – SP, 15 de março de 2015



Fonte: Janaina Garcia / Terra.⁴⁷

Simbolicamente, apenas alguns meses após o lançamento do Relatório Final da CNV⁴⁸, amplas manifestações sociais de caráter conservador protagonizadas em sua maioria por setores pertencentes às classes médias e altas⁴⁹ tomam as ruas do país em um arroubo “patriótico-elitista” de “cidadãos de bem” inconformados com o resultado das eleições, com a “corrupção do PT” e com “o excesso de direitos” das classes historicamente exploradas (AMARAL, 2016; ORTELLADO, SOLANO e MORETTO, 2016). Como argumentamos e demonstramos acima, para além do combate a corrupção, emerge das memórias sociais não democratizadas o sentimento ufanista e saudosista de defesa de pautas conservadoras e reacionárias que supostamente estariam pacificadas pela redemocratização.

⁴⁷ Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/grupo-pro-intervencao-militar-convoca-a-marcha-para-jesus-em-sp,e8f0e7af6236b9cab4a4977b9a317007vp5qRCRD.html>. Acesso em: 12 mar. 2018.

⁴⁸ O Relatório Final da CNV foi lançado oficialmente em 10 de dezembro de 2014, dois anos e sete meses após o início dos seus trabalhos. É composto por três volumes que totalizam mais de 4000 páginas. O Volume I se divide em cinco partes e 18 capítulos, totalizando 976 páginas. O volume II reúne um conjunto de nove textos temáticos totalizando 416 páginas. É nesse volume que se encontram textos que analisam o apoio civil-empresarial à ditadura e a resistência de setores da sociedade. O Volume III, o mais extenso, se atém integralmente aos 434 casos de mortos e desaparecidos políticos levantados pela CNV, em um total de 3033 páginas. Nesse volume é apresentando as biografias dessas pessoas, as circunstâncias da morte ou desaparecimento, e o andamento das investigações (CNV, 2014).

⁴⁹ Segundo dados coletados em pesquisa realizada por Esther Solano e Pablo Ortellado com participantes da primeira manifestação massiva de 2015, 68,5% dos participantes declarava ter ensino superior completo, 77,4% tinham idade superior a 30 anos e a mesma porcentagem se declaravam branco. No que se refere a renda, 49,6% dos entrevistados declarava renda superior a R\$7.880,00. Os dados completos da pesquisa podem ser consultados em: <https://gpapai.usp.br/pesquisa/120415/>. Acesso em 07 nov. 2017.

As referências entusiasmadas que explicitavam o “heroísmo” da ditadura militar e dos agentes civis e militares que “combateram o comunismo” – mesmo que isso implique defender crimes e criminosos que praticaram perseguições, torturas, assassinatos... – ecoavam junto com menções e pedidos por uma “intervenção militar constitucional” redentora. Enquanto os protestos de 2013 reivindicavam ampliação de direitos e eram “exemplarmente” reprimidos pelas forças de segurança do Estado, nas manifestações de 2015 e 2016 as mensagens estampadas em faixas e cartazes apontavam para a negação de direitos e ao ódio de classe, reeditando maniqueísmos que remetem a antigos “mitos e demônios” dos anos de Guerra Fria como, por exemplo, a “luta contra a subversão, contra a esquerda, o foro de São Paulo, o comunismo, o ateísmo, o feminismo, o politicamente correto, as cotas, ...”. Esse é um aspecto central para essa tese, pois sustenta a hipótese dos efeitos das “disputas e batalhas de memória” no processo de ascenso conservador que se inicia com esse ciclo de manifestações de 2015 que levará ao impeachment em 2016 e, posteriormente, a consolidação do projeto conservador e autoritário.

Imagem 22 – “Manifestação pelo impeachment de Dilma Rousseff – Avenida Boa Viagem, Recife – PE, 15 de março de 2015



Fonte: Luna Markman / G1.⁵⁰

⁵⁰ Disponível em: <http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/03/manifestantes-no-recife-pedem-intervencao-militar-no-brasil.html>. Acesso em: 12 mar. 2018.

Os desdobramentos do golpe que levou ao impeachment em 2016 evidenciaram um tipo de ação política por parte das Forças Armadas que até então, dentro dos marcadores da Nova República (1988-2016), não havia ocorrido de forma tão explícita. Esse ponto é central para toda a análise que propomos sobre as relações que podem ser estabelecidas entre ditadura, memórias, transição democrática e ascenso conservador. O fator militar permeia as memórias e constitui o imaginário social que coloca no centro do debate público as “disputas e batalhas de memória”. Em nível de exemplo, no mês de setembro de 2017, em fala pública dentro de uma loja maçônica em Brasília, o então general da ativa das Forças Armadas (FFAA) e atual Vice-presidente do país, Antonio Hamilton Mourão, declarou que: “[...] Ou as instituições solucionam o problema político, pela ação do Judiciário, retirando da vida pública esses elementos envolvidos em todos os ilícitos, ou então nós teremos que impor isso [...]”. Completando sua fala em tom de ameaça, sentenciou: “[...] os Poderes terão que buscar uma solução, se não conseguirem, chegará a hora em que teremos que impor uma solução... e essa imposição não será fácil, ela trará problemas [...]”.⁵¹ Previsão mais assertiva, impossível.

A atuação aberta e direta de setores das FFAA e do judiciário no sentido de ampliar e manter sob rígido controle os desdobramentos políticos do país naquele contexto reforçam e guardam certas similaridades com a última ditadura civil-militar. Sob diferentes ângulos de análise é possível perceber a influência de certo tipo de “disputas e batalhas de memórias” nos movimentos políticos das FFAA que serão descritos e analisados no próximo capítulo. Nesse sentido, merecem destaque os movimentos conservadores saudosistas da ditadura que estiveram umbilicalmente ligados aos movimentos pelo impeachment reivindicando “intervenção militar, já!” e acionando memórias e reforçando imaginários de que a solução dos problemas do país viria pelo “poder moderador” das FFAA.

⁵¹ Vídeo com a fala completa disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Njp-7k7N3sY>>. Acesso em: 20 out. 2017.

Imagem 23 – “Protesto contra Dilma Rousseff – Orla de Copacabana, zona sul do Rio de Janeiro – RJ, 15 de abril de 2015



Fonte: Marcelo Klojda.⁵²

Deste processo resultou um período de acirramento político-social, demonstrando as cisões que a luta de classes vividas no interior da sociedade é capaz de causar, especialmente em um país com as características de formação social do Brasil, onde elites políticas e econômicas seculares não admitem a perda de privilégios. A crise política intensa e a ruptura com o pacto de 1988 foi a maneira encontrada pelas elites e pelas FFAA para justificar o golpe de Estado revestido pela legalidade teratológica de um processo político conduzido pelo judiciário e pelo parlamento com o beneplácito da mídia de massas. Com a consecução do processo de impeachment, o Estado e o regime político reassumem feições e práticas autoritárias, passando a perseguir e inviabilizar oposições. O cenário eleitoral de 2018, que teve como candidato vitorioso à presidência da República um ex-militar que desde muito se

⁵² Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/album/2015/04/12/veja-fotos-dos-cartazes-do-protesto-de-12-de-abril.htm?foto=16>. Acesso em: 05 fev. 2019.

utiliza das “batalhas de memória” relativas ao período ditatorial e dos “legados” e “heranças” autoritárias para promover um conjunto de ideias conservadoras matizadas por tonalidades fascistas é o exemplo mais bem acabado da farsa e da tragédia que se abateram sobre o Brasil.

No próximo capítulo apresentamos e analisamos alguns aspectos do percurso conservador que passa a ter o fator militar como determinante dentro da conjuntura de ascenso e consolidação conservadora.

5 REAÇÃO CONSERVADORA E GOLPES DE ESTADO COMO GOLPES DE CLASSE – OU COMO AS ELITES MANTÊM PRIVILÉGIOS ADIANDO A DEMOCRACIA E SUFOCANDO DIREITOS HUMANOS: “INTERVENÇÃO MILITAR, JÁ”!?

*“Quem controla o passado
controla o futuro;
Quem controla o presente
controla o passado.”*
(ORWELL, 2009, p. 244)

As manifestações de 2015 e 2016 reeditaram na forma e no conteúdo outros eventos históricos de demonstração conservadora que atravessam a formação social brasileira, como foi o caso das “Marchas da família com deus pela liberdade e contra o comunismo” que ocorrem antes do golpe de 1964. Com uma estética mais arejada, as de 2015 e 2016 davam conta do essencial, criar “base social” – mesmo que artificializada – que fosse minimamente aderente e engajada na “causa” – “Fora Dilma! Fora PT!” – para “justificar” a “mudança de regime”. No caso de 2016, era necessário garantir a ruptura com o “pacto constitucional” excluindo apenas uma parte dos atores políticos – o PT e às esquerdas – sem romper completamente com o ordenamento jurídico do “Estado Democrático de Direito” (SILVA FILHO, 2018). Como bem demonstra Marcos Nobre (2013), o papel desempenhado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) na rearticulação do “Centrão” e na construção de “pontes para o futuro” foi fundamental para a pactuação de um golpe jurídico-midiático-parlamentar que excluísse parte dos atores que já não davam conta de gerenciar o “pacto de classes” inaugurado pelo “lulismo” (SINGER, 2012).

Nesse sentido, os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e o caráter contestatório das manifestações de 2013 fizeram soar o sinal de alerta entre as elites de sempre e seus representantes. Uma mudança profunda nos “elementos essenciais” do “pacto de transição” estava sendo colocada em marcha. Políticas sociais de renda mínima como “bolsa família”, ou garantia de acesso à Universidade para negros e pobres como a Lei de Cotas¹, já era fardo muito pesado para a elite que se afirmou a partir de praticamente quatro séculos de escravidão. Mantendo a “tradição” da práxis do ordenamento institucional e da “cultura política ilustrada” dos acordos “entre e intra” elites – sem povo, por óbvio –, foi arranjado mais um pacto “com o Supremo, com as Forças Armadas, com tudo” para selar a

¹ Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 14 dez. 2019.

“mudança” reivindicada pelos “cidadãos de bem” que formavam a ala dos “bons manifestantes” das ruas de 2015 e 2016 e “estancar a sangria”.²

Imagem 24 - “Cerca de cem mil pessoas participaram da Marcha da Família com Deus pela Liberdade nas ruas do centro do Rio” – Rio de Janeiro – RJ, 1964.

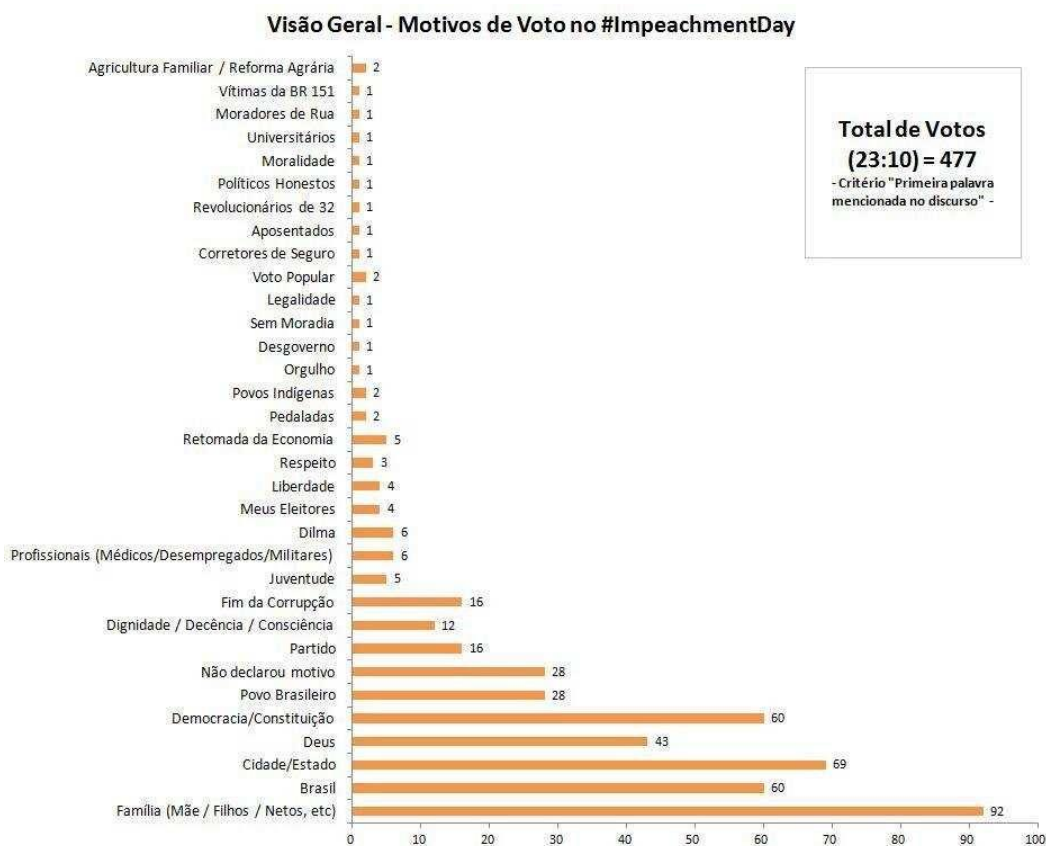


Fonte: Arquivo O globo.³

² Segundo reportagem de Rubens Valente para a Folha de São Paulo, “Em conversas ocorridas em março passado [2016], o ministro do Planejamento, senador licenciado Romero Jucá (PMDB-RR), sugeriu ao ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado que uma ‘mudança’ no governo federal resultaria em um **pacto** para ‘**estancar a sangria**’ representada pela Operação Lava Jato, que investiga ambos. [...] ‘Se é político, como é a política? Tem que resolver essa porra. Tem que mudar o governo para estancar essa sangria’, diz Jucá, um dos articuladores do impeachment de Dilma. Machado respondeu que era necessária ‘uma coisa política e rápida’. [...] Jucá acrescentou que um eventual governo Michel Temer deveria construir um pacto nacional ‘com o Supremo, com tudo’. Machado disse: ‘aí parava tudo’. ‘É. Delimitava onde está, pronto’, respondeu Jucá, a respeito das investigações.” (grifos nossos). Na transcrição de alguns trechos das conversas gravadas lê-se: “Machado: É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional. Jucá: Com supremo, com tudo. Machado: Com tudo, aí parava tudo.”; [...] “Jucá: [Em voz baixa] Conversei ontem com alguns **ministros do Supremo**. Os caras dizem ‘ó, só tem condições de [inaudível] sem ela [Dilma]. Enquanto ela estiver ali, a imprensa, os caras querem tirar ela, essa porra não vai parar nunca’. Entendeu? Então... **Estou conversando com os generais, comandantes militares. Está tudo tranquilo, os caras dizem que vão garantir**. Estão monitorando o MST, não sei o quê, para não perturbar. Machado: Eu acho o seguinte, a saída [para Dilma] é ou licença ou renúncia. A licença é mais suave. O Michel **forma um governo de união nacional, faz um grande acordo**, protege o Lula, protege todo mundo. Esse país volta à calma, ninguém aguenta mais. Essa cagada desses procuradores de São Paulo ajudou muito. [referência possível ao pedido de prisão de Lula pelo Ministério Público de SP e à condução coercitiva dele para depor no caso da Lava jato]. Jucá: Os caras fizeram para poder inviabilizar ele de ir para um ministério. Agora vira obstrução da Justiça, não está deixando o cara, entendeu? Foi um ato violento... Machado: ...E burro [...] Tem que ter uma paz, um... Jucá: **Eu acho que tem que ter um pacto**.” (grifos nossos). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>. Acesso em: 15 dez. 2019.

³ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/50-anos-depois-conservadores-tentam-reeditar-marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade-11918175>. Acesso em: 05 jan. 2020

Quadro 3 – Motivos de voto no #impeachmentDay



Fonte: Portal Sul21.⁴

5.1 O fator militar

De princípio cabe afirmar que esse é um tema complexo para afirmações definitivas ou com grau mais ou menos elevado de confiabilidade devido ao próprio modo de operação e funcionamento das Forças Armadas, estruturadas na hierarquia (mando) e disciplina (obediência), ou seja, dificilmente expressam publicamente suas divergências de forma direta, a não ser quando essa “expressão pública” está revestida de intencionalidade política. Nesse sentido, outro fator para tomar em conta é a diferença entre militares da ativa (mais sujeitos a hierarquia e disciplina institucionais/constitucionais/legais) e da reserva/reformados (mais vinculados a dimensão hierárquica e disciplinar pela via moral/conservadora), especialmente no que se refere à participação/apoio ao governo.

⁴ Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ta-na-rede/2016/04/grafico-mostra-os-motivos-alegados-nos-votos-de-deputados-para-o-impeachment/>. Acesso em: 28 jan. 2017.

Os militares da reserva/reformados, geralmente alto oficialato (oficiais superiores e oficiais gerais) se organizam a partir dos clubes militares para barganhar e atuar na vida pública. A partir dos clubes militares, se utilizam de estruturas extralegais e grupos de interesse como a maçonaria para criar uma rede de influência e poder. Os militares da ativa estão supostamente “presos” às cadeias de comando e à Constituição, com menos espaço para expressão pública e articulações escusas como os da reserva que atuam via clubes militares. Porém, especialmente via relações interpessoais – que muitas vezes se dão por parentesco ou pela maçonaria – influenciam e são influenciados pelos militares da reserva, constituindo um todo mais ou menos hegemônico no tocante à ideologia (pensamento/entendimento/ação).

As [...] declarações públicas do General do Exército Antônio Hamilton Mourão, de que as Forças Armadas poderiam, se necessário, “impor uma solução política”, reacenderam o temor de uma intervenção militar no país. [...] é preciso entender o raciocínio de Mourão endossado pelo Alto Comando. Com a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1948/49, as Forças Armadas deram início a construção de um pensamento nacional coeso para o Brasil. Essa doutrina se desenvolveu na década de 50, assumiu o Estado na década de 60 e se consolidou na década de 70. Em linhas gerais, está assentada numa concepção de poder nacional que se expressa nos poderes militar, econômico, político, psicossocial e ciência e tecnologia. Com uma acepção geopolítica peculiar, o país teria seus Objetivos Nacionais Permanentes (ONP) e a grande missão das Forças Armadas seria zelar pela integridade desses objetivos e os proteger das ameaças internas e externas. Na década de 70, a Doutrina de Segurança Nacional [DSN] traduzia esses objetivos como o capitalismo, o cristianismo conservador, o liberalismo político e a ordem e o progresso. Para tanto, a escola construiu um método de planejamento estratégico e leitura de conjuntura, com respectivos planos de ação para cada cenário possível. [...] Assim, sejamos francos: são 32 anos sem intervenção direta, se tomarmos a retirada em 1985. Porém, seria ingenuidade pensar que os militares “abandonaram” a política. Pelo contrário, mantiveram o controle direto do monopólio da força do Estado, instrumento de dominação social e política por excelência do Estado Moderno. [...] Para mensurar melhor essa influência política, convém retomarmos onde ocorreu o discurso de Mourão: Grande Loja Maçônica do Distrito Federal. [...] Neste ano, o maçom Mourão fazia palestra em sua oficina de origem, a Grande Oriente do Rio Grande do Sul, a sétima maior do país, com 6 mil homens. Ao todo, segundo a Confederação Maçônica do Brasil (COMAB), há cerca de 170 mil “irmãos” no país, com células espalhadas em rede por todos os estados. De fato, segundo o Ten. Coronel Gilberto Vianna, um dos coordenadores adjuntos da Escola Superior de Guerra (ESG) que desenvolve tese de doutorado em História Social pela UFRJ, a socialização dos militares no Brasil ocorre especialmente em três organizações: Clubes Militares, Maçonaria e Irmandade da Santa Cruz dos Militares. Com a proscrição de participação política direta, essas instituições ocupam o papel de sindicatos e/ou partidos políticos. A própria ESG, segundo as evidências de sua tese em andamento, seria uma grande loja maçônica estatizada, baseada na fraternidade e em busca de coesão ideológica por hegemonia e controle social. Assim como a maçonaria no Brasil, a Associação dos Diplomados da ESG (ADESG) atua em rede por

meio de uma delegacia regional em cada unidade da federação, com centenas de associações locais que organizam cursos para militares e civis com o método da ESG de leitura de conjuntura, planejamento estratégico e plano de ação. Portanto, há uma considerável capilaridade na sociedade, não sendo surpresa o local da palestra dos Generais. (LENTZ, 2017, S.I)

Um fator importante é o peso e tamanho de cada uma das três forças. Sabidamente o Exército é a maior, seguido pela Aeronáutica e por último a Marinha. Em nível de exemplo, no ano de 2015 o Exército foi a única das três forças que aumentou seu quadro de Oficiais generais, contava com 151, a Aeronáutica com 64 e a Marinha com 58. O exército historicamente é a força que tem maior expressão pública e, portanto, foi a mais atuante nos desdobramentos políticos dos movimentos prévios e posteriores ao processo de impeachment de 2016.

Quadro 4 – Efetivo anual das Forças Armadas 2013

Efetivo Anual Autorizado por Decreto (2013)				
Nível	Marinha	Exército	Aeronáutica	Total (MD)
Oficiais-Generais	85	147	84	316
Demais Oficiais	7.773	25.986	9.036	42.795
Graduados	56.836	53.086	27.860	107.390
Cabos e Soldados		143.650	35.029	208.885
Total	64.694	222.869	72.009	359.386

Fonte: Ministério da Defesa⁵

Para além das questões já apontadas existem também diferenças substanciais entre os “oficiais de carreira” (que ingressam via concurso público para áreas como medicina, engenharia, etc.) e “militares comuns” (que ingressam via alistamento obrigatório e “sobem” na carreira via cursos internos ou oriundos de escolas militares). A principal diferença diz respeito justamente sobre aos aspectos ideológicos, logo, moral, hierarquia, disciplina, nacionalismo, etc. que são mais fortes nos “militares comuns” que passam por todo “treinamento/adestramento” na tenra idade, ao contrário dos “militares de carreira” que mesmo passando por “treinamento” ao ingressarem via concurso, já vem com outra bagagem de vida (isso não é uma regra estanque, mas um aspecto a ser considerado).

⁵ Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/forcas-armadas/111-lei-de-acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/remuneracao-dos-militares-das-forcas-armadas-no-brasil-e-no-exterior/8637-efetivos>. Acesso em: 10 dez. 2019.

O exército, por exemplo, aposta muito nos “militares de carreira” que fazem concurso para ingresso nas suas próprias escolas de formação (Escola preparatória de cadetes, Instituto militar de engenharia, Escola de saúde do exército, Escola de sargentos, etc.), de modo a manter como ponto central a “pureza ideológica” via “treinamento/adestramento”. Já marinha e aeronáutica tem apostado nos últimos anos em abrir milhares de vagas para “oficiais de carreira” já formados, recheando suas fileiras com quadros técnico/científico de ponta, mas um tanto alheios aos aspectos ideológicos mais estritos.

Um fator importante que merece destaque são os “elementos de liga” entre as três forças. Como já abordado no primeiro capítulo, o exército é a primeira das três forças a ser criada como subsídio ao poder Real que se instala no Brasil, inicialmente como guarda real do Imperador e, posteriormente, como algozes das revoltas populares decorrentes das iniquidades estruturais da formação social brasileira. A Guerra do Paraguai é outro fator determinante para que o Exército estabeleça seus “mitos fundadores” como, por exemplo, o “patrono” da Força, Duque de Caxias. Pelo menos desde a proclamação da república as Forças Armadas tem se autoatribuído o papel de “moderadoras”, geralmente através da “gestão” do Estado por meio de golpes de Estado. O último (1964-1985), em específico, é o que coloca em maior evidência as fissuras da história recente do país, sendo a defesa do “legado” da “revolução de 64” um dos pontos de convergência mais fortes entre as FFAA. É importante recordar, como desenvolvido no segundo capítulo, que mesmo dentro dos postos chave da ditadura havia divergências sobre a “abertura política”. Setores conhecidos como “linha dura” estavam em franca atuação para impedir (ou adiar) o processo de abertura e transição, especialmente depois da lei de (auto)Anistia de 1979. Importante recordar os atentados à bomba no Rio-centro, na sede da OAB, em bancas de jornais, que foram realizados por agentes da ditadura adeptos da “linha dura”. Mais do que aspectos ideológicos, a abertura e a transição representavam a perda de cargos e recursos para muitos desses agentes que formavam o enorme aparelho de vigilância e controle operado pela ditadura.

As disputas sociais em torno dos significados e pseudo-legados desse período configuram elemento de convergência entre os grupos “legalistas e linha dura”. Manter vivo o ufanismo patriótico e as supostas qualidades da ditadura configuram o núcleo duro da legitimidade das FFAA perante a população. Desde o início dos trabalhos da CNV (2012-2014) o mal estar foi se instalando em definitivo dentro das FFAA (em verdade os militares nunca aceitaram o PT, toleravam em acordo com o pacto de conciliação firmado com a elite). O “pacto democrático” costurado via “abertura lenta, gradual e segura” e consagrado na Constituição de 1988 se desfez em velocidade inimaginável para os que acreditavam que o

país estava sob a égide de uma “democracia estável” (SANTOS, 2017). As disputas pela “história oficial” e pelas “memórias” da ditadura têm poder de legitimar ou deslegitimar o projeto entreguista mal fantasiado de nacionalista. Não é à toa que estes “signos” (“anti-comunismo”, “intervenção militar, já”, “nacionalismo”, “patriotismo”, “moralismo”, “conservadorismo”) foram acionados para as disputas e batalhas de memória.

5.2 A profissionalização às avessas

Na literatura acadêmica da Ciência Política os estudos sobre sociedade civil, sociedade militar, Estado e suas relações e atravessamentos nos processos de distensão, abertura e fim dos regimes militares já apontavam os desafios para a redemocratização, especialmente no que se refere a “profissionalização” das Forças Armadas como bem demonstra Alfred Stepan (1986). O autor aponta a centralidade das “sociedades/comunidades de segurança/informação” nos arranjos de poder que envolvem diretamente distintos setores das FFAA. No caso brasileiro, Stepan (1986) afirma que essas disputas dentro da “comunidade informacional” demarcaram o processo de “abertura política” e a própria “transição democrática”. Para resumir, vale re-lembrar que o General Ernesto Geisel (conhecido dentro das FFAA como o “pai da abertura”) precisou enfrentar a “linha dura” da ditadura para seguir seu plano de “distensão”. A demissão de Sylvio Frota do Ministério do Exército (um dos principais expoentes da “linha dura”) desencadeou a reação dessa ala contrária a “abertura” por meio de uma série de atentados terroristas que visavam criminalizar setores de oposição à ditadura dentro da sociedade para que o processo de abertura fosse inviabilizado,

Importante ter presente que militares que passaram a ter projeção social a partir do golpe de 2016, como o General Antônio Hamilton Martins Mourão (atual Vice-presidente da República), Augusto Heleno Ribeiro Pereira e outros tantos entre os mais de três mil que atualmente preenchem as fileiras do serviço público federal foram vinculados à linha dura e seus defensores. Depois do golpe de 2016, o primeiro movimento do então Presidente Michel Temer foi a re-criação/reestruturação do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), sob a responsabilidade de Sérgio Etchegoyen, que colocou em marcha um forte e contundente movimento de reestruturação do “aparelho de inteligência”, especialmente no sentido de recriação da “Comunidade de Informação” nos moldes do que era o Serviço Nacional de Informações (SNI) da ditadura.

A consolidação do golpe em 2016 e a consequente rearticulação do GSI (Gabinete de Segurança Institucional) e criação do Plano de Inteligência Nacional (PIN) no mesmo dia em

que a ex-Presidenta Dilma Rousseff foi afastada por 180 dias pela Câmara dos Deputados e que o então Vice-presidente Michel Temer assume o mandato ainda como presidente interino, foi um indicativo de que o papel das Forças Armadas dentro da política havia assumido outro patamar. Emulando outra personagem da história militar recente, o cérebro por trás de toda a política de inteligência passou a ser o general Sérgio Etchegoyen, atuando de maneira conjunta com outros “especialistas” alinhados com as Forças Armadas (FFAA).

Para compreender a lógica repressiva que está em franca ascensão é importante saber que um dos principais cérebros por trás disso é Sérgio Etchegoyen, que é formado pela Escola Superior de Guerra (ESG), teve aula com os principais articuladores do conceito e da prática da “Doutrina de Segurança Nacional” (DSN). É membro do alto escalão das FFAA e tem apreço pela política, que conhece muito bem, sendo um defensor e propagador da ideologia da ditadura não só entre os comparsas de caserna, mas publicamente também, basta lembrar que quando do lançamento do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) declarou algo como “se tratava de um monte de bobagens sem sentido”. Ele vem de um extrato familiar de militares golpistas, tanto seu pai como seu avô estiveram metidos em conspirações que levaram a rupturas ou a golpes, tanto na época de Vargas como nos antecessores e sucessores de 1964.

Etchegoyen passou a ser chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, o GSI (que passou a incorporar a ABIN). E, via ABIN, passou a chefiar o Sistema Brasileiro de Inteligência, SISBIN (do qual foi um dos articuladores/criadores ainda nos governos do PT, responsável para pensar e articular a segurança durante os mega eventos Copa do Mundo e Olimpíadas). O SISBIN tem influência e controle de informações de 37 instituições, incluídas FFAA, Polícia Federal, PM's de todos os estados, AGU, etc. Não é exagero dizer que via Centros Integrados de Comando (CEIC) (que foram instalados em todas as capitais e cidades sedes dos mega eventos) o SISBIN pode monitorar boa parte do que se passa no país.

O GSI, na prática, tem liberdade de atuação (no que se refere a política de inteligência) que independe da gerência de outros poderes e da própria presidência da república. Pode se movimentar sem ter que prestar contas para ninguém, o que dentro dos limites do “Estado democrático de direito” é uma excrescência. A rearticulação do GSI e a criação do SISBIN configuram a recriação da “Comunidade de Informação”, o que representa nada menos do que a base do que foi o SNI (Serviço Nacional de Informações) durante a ditadura.

Esses elementos se somam e convergem na criação da “Força Tarefa de Inteligência” (FTI) que, na prática, oficializa e institucionaliza toda a série de medidas que foram sendo paulatinamente colocadas em execução a partir do golpe de 2016 e do “(des)governo” Temer.

Segundo o texto do Decreto de criação da FTI: “O Gabinete de Segurança Institucional da presidência coordenará a força-tarefa com integrantes da ABIN, do Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Fazenda, da Receita Federal, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, do Departamento Penitenciário Nacional e da Secretaria Nacional de Segurança Pública, além dos Centros de Inteligência da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.”.⁶

A FTI é uma das medidas de “esgarçamento” da “normalidade” ao tornar “legal” a espionagem em larga escala sob a justificativa de “ações de inteligência” e, no mesmo passo, institui novamente a noção de “inimigo interno”, com o advento de fazer associação deste com as “organizações criminosas” e com o “terrorismo”, via legislação criada ainda durante o governo Dilma Rousseff. A FTI faz às vezes do que foi o SNI e vale lembrar que o SNI surge do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), um dos principais órgãos de conspiração (ao lado do IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática) que levaram ao golpe de 1964. O IPES tinha no comando ninguém menos que Golbery do Couto e Silva (um dos “cérebros” da ESG, que ajudou a desenvolver a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e foi um dos principais articuladores do golpe (1964) e da ditadura (1964-1985)). Segundo o texto do Decreto que cria a FTI, o seu papel é de: “analisar e compartilhar dados e de produzir relatórios de inteligência com vistas a subsidiar a elaboração de políticas públicas e a ação governamental no enfrentamento a organizações criminosas que afrontam o Estado brasileiro e as suas instituições”.

5.3 As aproximações sucessivas

Para compreender de onde vem a FTI e o que poderá vir a partir de sua atuação é importante saber que desde a posse de Temer, foram realizadas 18 operações de GLO (pode-se dizer que uma por mês), sendo que só no Rio Grande do Norte foram 3, sem contar as no RJ. Esse é um indicativo forte para pensar que tais Operações (GLO) se inserem em um plano maior que buscava atingir o marcador subjetivo da sociedade através de três pontos básicos (que já foram parcialmente atingidos e o que está em jogo é a sua continuidade através da manutenção de uma “normalidade”): Criar uma espécie de “naturalização” da presença das FFAA em meio aos civis; Disputar e romper certas memórias sociais que vinculam FFAA com a ditadura; Treinar a própria tropa para atuação em meio civil.

⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9527.htm. Acesso em: 08 dez. 2018.

Esses três pontos conformam uma das principais bases para intervenção militar que é o apoio civil. Lembrando que não são apenas as operações GLO que atuam nesse sentido. Desde 2013 estão sendo realizadas em várias regiões do país “exercícios” das FFAA em meio civil. Podemos citar como exemplo às *blitz* de trânsito, o patrulhamento de parques, enfim, o aumento da presença ostensiva de contingente e exposição de estrutura bélica e logística que antes só aconteciam na semana de 7 de setembro. Em pesquisas realizadas⁷ mesmo antes dos movimentos de ascenso conservador (2015-2016) as FFAA figuram no imaginário da população como a “instituição em que as pessoas mais confiam”.

Por fim, há ainda todo o aspecto das leis que foram criadas para respaldar os possíveis crimes que venham a ser cometidos pelas FFAA. Desde 1996, os militares denunciados por homicídios eram julgados da mesma maneira que os civis, por um Tribunal do Júri. Porém, em outubro de 2017, o Congresso aprovou a lei 13.491⁸ que transfere da Justiça comum para militar a responsabilidade de julgar crimes ou violações cometidos por militares em operações como as de GLO.

Depois do golpe consolidado em 2016 há um forte movimento de afunilamento do que se caracteriza como “aproximações sucessivas”. Para além do que já foi dito, é importante reforçar a hipótese de que o objetivo primeiro desse arranjo de poder que envolve as FFAA é manter a influência militar e a sua tutela sobre os “desígnios da nação” adiando e evitando ao máximo rupturas diretas que possam desestabilizar de forma incontornável a sua base de sustentação (discurso salvacionista, por exemplo). É importante tomar em conta que se conformou uma “bancada da farda” no congresso e no governo federal e não será nenhuma surpresa a interlocução dos interesses corporativos desses com outras “bancadas temáticas” do congresso nacional (“bíblia”, “boi” e “bala”), bem como articulações repressivas ainda mais intensas e buscando esgarçar ainda mais a ideia de “institucionalidade” e “normalidade”,

⁷ Os resultados de cada pesquisa entre os anos de 2014 e 2019 podem ser acessados em: **2014:** <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/07/forcas-armadas-e-pf-sao-instituicoes-mais-confiaveis-diz-datafolha.html>. Acesso em: 12 jan. 2018; **2015:** <https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/188177/For%C3%A7as-Armadas-e-OAB-s%C3%A3o-institui%C3%A7%C3%B5es-mais-confi%C3%A1veis-diz-Datafolha.htm>. Acesso em: 12 jan. 2018; **2016:** <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-10/forcas-armadas-sao-instituicao-em-que-populacao-mais-confia-diz-pesquisa>. Acesso em: 12 jan. 2018; **2017:** <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/06/1895770-forcas-armadas-lideram-confianca-da-populacao-congresso-tem-descredito.shtml>. Acesso em: 12 jan. 2018; **2018:** <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/06/1971972-partidos-congresso-e-presidencia-sao-instituicoes-menos-confiaveis-do-pais.shtml>. Acesso em: 16 out. 2019; **2019:** <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/07/1988221-forcas-armadas-tem-maior-grau-de-confianca-entre-instituicoes.shtml>. Acesso em: 16 out. 2019.

⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13491.htm. Acesso em 03 mar. 2018.

tornando “legal” e “aceito” modelos cada vez mais perversos de repressão sobre a população (especialmente a pobre, negra e periférica).

Vai ficando muito nítido que a intenção das FFAA é assumir maior protagonismo na política, interferir diretamente nas regras do jogo institucional e manter sob tutela os processos e setores sociais, fazendo todo o possível para não ter que “sujar as mãos” como em 1964. Dessa forma (mantendo intervenções pontuais e no arripio da constitucionalidade do “Estado de Direito”) conseguem jogar com distintos interesses (geopolíticos, de mercado, bélicos, “nacionais”) e manter seu capital político. No momento histórico que estamos atravessando as FFAA são, para todos os efeitos, as “fiadoras do pacto golpista”, tutelares de todas as esferas (Executivo, Legislativo e Judiciário). Parece evidente que nada acontece sem o aval da caserna e dos generais. Esse movimento tende a se tornar mais explícito conforme os desacordos e decepções inevitáveis com o governo se avolumarem e expressarem. Para manutenção desse modelo é necessário ir esgarçando o entendimento e o sentimento de “normalidade” e da própria democracia. Desnudar essa “normalidade”, ou seja, colocar em evidência que se trata de um aprofundamento repressivo e que os espaços “formais/institucionais” são cada vez mais desidratados é uma possibilidade de enfrentar o avanço do autoritarismo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Mas não se preocupe, meu amigo
 Com os horrores que eu lhe digo
 Isto é somente uma canção
 A vida realmente é diferente
 Quer dizer, ao vivo é muito pior
 E eu sou apenas um rapaz latino-americano
 Sem dinheiro no banco
 Por favor, não saque a arma no saloon
 Eu sou apenas o cantor
 Mas se depois de cantar
 Você ainda quiser me atirar
 Mate-me logo, à tarde, às três
 Que à noite eu tenho um compromisso e não posso faltar
 Por causa de vocês.”*

(BELCHIOR, 1976, *Apenas um rapaz Latino Americano*)

Iniciamos a redação dessa tese afirmando que este era um trabalho sobre os efeitos políticos de memórias, autoritarismos e resistências. Que se dedicava a analisar as disputas sociais e as “batalhas de memória”, de sentido e de legitimidade da história e do passado recente do país, bem como suas (possíveis) implicações para o estabelecimento de um cenário de ascenso e consolidação conservadora no Brasil. Portanto, desde o início este é um trabalho que se pretende inserido em seu tempo, atento as dinâmicas sociais que o circundam e que se dedicou a estudar, pensar e investigar “temas vivos” na sociedade. Como todo trabalho científico, trilhou um percurso permeado pelas experiências inerentes a trajetória acadêmica que nos constitui enquanto intelectuais, pelas dúvidas que mobilizam esforços para compreender e atuar sobre a realidade social e, principalmente, pelas escolhas teóricas e metodológicas inerentes à atividade de pesquisa.

Conscientes de que por vezes tais escolhas se demonstram acertadas e, por outras, apresentam limites, entendemos que a relevância deste trabalho está justamente em apontar hipóteses e propiciar condições de aprofundamento para determinadas questões que envolvem o objeto dessa tese, ou seja, o processo de ascenso e consolidação de um projeto conservador que tem entre suas bases de sustentação fundamentos das heranças diretas e indiretas do passado ditatorial recente e das disputas de memória e de sentido que lhe são consonantes. Como todo trabalho situado no tempo e que se aventura na tentativa de pensar dilemas do presente histórico, este trabalho correu o risco (consciente) de ter de lidar com questões que eventualmente ficariam em aberto, ou seja, sem respostas acabadas ou que apontassem para definições conclusivas.

Esta tese se constituiu em torno de um recorte temporal (2010-2018) que está em relação de complementaridade com outros trabalhos que fazem parte da nossa trajetória neste período. Enfrentou os desafios, contornos e desdobramentos de uma conjuntura política e social marcada pelo acirramento da luta de classes no país, especialmente a partir do biênio 2015-2016. Esse cenário complexo sobre o qual dedicamos atenção de pesquisa favoreceu que eventuais lacunas, limitações e incapacidades inerentes ao autor e ao próprio processo de pesquisa se tornassem em alguma medida evidente, mas não intransponível. Nesse sentido, sem temer os eventuais equívocos de análise que possamos ter cometido em âmbito teórico, nem o risco da parcialidade das opções de classe que não refutamos, ou da obviedade dos “temas esgotados”, nos lançamos na aventura epistêmica de enfrentamento à barbárie desde as experiências que nos constituem enquanto sujeitos sociais e políticos para muito além do *homo academicus*.¹

Essa, nos parece, é a essência do rigor científico, ou seja, manter sempre presente a possibilidade e necessidade de continuidade das pesquisas e das análises, submetendo as premissas ao exame crítico permanentemente. Por isso, mais do que conclusões que colocam ponto final na discussão estancando a reflexão, buscamos desenvolver este trabalho de modo a criar condições de ampliação e aprofundamento dos temas e perspectivas que foram desenvolvidas. Um trabalho acadêmico que se pretende crítico deve criar desconfortos e inspirar coragem que garanta interação com outras perspectivas para a continuidade das pesquisas, reflexões e ações.

Este trabalho fala sobre os efeitos políticos de memórias, autoritarismos e resistências no momento presente em que História e Memória estão em disputa e se chocam em batalhas (de sentido e legitimidade), produzindo tentativas de revisionismo, reescrita e ressignificação do passado recente brasileiro. Buscou analisar essas disputas, mas também os excessos, apagamentos, silenciamentos, resgates e potencialidades das memórias sociais e coletivas decorrentes do período ditatorial (1964-1985) e suas (possíveis) implicações para o estabelecimento do cenário de ascenso (2015-2016) e consolidação (2017-2018) conservador no Brasil.

A partir desses objetivos é importante sublinhar que a tutela militar sobre o país esteve sempre presente. O que percebemos é que o uso político das memórias funciona como um

¹ Em referência direta à obra “Homo academicus” de Pierre Bourdieu, especialmente quando o autor afirma que “[...] o campo das instituições de ensino superior [...] reproduz, na lógica propriamente acadêmica a estrutura do campo de poder” (BOURDIEU, 2011, p. 56), lembrando que o conhecimento sociológico é passível de “reducionismo interpretativo” e corre o risco de ter de enfrentar “mal entendidos” na transmissão do discurso científico em relação ao mundo social. Como não pensar na posição do “pesquisador que participa” de diferentes espaços e situações que o deixam suscetível à “clareza e a cegueira” associadas a essa condição?

método de controle pelo medo, uma variável das “operações psicológicas” descritas nos manuais militares. O elemento conservador a que esse trabalho se refere está inserido dentro de uma dimensão de classe, representado na manutenção de privilégios das elites de sempre. As Forças Armadas de maneira geral vão tomando parte nos arranjos de poder dessa elite e fazendo parte dela. O seu papel, ou a sua função orgânica é gerir o aparato repressivo do Estado de modo a manter o *status quo*. A aliança civil-militar se apresenta de forma mais nítida nos momentos onde os pactos e acordos intra-elites são ameaçados pelos movimentos sociais e populares, especialmente quando esses movimentos avançam em sua organização e no questionamento ao estado de coisas há que estão submetidos.

O primeiro sinal de ameaça real ou pressentida por parte dos movimentos sociais e populares organizados frente à estrutura de poder e privilégios das elites dá início (ou reinício) a uma operação de sufocamento e aniquilação desses sujeitos e movimentos. E essa aniquilação não é apenas (e necessariamente) física, ela precisa ser para além dos corpos, ela precisa “riscar, apagar e extirpar” da História qualquer rastro da experiência vivida por esses sujeitos e movimentos. Não pode haver Memória, não pode haver Verdade, não pode haver História, não pode haver Justiça. A memória social e coletiva é central nesse processo, pois funciona em longo prazo e em pelo menos dois sentidos:

1. Como memória “oficiosa” dos conflitos: Ou seja, é a “narrativa oficial”, a “história dos vencedores” que, além de revisar, enquadrar e adequar os fatos e acontecimentos às suas diretrizes ideológicas e ao seu projeto de poder rivaliza e acaba dificultando – ou até mesmo impedindo – a emergência de memórias sociais auspiciosas do conflito. A “narrativa oficial” atua como um “vírus” contra as memórias sociais inerentes aos sujeitos que viveram o conflito e dele retém experiências que poderiam contribuir para o acúmulo de força no exercício da luta de classes. Esse “vírus” revisa, re-escreve (geralmente através de “especialistas” e “intelectuais”, àqueles que conformam a “tolice da inteligência” nas palavras de Jessé Souza) e confronta as memórias sociais mais genuínas, catalogando-as como “lembranças equivocadas”, colocando em seu lugar de forma impositiva (direta ou indireta) outras narrativas mais “palatáveis” ao *status quo* dominante e ao projeto elitista de manutenção de privilégios, seja através dos livros, dos filmes, das mídias televisivas, ou da força dos aparelhos coercitivos do Estado.
2. Como “memória subterrânea” e pedagógica: Ou seja, uma “memória silenciada” no debate público, “privatizada” nos relatos individuais e “impedida” na sua dimensão coletiva, que geralmente não conta com respaldo científico, mas

que não foi apagada por completo. Se mantém viva no subterrâneo do “imaginário popular” das rebeldias e utopias, dos ideais e das ideias de libertação que rompem o cerco implacável dos tiranos e das tiranias. Fermenta nas experiências políticas de base social e de democracia direta. Atua pedagogicamente no sentido de transmitir determinados ensinamentos, lições e experiências, que tem potencial para atuar como antídoto à barbárie. São “memórias perigosas”, assim como são perigosos seus signatários. A potência das “memórias subterrâneas” está expressa na força desprendida (e empreendida) pelas elites na tentativa de apagá-las ou deslegitimá-las.

Nesse sentido, a luta de classes não pode ser pensada apenas em “termos práticos” e “materialistas”, pois existe toda uma dimensão “simbólica” que é geralmente desprestigiada, associada de maneira pejorativa ao “plano das ideias”, entendida como algo de menor importância. A memória social se caracteriza como importante elemento no processo de construção e fortalecimento democrático, sobretudo no que se refere ao enfrentamento à barbárie, seja pela via das práticas totalitárias ou da negação de direitos.

Quando falamos em conservadorismo, estamos nos referindo ao movimento que envolve essa “dinâmica” entre elitismo, militarismo e moralismo que criam um embrião de coloração e aparência do que a experiência histórica denomina fascismo e que se retroalimenta dos silêncios e da ausência de memórias sociais refratárias ao autoritarismo.

A forma como essas narrativas e memórias encontram espaço para se afirmar, social e coletivamente, é central. Mas essas não são certezas! Manter dúvidas nos auxilia no desenvolvimento de hipóteses e argumentos, bem como, nos oferece condições concretas para pensar os processos de transição (de modelos sociais, políticos, econômicos e culturais) vividos no Brasil e suas respectivas interpretações e difusões. Essas “transições”, em que pese suas dimensões inconclusas e inacabadas, ecoam pelo tempo histórico formando uma marca hereditária que, em linhas gerais, remete à negação, apagamento, ou silenciamento arbitrário das lutas e das resistências populares.

O processo dentro do qual as memórias sociais se expressam no Brasil não favorece a constituição de memórias democratizadas (no sentido do seu potencial de alterar a hegemonia de narrativas oficiais) sobre eventos que confrontam (ou confrontaram) a “ordem estabelecida” ou o Estado.

Inerente a formação social brasileira existe uma “subjetividade capitalista” que atravessa a história do país e se mantém presente nos privilégios das elites (na sua luta para manutenção de privilégios) e o uso das Forças Armadas como salvaguarda de seus interesses

comprova esse movimento. Nesse sentido, é possível estabelecer relação com a dimensão dos pactos que conformam a nossa história no sentido de silenciar as memórias que podem criar adesão e ação coletiva, que podem criar sentido de pertencimento, que podem criar, inclusive, uma dimensão de classe e unidade para enfrentamento desse ideário colonial e escravista que fomenta o imaginário e a ação das elites nacionais desde a invasão do território denominado Brasil.

O golpe e a ditadura em 1964 conformavam, entre muitos fatores, a tentativa de sufocar a organização social embrionária (mas latente) que se expressava sob um rol enorme de movimentos (do campo e da cidade) e de iniciativas (da alfabetização à reforma agrária) que pouco a pouco colocava em questionamento os arranjos de poder e os privilégios das elites. Muitos projetos pulsaram em todo território nacional e, mais do que “combater o comunismo” (um espantalho assim como o “combate a corrupção”), era necessário cortar pela raiz qualquer experiência de organização ou autogestão popular da vida. Para além de matar essas ideias e seus propagadores, era preciso criar uma cultura política de medo, para que durante muito tempo a população e o povo se mantivessem cativos e imobilizados. O processo de abertura e transição, para além da dimensão política, tinha o papel de repaginar a história, adequar os fatos, criar factóides, apostar no esquecimento promovido pelo silêncio, impedir memórias, tornar inviáveis e utópicos os projetos de mudança. Readequar as estruturas de poder para que o rearranjo do Estado criasse as condições para a saída de cena dos militares e do período mais duro de tutela sobre o povo, de modo que durante um tempo “tudo ficasse imóvel”.

O problema, para as elites de sempre e seus algozes, é que o vento da história e da luta de classes nunca pára e no Brasil, mesmo em meio a uma série de pactos e acordos intra-elites, com muita traição de classe, os absurdos se avolumaram, as pequenas concessões que visavam aliviar a pressão eram muito para quem sempre teve que conviver e sobreviver com nada. As diferentes articulações, a retomada de projetos sociais, a ameaça às estruturas de poder, o resurgimento dos movimentos autônomos, o questionamento aos privilégios, todo um movimento de movimentos que paulatinamente passou a ousar erguer a voz contra as elites e seus pactos e acordos. Um cenário perigosamente ameaçador! Os movimentos sociais e populares se colocavam em movimento e o movimento veio em forma de onda descontrolada como um acumulado secular de opressões que rebenta sobre o ordenamento imposto pelo *status quo*. Assim foi 2013...

O impacto de 2013 nas estruturas coloniais, racistas e elitistas mantenedoras de privilégios seculares (em todos os sentidos) foi tão forte e surpreendente que os próprios ditos

“social democratas”, os setores sociais mais próximos das elites que ainda assim se colocavam publicamente como “oposição” – na busca de manter os pactos de conciliação e de conter o “avanço sem contestação” das mudanças e concessões pró-elites –, ficaram atônitos. A reação sobre os protestos e a revolta popular de 2013 veio pela mão de todos que andavam já a algum tempo de mãos dadas, por “exquerda” e por direita.

Até o momento em que essas linhas são escritas, 2013 continua sendo narrado e “disputado” entre “memórias” e “Histórias”, entre memórias sociais daqueles dias, das pessoas e do povo que se levantou, de um lado, e de outro por aqueles que são os “narradores oficiais”, aqueles que são os “teóricos”, os “clássicos”, os que se arvoram o direito de “narrativa oficial”, que se colocam como juízes cegos dos fatos e transmitem para história a “História” que lhes convém, ou que convém para as elites da qual formam parte, ou da qual almejam tomar parte.

A reação que se viu sobre o que foi 2013 não poderia ser outra, como a história brasileira demonstra em diversos e variados exemplos. A repressão, num primeiro momento, fez o papel de aniquilar os sentimentos de mudança e implantar o medo através do uso e do abuso do Direito do “Estado de Direito”. Num segundo movimento coordenado pelos porta-vozes das elites (setores da mídia de massas), a revolta popular passou a ser ressignificada e “repaginada”, de modo que se adequasse aos interesses dos “setores comportados” e “de bem”. A “revolta popular” passou a ser descrita e narrada sob estética *soft*, palatável para a classe média que sonha ser elite. Os atos de protesto não eram mais à noite, depois de um dia de trabalho, mas sim em “alegres tardes de domingo”, sob céu “azul varonil” e sol amarelo brilhante que se harmonizava perfeitamente com as jóias douradas da elite branca e bem vestida. As pessoas que agora se diziam “povo”, não eram mais o retrato das estatísticas populacionais, ou seja, em maioria negra, pobre e periférica. Os saqueadores e questionadores do capital e dos seus signos, que vestia preto e quebrava vidraças de banco, deram lugar para “gente de bem”, “pagadora de impostos”, sonegadora e negadora de direitos universais e defensora da ditadura e da tortura. Os novos manifestantes das ruas de 2015 e 2016 já não vestiam preto, mas camisas verde-amarelas de uma das instituições que mais representam o ideário corrupto e deprimente da elite brasileira, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Naquele momento o “vem pra rua” soava de cima do caminhão de som, as bandeiras vermelho e negras deram lugar as verde amarelas, dentro de um cenário pitoresco de “patriotismo de ocasião”. Ali estava presente a elite que se enrola na bandeira nacional, mas que não pensa duas vezes em onde investir suas finanças e onde ir passar as suas férias, que bate continência para a bandeira do império e que encarna no cotidiano a síndrome do

“complexo de vira-lata”. E esse foi o enredo por onde o ascenso conservador saiu do cartaz e se fez “intervenção militar” pelas vias “democráticas”. As mesmas vias que permitiram a manutenção do entulho autoritário da ditadura civil-militar durante toda “nova República”, pavimentando o caminho para a consolidação do atual projeto autoritário.

Mas, a desigualdade e a opressão são irmãs siamesas da revolta e da rebeldia. E pela teimosia de viver em dignidade e solidariedade os povos se movimentam. Assim como diferentes revoltas populares ao longo da história brasileira que constituem a formação social do país – mesmo tendo sido colocadas em um lugar de invisibilidade pelas narrativas dominantes da História oficial –, o germe que gerou as manifestações de 2013 continua se nutrindo das “memórias políticas subterrâneas” que alimentam os imaginários proibidos da “Revolução brasileira”, essa tão fora de moda mesmo entre governos e intelectuais da “exquerda”. Em um país com as particularidades e peculiaridades de formação social como o Brasil, quando uma revolta popular estoura, ela invariavelmente trás consigo todo tipo de anseio que se expressa das mais distintas – e, muitas vezes espetaculares – maneiras. Não raro, e até comumente, é sufocada através da repressão, ressignificada e, no caso específico de 2013, passa por tentativas de apropriação por parte das elites, indo contra os próprios interesses populares que lhe deram início.

Existem muitas raízes que ajudam a entender de onde brotou essa revolta em 2013, mas elas não são encontradas nos “lugares comuns” da burocracia estatal e nem no aparelhamento partidário que muitos não podem perceber porque absortos pelo ópio do poder. Por mais que o avanço do conservadorismo traga consigo temores fardados, as sementes de 2013 seguem brotando nos terrenos onde o solo é mais favorável. Quando o futuro se demonstra perigoso é preciso aproveitar a tempestade para se colocar em movimento, pois os exemplos da história mostram que é do vento que se forma a labareda e a labareda não obedece à farda, coturno ou alambrado.

REFERÊNCIAS

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotoetnografia da Biblioteca Jardim**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, Tomo Editorial, 2004.

_____. **Fotoetnografia: Um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho**. Porto Alegre, RS: Tomo Editorial, Palmarinca, 1997.

ALMEIDA TELES, Janaína de. A constituição das memórias sobre a repressão da ditadura: o projeto Brasil: Nunca Mais e a abertura da Vala de Perus. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 19, n. 35, p. 261-298, jul. 2012. Disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/29423/24263>. Acesso em: 20 jan. 2017

ALONSO, Angela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, jun. 2017, p. 49-58. Disponível em:

<http://novosestudos.uol.com.br/wp-content/uploads/2017/06/A-POL%C3%8DTICA-DAS-RUAS-PROTESTOS-EM-S%C3%83O-PAULO-DE-DILMA-A-TEMER-Angela-Alonso.pdf>. Acesso em: 05 maio 2018.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1992.

ALUCINAÇÃO Belchior. Marco Mazzola. Rio de Janeiro: Polygram, jun. 1976, LP.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

AMARAL, Marina. A nova roupa da direita. *In*: Pública. [São Paulo], 23 jun. 2015.

Disponível em: <https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>. Acesso em: 08 nov. 2018.

_____. Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment. *In*: JINKINGS, Iavana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. (org.). **Por que gritamos golpe: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. [E-book]. São Paulo, SP: Boitempo, 2016, p. 44-47.

ANSARA, Soraia. **Memória política, repressão e ditadura no Brasil**. Curitiba, PR: Juruá, 2009.

A OCUPAÇÃO das favelas do Alemão. **G1**. Rio de Janeiro, 28 nov. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-contr-a-o-crime/noticia/2010/11/ocupacao-das-favelas-do-alemao.html>. Acesso em 10 jan. 2017.

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo, SP: Boitempo, 2014, E-book (paginação irregular).

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundo**. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto; Editora UFRJ, 2001.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DA COPA - ANCOP. **Copa 2014: Quem ganha esse jogo? – Word cup 2014: Who wins the mach?** [S.I.: s.n.], 27 maio 2013. 1 vídeo (10 min 29 s).

Publicado pelo canal Articulação Nacional da Copa - ANCOP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HmoLZBtqQ3c>. Acesso em: 08 nov. 2019.

AVRITZER, Leonardo. Cultura política, atores sociais e democratização. Uma crítica às teorias da transição para a democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, n.

28, p. 109-122, junho, 1995. Disponível em:
<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=19021>. Acesso em: 27 maio 2016.

_____. O fim da Nova República, por Leonardo Avritzer. **Jornal GGN**, São Paulo, 15 maio 2016. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/noticia/o-fim-da-nova-republica-por-leonardo-avritzer>. Acesso em: 03 nov. 2017.

BANBIRRA, Vânia. **El capitalismo dependiente latinoamericano**. 5. ed. México: Siglo veintiuno editores, 1978.

BAGGIO, Roberta Camineiro; MIRANDA, Lara Caroline. A incompletude da transição política brasileira e seus reflexos na cultura política contemporânea: Ainda existem perseguidos políticos no Brasil? **Ciência Penal & Violência**. Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 281-297, jul./dez. 2013. Disponível em:
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/15256/10778>. Acesso em: 28 jun. 2016.

BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique Carlos de oliveira de; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. (org.). **A construção da democracia na América Latina: Estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política**. Porto Alegre/Canoas, RS: Editora da Universidade – UFRGS; Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1998.

_____. Cultura política e processo eleitoral no Brasil: o que há de novo? **Em debate**. Belo Horizonte, v. 2, n. 7, p. 6-10, julho, 2010. Disponível em:
http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/3161/cultura_politica_processo_baquero.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12 ago. 2016.

_____. (org.). **Cultura política e democracia: Os desafios das sociedades contemporâneas**. Porto Alegre, RS: Editora da Universidade – UFRGS, 1994.

_____. (org.). **Desafios da democratização na América Latina: Debates sobre cultura política**. Porto Alegre, RS: Editora da Universidade – UFRGS; Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1999.

BARBA, Mariana Della; WENTZEL, Marina. Discurso de Bolsonaro deixa ativistas ‘estarecidos’ e leva OAB a pedir sua cassação. *In: BBC – NEWS Brasil*. São Paulo, 20 abr. 2016. Disponível em:
https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb. Acesso em: 22 set. 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BAUER, Caroline Silveira. **Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória**. Porto Alegre, RS: Medianiz, 2012.

BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. *In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 39-63.

_____. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. *In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 189-217.

BELCHIOR, Antônio Carlos. A palo seco. *In: LETRAS*. Belo Horizonte, c2020. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/belchior/44448/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

_____. Apenas um rapaz Latino Americano. *In: LETRAS*. Belo horizonte, c2020. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/belchior/44449/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

_____. Como nossos pais. *In*: LETRAS. Belo horizonte, c2020. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/belchior/44451/>. Acesso em: 05 fev. 2020.

BELCHIOR, Belchior; Sidney Moraes; Antonio Carlos de Carvalho. Rio de Janeiro: Polysom, mar. 2018, LP.

BENEDETTI, Mario. **El olvido está lleno de memoria**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000.

BILENKY, Thais. Forças Armadas lideram a confiança da população; congresso tem descrédito. *In*: **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 24 jun. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/06/1895770-forcas-armadas-lideram-confianca-da-populacao-congresso-tem-descredito.shtml>. Acesso em: 12 jan. 2018.

BLOCO DE LUTAS PELO TRANSPORTE PÚBLICO. **Página inicial**. Porto Alegre, 10 mar. 2018. Facebook: @BlocoDeLutapeloTransportePublico. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/BlocoDeLutapeloTransportePublico/>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília, DF: Editora UNB, 1998.

_____. **Estado, governo e sociedade**: para uma teoria geral da política. 18. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2012.

BOLSONARO, Carlos. **Dilma e Franklin Martins confessam seus crimes no regime militar**. [*S.I. : s.n.*], 14 set. 2010. 1 vídeo (4 min 24 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CzyxR6HvWkg>. Acesso em: 18 out. 2019.

BONIN, Robson. Política: Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope. *In*: **G1**. [Brasília], 16 dez. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo, SP: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

_____. **Homo academicus**. Buenos Aires, Argentina: Siglo veintiuno editores, 2008.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília, DF: CNV, 2014. v. 1.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Estabelece o texto Constitucional da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009**. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. **Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010**. Altera o Anexo do Decreto no 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7177.htm. Acesso em: 11 dez. 2016.

_____. **Decreto nº 5.584, de 18 de novembro de 2005**. Dispõe sobre o recolhimento ao Arquivo Nacional dos documentos arquivísticos públicos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional - CSN, Comissão Geral de Investigações - CGI e Serviço Nacional de Informações - SNI, que estejam sob a custódia da Agência Brasileira de

Inteligência - ABIN. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5584.htm. Acesso em: 10 jul. 2016.

_____. **Decreto nº 9.527, de 15 de outubro de 2018.** Cria a Força-Tarefa de inteligência para o enfrentamento ao crime organizado no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9527.htm. Acesso em: 08 dez. 2018.

_____. GOVERNO DO BRASIL. **Leia a íntegra do discurso de posse de Dilma Rousseff no Congresso.** 01 jan. 2011. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2011/01/leia-integra-do-discurso-de-posse-de-dilma-rousseff-no-congresso>. Acesso em: 08 jun. 2016.

_____. **Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.** Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em: 02 jul. 2015.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 14 dez. 2019.

_____. **Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995.** Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9140.htm. Acesso em: 12 jul. 2016.

_____. **Lei nº 13.491, de 13 de outubro de 2017.** Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13491.htm. Acesso em: 03 mar. 2018.

_____. **Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.** Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. **Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.** Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. [cria o Regime do Anistiado Político]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10559.htm. Acesso em: 10 jul. 2016.

_____. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm#art46. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. Ministério da Defesa. **Garantia da Lei e da Ordem.** Brasília, DF: [2018?]. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. Ministério da Defesa. **MD33-M-10.** Garantia da Lei e da Ordem. Brasília, DF: 2014. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/2014/mes02/md33_m_10_glo_2ed_2014.pdf. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Arquivo Nacional. Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). **Portaria nº 204, de 13 de maio de 2009.** Cria o “Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) Memórias Reveladas”, no âmbito do Arquivo Nacional da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/portarias-federais/137-portaria-n-204,-de-13-de-maio-de-2009.html>. Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. Planalto. Presidência da República. **Entenda como funciona a operação de Garantia da Lei e da Ordem.** Brasília, DF: 2017. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2017/05/entenda-como-funciona-a-operacao-de-garantia-da-lei-e-da-ordem>. Acesso em: 02 abr. 2018.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).** Brasília, DF: SEDH/PR, 2009.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à memória e à verdade:** comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos. Brasília, DF: SEDH, 2007.

_____. SENADO FEDERAL. Constituição Federal. **Art. 142.** Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_atual/art_142_.asp. Acesso em: 10 out.

_____. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 153.** Brasília, DF: 2010. Disponível em: Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/adpf153.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz. **Pactos políticos:** Do populismo à redemocratização. São Paulo, SP: Brasiliense, 1985.

_____. WEBSITE. **Manifesto do Projeto Brasil Nação.** São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/manifesto.asp>. Acesso em: 05 dez. 2017.

BRINGEL, Breno. 2013-2016: polarização e protestos no Brasil. *In: OpenDemocracy.* 18 fev. 2016. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/democraciaabierta/breno-bringel/2013-2016-polariza-o-e-protestos-e-no-brasil>. Acesso em 12 mar. 2018.

BRUM, Eliane. Esquerda, direita e o embargo da memória: Como no Brasil atual o original e o realmente novo são silenciados para que os discursos viciados possam ser mantidos para a ocupação do poder. *In: El País.* 26 fev. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/26/opinion/1519658924_002382.html. Acesso em: 20 mar. 2018.

_____. A mais maldita das heranças do PT: Mais brutal para o Partido dos Trabalhadores pode ser não a multidão que ocupou as ruas em 15 de março, mas aquela que já não sairia de casa para defendê-lo em dia nenhum. *In: El País.* 16 mar. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/16/opinion/1426515080_777708.html. Acesso em: 15 nov. 2019.

BUARQUE, Daniel. A nova república acabou, diz filósofo Vladimir Safatle. Entrevista com Vladimir Safatle. *In: UOL notícias.* [São Paulo], 15 mar. 2015. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/03/15/a-nova-republica-acabou-diz-filosofo-vladimir-safatle.htm>. Acesso em: 03 nov. 2017.

BUCCI, Eugênio. **A forma bruta dos protestos:** das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016. São Paulo, SP: Cia. das Letras, 2016.

CAMPANHA presidencial 2010 – Dilma Rousseff – programa 1. [S.I.: s.n.], 07 mar. 2013. 1 vídeo (10 min 38 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Pwewvg5mEZE>. Acesso em: 18 out. 2019.

CAMPOS, Antônia J. M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. **Escolas de luta.** São Paulo, SP: Veneta, 2016.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança:** Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2013.

CASTOR, Caio. Não é só por 20 centavos, é pela desmilitarização das polícias, pelo fim da violência policial! [foto]. In: **Justiça Global.** São Paulo, 24 jun. 2013. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2013/06/pm-ato.jpg>. Acesso em: 15 jun. 2017.

CASTRO, Juliana Magalhães de. **PT:** dos trabalhadores à ordem. Uma análise da política de conciliação de classes a partir da carta aos brasileiros (2002). 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/24986/1/JulianaMagalhaesDeCastro_DISSERT.pdf. Acesso em: 05 mar. 2018.

CASTRO, Ricardo Silveira. Entre o princípio da legalidade e a imprescritibilidade dos crimes da ditadura militar: a ADPF153 em foco. In: SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. (org.). **Justiça de transição no Brasil:** Violência, justiça e segurança. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2012. p. 277-291.

CATTANI, Antonio David. (org.). **Escolas ocupadas.** Porto Alegre, RS: Cirkula, 2017.

CAVA, Bruno. **A multidão foi ao deserto:** as manifestações no Brasil em 2013 (junho-outubro). São Paulo, SP: Annablume, 2013.

_____; PEREIRA, Maurício (org.). **A Terra Treme:** Leituras do Brasil de 2013 a 2016. São Paulo, SP: Annablume, 2016.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. [et al.]. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 195-316.

CERQUEIRA, Daniel; (coord.); [et. al.]. **Atlas da violência.** Brasília, DF; São Paulo, SP: IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança pública. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP_Atlas_da_Violencia_2018_Relatorio.pdf. Acesso em: 10 jun. 2018.

CHILCOTE, Ronald H. **Teorias de política comparativa:** A busca de um paradigma reconsiderado. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHICO Science e Nação Zumbi – Da lama ao caos – 1994. [S.I.: s.n.], 25 jun. 2019. 1 vídeo (50 min 31 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3bCW4B-kk-4>. Acesso em: 22 set. 2019.

COLETIVO CATARSE. **Bloco de Luta e Comitê Popular da copa na Vila Cruzeiro.** [S.I.: s.n.], 05 jul. 2013. 1 vídeo (10 min 44 s). Publicado pelo canal Coletivo Catarse. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FS_f_sRUX9I. Acesso em: 29 jun. 2019.

_____. **Choveu bomba em Porto Alegre.** [S.I.: s.n.], 21 jun. 2013. 1 vídeo (6 min 23 s). Publicado pelo canal Coletivo Catarse. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yhKkpCAiY5w>. Acesso em: 05 nov. 2019.

_____. **Porto Alegre volta às ruas.** [S.I.: s.n.], 13 jun. 2013. 1 vídeo (3 min 54 s). Publicado pelo canal Coletivo Catarse. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Gn6dRbayMvc>. Acesso em: 12 mar. 2019.

COLETIVO NIGÉRIA AUDIOVISUAL. **Com vandalismo: documentário completo.** [S.I.: s.n.], 26 jul. 2013. 1 vídeo (72 min 28 s). Publicado pelo canal Nigéria Audiovisual. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KktR7Xvo09s>. Acesso em: 23 nov. 2019.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Tortura em Instalações Militares.** Brasília, DF: 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/torturas-em-instalacoes-militares.html>. Acesso em: 15 jul.2015.

COMPARATO, Fábio Konder. (org.). **Raymundo Faoro: A república inacabada. Existe um pensamento político brasileiro? Assembléia Constituinte: A legitimidade resgatada.** Sérgio Buarque de Holanda: Analista das instituições brasileiras. São Paulo, SP: Editora Globo, 2007.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) VS. Brasil.** Sentença de 24 de novembro de 2010. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf. Acesso em: 10 out. 2017.

CRENZEL, Emilio. El prólogo del Nunca Más y la teoría de los dos demonios. Reflexiones sobre una representación de la violencia política en la Argentina. **Cotenciosa.** Año 1, nro. 1, segundo semestre, 2013. Disponível em: <http://www.bibliotecavirtual.unl.edu.ar/ojs/index.php/Contenciosa/article/view/5045/7686>.

Acesso em: 10 dez. 2017.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Militares e anistia no Brasil: um dueto desarmônico. *In:* TELES, Edson Luís de Almeida; SAFATLE, Vladimir. (org.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira.** São Paulo, SP: Boitempo, 2010, p. 15-39.

DA LAMA AO CAOS. Liminha. Rio de Janeiro: Chaos, abr. 1994, CD/LP.

D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. (org.). **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura.** Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará, 1995.

_____.; _____.; _____. (org.). **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão.** Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará, 1994.

_____.; _____.; _____. **Visões do golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar em 1964.** 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 2014.

D’ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. (org.). **Ernesto Geisel.** 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 1997.

D’ARAUJO, Maria Celina. **Militares, democracia e desenvolvimento: Brasil e América do Sul.** Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2010.

_____. O estável poder de veto das Forças Armadas sobre o tema da anistia política no Brasil. **Varia História.** Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 573-597, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n48/06.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2017.

DATAFOLHA Instituto de Pesquisas. **Partidos, Congresso e Presidência são instituições menos confiáveis no país.** São Paulo, 15 jun. 2018. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/06/1971972-partidos-congresso-e-presidencia-sao-instituicoes-menos-confiaveis-do-pais.shtml>. Acesso em: 16 out. 2019.

_____. **Forças Armadas têm maior grau de confiança entre instituições.** São Paulo, 15 jun. 2018. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/07/1988221-forcas-armadas-tem-maior-grau-de-confianca-entre-instituicoes.shtml>. Acesso em: 16 out. 2019.

DEO, Anderson. Uma transição à *long terme*: a institucionalização da autocracia burguesa no Brasil. In: PINHEIRO, Milton. (org.). **Ditadura: o que resta da transição.** São Paulo, SP: Boitempo, 2014. p. 246-267.

DESLAURIERS, Jean-Pierre. KÉRISIT, Michéle. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 127-153.

DINIZ, Eli. A transição política no Brasil: perspectivas para a democracia. In: X Encontro Anual da ANPOCS. **Reunião do GT – Elites Políticas da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.** Campos do Jordão, SP: ANPOCS, 1986. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/10-encontro-anual-da-anpocs/gt-11/gt05-9/6225-elidiniz-transicao/file>. Acesso em: 29 jun. 2018.

DILMA CORAÇÃO VALENTE. [S.l.: s.n.], 20 jun. 2014. 1 vídeo (2 min 10 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3k8YQCSs8es>. Acesso em: 27 out. 2019.

DOS SANTOS, Theotonio. **A teoria da dependência: balanço e perspectivas.** Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2000.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe.** 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

_____. **O jogo da direita.** 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

ELEIÇÕES 2014. Manifestantes fazem protesto contra Dilma na Avenida Paulista. In: UOL. São Paulo, 06 dez. 2014. Disponível em: <https://eleicoes.uol.com.br/2014/album/mobile/2014/12/06/manifestante-fazem-protesto-contradilma.htm#fotoNav=3>. Acesso em: 05 nov. 2019

EM ato contra o governo, manifestantes explicam por que foram às urnas. [S.l.: s.n.], 17 mar. 2015. 1 vídeo (11 min 04 s). Publicado pelo canal TV Folha. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JBrkxiBpCVQ>. Acesso em: 11 jan. 2020.

ÉPOCA. O passado de Dilma. [Capa]. [2010?]. [S.l.]. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/cdn.infografiaepoca.com.br/siteEpoca/todas_as_capas/images/639.jpg. Acesso em: 18 out. 2019.

FANG, Lee. Atlas: Assim atua a rede global de ultra-direita. In: Outras Palavras. São Paulo, 27 ago. 2017. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/atlas-network-assim-atua-rede-global-da-ultra-direita/>. Acesso em: 16 fev. 2019.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** 3. ed. São Paulo, SP: Globo, 2001.

FARAH, Tatiana. 50 anos depois, conservadores tentam reeditar ‘Marcha da Família com Deus pela Liberdade’. In: O Globo. [São Paulo], 19 mar. 2014. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/brasil/50-anos-depois-conservadores-tentam-reeditar-marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade-11918175>. Acesso em: 05 jan. 2020.

FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Miriam L. Moreira. (org.). **Desafios da imagem: Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sócias**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”**. São Paulo, SP: HUCITEC, 1979.

_____. **A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1976.

_____. **Que tipo de república?** São Paulo, SP: Brasiliense, 1986.

_____. **Sociedade de classes e sub-desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1972.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2014.

FERRETTI, Danilo José Zioni. A Confederação dos Tamoios como escrita da história nacional e da escravidão. **Hist. Historiogr.** Ouro Preto, n. 17, p. 171-191, abril 2015. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/831/537>. Acesso em 10 jan. 2018.

FICO, Carlos. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, Lucas. (Re)militarizada, ABIN busca se fortalecer disseminando o medo do terrorismo nas olimpíadas. **The Intercept Brasil**. São Paulo [?], 16 ago. 2016. Disponível em: <https://theintercept.com/2016/08/16/remilitarizada-abin-busca-se-fortalecer-disseminando-o-medo-do-terrorismo-nas-olimpiadas/>. Acesso em: 10 nov. 2016.

FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Márcia. Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, supl., p. 259-297, dezembro 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v19s1/14.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

FOLLMANN, José Ivo. O desafio transdisciplinar: Alguns apontamentos. **Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo, v. 41, n.1, p. 53-57, janeiro/abril 2005. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/6252/3425. Acesso em: 05 jan. 2017.

FORÇAS Armadas e OAB são instituições mais confiáveis, diz Datafolha. *In: Brasil247*, [São Paulo?], 08 jul. 2015. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/forcas-armadas-e-oab-sao-instituicoes-mais-confiaveis-diz-datafolha>. Acesso em: 12 jan. 2018.

FORÇAS Armadas e PF são as instituições mais confiáveis, diz Datafolha. *In: G1*, Brasília, 21 jul. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/07/forcas-armadas-e-pf-sao-instituicoes-mais-confiaveis-diz-datafolha.html>. Acesso em: 12 jan. 2018.

FORÇAS Armadas são a instituição em que a população mais confia, diz pesquisa. *In: Agência Brasil*, São Paulo, 28 out. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-10/forcas-armadas-sao-instituicao-em-que-populacao-mais-confia-diz-pesquisa>. Acesso em: 12 jan. 2018.

FOTOS: Manifestações pelo Brasil neste domingo, 15. *In: G1*, São Paulo, 15 mar. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/fotos/2015/03/fotos-manifestacoes-pelo-brasil-neste-domingo-15.html#F1566811>. Acesso em 10 jul. 2016.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. 21. ed. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1979.

_____. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2008.

FRANK, Andre Gunder. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1980.

FREIRE, Américo. A via partidária da transição política brasileira. **Varia História**. Belo Horizonte, v. 30, n. 52, p. 287-308, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v30n52/13.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2018.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo, SP: Global, 2003.

_____. **Interpretação do Brasil: Aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas**. Cia. das Letras, 2001.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. *In: TELES, Edson Luís de Almeida; SAFATLE, Vladimir. (org.). O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo, SP: Boitempo, 2010, p. 177-186.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. **3 – Documentos e imagens** [pdf]. São Leopoldo, RS: [uso em sala de aula], 2016.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. 9. ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2002.

GARCIA, Janaina. Grupo pró-intervenção militar ‘convoca’ à marcha para Jesus. *In: Terra*. [São Paulo], 04 jun. 2015. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/grupo-pro-intervencao-militar-convoca-a-marcha-para-jesus-em-sp,e8f0e7af6236b9cab4a4977b9a317007vp5qRCRD.html>. Acesso em: 12 mar. 2018.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada: o sacerdote e o feiticeiro**. São Paulo, SP: Cia. das Letras, 2003.

_____. **A Ditadura Escancarada: as ilusões armadas**. São Paulo, SP: Cia. das Letras, 2002.

GENRO, Tarso. Para o gigante, já acordado, caminhar melhor. **Sul21**. Porto Alegre, 13 jul. 2013. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2013/07/para-o-gigante-ja-acordado-caminhar-melhor-por-tarso-genro/>. Acesso em: 05 maio 2018.

_____. O junho que nos desafia. **Sul21**. Porto Alegre, 27 jan. 2014. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2014/01/o-junho-que-nos-desafia/>. Acesso em: 05 maio 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. São Paulo, SP: Cortez, 2017.

- GOMES, Luís Eduardo. Junho de 2013: ascensão e queda do Bloco de Luta. *In: Sul21*. Porto Alegre, 26 jun. 2018 [?]. Disponível em: <http://junho2013.sul21.com.br/junho-de-2013-ascensao-e-queda-do-bloco-de-luta/?ModPagespeed=off>. Acesso em: 26 jun. 2018.
- GONÇALVES, Murilo Gelain. **Bandeiras, pedras e tambores: atuação dos anarquistas nas Jornadas de junho** a partir do Bloco de Lutas pelo Transporte Público. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2019.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 2. ed. São Paulo, SP: Ática, 1987.
- _____. **O escravismo colonial**. 5. ed. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2011.
- GRÁFICO mostra os motivos alegados nos votos de deputados para o impeachment. *In: Sul21*. Porto Alegre, 18 abr. 2016. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ta-na-rede/2016/04/grafico-mostra-os-motivos-alegados-nos-votos-de-deputados-para-o-impeachment/>. Acesso em: 28 jan. 2017.
- HABERMAS, Jürgen. **Kultur und kritik: verstreute aufsätze**. Frankfurt: Suhrkamp, 1973.
- HADDAD, Fernando. Vivi na pele o que aprendi nos livros. **Revista Piauí**, Edição 129, jun. 2017. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/vivi-na-pele-o-que-aprendinos-livros/>. Acesso em: 24 mar. 2018.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, SP: Vértice, 1990.
- HAUBRICH, Alexandre. **Nada Será Como Antes: 2013 o ano que não acabou, na cidade onde tudo começou**. Porto Alegre, RS: Libretos, 2018.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. [edição crítica]. São Paulo, SP: Cia. das Letras, 2016.
- IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1992.
- _____. **O Colapso do populismo no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1994.
- IMPRESSÕES Rebeldes. **Documentos e palavras que forjaram a história dos protestos no Brasil**. Rio de Janeiro, [2019?]. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/>. Acesso em: 02 nov. 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2007.
- INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Junho de 2013 aconteceu, mas não teve lugar. Entrevista especial com Rodrigo Nunes. *In: IHU On-Line*. São Leopoldo, 20 jun. 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/580060-junho-de-2013-aconteceu-mas-nao-teve-lugar-entrevista-especial-com-rodrigo-nunes>. Acesso em: 23 jun. 2018.
- INTÉRPRETES DO BRASIL. **Apresentação**. São Paulo [?], 2016 [?]. Disponível em: <http://www.interpretesdobrasil.org/sitePage/16.av>. Acesso em: 20 fev. 2016.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. Balaiada: Construção da memória histórica. **História**. Franca, v. 24, n. 1, p. 41-76, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/his/v24n1/a03v24n1.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

- JINKINGS, Iavana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. (org.). **Por que gritamos golpe:** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. [E-book]. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.
- JMARQUES. **Forças militares no complexo do alemão.** [foto]. *In:* UOL. [2010?], [Rio de Janeiro?]. Disponível em: <https://www.forte.jor.br/wp-content/uploads/2010/11/forcas-militares-no-complexo-do-alemao-foto-JMarques-AE.jpg>. Acesso em: 11 fev. 2019.
- JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem:** Os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo (1969-1975). São Paulo, SP: Edusp, 2013.
- JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; ORTELLADO, Pablo; POMAR, Marcelo. **Vinte centavos:** a luta contra o aumento. São Paulo, SP: Veneta, 2013.
- KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. *In:* TELES, Edson Luís de Almeida; SAFATLE, Vladimir. (org.). **O que resta da ditadura:** a exceção brasileira. São Paulo, SP: Boitempo, 2010, p. 123-132.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto:** O município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2012.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas, SP: UNICAMP, 1990.
- LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro:** História de uma ideologia. 6. ed. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2002.
- LENTZ, Rodrigo. A intervenção militar e os democráticos tateantes. *In:* Brasil de Fato. São Paulo, 04 out. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/10/04/artigo-or-a-intervencao-militar-e-os-democraticos-tateantes/>. Acesso em: 03 mar. 2018.
- _____. A volta dos que nunca foram: os militares na política. *In:* LE MONDE diplomatique Brasil. São Paulo, 02 nov. 2017. <http://diplomatique.org.br/os-militares-na-politica/>. Acesso em: 06 dez. 2017
- _____. Da politização do judiciário à militarização da política: a intervenção civil-militar e o cerco à democracia. *In:* LE MONDE diplomatique Brasil. Rio de Janeiro, 19 fev. 2018. Disponível em: <http://diplomatique.org.br/intervencao-civil-militar-e-o-cerco-democracia-2/>. Acesso em: 01 mar. 2018.
- MACEDO, José Rivair; MAESTRI, Mário. **Belo Monte:** Uma história da Guerra de Canudos. 2. ed. São Paulo, SP: 2004, Expressão Popular.
- MACIEL, David. A aliança democrática e a transição política no Brasil. *In:* PINHEIRO, Milton. (org.). **Ditadura:** o que resta da transição. São Paulo, SP: Boitempo, 2014. p. 217-245.
- MAGALHÃES, Livia Gonçalves. **Com a taça nas mãos:** sociedade, copa do mundo e ditadura no Brasil e na Argentina. 2013. 221 f. Tese de doutorado (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2013.
- “MAIOR erro do PT foi seguir estratégia lulista de conciliação permanente”. Entrevista com Lincoln Secco. **El País.** 09 jun. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/10/politica/1433892923_403874.html. Acesso em: 18 nov. 2016.
- MAIS manifestações no Brasil com desaparecimento de pedreiro na Rocinha. *In:* **Público.** Lisboa, 02 ago. 2013. Disponível em:

<https://www.publico.pt/2013/08/02/mundo/noticia/manifestacoes-aumentam-com-desaparecimento-de-pedreiro-da-favela-da-rocinha-1602043>. Acesso em: 13 mar. 2019.

MANIFESTAÇÕES pró-golpe levam a fim de sessão da Câmara sobre ditadura. *In*: Rede Brasil Atual. São Paulo, 01 abr. 2014. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/04/manifestantes-pro-golpe-tumultuam-sessao-da-camara-sobre-ditadura-6533/>. Acesso em: 21 jun. 2016.

MANIFESTANTES no Recife pedem intervenção militar no Brasil. *In*: G1.Recife, 15 mar. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/peernambuco/noticia/2015/03/manifestantes-no-recife-pedem-intervencao-militar-no-brasil.html>. Acesso em: 12 mar. 2018.

MANIFESTO em Porto Alegre – 17-06-2013. [S.l.: s.n.], 18 jun. 2013. 1 vídeo (3 min 50 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y3NKEv2x9R4>. Acesso em 05 jan. 2020.

MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo, SP: Boitempo, Carta Maior, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Coimbra, Portugal: Centelha, 1976.

MARTINS, Carlos Eduardo. Fim da Nova República? **Blog da Boitempo**, São Paulo, 16 mar. 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/03/16/fim-da-nova-republica/>. Acesso em: 03 nov. 2017.

_____. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Varia História**. Vol. 18, n. 28, dezembro 2002, Belo Horizonte, MG: 2002. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572b572086db43e1a02f40ca/1462458145315/10_Filho%2C+Joao+Roberto+Martins.pdf. Acesso em: 15 dez. 2017.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo, SP: Contexto, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2001.

MATAIS, Andreza; ROSA, Vera; BULA, Beatriz. PSDB de Aécio Neves pede auditoria na votação. *In*: Estadão. [São Paulo], 30 out. 2014. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,psdb-de-aecio-neves-pede-auditoria-na-votacao,1585755>. Acesso em: 15 dez. 2019.

MATE, Reyes. **Meia-noite na história**. Comentários às teses de Wlater Benjamin sobre o conceito de história. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2011.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. Belo Horizonte, MG: Oficina de livros, 1989.

MELLO, Janaína Cardoso de. Memórias impressas de guerras e guerrilhas nos confins do mundo rural: a Cabanada pernambucana-alagoana nas letras do mundo urbano (1832-1835). **Cadernos do CEOM**. Chapecó, v. 28, n. 42, p. 87-95, jun. 2015. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2326/1599>. Acesso em: 20 jan. 2017.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. ‘Pra frente, Brasil’ faz a exaltação do país. *In*: Memorial da Democracia. [São Paulo, 2019?]. Disponível em:

<http://memorialdademocracia.com.br/card/90-milhoes-em-acao-para-frente-brasil>. Acesso em: 11 dez. 2019.

MEZAROBBA, Glenda. O que é justiça de transição? Uma análise do conceito a partir do caso brasileiro. *In*: SOARES, Inês Virgínia Prado; KISHI, Sandra Akemi Shimada. (coord.). **Memória e Verdade: a justiça de transição no Estado democrático brasileiro**. Belo Horizonte, MG: Fórum, 2009. cap. 1. p. 37-53.

MILENA, Lilian. Para Jessé Souza, golpe nasceu em junho de 2013. *In*: Jornal GGN. [São Paulo], 06 set. 2016. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/559796-para-jesse-souza-golpe-nasceu-em-junho-de-2013>. Acesso em: 10 mar. 2018.

MILLS, Charles Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2009.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Caso Lava Jato**. Brasília, DF: Ministério Público Federal, [2019?]. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>. Acesso em: 11 dez. 2019.

MIRANDA, João Vitor Silva. O conflito de interpretações nas esquerdas a respeito das manifestações de junho de 2013. **Revive – Revista de Ciências do Estado**. Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 422-435, ago./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revive/article/view/5062/3128>. Acesso em: 25 jun. 2018.

MONCLAIRE, Stéphane. Democracia, transição e consolidação: Preciso sobre conceitos bestializados. **Revista de sociologia e política**. Curitiba, n. 17, p. 61-74, nov. 2001. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3597/2854>. Acesso em: 27 maio 2016.

MONTAÑO, Eugenia Allier; CRENZEL, Emilio. (coord.) **Las luchas por la memoria en América Latina: Historia reciente y violencia política**. México: Universidad Nacional Autónoma de México-Instituto de Investigaciones Sociales/ Bonilla Artigas Editores/ Iberoamericana Vervuert, 2015.

MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha**. São Paulo, SP: Geração Editorial, 2005.

MOTTA, Diego Airoso da. **Os programas nacionais de direitos humanos nas revistas semanais**. 2012. 400 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2012.

_____. **Ditadura, direitos humanos e dilemas da justiça de transição: representações sociais e discursos sobre a comissão nacional da verdade nas revistas semanais de informação geral**. 2018. 411 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2018.

MOURA, Clóvis. Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo. **Afro-Ásia**. Salvador, n. 14, p. 124-137, 1983. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824/13425>. Acesso em 15 jun. 2019.

MOURÃO, Antonio Hamilton. Palestra General Mourão Grande Oriente do Brasil 15 Set 2017. [S.I.: s.n.], 16 set. 2017. (1 h 51 min 52 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Njp-7k7N3sY>. Acesso em: 20 out. 2017.

MUDA MAIS. **Dilma Coração Valente**. [São Paulo ?]: Flickr, 20 ago. 2014. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/126304706@N02/14798279049>. Acesso em: 27 out. 2019.

_____. **Lula e Dilma: mais mudança, mais futuro.** [São Paulo ?]: Flickr, 20 ago. 2014. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/126304706@N02/14798414797>. Acesso em: 27 out. 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NAIDU, Ereshnee. **Da memória à ação: um kit de ferramentas para memorialização em sociedades pós-conflito.** Brasília, DF: Ministério da Justiça/Comissão de Anistia, 2010. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/m2a-portugues-miolo-1.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2016.

NETO, Lira. **Getúlio: Do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945).** São Paulo, SP: Cia. das Letras, 2013.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento: Da redemocratização ao governo Dilma.** São Paulo, SP: Cia. das Letras, 2013a.

_____. **Choque de democracia. Razões da revolta.** São Paulo, SP: Cia. das Letras, 2013b [E-BOOK].

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. **Projeto História.** São Paulo, v. 10, p. 7-28, julho/dezembro 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 18 jun. 2016.

O'DONNELL, Guillermo; PHILIPPE, C. Shmitter. **Transições do regime autoritário: primeiras conclusões.** São Paulo, SP: Vértice, 1988.

OLIVEIRA, Fabiane Costa. Os usos políticos do passado: os atos rememorativos em torno do dia 31 de março de 1964. *In: XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento Histórico e diálogo social.* Natal, RN: ANPUH, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364907859_ARQUIVO_TetxoCompleto.ANPUH.2013.FabianeCostaOliveira.pdf. Acesso em: 11 ago. 2019.

OLIVEIRA, Francisco de. O avesso do avesso. *In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. (org.). Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira.* São Paulo, SP: Boitempo, 2010, p. 369-376.

OLIVEIRA, Samir. Retrospectiva dos protestos em Porto Alegre: 2013, o ano que não terminou. *In: Sul21.* Porto Alegre, 25 dez. 2013. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/cidades/2013/12/retrospectiva-2013-o-ano-que-nao-terminou/>. Acesso em: 12 maio 2018.

OLIVEIRA, Susan Aparecida. **Guerra do Contestado: mimesis e políticas da memória.** 236 f. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, SC, 2006. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/contestado/trabalhos/OLIVEIRASusan.pdf>. Acesso em 22 jun. 2016.

OLLIVEIRA, Cecília. “Verdadeiramente assustador”: Ex-comandante da PMRJ critica visão de general sobre ocupação militar no Rio. **The Intercept Brasil.** São Paulo [?], 04 ago. 2017. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/08/04/verdadeiramente-assustador-ex-comandante-da-pmerj-critica-visao-de-general-para-a-ocupacao-militar-no-rio/>. Acesso em: 10 out. 2017

O QUE está em disputa é o conceito de democracia. Entrevista especial com Bruno Lima Rocha. **Instituto Humanitas Unisinos,** São Leopoldo, 01 abr. 2016. Disponível em:

<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/553046-o-que-esta-em-disputa-e-o-conceito-de-democracia-entrevista-especial-com-bruno-lima-rocha>. Acesso em: 12 nov. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. UNIC/Rio/005, jan. 2009. Disponível em:

<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em 15 ago. 2017.

ORTELLADO, Pablo. Dois anos depois: afinal, era por vinte centavos? *In*: EL PAÍS. 16 jan. 2015. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/15/opinion/1421362752_961392.html. Acesso em: 13 maio 2018.

_____. ; SOLANO, Esther; MORETTO, Márcio. Uma sociedade polarizada? *In*: JINKINGS, Iavana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. (org.). **Por que gritamos golpe**: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. [E-book]. São Paulo, SP: Boitempo, 2016, p. 136-139.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo, SP: Cia. das Letras, 2009.

PADRÓS, Enrique Serra. *et al.* (org.). **A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)**: História e memória. Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964. Vol. 1. 2. ed. Porto Alegre, RS: Corag, 2010.

PAÍS ainda não “passou a limpo” período da ditadura, diz procuradora. [Foto] Acervo da Agência O Globo. *In*: **Agência Brasil**. [São Paulo?], 11 maio 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/pais-ainda-nao-passou-a-limpo-periodo-da-ditadura-diz-procuradora/>. Acesso em: 12 fev. 2019

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Revoltas indígenas, a criação do governo geral e o regimento de 1548. **CLIO** – Revista de Pesquisa Histórica. Recife, v. 29, n. 1, p. [S.N], jan.-jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24297/19701>. Acesso em: 09 set. 2019.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão Nacional da Verdade (2012-2014). **Varia História**. Belo Horizonte, v. 31, n. 57, p. 863-902, set./dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v31n57/0104-8775-vh-31-57-0863.pdf>. Acesso em: 18 maio 2017.

PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln. (org.). **Intérpretes do Brasil**: clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo, SP: Boitempo, 2014.

PINHEIRO, Milton. (org.). **Ditadura**: o que resta da transição. São Paulo, SP: Boitempo, 2014.

PINTO, Céli Regina Jardim. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). **Lua Nova**. São Paulo, n. 100, p. 119-153, 2017. Disponível em: www.cedec.org.br/admin/arquivos/get/id/1426. Acesso em: 02 set. 2019.

PIRES, Thiago Vieira. **Ditadura militar brasileira e produção ideológica**: Um estudo de caso com militares que atuaram no período ditatorial. 2013. 203 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) – Curso de Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2013.

_____. **Fazendo revolução a vida inteira**: memória e resistência entre os militantes da Ação Popular do Rio Grande do Sul. 2015. 339 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2015.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, janeiro/junho, 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 08 jan. 2017.

_____. Memória e identidade social. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, julho/dezembro, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 21 fev. 2017.

POR favor, chamem o alto comando! [S.I.: s.n.], 16 mar. 2015. 1 vídeo (5 min 44 s). Publicado pelo canal Trip TV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ebzEbjfIXkM>. Acesso em: 11 jan. 2020.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 215-253.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 2012.

_____. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 8. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1972.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 6. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1961.

PROGRAMA DE GOVERNO DILMA ROUSSEFF. **Mais mudanças, mais futuro**. [São Paulo, SP ?], 2014. Disponível em: <https://pt.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Prog-de-Governo-Dilma-2014-INTERNET1.pdf>. Acesso em: 16 out. 2019.

PROTESTOS contra Dilma reúnem cerca de 560 mil em 24 estados e DF. In: UOL. [São Paulo, Brasília], 12 abr. 2015. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/album/2015/04/12/veja-fotos-dos-cartazes-do-protesto-de-12-de-abril.htm?foto=16>. Acesso em: 05 fev. 2019.

QUERO, Caio. Entenda a polêmica sobre a Comissão Nacional da Verdade. In: **BBC NEWS – Brasil**. [São Paulo], 13 jan. 2010. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/01/100112_comissao_qanda_cq. Acesso em: 05 out. 2017.

RAMOS, Guerreiro. **A crise do poder no Brasil: Problemas da revolução nacional brasileira**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1961.

RECENSEAMENTO do Brazil em 1872. Rio de Janeiro, RJ: [S.I.], 1872. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf. Acesso em 12 out. 2019.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e Sociedade: As reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (org.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 29-52.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1988**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2014.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835**. São Paulo, SP: Cia. das Letras, 2003.

REVISTA VEJA. **Eles sabiam de tudo**. Edição 2397. São Paulo: Grupo Abril, 29 out. 2014. Disponível em: <https://abrilveja.files.wordpress.com/2016/06/capa-2397-original2.jpeg>. Acesso em: 29 out. 2019.

- REVOLUÇÃO farroupilha, 1844, batalha de porongos. *In*. **Sul21**. Porto Alegre, 20 set. 2013. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/breaking-news/2013/09/revolucao-farroupilha-a-batalha-de-porongos-covardia-traicao-falsidade/>. Acesso em: 02 out. 2019.
- RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**. Niterói, v. 11, n. 22, p. 5-30, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a02.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo, SP: UNESP, 1993.
- RIO DE JANEIRO. Secretaria Especial de Comunicação Social. **1904 – Revolta da Vacina: a maior batalha do Rio**. Rio de Janeiro, RJ: 2006. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204434/4101424/memoria16.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2018.
- ROCHA, Bruno Lima. A nova república acabou, a esquerda ainda não ressurgiu e o fascismo insiste em ressuscitar. **IHU On-Line Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, 05 out. 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/572368-a-nova-republica-acabou-a-esquerda-ainda-nao-ressurgiu-e-o-fascismo-insiste-em-ressuscitar-1>. Acesso em: 03 nov. 2017.
- ROSSI, Mariana. O retrato de uma presidenta jovem. *In*: **El País**. São Paulo, 27 out. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/27/politica/1414430543_325319.html. Acesso em 22 set. 2017.
- RUIZ, Castor Bartolomé M. M. O direito à verdade e à memória – Por uma justiça anamnética: Uma leitura crítica dos Estados de exceção do cone sul. *In*: RIO GRANDE DO SUL. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa. **Relatório Azul 2011**. Porto Alegre, RS: Assembléia Legislativa/RS, 2011. p. 101-130.
- SADER, Emir. **A transição no Brasil: Da ditadura à democracia?** 12. ed. São Paulo, SP: Atual, 1991.
- _____.; GARCIA, Marco Aurélio. **Brasil: entre o passado e o futuro**. São Paulo, SP: Boitempo, 2010.
- SAFATLE, Vladimir. Deixe os mortos enterrarem seus mortos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 ago. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2015/08/1665348-deixe-os-mortos-enterrarem-seus-mortos.shtml>. Acesso em: 03 nov. 2017
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida: o Brasil no séc XXI**. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2017.
- SCHILLING, Paulo. **Como se coloca a direita no poder**. 1. Os protagonistas. São Paulo, SP: Global Editora, 1979.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.
- _____. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. **Afro-Ásia**, n. 18, p. 77-101, 1996. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20901/13519>. Acesso em 12 out. 2019.

SEGARRA, Josep J. **Morar na ‘Casa do Povo’ (5ª versão, 30 minutos)**. [S.l.: s.n.], 23 maio 2016. 1 vídeo (29 min 57 s). Publicado pelo canal Josep Juan Segarra. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=omUzzvK87Vg>. Acesso em: 10 mar. 2018.

_____. **MORAR NA CASA DO POVO 105 7JULHO2014**. [S.l.: s.n.], 05 abr 2020. 1 vídeo (104 min 40 s). Publicado pelo canal Josep Juan Segarra. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MMqxGGqdJXc>. Acesso em: 15 abr. 2020.

_____. **“Paz entre nós, guerra aos senhores!”: Uma etnografia sobre o Bloco de Lutas pelo Transporte Público e a Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2015.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. A ambiguidade da anistia no Brasil: Memória e esquecimento na transição inacabada. *In*: RIO GRANDE DO SUL. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa. **Relatório Azul 2011**. Porto Alegre, RS: Assembléia Legislativa/RS, 2011. p. 43-75.

_____. Dever de memória e a construção da história viva: a atuação da Comissão de Anistia do Brasil na concretização do direito à memória e à verdade. *In*: PADRÓS, Enrique Serra. *et al.* (org.). **A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e memória. O fim da ditadura e o processo de redemocratização**. Vol. 4. Porto Alegre, RS: Corag, 2009. p. 47-92.

_____. Justiça de transição e usos políticos do poder judiciário no Brasil em 2016: um Golpe de Estado institucional? **Rer. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 1284-1312, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/31488/22659>. Acesso em: 28 fev. 2019.

_____. (org.). **Justiça de transição no Brasil: violência, justiça e segurança**. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2012.

_____. O Julgamento da ADPF 153 pelo Supremo Tribunal Federal e a Inacabada Transição Democrática Brasileira. *In*: FILHO, Wilson Ramos. (org.). **Trabalho e Regulação: as lutas sociais e as condições materiais da democracia**. Belo Horizonte, MG: Fórum, 2012, p. 129-177.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo: Reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo, SP: Cia. das Letras, 2012.

_____. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 97, p. 23-40, nov., 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n97/03.pdf>. Acesso em: 13 out. 2016.

SIQUEIRA, Lucília. O nascimento da América portuguesa no contexto imperial lusitano. Considerações teóricas a partir das diferenças entre a historiografia recente e o ensino de História. **História**. São Paulo, v. 28, n. 1, p. 99-125, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v28n1/04.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

SLAVE voyages. Explore the dispersal of enslaved africans across the atlantic world. *In*. **SLAVE VOYAGES**. Atlanta, Georgia, USA. 18 jun. [2019?]. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A intentona comunista de 1935**. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 1986.

- _____. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. 2. ed. Graphia, 1997.
- _____. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Oficina de Livros, 1990.
- _____. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1962.
- _____. **História militar do Brasil**. 2. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2010.
- SOLANO, Esther; ORTELLADO, Pablo. Pesquisa com os participantes da manifestação do dia 12 de abril de 2015 sobre confiança no sistema político e fontes de informação. **GPOPAI-USP**, 2015. Disponível em: <https://gpopai.usp.br/pesquisa/120415/>. Acesso em: 07 nov. 2017.
- SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo, SP: LeYa, 2015.
- _____. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato**. Rio de Janeiro, RJ: LeYa, 2017.
- _____. **A radiografia do golpe: Entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro, RJ: LeYa, 2016.
- _____. **Os batalhadores brasileiros: Nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2. ed. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2012.
- _____. (org.). **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2009.
- SOUZA, Kelly Ribeiro Felix de. **“Direitos humanos para humanos direitos”**: Autos de resistência e estado de exceção permanente no estado do Rio de Janeiro. 165 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Direito Constitucional) – Programa de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Direito Constitucional, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://ppgdc.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/34/2017/06/DIREITOS-HUMANOS-PARA-HUMANOS-DIREITOS%E2%80%9D-AUTOS-DE-RESIST%C3%80NCIA-E-ESTADO-DE-EXCE%C3%87%C3%83O-PERMANENTE-NO-ESTADO-DO-RIO-DE-JANEIRO.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2017.
- TATAGIBA, Luciana. Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. **Lusotopie**. Leiden, Netherlands, v. 17, p. 112-135, sep. 2018. Disponível em: https://brill.com/view/journals/luso/17/1/article-p112_8.xml?body=pdf-29620. Acesso em: 10 dez. 2019.
- TELES, Edson Luís de Almeida. **Brasil e África do Sul: Os paradoxos da democracia**. Memória política em democracias com herança autoritária. 152 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2007.
- _____. Brasil e África do Sul: rupturas e continuidades nas transições políticas. *In*: SOARES, Inês Virgínia Prado; KISHI, Sandra Akemi Shimada. (coord.). **Memória e Verdade: a justiça de transição no Estado Democrático brasileiro**. Belo Horizonte, MG: Fórum, 2009. cap. 5. p. 119-131.
- _____. Entre justiça e violência: Estado de exceção nas democracias do Brasil e da África do Sul. *In*: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. (org.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo, SP: Boitempo, 2010. p. 299-318.
- _____.; SAFATLE, Vladimir. (org.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo, SP: Boitempo, 2010.
- TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Paidós, 2000.

TOLEDO, Edilene. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de idéias no Brasil em 1917. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p. 497-518, maio/agosto 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v30n61/0103-2186-eh-30-61-0497.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2018.

TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; TORELLY, Marcelo D., ABRÃO, Paulo. (org.). **Justiça de Transição: Direito à justiça, à memória e à verdade**. João Pessoa, PB: Editora da UFPB, 2014.

_____. Memória, História e esquecimento: a função educativa de memória histórica. In: RUIZ, Castor Bartolomé M. M. (org.). **Justiça e Memória**. Direito à justiça, memória e reparação: A condição humana nos estados de exceção. São Leopoldo, RS: Casa Leiria: Passo Fundo: IFIBE, 2012. p. 177-196.

URIBE, Gustavo. Evento de apoio a Aécio tem simulação de velório de Dilma em São Paulo. In: **Folha de S. Paulo**. [São Paulo], 25 out. 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1538341-evento-de-apoio-a-aecio-tem-simulacao-de-velorio-de-dilma-em-sao-paulo.shtml?cmpid=%22facefolha%22>. Acesso em: 29 out. 2019.

VALENTE, Rubens. Poder: Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato. In: **Folha de S. Paulo**. [Brasília], 25 maio 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>. Acesso em: 15 dez. 2019.

_____. URIBE, Gustavo. Poder: Chefe da CIA disse que Geisel assumiu controle sobre execuções sumárias na ditadura. In: **Folha de S. Paulo**. [Brasília], 10 maio 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/chefe-da-cia-disse-que-geisel-assumiu-controle-sobre-execucoes-sumarias-na-ditadura.shtml>. Acesso em: 10 jun. 2018.

_____. Em vídeo, Jobim detalha como atuou para impedir revisão da Lei da Anistia. In: **Folha de S. Paulo**. [Brasília], 27 ago. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/em-video-jobim-detalha-como-atuou-para-impedir-revisao-da-lei-da-anistia.shtml>. Acesso em: 01 out. 2019.

VALIM, Patrícia. **Da Sedição dos Mulatos à Conjuração Baiana de 1798: a construção de uma memória histórica**. 243 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2007.

VARGAS, Getúlio. In: FGV-CPDOC: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. [Verbete-biográfico: Getúlio Dornelles Vargas], [S.I.]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/getulio-dornelles-vargas>. Acesso em: 12 dez. 2019.

VEJA pesquisa completa do Ibope sobre os manifestantes. In: **G1**. São Paulo, 24 jun. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>. Acesso em: 19 dez. 2018.

VIEIRA, Alexandre. **Pensamento político na guerra guaraníca: Justificação e resistência ao absolutismo ibérico no século dezoito**. 180 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Departamento de Ciências Sociais, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, SC, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/102712/230079.pdf?sequence=1>. Acesso em 21 abr. 2016.

VINICIUS, Leo. **Antes de junho: Rebeldia, poder e fazer da juventude autonomista**. Florianópolis, SC: Editoria Em Debate/ UFSC, 2014.

_____. Bem além do mito “junho de 2013”. *In: Passa Palavra*. [S.l.], 23 jul. 2018. Disponível em: <https://passapalavra.info/2018/07/121756/>. Acesso em: 14 dez. 2018.

_____. **Guerra da tarifa 2005: uma visão de dentro do movimento Passe-Livre em Floripa**. São Paulo, SP: Faisca, 2006.

VIOLA, Solon Eduardo Annes. **Direitos humanos e democracia no Brasil**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2008.

_____.; PIRES, Thiago Vieira. A memória de um período e a verdade da história. **Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo, v. 48, n. 2, p. 93-102, maio/ago., 2012.

_____.; PIRES, Thiago Vieira. Movimento de Justiça e Direitos Humanos e reorganização da sociedade civil. **Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 329-339, jul./dez. 2013.

_____.; PIRES, Thiago Vieira. Os difíceis ecos dos direitos humanos: participação e cultura entre as gerações. **Revista Debates**. Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 83-102, maio/ago., 2014.

_____.; PIRES, Thiago Vieira. Os múltiplos mapas da cidade. *In: ROCHA, Marcos Antonio Monte. (org.). Direitos Humanos, Sociedade e Política*. Fortaleza, CE: Expressão Gráfica e Editora, 2016, p. 9-27.

_____.; PIRES, Thiago Vieira. Os múltiplos movimentos e a encruzilhada dos Direitos Humanos. *In: DIÓGENES, Elione Maria Nogueira; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. (org.). Educação em direitos humanos : paz, democracia e justiça social*. Marília, SP: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2018, p. 259-281.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Análisis de sistemas-mundo: una introducción**. México: Siglo XXI, 2005.

_____. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2001.

_____. **O sistema mundial moderno**. Vol. I: A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Ed. Afrontamentos, 1974.

WEFFORT, Francisco C. **Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens**. São Paulo, SP: Ática, 2006.

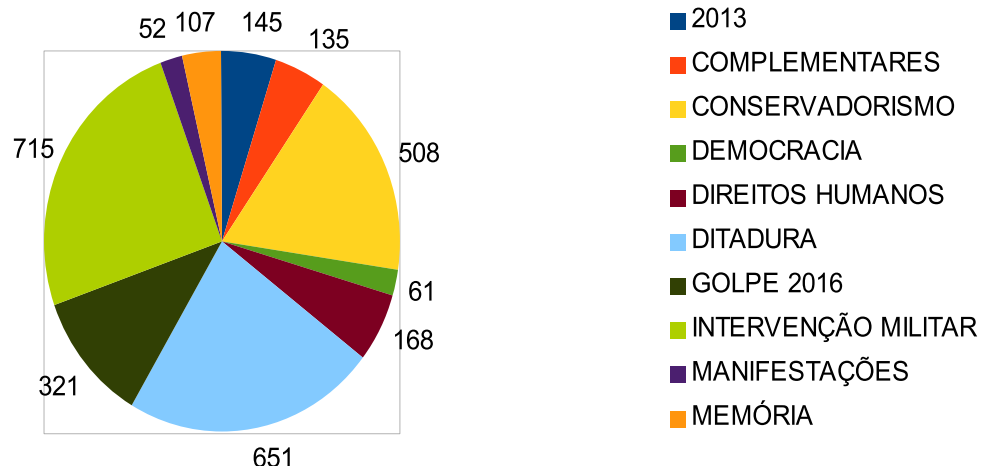
WEISSHEIMER, Marco. “O golpe de 2016 nos ajuda a ver como a construção de 64 e da ditadura foi paulatina”. Entrevista com Caroline Silveira Bauer. **Sul21**, Porto Alegre, 16 out. 2017. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/entrevistas-2/2017/10/o-golpe-de-2016-nos-ajuda-ver-como-construcao-de-64-e-da-ditadura-foi-paulatina/>. Acesso em: 12 fev. 2018.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. *In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. (org.). O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo, SP: Boitempo, 2010. p. 41-76.

15 DE MARÇO: os manifestantes pelo Brasil. **ÉPOCA**, São Paulo, 15 mar. 2015. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/fotos/2015/03/b15-de-marcob-os-manifestantes-pelo-brasil.html>. Acesso em 10 jul. 2016.

APÊNDICE A - BASE DE DADOS EMPÍRICOS

Categorias
Números absolutos



TÍTULO	TEMA MACRO
:: Memória Política e Resistência :: Arquivos DOPS SP	DITADURA
::Informativo PFDC::	INTERVENÇÃO MILITAR
!! Sobre a declaração do presidente Jair... - Anistia Internacional Brasil Facebook	DITADURA
¿Dilma Rousseff participou do bárbaro assassinato do Soldado do Exército Mário Kozel Filho? SIM, RÉU CONFESSA EM ATO FALHO. NÃO DEIXE QUE UM PROFESSOR COMUNISTA ADOTE SEU FILHO	DITADURA
'A esquerda foi singularmente incapaz e burra nessas eleições'. Entrevista com Jessé Souza - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	GOLPE 2016
'A transição da ditadura para a democracia é muito incompleta no nosso país', diz historiador Pedro Campos - Sul 21	DITADURA
'Ainda há tempo para deter a marcha da insensatez', diz FHC em carta aos eleitores - Política - Estadão	CONSERVADORISMO
'As esquerdas perderam votos na periferia quando deixaram de ser esquerdas', diz pesquisador - Sul21	GOLPE 2016
'Até hoje o Exército nega que houve a Guerrilha do Araguaia' - Sul 21	DITADURA
'Aumento da repressão é resultado de uma sociedade que não refletiu sobre arbítrios da ditadura' - Sul21	DITADURA
'Balta é um apelido, como Silvio Santos', diz espião do Exército - Ponte Jornalismo	INTERVENÇÃO MILITAR
'Bolsonaro não é volta dos militares, mas há o risco de politização de quartéis', diz Villas Bôas - 11/11/2018 - Poder - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR

'Bolsonaro não respeita limites institucionais e desconhece imperativos morais', afirma Dilma - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
'Caminhos da Ditadura' mapeia pontos-chave da repressão e da resistência em Porto Alegre - Sul21	DITADURA
'Criminalização não se limita à ação policial. Estado de exceção foi declarado pelo TRF4' - Sul21	INTERVENÇÃO MILITAR
'Curso do golpe': G1 acompanha 1ª aula na Unicamp sobre impeachment de Dilma Campinas e Região G1	GOLPE 2016
'Direitos só existem para que os trabalhadores possam dormir, comer e continuar vendendo força de trabalho' - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
'É impressionante que um país de escravidão tão longa tenha a autoconcepção de que não é violento' - Sul21	DIREITOS HUMANOS
'É regulamentação da barbárie', avalia militar sobre proposta de Bolsonaro - Ponte Jornalismo	INTERVENÇÃO MILITAR
'É uma descrença total na democracia representativa', diz Rosana Pinheiro-Machado sobre greve dos caminhoneiros - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
'Eles não estavam lá à toa: alguém determinou', diz Adilson Paes sobre invasão de policiais à audiência na Unifesp - Sul21	INTERVENÇÃO MILITAR
'Espião do Exército' William Botelho, o Balta, entra na mira do MPF - Ponte Jornalismo	INTERVENÇÃO MILITAR
'Esquerdês': a língua da esquerda Ancelmo - O Globo	GOLPE 2016
'Está explodindo uma bomba-relógio que ninguém quis ver' — CartaCapital	CONSERVADORISMO
'Falta ao Presidente o decoro, a ética, a dignidade e o idealismo daqueles homens e mulheres que lutaram por este país' - GGN	CONSERVADORISMO
'FBI e CIA vêm aqui dar curso e dizer como tem que ser', diz Gleisi Hoffmann - Sul 21	DITADURA
'Fichamento de moradores de favelas parece prática da ditadura militar', diz defensoria - Brasil - Estadão	INTERVENÇÃO MILITAR
'Fotografei detenção de mãe com bebê e fui obrigado a entregar meu celular à PM e ir para delegacia' - BBC News Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
'Free Fare' group sparked Brazil protests, unsure what's next - Reuters	2013
'Gambiarra da gambiarra': entenda a PL que regulamenta eleições indiretas - Sul 21	GOLPE 2016
'Governo Temer é profundamente antinacional. É pior que 64', diz Wanderley Guilherme - Sul 21	GOLPE 2016
'Ilustríssima Conversa' debate o papel do STF durante a ditadura; ouça - 19/03/2018 - Ilustríssima - Folha	DITADURA
'Intenção de acabar com os ativismos já está em curso no Brasil' - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
'Intervenção não pode se resumir a envio de capitão do mato à senzala do século 21', diz ex-chefe da Polícia Civil - BBC Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
'Junho de 2013 é um mês que não terminou', diz socióloga - BBC News Brasil	2013
'Militares precisam ter garantia para agir sem o risco de surgir uma nova Comissão da Verdade', diz comandante do Exército Cristiana Lôbo G1	INTERVENÇÃO MILITAR
'Missão 115' fala sobre atentado no Riocentro e mostra que anistia como 'autoperdão' traz sérias consequências http://www.jb.com.br - Cultura	DITADURA

'Não aceito resultado diferente da minha eleição', afirma Bolsonaro - 28/09/2018 - Poder - Folha	CONSERVADORISMO
'Não acho que o fascismo vai vir, ele já está aqui', diz Laymert Garcia dos Santos — Rede Brasil Atual	CONSERVADORISMO
'Não há guerra que não seja letal', diz Torquato Jardim ao Correio - Política	INTERVENÇÃO MILITAR
'Não há nada mais desmobilizador hoje do que 2018. Entre nós e 2018 há um abismo' - Sul 21	GOLPE 2016
'Não houve golpe em 1964': Temer volta a dizer que povo quer 'poder central' no Brasil - Sputnik Brasil	DITADURA
'Não vejo nenhum militar pensando em intervenção', diz Etchegoyen - Política - Estadão	INTERVENÇÃO MILITAR
https://economia.estadao.com.br/noticias/geral.ninguem-mais-vai-subir-ou-descer-diz-audio-atribuido-a-empresario-presos-por-locaute,70002332919	INTERVENÇÃO MILITAR
'Ninguém vai conseguir tirar o caminhoneiro, vai correr sangue', diz um líder - 25/05/2018 - Mercado - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
'Nós entramos em qualquer lugar do estado', diz interventor federal no RJ, general Braga Netto Rio de Janeiro G1	INTERVENÇÃO MILITAR
'Nós vamos ver os militares na política brasileira por um bom tempo', diz pesquisador - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
'O bolsonarismo é maior que Bolsonaro': projeto punitivista admite o intolerável e ameaça democracia - Sul 21	CONSERVADORISMO
'O desfinanciamento do SUS e o desmonte da atenção primária trazem de volta doenças evitáveis' - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
'O golpe de 2016 nos ajuda a ver como a construção de 64 e da ditadura foi paulatina' - Sul21	GOLPE 2016
'O Mito de Bolsonaro': assista ao trailer do nosso documentário - VICE	CONSERVADORISMO
'O Ustra é representante do governo que está aí', diz Tenente Vermelho - Sul 21	DITADURA
'Os miseráveis que receberam um auxílio se tornaram lulistas de carteirinha', diz André Singer	DIREITOS HUMANOS
'Os miseráveis que receberam um auxílio se tornaram lulistas de carteirinha', diz André Singer - BBC News Brasil	DIREITOS HUMANOS
'Os miseráveis que receberam um auxílio se tornaram lulistas de carteirinha', diz André Singer - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	DIREITOS HUMANOS
'Página da ditadura está longe de ser virada. Tortura, mortes e desaparecimentos seguem acontecendo' - Sul 21	DITADURA
'País passa por momento pior do que na decretação do AI-5', diz sociólogo - Sul 21	DITADURA
'Pensamento de violência e Estado autoritário continua existindo no Brasil', diz ex-presos político - Sul21	2013
'Práticas fascistas são fundamentais para manutenção do modelo capitalista' - Sul21	CONSERVADORISMO
'Professor não pode atuar como militante', diz ministro da AGU sobre pedido para STF liberar polícia nas universidades Blog da Andréia Sadi G1	INTERVENÇÃO MILITAR
'Quando a gente fala de democracia, a periferia nunca teve. Não conheço direitos humanos, ouvi falar' - Sul 21	DEMOCRACIA
'Que a justiça seja feita', diz homem esfaqueado em ataque a judeus em 2005 antes de	CONSERVADORISMO

júri de acusados no RS Rio Grande do Sul G1	
'Quem nunca deu um tapa no bumbum do filho?', diz Bolsonaro sobre Geisel - Política - Estadão	CONSERVADORISMO
'Quem pede intervenção militar não sabe o que foi a ditadura', diz sociólogo - 04/06/2018 - Poder - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
'Se for necessário prender 100 mil, qual o problema?', pergunta Eduardo Bolsonaro - Agência Estado - UOL Notícias	CONSERVADORISMO
'Se não houver uma reação forte da sociedade, cenário tende a se agravar', alerta Procurador - Sul 21	CONSERVADORISMO
'Sempre soube que tinha sido o Geisel', diz irmã de guerrilheiro do Araguaia morto na ditadura Distrito Federal G1	DITADURA
'Sou nazista, sim': o protesto da extrema-direita dos EUA contra negros, imigrantes, gays e judeus - BBC Brasil	COMPLEMENTARES
'Suicídio acontece, pessoal pratica', diz Bolsonaro ao se referir a Herzog - 07/07/2018 - Poder - Folha	CONSERVADORISMO
'Tecnicamente estamos numa ditadura', afirma o ex-presos político Ivan Seixas - Sul 21	DITADURA
'Temos que nos revoltar quando o direito legítimo de contestar é retirado' - Ponte Jornalismo	2013
'Tentar impor nossa vontade é o que menos precisamos', diz comandante da FAB - Política - Estadão	INTERVENÇÃO MILITAR
'The Economist' chama Bolsonaro de 'a mais recente ameaça da América Latina' - Política - Estadão	CONSERVADORISMO
'Tratar como teoria da conspiração é ingenuidade', diz diretor de filme sobre interferência dos EUA no Nordeste - Sul 21	CONSERVADORISMO
'Tudo no Chile é mercadoria, até a água', explica historiador - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
'Uma boa parte dos policiais não se sente sujeito de direitos humanos', diz policial civil de projeto social - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
'Uma Constituição não precisa ser feita por eleitos pelo povo', diz Mourão - Política - Estadão	INTERVENÇÃO MILITAR
'Vivemos um golpe dado pelas mesmas entidades que se valeram de 1964' - Sul21	DITADURA
'Você acredita em Comissão da Verdade?', diz Bolsonaro sobre mortes na ditadura Política G1	DITADURA
'A imprensa precisa ser pautada pelos boatos', afirma Pablo Ortellado, pesquisador que monitora notícias políticas « Sul21	CONSERVADORISMO
'Ainda não conseguimos contar os mortos da ditadura, e seus herdeiros já arrombam a nossa porta' - Sul 21	DITADURA
'As Forças Armadas não são resposta adequada aos problemas de violência interna', diz manifesto - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
'Balta é um apelido, como Silvio Santos', diz espião do Exército que se infiltrou em manifestação 'Fora, Temer' - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
'Bolsonaro está levando país ao pior desastre de sua história', diz James Green - Sul 21	CONSERVADORISMO
'Brasil é o caso mais bem sucedido de uma política de não-memória', afirma a mulher	DITADURA

que sobreviveu à Operação Condor « Sul21	
‘Democracia se constrói quando todas as instituições respeitam as regras do jogo’, dizem procuradores do MPF - Sul 21	DEMOCRACIA
‘Desigualdade social é opção política e ideológica’, afirma o economista Thomas Piketty - Sul21	DIREITOS HUMANOS
‘Governo Temer é profundamente antinacional. É pior que 64’, diz Wanderley Guilherme « Sul21	GOLPE 2016
‘Juntaram pessoas que não se conheciam e chamaram de associação criminosa’, diz um dos 23 condenados por protestos	2013
‘Legitimidade de novo governo pode até ser questionada’, diz general Villas Bôas - Política - Estadão	INTERVENÇÃO MILITAR
‘Moro exigiu que a gente cumprisse logo o mandado’ - Política - Estadão	INTERVENÇÃO MILITAR
‘Na ditadura tudo era melhor’. Entenda a maior fake news da história do Brasil.	DITADURA
‘Não sei por que sou antidemocrático’, diz general Mourão - Política - Estadão	INTERVENÇÃO MILITAR
‘O crime organizado não está na favela, está no Estado brasileiro’, diz Hélio Luz, ex-deputado e ex-chefe de Polícia no Rio - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
‘O mercado quer um candidato de direita, não de centro’, diz Flávio Rocha	CONSERVADORISMO
‘O que caracteriza o golpe é a ruptura nas normas republicanas’, diz diretor de filme sobre impeachment - Sul 21	GOLPE 2016
‘Pau no lombo de vocês’, diz dono da Havan em vídeo de ameaça a manifestantes - Sul21	CONSERVADORISMO
‘Quem quiser falar de Jurisprudência nesse país, é com saudosismo’, diz ex-ministro Paulo Vannuchi - Sul 21	GOLPE 2016
‘Tem as características de um herói brasileiro’, diz autor sobre personagem de ‘Caso das Mãos Amarradas’ « Sul21	DITADURA
‘Último prego no caixão de Geisel’, diz coordenador da Comissão da Verdade sobre memorando da CIA - BBC Brasil	DITADURA
‘Vocês estão vivendo um novo tipo de ditadura’, diz sociólogo Manuel Castells - Jornal O Globo	DITADURA
"Apoio a ação violenta reforça tese de que bandido bom é bandido morto"	INTERVENÇÃO MILITAR
"Brasil forjado na ditadura representa Estado de exceção permanente" - Carta Maior	DITADURA
"Brasileiros vitimados no Chile 1973-1976" - fotos, biografias e relatos de 8 mártires - YouTube	DITADURA
"Cheque em branco". Exército REAJUSTA salário de oficiais por meio de PORTARIAS, sem que o CONGRESSO NACIONAL fique sabendo - Revista Sociedade Militar	INTERVENÇÃO MILITAR
"Daria golpe no mesmo dia", disse Bolsonaro sobre o que faria ao chegar ao poder GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
"Ditadura selou aliança entre latifúndio e burguesia industrial", afirma professora - Carta Maior	DITADURA
"Driblando a democracia": o método de trabalho do assessor de Trump e Bolsonaro GGN	CONSERVADORISMO
"É um recado para todos que lutam", diz advogado de jovens condenados por protestos - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	2013

"Ele soa como nós"...kkk (OLOKO Cartoons) - Sul 21	CONSERVADORISMO
"Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria", afirma Bolsonaro GaúchaZH	CONSERVADORISMO
"Eu decidi sobre um fato novo, que era a condição dele de pré-candidato", afirma Favreto em exclusiva à Guaíba - Radio Guaíba	GOLPE 2016
"Eventuais erros e acertos do nosso governo não podem ser debitados da conta das Forças Armadas", diz Mourão GaúchaZH	INTERVENÇÃO MILITAR
"Foi uma execução. E nada justifica," afirma Etchegoyen sobre Marielle - Política	INTERVENÇÃO MILITAR
"Há uma política para que as universidades parem de crescer. É um ataque à ciência brasileira" - Sul21	CONSERVADORISMO
"Luta contra corrupção" e "democracia" foram usados pela ditadura para Atos Institucionais GGN	DITADURA
"Megaoperações policiais são desperdício de dinheiro público", diz especialista - Sul21	INTERVENÇÃO MILITAR
"Não acho que eles possam ser incluídos na Previdência comum", diz general Heleno sobre aposentadoria dos militares GaúchaZH	INTERVENÇÃO MILITAR
"Não é uma suástica", diz delegado sobre corte em corpo de jovem GaúchaZH	CONSERVADORISMO
"Não existe a menor chance de usar o ministério para perseguição política", diz Moro GaúchaZH	INTERVENÇÃO MILITAR
"Não sei por que sou antidemocrático", diz Mourão GaúchaZH	INTERVENÇÃO MILITAR
"Nem tudo o que a CIA diz é verdade", diz Temer sobre assassinatos autorizados por Geisel GaúchaZH	GOLPE 2016
"Nós só vamos parar quando o Temer cair": uma tarde com os caminhoneiros - Rosana Pinheiro-Machado	INTERVENÇÃO MILITAR
"O apoio que Bolsonaro acredita ter só existe na cabeça dele", diz Humberto Dantas - GGN	CONSERVADORISMO
"O Brasil precisa se unir para sair do buraco", diz Heleno Valor Econômico	INTERVENÇÃO MILITAR
"O senhor cultivava teorias de conspiração e ódio", disse Bebianno a Bolsonaro; leia íntegra da carta	CONSERVADORISMO
"Suicídio acontece, pessoal pratica suicídio", diz Bolsonaro sobre Herzog GGN	CONSERVADORISMO
"Suicídio acontece, pessoal pratica", diz Bolsonaro ao comentar morte de Vladimir Herzog - Diário Catarinense	CONSERVADORISMO
"Suicídio acontece, pessoal pratica", diz Bolsonaro ao comentar morte de Vladimir Herzog GaúchaZH	CONSERVADORISMO
"Traidor da Constituição é traidor da Pátria. Temos ódio e nojo à ditadura", dizia Ulysses há 31 anos - GGN	DITADURA
"Viúvas da ditadura" são o mico político do ano, segundo blogueiros do UOL - Notícias - Política	DITADURA
https://jornalggm.com.br/midia/zapgate-e-o-ultimo-ato-da-guerra-hibrida/	CONSERVADORISMO
"ZapGate" é o último ato da guerra híbrida, por Wilson Ferreira GGN	CONSERVADORISMO
"A barbárie já está em curso. Precisamos ter uma percepção mais dramática do presente" - Sul21	CONSERVADORISMO
"Agora a sociedade está vendo o valor do caminhoneiro", dizem manifestantes no Rio	INTERVENÇÃO MILITAR
"Agora a sociedade está vendo o valor do caminhoneiro", dizem manifestantes no Rio	INTERVENÇÃO MILITAR

- BBC Brasil	
“As esquerdas perderam votos na periferia quando deixaram de ser esquerdas”, diz pesquisador Pública	GOLPE 2016
“Bolsa dignidade”? A nova maldade de Temer (por Paola Loureiro Carvalho) - Sul 21	GOLPE 2016
“Chefe de Estado não pode manter sob sigilo informações sobre paradeiro de desaparecido político”, aponta PFDC - GGN	DITADURA
“Eles não estavam lá à toa: alguém determinou”, diz Adilson Paes sobre invasão de policiais à audiência na Unifesp Pública	INTERVENÇÃO MILITAR
“Estamos vivendo o capítulo brasileiro da falência global da democracia liberal”. Entrevista especial com Luis Felipe Miguel - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	DEMOCRACIA
“Eu queria que os soldados do Exército fossem a júri popular” - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
“Forte crise de representatividade explica persistência da greve”, diz especialista - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
“Governo brasileiro não se envergonha do seu autoritarismo”, diz historiador - GGN	CONSERVADORISMO
“Governo brasileiro não se envergonha do seu autoritarismo”, diz historiador - RFI Convida	CONSERVADORISMO
“Há cegueira da esquerda para entender a nova classe trabalhadora” Brasil EL PAÍS Brasil	GOLPE 2016
“Haddad está no segundo turno, Bolsonaro ainda não”, diz estatístico de campanhas Brasil EL PAÍS Brasil	CONSERVADORISMO
“Infiltrado do Tinder” que espionava manifestantes é capitão do Exército Ponte Jornalismo	INTERVENÇÃO MILITAR
“Jesus é a favor do militarismo”: três dias em um grupo intervencionista no WhatsApp	INTERVENÇÃO MILITAR
“Judiciário, Executivo, Legislativo e MP estão articulados para aprofundar processo golpista” - Sul 21	GOLPE 2016
“La Memoria Histórica no es un deber: es un derecho civil”	MEMÓRIA
“Las luchas por la memoria en América Latina” – Resonancias	MEMÓRIA
“Maior erro do PT foi seguir estratégia lulista de conciliação permanente” - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	GOLPE 2016
“Nada mudou”: intervenção no Rio faz quatro meses com plano, pouco dinheiro e resultados fracos Brasil EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
“Não há respaldo nas Forças Armadas para intervenção militar” GaúchaZH	INTERVENÇÃO MILITAR
“Não tem críticas ao governo, só ao presidente”, diz general Paulo Chagas - Agência Pública	INTERVENÇÃO MILITAR
“O golpe não terminou. A segunda etapa pode ser muito mais radicalizada e repressora” - Sul 21	GOLPE 2016
“O lulismo é a baliza desta eleição”. Entrevista especial com Bruno Lima Rocha - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	GOLPE 2016
“O ódio deitou no meu divã” Brasil EL PAÍS Brasil	CONSERVADORISMO
“O que aconteceu em junho de 2013 no Brasil ainda não acabou” Brasil EL PAÍS Brasil	2013
“O que estamos vendo no Brasil é uma espécie de pinochetismo”, diz Silvio de Almeida GGN	DITADURA

“O tráfico não opera da forma como Marielle foi executada”, diz delegado - brasil - RFI	INTERVENÇÃO MILITAR
“Os Estados Unidos querem bases em Ushuaia e na Tríplice Fronteira”	INTERVENÇÃO MILITAR
“Ou nos atualizamos, ou desaparecemos” (por Marcelo Branco) - Sul 21	2013
“Pelotão de caminhoneiros” se entrega em batalhão do Exército - YouTube	INTERVENÇÃO MILITAR
“Quando você não acerta suas contas com a história, a história te assombra” – Agência Pública	CONSERVADORISMO
“Quando você não acerta suas contas com a história, a história te assombra”. Entrevista com Vladimir Safatle - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	CONSERVADORISMO
“Que Brasil que você quer para o futuro”: povo dá a resposta (por Maister F. da Silva) - Sul 21	COMPLEMENTARES
“Queremos neutralizar isso aí”: generais de Bolsonaro agem para calar Igreja Católica - Sul 21	CONSERVADORISMO
“Suicídio acontece”, diz Bolsonaro sobre o assassinato de Herzog. Vídeo Revista Fórum	CONSERVADORISMO
“Toffoli imagina amaciar a extrema direita com acenos conciliadores”, diz historiador citado por ministro Brasil EL PAÍS Brasil	CONSERVADORISMO
“Verdadeiramente assustador”: Ex-Comandante da PMERJ critica visão de general sobre ocupação militar no Rio	INTERVENÇÃO MILITAR
(17) Estudantes da Unisinos Pela Democracia	DEMOCRACIA
(2013) Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013 Breno Bringel - Academia.edu	2013
(2013) Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013 Breno Bringel - Academia.edu (1)	2013
(28) Monitor do debate político no meio digital - Página inicial	MANIFESTAÇÕES
(Livro) Tempos Conservadores - Estudos Críticos Sobre as Direitas (3)	CONSERVADORISMO
(Re)militarizada, Abin busca se fortalecer disseminando o medo do terrorismo nas Olimpíadas	INTERVENÇÃO MILITAR
[ver comentários] Xadrez para entender as teorias conspiratórias, comentário de LeoV - GGN	2013
#15M: A insurreição estudantil e o país sem respostas às questões contemporâneas. Algumas análises - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	MANIFESTAÇÕES
#NAOVAITERCOPA O Ingovernável	MANIFESTAÇÕES
#NiUnaMenos: Quando O Mundo Anda Com Os Pés Das Mulheres Brasil de Fato	MANIFESTAÇÕES
01 de abril de 2013 - Catarse	2013
0102-6909-rbsoc-33-98-e339707.pdf	2013
044cadernosihu.pdf	COMPLEMENTARES
1% da população recebe 36 vezes mais que a metade com renda mais baixa - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
13 - Seminário: Direito à Verdade - 2014 - Ilhabela-SP - YouTube	DITADURA
13 coisas que deveríamos aprender com a greve dos caminhoneiros (por Antonio Lassance) - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
13 de dezembro de 2016 – O começo do fim do mundo Jornalistas Livres	GOLPE 2016
13 de maio: Os relatos de 4 tentativas de insurreição antes da abolição da escravidão no RS - Sul 21	DIREITOS HUMANOS

13/03/2017 - ATO PEDINDO INTERVENÇÃO MILITAR-SP - Images Código 19	INTERVENÇÃO MILITAR
15 DE MARÇO - A Maior Manifestação da História do Brasil - YouTube	MANIFESTAÇÕES
15 de março: os manifestantes pelo Brasil - ÉPOCA Tempo	MANIFESTAÇÕES
15 de março: os protestos pelo Brasil - ÉPOCA Tempo	INTERVENÇÃO MILITAR
15 frases dos protestos pró e anti-Dilma - BBC Brasil	GOLPE 2016
19-de-março-simpósio-USP-onda-autoritária.jpg (1181×3184)	DITADURA
1964, o ano que não termina, por Marcio Sotelo Felipe - GGN	DITADURA
1968 Estudantes x Polícia - YouTube	DITADURA
1968 O Ano que Nao Terminou Zuenir Ventura.epub - Falcao mineiro - minhateca.com.br	DITADURA
1968 O Ano que Não Terminou Zuenir Ventura.pdf - Ebooks - lucaslitrento - minhateca.com.br	DITADURA
1968, A SEXTA-FEIRA SANGRENTA – por manóel de andrade PALAVRAS, TODAS PALAVRAS	DITADURA
19º Congresso Brasileiro de Sociologia - MR30 - Família, origem social e estratégias de reprodução das classes dominantes no Brasil	DIREITOS HUMANOS
1o CINEDEBATE: “Morar na ‘Casa do Povo’” on Vimeo	2013
2 em cada 3 brasileiros apoiariam intervenção na Segurança do Estado - Brasil - Estadão	INTERVENÇÃO MILITAR
20 centavos de Pablo Ortellado et al - Bruno Cava.pdf	2013
20 de junho: a Revolta dos Coxinhas Passa Palavra	2013
2013 (1968), 2018- é preciso tentar dizer - Sul 21	2013
2013-2016: polarização e protestos no Brasil openDemocracy	2013
2013-2020: O Fim do Ciclo da AntiPolítica, por Arnobio Rocha - GGN	2013
2013, 2014, 2015 ou 2016: você sabe quando esses protestos aconteceram? - Fotos - UOL Notícias	MANIFESTAÇÕES
https://jornalggm.com.br/artigos/2013-as-selfies-revolucionarias-horizontais-e-apoliticas/	2013
2013: o ano em que o País tirou o Diabo para dançar na Primavera que jamais chegou ~ Cinema Secreto: Cinegnose	2013
https://jornalggm.com.br/crise/2018-anno-domini-da-revolucao-brasileira/	GOLPE 2016
40 anos da Anistia: o Brasil ainda paga por ter anistiado os crimes da ditadura - Memória Sindical	DITADURA
40 anos da Anistia: o Brasil ainda paga por ter anistiado os crimes da ditadura, por Carolina Maria Ruy - GGN	DITADURA
40 anos da Lei da Anistia e a luta pela memória e reparação - GGN	DITADURA
40 anos depois, assistimos à saudação coletiva da violência, diz uruguaia sequestrada no RS durante ditadura - Sul 21	DITADURA
43% declaram apoio a intervenção militar temporária no Brasil EXAME	INTERVENÇÃO MILITAR
5 anos depois, o que aconteceu com as reivindicações dos protestos que pararam o Brasil em junho de 2013? - BBC News Brasil	2013
50 anos depois, teríamos em 2018 a reedição de um “ano que não terminou”? (por Glauber Gularte Lima) - Sul21	DITADURA
50 anos do AI-5: "68 possui uma atualidade para além de seu cinquentenário" - Sul 21	DITADURA

50 anos do AI-5: Os números por trás do 'milagre econômico' da ditadura no Brasil - BBC News Brasil	DITADURA
50 anos do golpe de 1964 - marxismo21	DITADURA
50 anos do Golpe de 1964: Colapso do Populismo? Comunicação Social	DITADURA
50 anos do Golpe: Ciclo em São Paulo debate ditadura militar no Brasil - Carta Maior	DITADURA
50% da população já vive expectativa de nova ditadura, mostra pesquisa Datafolha GGN	DITADURA
50% dos eleitores afirmam que há 'alguma chance' de haver nova ditadura no Brasil, diz Datafolha Eleição em Números Eleições 2018 G1	DITADURA
54 anos do golpe civil-militar de 1964 - Google Drive	DITADURA
67,6% dos brasileiros apoiariam uma intervenção em suas cidades	INTERVENÇÃO MILITAR
76390_inv_m_O_Carisma_do_Comandante_aprovacao.pdf	INTERVENÇÃO MILITAR
8 filmes para entender a ditadura militar no Chile, por Bárbara Vida - GGN	DITADURA
89 morreram ou desapareceram após reunião relatada pela CIA em que Geisel autoriza mortes; veja lista Política G1	DITADURA
A 'brincadeira' de Cairolí: 'vamos fechar a Assembleia, se organiza tudo e abre de novo' - Sul 21	CONSERVADORISMO
A 'intervenção' do general Mourão. E as consequências da declaração - Nexo Jornal	INTERVENÇÃO MILITAR
A ação articulada pelos Bolsonaro para implodir a quarentena - GGN	CONSERVADORISMO
A admissibilidade do impeachment e a continuidade da crise política. Entrevista especial com Rudá Ricci	GOLPE 2016
A ameaça em gestação é algo mais profundo que a tradicional troca de guarda (por Roberto Amaral) « Sul21	2013
A apuração da verdade: grande medo das instituições militares Revista IHU Online #358	DITADURA
A ascensão do fascismo, por Jessé Souza GGN	CONSERVADORISMO
A atualidade de Hannah Arendt - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	COMPLEMENTARES
A aula do golpe de 2016, em forma de vídeo-aula GGN	GOLPE 2016
A baderna militar e o conflito ainda controlado dentro da direita, por Bruno Lima Rocha - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
A bênção de Edir Macedo para Jair Bolsonaro na TV	CONSERVADORISMO
A brutalidade democrática contra movimentos autônomos	2013
A caserna e sua ameaça concreta - Repórter Popular	INTERVENÇÃO MILITAR
A caserna e sua ameaça concreta - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
A caserna voltou à cena política nacional: o que fazer? (por Erick Kayser da Silva) - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
A censura é derrotada no ato #MoroMente, por Luis Nassif - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
A Chacina da Lapa: As balas da ditadura contra a direção do PCdoB, por Renato Rabelo - GGN	DITADURA
A Cia, Geisel e o golpe Brasil 247	DITADURA
A Comissão da Verdade e as viúvas da ditadura	DITADURA
A comunicação da esquerda e da direita, em tempos de guerra semiótica GGN	GOLPE 2016
A Constituição prevê a possibilidade de uma intervenção militar? - BBC News Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
A construção permanente dos sentidos dos Direitos Humanos. Entrevista especial com	DIREITOS HUMANOS

Fernanda Bragato - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	
A corrupção (também) veste farda - ÉPOCA Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
A corrupção de farda: militares desviam dinheiro público como civis - ÉPOCA Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
A CPI das Universidades Públicas e a criminalização do ensino superior, por Luís Felipe Miguel - GGN	CONSERVADORISMO
A crise brasileira e a depressão da inteligência (por Flávio Aguiar) - Sul21	DIREITOS HUMANOS
A crise com militares no governo do pandemônio, por Bruno Lima Rocha - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
A crise de civilização capitalista (por Eduardo Mancuso) - Sul21	DIREITOS HUMANOS
A crise e o discurso de urgência com o sinal invertido. Entrevista especial com Rodrigo Nunes - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	GOLPE 2016
A crise política e suas mediações – Medium	GOLPE 2016
A cruzada moral do bolsonarismo trava uma batalha perdida	CONSERVADORISMO
A cruzada moral do bolsonarismo trava uma batalha perdida	CONSERVADORISMO
A decisão histórica da CIDH condenando a União pela morte de Herzog, por Luis Nassif GGN	DITADURA
A democracia brasileira está morta, por Fernando Horta - GGN	DEMOCRACIA
A democracia brasileira precisa tratar com seriedade as Forças Armadas Opinião EL PAÍS Brasil	DEMOCRACIA
A democracia brasileira precisa tratar com seriedade as Forças Armadas Opinião EL PAÍS Brasil	DEMOCRACIA
A democracia em suspenso, 50 anos do AI-5 - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	DITADURA
A democracia sob censura: Golpe de Estado, nova era de dominação burguesa e horizontes da esquerda no Brasil – Blog da Boitempo	GOLPE 2016
A diferença brasileira. Artigo de Giuseppe Cocco e Bruno Cava - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	2013
A direita abraça a rede Pública	CONSERVADORISMO
A ditadura de Pinochet não fez do Chile um “paraíso neoliberal”	DITADURA
A ditadura e seus psicopatas de ontem e de hoje - Carta Maior	DITADURA
A Ditadura esquecida – Beta Redação – Medium	DITADURA
A ditadura julgada às vésperas das eleições – Agência Pública	DITADURA
A ditadura militar na ficção contemporânea brasileira: Bruno Leal entrevista Berttoni Licarião - GGN	DITADURA
A ditadura militar na ficção contemporânea brasileira: entrevista com Berttoni Licarião (2019)	DITADURA
A ditadura militar no Brasil em 50 filmes	DITADURA
A ditadura sem fim do Brasil, por Urariano Mota GGN	DITADURA
A Economia Política do fascismo - Le Monde Diplomatique	CONSERVADORISMO
A educação pelas armas. O Instituto Cultural Floresta e nossos passados presentes (por Fernando Nicolazzi) - Sul 21	CONSERVADORISMO
A era do autoritarismo líquido - GGN	CONSERVADORISMO
A erosão do Estado de Direito no Brasil - Le Monde Diplomatique	GOLPE 2016
A esperança e as suas consequências - Carta Maior	GOLPE 2016
A esperança equilibrada: a Lei da Anistia 40 anos depois - GGN	DITADURA

A Esquerda diante da paralisação dos caminhoneiros, por Henrique Medeiros GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
A esquerda dividida por Junho de 2013 e a possibilidade de construir novas conexões. Entrevista especial com Jean Tible - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	2013
A esquerda e a classe média, por Fábio de Oliveira Ribeiro GGN	GOLPE 2016
A esquerda e o dilema da democracia real Opinião EL PAÍS Brasil	GOLPE 2016
A esquerda e o governo (2), por José Luís Fiori - GGN	GOLPE 2016
A esquerda precisa ter coragem para voltar a propor mudanças radicais - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	GOLPE 2016
A esquerda que não sabe quem é Opinião EL PAÍS Brasil	GOLPE 2016
A esquerda, os militares, o imperialismo e o desenvolvimento (por José Luís Fiori) - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
A estratégia zumbi e o fim de um projeto O Ingovernável	GOLPE 2016
A exaustão da Nova República – Le Monde Diplomatique	CONSERVADORISMO
A extrema-direita está em ascensão nos EUA? - BBC Brasil	CONSERVADORISMO
A exumação do presente - Carta Maior	DITADURA
A face horrenda da nova extrema direita: degenerados, blasfemadores e mentirosos contumazes - Sul 21	CONSERVADORISMO
A farsa do atentado a Bolsonaro, por Fernando Horta GGN	CONSERVADORISMO
A foto, a história da foto e uma dúvida: quem é esse estudante?, por Rogério Marques - GGN	DITADURA
A Gente Somos Inútil, por Armando Coelho Neto GGN	CONSERVADORISMO
A greve dos caminhoneiros como catarse da insatisfação social? Opinião EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
A greve dos caminhoneiros. Entre o Locaute patronal e a insurgência da base 	INTERVENÇÃO MILITAR
A guerra de Bolsonaro contra a verdade, por Petra Costa - GGN	CONSERVADORISMO
A guerrilha maldita - Eder Content	DITADURA
A histeria da nova extrema direita brasileira e os perigos à vista - Sul21	CONSERVADORISMO
A história (re)contada por uma imagem (por Marcos Antonio Corbari) - Sul 21	CONSERVADORISMO
A história de uma greve	INTERVENÇÃO MILITAR
A história do Coronel assassinado três dias depois do golpe de 1964 - Sul 21	DITADURA
https://jornalgggn.com.br/historia/a-historia-mostra-a-historia-ja-viu/	CONSERVADORISMO
A hora escura do Supremo	CONSERVADORISMO
A impunidade das armas, o sangue de Marielle e a Suprema Corte — Rede Brasil Atual	INTERVENÇÃO MILITAR
A incrível fábula do indignado seletivo – ou o conto da nossa hipocrisia diária (por Thiago Köche) « Sul21	COMPLEMENTARES
A Inteligência da Força-Tarefa que já conhecemos, por Rodrigo Lentz GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
A interdição de Lula e a última ilusão, por Aldo Fornazieri GGN	GOLPE 2016
A interpretação dos fatos, os livros e a repressão política (por Franklin Cunha) - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
A intervenção civil-militar e o cerco à democracia - Le Monde Diplomatique	INTERVENÇÃO MILITAR
A intervenção militar no Rio: dos juizes aos generais – Blog da Boitempo	INTERVENÇÃO MILITAR
A intervenção no Rio de Janeiro e o avanço do fascismo no Brasil – Blog da Boitempo	INTERVENÇÃO MILITAR

A irresponsabilidade de análises abstratas e tentações autoritárias nos extremos do espectro político - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	CONSERVADORISMO
A Lava Jato como purgação e maldição Opinião EL PAÍS Brasil	GOLPE 2016
A Lava Jato e a noite das facas longas, por Luis Nassif - GGN	GOLPE 2016
A Lei da Anistia e o palpite infeliz de Jobim - Sul 21	DITADURA
A língua das ruas: o impacto dos protestos de 2013 a 2016 nas eleições e na política brasileira - Aliás - Estadão	2013
A literatura como arquivo da ditadura brasileira, por Rogério Mattos - GGN	DITADURA
A longa ditadura brasileira, por Eduardo Rivas e Rodrigo Medeiros - GGN	DITADURA
A luta dos caminhoneiros e as questões incômodas	INTERVENÇÃO MILITAR
A luta política de cara nova	2013
A maioria dos militares não tem a menor ideia do que seja comunismo”, afirma PM - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
A mais recente ameaça da América Latina - Política - Estadão	COMPLEMENTARES
A marca da maldade	INTERVENÇÃO MILITAR
A marcha da exceção (por Ricardo Zamora) - Sul 21	CONSERVADORISMO
A Marcha da Família com Deus pela Liberdade – 50 anos do golpe	DITADURA
A Marcha das Famílias com Deus pela Liberdade, que CLAMOU pelos Militares do Brasil - YouTube	DITADURA
A memória artística da ditadura - Le Monde Diplomatique	DITADURA
A memória positiva da ditadura e seus porquês O POVO Online	DITADURA
A memória, a História e o esquecimento, por Fernando Horta GGN	DITADURA
A modernização conservadora brasileira GGN	CONSERVADORISMO
https://jornalggn.com.br/eleicoes/a-nacao-inconclusa-incapaz-de-superar-a-barbarie/	CONSERVADORISMO
A naturalização da mentira e as eleições ilegítimas, por Aldo Fornazieri GGN	CONSERVADORISMO
A necessária diferença entre “virtual eleitor” e “defensor” do candidato fascista - Le Monde Diplomatique	CONSERVADORISMO
A negação de Junho, quatro anos depois - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	2013
A negação de Junho, quatro anos depois - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	2013
A normalização do caos e a estranha sensação de volta aos anos 1980	DITADURA
A normalização do golpe - Le Monde Diplomatique	INTERVENÇÃO MILITAR
A nossa bandeira sempre foi vermelhinha - 14/05/2018 - Gregorio Duvivier - Folha	CONSERVADORISMO
A nova direita conservadora não despreza o conhecimento — CartaCapital	CONSERVADORISMO
A Nova Guerra Fria e a Venezuela (por Boaventura de Sousa Santos) - Sul 21	COMPLEMENTARES
A nova república acabou, a esquerda ainda não ressurgiu e o fascismo insiste em ressuscitar - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	GOLPE 2016
A nova república acabou, a esquerda ainda não ressurgiu e o fascismo insiste em ressuscitar - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	GOLPE 2016
A Nova República acabou, diz filósofo Vladimir Safatle - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	CONSERVADORISMO
A Nova República acabou, diz filósofo Vladimir Safatle - Notícias - Política	CONSERVADORISMO
A Nova República acabou, por Vladimir Safatle GGN	CONSERVADORISMO
A nova roupa da direita Pública	CONSERVADORISMO

A ocupação de escolas é o filho mais legítimo de Junho de 2013. Entrevista especial com Pablo Ortellado	2013
A onda conservadora Literatura Marxista	CONSERVADORISMO
À ONU, Brasil esconde ditadura e fala em anistiar crimes de desaparecimento - 15/01/2020 - UOL Notícias	DITADURA
https://jornalggn.com.br/artigos/a-origem-de-todos-os-males/	CONSERVADORISMO
A origem e a ascensão das milícias Superinteressante	CONSERVADORISMO
A ousadia de um torturador, por Francisco Celso Calmon - GGN	DITADURA
A passeata de 1968 foi o fim de um ciclo - Jornal O Globo	DITADURA
A perfeitamente resistível ascensão de Jair e Hamilton - Le Monde Diplomatique	CONSERVADORISMO
A política das ruas - 25/09/2016 - Angela Alonso - Colunistas - Folha de S.Paulo	GOLPE 2016
A política do precariado: Do populismo à hegemonia lulista - Ruy Braga - Google Livros	GOLPE 2016
A política institucional e o círculo vicioso de uma vida sem futuro. Amanhã virou sinônimo de hoje. Entrevista especial com Alex Martins Moraes	DIREITOS HUMANOS
A política institucional e o círculo vicioso de uma vida sem futuro. Amanhã virou sinônimo de hoje. Entrevista especial com Alex Martins Moraes	DIREITOS HUMANOS
A política pediu a conta (por Moysés Pinto Neto) « Sul21	GOLPE 2016
A política sem guerra - 12/02/2017 - Angela Alonso - Colunistas - Folha de S.Paulo	COMPLEMENTARES
A posição ideológica de mil influenciadores no Twitter - Reta ideológica - GPS Ideológico - Folha de S.Paulo	CONSERVADORISMO
A previsão furada de Geisel sobre os militares - 29/02/2020 - Roberto Simon - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
A principal lição do AI-5 está na cara: tudo pode piorar	DITADURA
A produção do caos - 13/04/2018 - Vladimir Safatle - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
A profecia de Hannah Arendt - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	COMPLEMENTARES
A psicanálise e o discurso de Jair Bolsonaro Christian Dunker Falando nisso 187 - YouTube	CONSERVADORISMO
A psicologia de massas do fascismo ontem e hoje: por que as massas caminham sob a direção de seus algozes?, por Mauro Luis Iasi - GGN	CONSERVADORISMO
A questão militar ontem e hoje - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
A rebelião popular na Nicarágua e a esquerda no Brasil (por William H. Gómez) - Sul 21	GOLPE 2016
A Reforma de Córdoba e uma tentativa de "auto-sequestro" da Operação Condor (por Sebastião Pinheiro) - Sul 21	DITADURA
A reforma trabalhista e a banalização da mentira (por Pedro Henrique Koeche Cunha) - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
A rendição de Temer e a não-solução para a greve, por Luis Nassif GGN	GOLPE 2016
A reorganização da direita e a nova política O Ingovernável	CONSERVADORISMO
A represália do novo presidente da Comissão dos Desaparecidos - YouTube	DITADURA
A República dos Assassinos vêm à tona, por Luis Nassif GGN	DITADURA
A resistência dos advogados à ditadura de 1964, por Eny Moreira - GGN	DITADURA
A restauração a partir da memória. Entrevista especial com José Carlos Moreira da Silva Filho - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	DITADURA
A revolta dos oprimidos - 04/11/2018 - Hélio Schwartzman - Folha	DIREITOS HUMANOS

A revolução burguesa no Brasil – Blog da Boitempo	DIREITOS HUMANOS
A revolução burguesa no Brasil Perondi Em Debate	DITADURA
A ruína do Golpe, o juízo da História e o movimento da Elite, por Aldo Fornazieri GGN	GOLPE 2016
A sala de aula, o tribunal e a autonomia universitária (por Mara Cristina de Matos Rodrigues) - Sul 21	CONSERVADORISMO
A síndrome de Mourão – Blog da Boitempo	INTERVENÇÃO MILITAR
A sinistra manipulação da ditadura - Carta Maior	DITADURA
A sociedade contra o Estado e o mercado	CONSERVADORISMO
A sorte do Brasil é que seu grande líder é um gênio pacifista, por Armando Coelho Neto GGN	DIREITOS HUMANOS
A subordinação da esquerda brasileira ao neoliberalismo e o abandono da Teoria da Dependência. Entrevista especial com Carlos Eduardo Martins - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	GOLPE 2016
A teoria da dependência, 20 anos depois de Ruy Mauro Marini - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	CONSERVADORISMO
A Terra é plana e a ditadura não matou ninguém, por Camilo Vannuchi - GGN	DITADURA
A trajetória de implantação do Neoliberalismo	CONSERVADORISMO
A verdade e a impunidade - Carta Maior	DITADURA
A verdade é dura: quem fica em cima do muro consente com as ideias nazifascistas do bolsonarismo	CONSERVADORISMO
A verdade que a mídia não mostra: Revelação do plano de integração SOCIALISTA da América do Sul.	DITADURA
A verdadeira corrupção - 21/09/2018 - Vladimir Safatle - Folha	DITADURA
A volta das vivandeiras dos quartéis, por Luis Nassif GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
A volta dos que não foram Brasil+40	CONSERVADORISMO
A zona cinzenta do Escola sem Partido: Valter Nagelstein e o ensino do Holocausto (por Fernando Nicolazzi) - Sul21	CONSERVADORISMO
Abin e Procuradoria investigam infiltração militar em paralisação	INTERVENÇÃO MILITAR
ABIN na UFMS revela política de vigilância geral do regime golpista - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Abin tem megabanco de dados sobre movimentos sociais	INTERVENÇÃO MILITAR
Abin teria mais poderes de espionagem com nova lei. Então por que seus agentes a rejeitam?	INTERVENÇÃO MILITAR
ABJD se solidariza com Aluizio Palmar e repudia processo movido por torturador contra o jornalista - GGN	DITADURA
Abriu-Se a Porteira Da Absoluta Ingovernabilidade No Brasil, Diz Paulo Arantes Brasil de Fato	DITADURA
Acabou a mamata, taoquei?	CONSERVADORISMO
Ação Popular não se envolveu na luta armada, diz sobrevivente que vai interpelar Bolsonaro - GGN	CONSERVADORISMO
Ação Popular, uma alternativa ao materialismo histórico marxista e ao individualismo liberal-burguês. Entrevista especial com Fábio Pires Gavião - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	DITADURA
Acima dos muros Opinião EL PAÍS Brasil	GOLPE 2016

Acordo das Forças Armadas coloca Braga Neto como "presidente operacional" - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
ACP-MPF-caso das nomeações Comissão de Anistia	DITADURA
Adeus ao centrismo: crise da economia mundial, caos sistêmico e a eleição de Donald Trump – Blog da Boitempo	GOLPE 2016
Adorno, Theodor W. - O Que Significa Elaborar o Passado 1960 Fascismo Totalitarismo	CONSERVADORISMO
Advogado brasileiro e outros 12 são ameaçados de morte por processos da ditadura uruguaia « Sul21	DITADURA
Advogados apontam perseguição, exclusão e 'grampolândia' - Sul21	INTERVENÇÃO MILITAR
Advogados pedem prisão de Moro e de delegado da PF no Paraná - Radio Guaíba	INTERVENÇÃO MILITAR
Agamben: profanar a Democracia Representativa - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	DEMOCRACIA
Agência Pública: Checamos o que o MBL diz sobre regime semiaberto - Sul21	CONSERVADORISMO
Agenda	MEMÓRIA
Agentes do Estado invadem universidades em todo o país às vésperas do 2º turno - Sul 21	CONSERVADORISMO
Agentes Externos Provocaram Uma "Guerra Híbrida" No Brasil, Diz Escritor Brasil de Fato	CONSERVADORISMO
AI-5 - Folha de S.Paulo	DITADURA
AI-5 e a invasão do CRUSP, por Rute Bevilaqua - GGN	DITADURA
Ala militar se vê traída e discute se segue com Bolsonaro - 24/04/2020 - Poder - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Álbuns de Maria Objetiva Flickr	MANIFESTAÇÕES
ALEIXO AQUILES no Twitter: "TOFFOLI MANDOU POLÍCIA SOLTAR BOMBAS NOS MANIFESTANTES https://t.co/lo1Y85gFs via @YouTube JÁ PASSOU DA HORA DOS GENERAIS INVADIR STF, CÂMARA , SENADO E P'RENDER TODO MUNDO NINGUÉM SUPORTA ESTE BRASIL DIRIGIDO POR ESTE BANDO DE ORDENÁRIOS QUE PENSAM QUE SÃO DEUS".	INTERVENÇÃO MILITAR
Alertar é preciso! (2)	GOLPE 2016
Alexandre Garcia entrevista Figueiredo - YouTube	DITADURA
Alguns militares do presente parecem ver o mundo com os olhos do passado (pitacos sobre um artigo de Fernando Gabeira)	INTERVENÇÃO MILITAR
Alguns problemas na interpretação sobre a “onda fascista no Brasil”, por Roberto Bitencourt da Silva GGN	CONSERVADORISMO
ALMEIDA_SORJ_Sociedade_e_politica_no_Brasil_pos64	INTERVENÇÃO MILITAR
Ameaças aterrorizam ativistas que denunciam violência policial em Acari - Ponte Jornalismo - YouTube	INTERVENÇÃO MILITAR
Ameaças do Exército são inadmissíveis, diz Procuradoria dos Direitos do Cidadão GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Ameaças no STF e tiros a ônibus de Lula colocam Brasil em espiral intimidatória Brasil EL PAÍS Brasil	GOLPE 2016
América Latina: a Revolução negada (parte 1), por Arkx - GGN	CONSERVADORISMO
Amostra Livro "Ruas e redes" a forma dos protestosBR	2013
Ampliação da justiça militar e a impunidade - Le Monde Diplomatique	INTERVENÇÃO MILITAR

Análise da política brasileira após a prisão de Lula, por Bruno Lima Rocha GGN	GOLPE 2016
Análise: 'Seis em cada dez brasileiros não querem Bolsonaro como presidente' - Sul 21	CONSERVADORISMO
Anarquismo ultraliberal é só uma moda, dizem pesquisadores - 17/08/2019 - Ilustríssima - Folha	CONSERVADORISMO
Angela Alonso: “O Brasil é um país muito conservador, que não muda fácil, nem rápido e nem sem reação” Brasil EL PAÍS Brasil	CONSERVADORISMO
Anísio Teixeira pode ter sido morto após tortura, em março de 1971, por João Augusto de Lima Rocha GGN	DITADURA
Anistia Internacional aponta que 58 defensores de direitos humanos foram mortos em 2017 no Brasil Mundo G1	DITADURA
Anistia Internacional repudia declaração de Bolsonaro sobre desaparecido na ditadura militar - Sul 21	DITADURA
Anistia Internacional repudia declaração do general Villas Boas: 'grave ameaça à democracia' - Sul 21	DITADURA
Anistia: 40 anos de uma lei esquizofrênica e de interpretação artilosa e medíocre, por Francisco Celso Calmon - GGN	DITADURA
Aniversariante do dia, golpe de 1964 bebeu na fonte de mentalidade militar nascida no século 19 – A História Como Ela Foi	DITADURA
Antes do SUS: Como se (des)organizava a saúde no Brasil sob a ditadura GGN	DITADURA
Antes e depois - Poder - Folha de S.Paulo	GOLPE 2016
Anticomunista, católico, golpista bem sucedido: conheça o cinema do Ipês - Carta Maior	DITADURA
Antropologia e Dessubjetivação. De volta ao ponto de partida 	GOLPE 2016
Antropologia e Dessubjetivação. De volta ao ponto de partida 	GOLPE 2016
Ao contrário de Porto Alegre, Madri muda nomes de ruas em homenagem à ditadura de Franco - Sul 21	DITADURA
Ao registrar protesto, fotógrafa de ZH é atingida por spray de pimenta pela BM Vídeos e Áudios Zero Hora	CONSERVADORISMO
AO VIVO: como está a situação da greve dos caminhoneiros e dos petroleiros no RS GaúchaZH	INTERVENÇÃO MILITAR
Ao Vivo: Direitos Humanos e Minorias - Sequestro de crianças pela ditadura - GGN	DITADURA
Ao Vivo: Jessé Souza e Luis Nassif discutem Subcidadania brasileira - YouTube	DIREITOS HUMANOS
Aos 89 anos, morre o Irmão Antônio Cechin, o profeta dos catadores « Sul21	MEMÓRIA
Apenas um ensaio geral - Sul 21	GOLPE 2016
Apoiadores de Bolsonaro realizaram pelo menos 50 ataques em todo o país – Agência Pública	CONSERVADORISMO
APOIAMOS, CONTRA A SANDICE DA "ESQUERDA" "Caminhoneiros não são confiáveis"; "caminhoneiros são reacionários"; "caminhoneiros são alinhados ao patronato"; "caminhoneiros têm histórico de locaute"; "caminhoneiros foram a favor do golpe!"; algumas d	CONSERVADORISMO
Apoio à democracia na América Latina cai pelo quinto ano consecutivo, de acordo com o Latinobarômetro Internacional EL PAÍS Brasil	DEMOCRACIA
Apoio à paralisação é de 87% dos brasileiros, diz Datafolha - 30/05/2018 - Mercado -	INTERVENÇÃO MILITAR

Folha	
Apoio de Bolsonaro à ditadura militar é aberração e ameaça à democracia, diz Garzón - Sul 21	DITADURA
Apontado como infiltrado por manifestantes é capitão do Exército Brasil EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Após 20 anos de produção, juiz manda despejar famílias de acampamento em Minas Gerais - Sul 21	CONSERVADORISMO
Após 47 anos, médico terá de responder na Justiça por crimes de tortura na ditadura militar - Sul 21	DITADURA
Após 50 anos do AI-5, 'toda a nação está sob ameaça' — Rede Brasil Atual	DITADURA
Após batalha de decisões, presidente do TRF-4 determina que Lula deve continuar preso Rio Grande do Sul G1	GOLPE 2016
Após declaração de Villas Boas, Temer chama núcleo duro do governo no Jaburu Blog da Andréia Sadi G1	GOLPE 2016
Após desmonte da Comissão da Anistia, governo Temer pode interromper projeto Clínicas do Testemunho - Sul21	GOLPE 2016
Após documentos da CIA sobre Geisel, Comissão da Verdade quer rediscutir Lei da Anistia - Sputnik Brasil	DITADURA
Após eleição de Bolsonaro, movimentos realizam atos de resistência: 'não podemos recuar' - Sul 21	CONSERVADORISMO
Após narrar torturas na ditadura, Amelinha é alvo de Fake News e ameaças de eleitores de Bolsonaro GGN	DITADURA
Após rompante, Helene perde espaço no núcleo militar - Jornal O Globo	INTERVENÇÃO MILITAR
Após vitória do Fiquem Sabendo, pagamentos a pensionistas e aposentadoria de inativos são publicados pela primeira vez	CONSERVADORISMO
Apostando no caos (por Benedito Tadeu César) - Sul 21	GOLPE 2016
Apresentação - Intérpretes do Brasil	MEMÓRIA
Apresentação Anuário	INTERVENÇÃO MILITAR
Arquivo de vídeos de violência policial / militar en Chile. Octubre 2019	INTERVENÇÃO MILITAR
Argentina: mirando na cabeça, polícia cega manifestantes com balas de borracha	INTERVENÇÃO MILITAR
Armínio Fraga e o Plano Real da segurança de Jungman, por Luis Nassif GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Arquivo Histórico do RS realizar exposição e seminário para marcar 40 anos da Lei da Anistia - Sul 21	DITADURA
Arquivo N - Documentos da CIA lançam luz sobre ditadura brasileira Assista online no Globosat Play	DITADURA
Arquivo N: documentos da CIA lançam luz sobre ditadura brasileira - GloboNews - Vídeos do programa Arquivo N - Catálogo de Vídeos	DITADURA
Arquivo Público Mineiro Arquivos da Polícia Política	DITADURA
Arquivos da cidade « Curtadoc	DITADURA
Arquivos de dispositivos móveis	INTERVENÇÃO MILITAR
Arquivos Jair Bolsonaro - Revista Cult	CONSERVADORISMO
Arthur do Val - Mamaefalei no Twitter: "Notem as ginásticas mentais: - Quem dizia defender PM, desrespeita policiais - Quem defendia manifestações pacíficas, agride na rua - Quem votou, pedindo AI-5 - Quem se dizia liberal e "colocou o Guedes na	INTERVENÇÃO MILITAR

economia", endossando intervenção militar. NÃO CAIAM NESSA MERDA!" / Twitter	
Artigo a Intervenção Militar E Os Democráticos Tateantes Brasil de Fato	INTERVENÇÃO MILITAR
Artigo Culpar 2013 pelo crescimento do fascismo é raso e simplista - Ponte Jornalismo	2013
Artigo O Retorno Do Terrorismo Como Etiqueta Política Em Cadeia Nacional Brasil de Fato	2013
Artigo a Inteligência Militar No Exército	INTERVENÇÃO MILITAR
ARTIGO19 » ARTIGO 19 lança infográfico para marcar os cinco anos dos protestos de junho de 2013	2013
ARTIGO19 » Condenação de 23 manifestantes é grave para direito à liberdade de expressão	2013
As "direitas liberais", as eleições e o futuro do país (por Benedito Tadeu César) - Sul 21	CONSERVADORISMO
As análises, em livros e filmes, de junho de 2013 - 29/06/2014 - Ilustríssima - Folha de S.Paulo	2013
As arbitrariedades de um país canalha, por Assis Ribeiro - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
As avenidas de inclusão no Brasil e uma disputa política intensa Revista IHU Online #490	CONSERVADORISMO
As cinco táticas da direita brasileira – Brasil em 5	CONSERVADORISMO
As contradições estão aí para todos O Ingovernável	2013
As crenças enganosas nas saídas institucionais, por Arkx - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
As democracias também morrem democraticamente (por Boaventura de Sousa Santos) - Sul 21	DEMOCRACIA
As digitais da Volks nas torturas da ditadura - CUT - Central Única dos Trabalhadores	DITADURA
As digitais da Volks nas torturas da ditadura Marcelo Auler	DITADURA
As filhas e os filhos das vítimas da ditadura militar no Brasil - Carta Maior	DITADURA
As Forças Armadas nunca agiram em bloco nas intervenções militares, por Andre Motta Araujo - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
As Forças Armadas são um ensaio de intervenção no Rio, por Luis Nassif GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
As herdeiras do alto escalão do Judiciário – Agência Pública	DIREITOS HUMANOS
As ideias de Olavo de Carvalho Christian Dunker Falando n'Isso 216 - YouTube	CONSERVADORISMO
As ideias dos militares da campanha de Bolsonaro para governar o Brasil GaúchaZH	INTERVENÇÃO MILITAR
As Jornadas de Porto Alegre em 2013 	2013
As ligações da CIA com a ditadura militar no Brasil, por Matias Spektor GGN	DITADURA
As manifestações renovarão os mecanismos existentes ou criarão novos? Entrevista especial com Rodrigo Nunes - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	MANIFESTAÇÕES
As misteriosas relações entre a Inglaterra e a ditadura militar no Brasil - YouTube	DITADURA
As mulheres de Atenas na repressão - YouTube	DIREITOS HUMANOS
As oligarquias da mundialização financeirizada esgotam a pouca democracia do sistema capitalista - Sul21	DEMOCRACIA
As páginas iniciais da última obra de Chico de Oliveira (1933-2019) - GGN	COMPLEMENTARES
As palavras e a máquina de eco - Sul 21	CONSERVADORISMO

As pensões vitalícias dos acusados de crimes na ditadura - Agência Pública	DITADURA
As pensões vitalícias dos acusados de crimes na ditadura - GGN	DITADURA
As políticas de branqueamento (1888-1920): uma reflexão sobre o racismo estrutural brasileiro - Por dentro da África	DIREITOS HUMANOS
As portas da ditadura - A TERRA É REDONDA	DITADURA
As razões das críticas - Opinião - Estadão	CONSERVADORISMO
As ruas falam, mas a democracia avança pouco openDemocracy	DEMOCRACIA
Assassinato político de Marielle Franco reativa as ruas e desafia intervenção no Rio Brasil EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Assembleia Legislativa de Recife recebe certidão de óbito de Fernando Santa Cruz - GGN	DITADURA
Assessora de Sérgio Moro fala sobre a Lava Jato: "a imprensa 'comprava' tudo"	INTERVENÇÃO MILITAR
Assim surgiu o profascismo contemporâneo - Outras Palavras	CONSERVADORISMO
assim-e-se-lhe-parece-por-pedro-augusto-pinho	GOLPE 2016
Assista agora: TV GGN entrevista José Dirceu GGN	COMPLEMENTARES
Associação de juristas defende democracia, direitos e Lula — Rede Brasil Atual	DEMOCRACIA
Associação propõe suspender voto de quem recebe Bolsa Família	DIREITOS HUMANOS
Ataque a Direitos Humanos é onda internacional e tentativa de manter pacto colonial, dizem ex-ministros - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
Ataques letais mas evitáveis: assassinatos e desaparecimentos forçados daqueles que defendem direitos humanos Anistia Internacional	DITADURA
Até onde vai a 'nova direita'? - Sul21	CONSERVADORISMO
Atentado do Riocentro: relator vota pela configuração de crime contra humanidade - GGN	DITADURA
Atentados de direita fomentaram AI-5 – Agência Pública	DITADURA
Ativista gaúcho de direitos humanos e mais 12 são ameaçados de morte no Uruguai	DIREITOS HUMANOS
Ativistas temem escalada de violações aos direitos humanos no país - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
Atlas: assim atua a rede global da ultra-direita	CONSERVADORISMO
Atlas: assim atua a rede global da ultra-direita - Outras Palavras	CONSERVADORISMO
Ato #ForaTemer (06/09) - Intervenção Militar - YouTube	INTERVENÇÃO MILITAR
Ato chama atenção para desmonte da Justiça de transição no Brasil - GGN	DITADURA
Ato chama atenção para desmonte da Justiça de transição no Brasil Notícias e análises sobre os fatos mais relevantes do Brasil DW 04.09.2019	DITADURA
Ato de mãos contra violência do Estado termina com uma detida em SP - Ponte Jornalismo	INTERVENÇÃO MILITAR
Ato em memória de Stuart Angel, morto pela ditadura, se torna palco de resistência no Rio - Sul 21	DITADURA
Ato Institucional número 5 completa 50 anos - Política - Estadão	DITADURA
Ato no Santander Cultural termina com bombas da Brigada e duas pessoas detidas - Sul21	DIREITOS HUMANOS
Ato no Santander termina com bombas da Brigada Militar - YouTube	DIREITOS HUMANOS
Ato pedindo a volta da ditadura militar reuniu 70 pessoas em BH JORNAL O TEMPO	INTERVENÇÃO MILITAR
Atos de domingo consolidam 'bolsonarismo' como um fenômeno, assim como	GOLPE 2016

lulismo e chavismo Brasil EL PAÍS Brasil	
Atos dos estudantes pela democracia_17.10.2018	DEMOCRACIA
Atos e falas são pontes entre governo de Bolsonaro e a ditadura: entenda - 01/12/2019 - Poder - Folha	DITADURA
Atriz trans que interpreta Jesus: 'os seguranças que contrataram para nos defender queriam me bater'	CONSERVADORISMO
ATUALIZAÇÃO: Em pronunciamento, Bolsonaro evidencia seu show de horrores - GGN	CONSERVADORISMO
Atualizado: As ligações da Bolsonaro com a indústria da morte do Rio de Janeiro, por Marlos Áypus - GGN	CONSERVADORISMO
Audiência Pública - Guerrilha do Araguaia: Crimeia Schmidt - YouTube	DITADURA
ÁUDIO: "A normalização não é instantânea", diz ministro sobre greve dos caminhoneiros GaúchaZH	INTERVENÇÃO MILITAR
ÁUDIO: grupos infiltrados estão por trás de bloqueios nas estradas, diz Marun GaúchaZH	INTERVENÇÃO MILITAR
ÁUDIO: membros de grupo de WhatsApp de caminhoneiros reagem a propostas de Temer GaúchaZH	INTERVENÇÃO MILITAR
Auditores propõem reforma tributária aos candidatos a presidente - Sul 21	COMPLEMENTARES
Autoengano - 28/07/2018 - Pablo Ortellado - Folha	GOLPE 2016
Autora de documentário sobre a Volks quis entender relação do Brasil com o passado — Rede Brasil Atual	DITADURA
Autoritarismo, Democracia e Eleições Opinião EL PAÍS Brasil	DEMOCRACIA
Avanço do Fascismo e do Conservadorismo com Marcia Tiburi - Parte 1 - YouTube	CONSERVADORISMO
Bachelet consegue na última hora que a Justiça investigue 30.000 casos de torturados na ditadura Internacional EL PAÍS Brasil	DITADURA
Bachelet critica aumento da violência policial no Brasil; Bolsonaro ataca ela e o pai, torturado e morto pela ditadura - Sul 21	DITADURA
Balanço das manifestações: assim te contamos minuto a minuto Brasil EL PAÍS Brasil	MANIFESTAÇÕES
Balta Nunes: Espião do Exército fala pela primeira vez e admite que esteve infiltrado em grupo anti-Temer Brasil EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Banco de Textos Em 2013 nossa temática é: cartografando antropologias outras / En 2013 nuestra temática es: cartografiando antropologías otras	2013
Band RS - Mesmo com gritos de "Sem Violência", manifestantes são reprimidos pelo Choque da BM - YouTube	2013
Batalhão da PM denunciado por Marielle é o que mais mata no Rio	INTERVENÇÃO MILITAR
Batallas por la memoria	MEMÓRIA
Batallas por la memoria	MEMÓRIA
Batallas por la memoria	MEMÓRIA
Bebês e crianças sequestrados durante a ditadura: uma história para não esquecer - GGN	DITADURA
Belluzzo: 'neoliberalismo está moribundo, mas não sabemos para onde vamos' - Sul 21	COMPLEMENTARES
Bem além do mito "Junho de 2013" Passa Palavra	2013

Bem além do mito "Junho de 2013" Passa Palavra	2013
Bial entrevista General Augusto Heleno - Entrevista completa - YouTube	INTERVENÇÃO MILITAR
Bibliografia sobre a ditadura brasileira - Google Drive	DITADURA
BibliotBNM - LIVRO - Dos Filhos deste solo	DITADURA
BibliotBNM - LIVRO_Dos filhos deste solo	DITADURA
Bilionários do mundo têm mais riqueza do que 4,6 bilhões de pessoas, diz relatório	DIREITOS HUMANOS
Biometria nas eleições: qual pode ser o impacto da decisão do STF de manter 3,3 milhões de títulos cancelados? - BBC News Brasil	COMPLEMENTARES
Bloco em SP quer celebrar único militar reconhecido pela Justiça como torturador - Sul21	DITADURA
Blog do Roberto Moraes: O Partido Militar no (des)governo Bolsonaro: leituras sobre coesões e desconcertos feitas pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) da Unesp	INTERVENÇÃO MILITAR
Blog Junho Ideias na Rua	COMPLEMENTARES
BLOG sobre DITADURA - O palco e o mundo	DITADURA
BM promete usar força caso manifestantes voltem a bloquear saída de caminhões na Refap GaúchaZH	DIREITOS HUMANOS
BNM - LIVRO - Estado e oposição no Brasil (64-84)	DITADURA
Bob Fernandes: Decifrando Etchegoyen para entender a intervenção militar e o golpe - Revista Fórum	INTERVENÇÃO MILITAR
Bolívia: filtran audios de líderes opositores llamando a un golpe de estado contra Evo Morales El Periódicoocr.com	CONSERVADORISMO
Bolsonaristas querem 'bois de terno e gravata' no lugar do Congresso, diz líder do MBL - Jornal O Globo	CONSERVADORISMO
Bolsonaro afirma que tentará 'aparar' universidades e critica centros acadêmicos - Jornal O Globo	CONSERVADORISMO
Bolsonaro ameaça quem discordar com prisão ou exílio: 'serão banidos' - Sul 21	CONSERVADORISMO
Bolsonaro amplia presença de militares em 30 órgãos federais - 14/10/2019 - Poder - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Bolsonaro anuncia assessor de Toffoli para Ministério da Defesa - 13/11/2018 - Poder - Folha	CONSERVADORISMO
Bolsonaro anuncia general Fernando Azevedo e Silva para a Defesa - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Bolsonaro anuncia general Fernando Azevedo e Silva para ministro da Defesa Política G1	INTERVENÇÃO MILITAR
Bolsonaro anuncia general Jesus Corrêa como presidente do Inbra - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Bolsonaro anuncia general Mourão como vice Eleições 2018 G1	INTERVENÇÃO MILITAR
Bolsonaro apela ao nacionalismo para encobrir seus crimes	CONSERVADORISMO
Bolsonaro apresenta plano de governo misturando propostas liberais e conservadoras GGN	CONSERVADORISMO
Bolsonaro ataca documentos oficiais sobre mortos da ditadura - GGN	DITADURA
Bolsonaro ataca pai de Michelle Bachelet, morto pela ditadura chilena	DITADURA
Bolsonaro ataca presidente da OAB e diz saber como pai dele desapareceu na ditadura - 29/07/2019 - Poder - Folha	DITADURA
Bolsonaro atenta contra a Constituição - Jornal O Globo	CONSERVADORISMO

Bolsonaro chama de 'balela' documentos oficiais sobre mortos na ditadura militar - 30/07/2019 - Poder - Folha	DITADURA
Bolsonaro colocou o guarda-costas no comando da Abin para se proteger dos espões do governo	CONSERVADORISMO
Bolsonaro colocou o guarda-costas no comando da Abin para se proteger dos espões do governo	CONSERVADORISMO
Bolsonaro compara execuções que autorizadas por Geisel a "tapa no bumbum do filho" GaúchaZH	CONSERVADORISMO
Bolsonaro convida general que liderou intervenção no RJ para a Casa Civil - 12/02/2020 - Poder - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Bolsonaro critica 'superpoderes' a minorias e ataca movimentos sociais	CONSERVADORISMO
Bolsonaro decide criar superministério da Economia e fundir Agricultura com Meio Ambiente GaúchaZH	CONSERVADORISMO
Bolsonaro defende isolamento parcial, ataca Congresso e vê possível instabilidade democrática - 25/03/2020 - Poder - Folha	CONSERVADORISMO
Bolsonaro defende o autoritarismo, não os valores militares, diz historiadora - 20/08/2018 - Poder - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Bolsonaro deixa isolamento do coronavírus e participa de ato pró-governo e contra Congresso e STF - 15/03/2020 - Poder - Folha	CONSERVADORISMO
Bolsonaro demite presidente da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos - GGN	CONSERVADORISMO
Bolsonaro demite todos peritos do Mecanismo Nacional de Combate à Tortura - Sul 21	DITADURA
Bolsonaro depura sentimento anti-PT e colhe manifestação mais conservadora Brasil EL PAÍS Brasil	CONSERVADORISMO
Bolsonaro diz que grupo de esquerda matou pai de presidente da OAB; Comissão da Verdade culpa ditadura GaúchaZH	DITADURA
Bolsonaro diz que não falou 'nada de mais' sobre morte de Fernando Santa Cruz Política G1	CONSERVADORISMO
Bolsonaro diz que nº de mortos na ditadura é igual ao do Carnaval	DITADURA
Bolsonaro diz que Pinochet pôs fim a comunistas como o pai torturado de Michelle Bachelet - GGN	DITADURA
Bolsonaro e a aliança judicial-militar, por Aldo Fornazieri GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Bolsonaro e a autoverdade Brasil EL PAÍS Brasil	CONSERVADORISMO
Bolsonaro e a naturalização da tortura, por Wagner Romão GGN	DITADURA
Bolsonaro e a naturalização da tortura, por Wagner Romão GGN	DITADURA
Bolsonaro e as Forças Armadas: a desastrosa imagem associada - Repórter Popular - O Povo Tem Voz	CONSERVADORISMO
Bolsonaro e as milícias - 28/01/2019 - Celso Rocha de Barros - Folha	CONSERVADORISMO
Bolsonaro e Cambridge Analytica - YouTube	CONSERVADORISMO
Bolsonaro é o primeiro presidente brasileiro a admitir a Operação Condor, por Luiz Cláudio Cunha - GGN	CONSERVADORISMO
Bolsonaro e os generais UOL Notícias	CONSERVADORISMO
Bolsonaro e os generais UOL Notícias	CONSERVADORISMO
Bolsonaro e os generais UOL Notícias	CONSERVADORISMO

Bolsonaro esquece a coronavirus e se prepara para o confronto final - GGN	CONSERVADORISMO
Bolsonaro fez apologia de crime na votação do impeachment, diz OAB - 20/04/2016 - Poder - Folha de S.Paulo	GOLPE 2016
Bolsonaro não é a solução Opinião EL PAÍS Brasil	CONSERVADORISMO
Bolsonaro no JN: o discurso fascista encontra quem fez vista grossa à barbárie, por Tiago Barbosa GGN	CONSERVADORISMO
Bolsonaro nomeia almirante, enfraquece ala ideológica e reforça núcleo militar no Planalto - 14/02/2020 - Poder - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Bolsonaro nomeia professor emérito da Escola do Exército para o MEC. Escola deve formar "bom empregado e bom patrão" - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Bolsonaro prepara governo de generais que apoiaram a ditadura, diz Jânio de Freitas GGN	DITADURA
Bolsonaro presidente: Temor pelo futuro da democracia é 'choro de perdedores', diz Mourão - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	CONSERVADORISMO
Bolsonaro promove "revolução conservadora" com fãs armados que não devemos subestimar - GGN	CONSERVADORISMO
Bolsonaro propaga crime da ditadura, por Gilberto Maringoni - GGN	DITADURA
Bolsonaro quer o Brasil de 50 anos atrás. Isso seria um desastre.	CONSERVADORISMO
Bolsonaro reorganiza relação com ala militar do governo - 29/06/2019 - Poder - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Bolsonaro recebe viúva do coronel Ustra e diz que ele foi herói nacional - YouTube	DITADURA
Bolsonaro representa risco à democracia, escreve The Economist - 09/08/2018 - Mercado - Folha	CONSERVADORISMO
Bolsonaro troca integrantes da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos	CONSERVADORISMO
Bolsonaro troca integrantes da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos GaúchaZH	CONSERVADORISMO
Bolsonaro usa JN de escada, por Luis Nassif GGN	CONSERVADORISMO
Bolsonaro volta a chamar Ustra de 'herói nacional' e recebe viúva no Planalto - 08/08/2019 - Poder - Folha	DITADURA
Bolsonaro volta a chamar Ustra de "herói nacional" e recebe viúva em Brasília - GGN	DITADURA
Bolsonaro volta a falar de morte do pai de Santa Cruz e questiona veracidade de documentos	CONSERVADORISMO
Bolsonaro, Che e Ustra	DITADURA
Bolsonaro, un líder construído en pos de un nuevo proyecto de poder militar - Ambito.com	INTERVENÇÃO MILITAR
Bolsonaro: militar ou miliciano?, por Francisco Celso Calmon - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Bombas na Cidade Baixa: ação para garantir a ordem ou retrato da escalada de violência policial? - Sul21	INTERVENÇÃO MILITAR
Bona Garcia, fundador do MDB-RS, lamenta apoio a Bolsonaro e abre voto em Haddad - Sul 21	CONSERVADORISMO
Bona Garcia: "Sinto orgulho de ter feito algo, de não ter sido omissor, alienado" « Sul21	DITADURA
Botelho, o espião que ninguém amava – Vigilância	INTERVENÇÃO MILITAR
Braga Neto e sua nova função de "PRESIDENTE OPERACIONAL" - Interpretações grotescas da realidade! - Revista Sociedade Militar	INTERVENÇÃO MILITAR

BRASIL É ALVO DE GUERRA HÍBRIDA, DIZ ANALISTA – TUTAMÉIA	CONSERVADORISMO
Brasil é condenado por não investigar assassinato e tortura de Vladimir Herzog Brasil EL PAÍS Brasil	DITADURA
Brasil é responsável por não investigar tortura e assassinato de Vladimir Herzog – Rede Brasil Atual	DITADURA
Brasil Em Movimento - Reflexões A Partir Dos Protestos de Junho	2013
Brasil em transe e o desmonte generalizado, duas constatações - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Brasil em Transe: o mito BolsoNazi, por Arkx GGN	CONSERVADORISMO
Brasil está entre países com maior fuga de milionários: 2 mil saíram em 2017 - BBC News Brasil	DIREITOS HUMANOS
Brasil no Espaço 2ª Ed - Coleção Zero à Esquerda - Flanarte Estante Virtual	GOLPE 2016
Brasil recebe missão da OEA para avaliar situação dos direitos humanos Opinião EL PAÍS Brasil	DIREITOS HUMANOS
Brasil segue no banco dos réus (por Luciana Genro) - Sul 21	DITADURA
Brasil vive pausa democrática para freio de arrumação, diz Ayres Britto - Política - Estadão	COMPLEMENTARES
Brasil, a hora da verdade (por Anisio Pires) - Sul 21	DITADURA
Brasil, Elite e Capitalismo	2013
Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas	2013
Brasil, luzes e sombras de uma disputa anunciada - 04/11/2018 - Poder - Folha	COMPLEMENTARES
Brasil: O Grande Salto Para Trás [legendado] - YouTube	GOLPE 2016
Brasil: para compreender um fascista, por Walter Falceta GGN	CONSERVADORISMO
Brasil: Protestas estudantis em Sao Paulo - YouTube	DIREITOS HUMANOS
Brasil: tradição autoritária, por Elaine Tavares GGN	CONSERVADORISMO
Brasil: um país marcado pelo genocídio da sua população negra, pobre e periférica - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
Brasil: um país sem futuro, por Aldo Fornazieri GGN	COMPLEMENTARES
Brasil: uma democracia em recessão? Os Limites da Democratização no Brasil do século XXI (I) (por Tarson Núñez) - Sul 21	DEMOCRACIA
Brasileiro acha que cabe ao Estado combater desigualdades, diz pesquisa da Oxfam Agência Brasil - Últimas notícias do Brasil e do mundo	DIREITOS HUMANOS
Brasileiro defensor de Direitos Humanos e ligado à OEA é acusado de estupro nos EUA; ele nega - Jornal O Globo	DIREITOS HUMANOS
Brasileiros e americanos denunciam em NY parcialidade de Moro, que posa com tucano - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Brasileiros se veem menos tolerantes e mais divididos que há dez anos, diz pesquisa - BBC Brasil	CONSERVADORISMO
Brazilianista busca revelações sobre ditadura em 100 mil documentos dos EUA - Sul 21	DITADURA
Brazilianista busca revelações sobre ditadura em 100 mil documentos dos EUA – Agência Pública	DITADURA
Brazilianista busca revelações sobre ditadura em 100 mil documentos dos EUA – Agência Pública	DITADURA
Breno Altman: De onde vem o perigo do fascismo? - 02/04/2018 - Opinião - Folha	CONSERVADORISMO

Brigada Militar retira famílias de prédios do Minha Casa, Minha Vida ocupados na zona norte - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
Brigada usa balas de borracha e até cadeiradas para reprimir servidores em Cachoeirinha	DIREITOS HUMANOS
Cabo Anselmo, famoso agente duplo da ditadura, agora é palestrante de direita - Época	DITADURA
Caçando infiltrados – Vigilância	INTERVENÇÃO MILITAR
Cada general no seu quadrado no quartel de Bolsonaro - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
cadernosperseu florestanfernandesconstituente completo 0.pdf	COMPLEMENTARES
Cai o mito do "milagre econômico" durante o regime militar - GGN	DITADURA
Câmara abre espaço para golpistas e saudosos da ditadura - Carta Maior	DITADURA
Câmara pode votar nesta quarta projeto da Escola sem Partido - Sul 21	CONSERVADORISMO
Câmara quer impor mordaza obscurantista a professores do país - 14/05/2018 - Ranier Bragon - Folha	CONSERVADORISMO
Cambridge Analytica, de Trump a Bolsonaro: A campanha da desinformação chega ao Brasil GGN	CONSERVADORISMO
Caminho de Bolsonaro ao poder seguiu “lógica da guerra”, diz antropólogo que estuda militares – Agência Pública	INTERVENÇÃO MILITAR
Caminhoneiros aprofundam o enigma: para onde vai a direita?, por Ricardo Cappelli GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Caminhoneiros na Dutra mantêm paralisação e retêm motoristas	INTERVENÇÃO MILITAR
CAMINHONEIROS: A COMPLEXIDADE DE UMA LUTA GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
CAMINHONEIROS: ABCAM MANTERÁ A GREVE - YouTube	INTERVENÇÃO MILITAR
Caminhos da Ditadura em Porto Alegre	DITADURA
Campanha de Haddad recebe alerta sobre vigilância militar pró-Bolsonaro — CartaCapital	INTERVENÇÃO MILITAR
campanha dilma 2010	GOLPE 2016
Canal europeu lança documentário sobre o recuo da democracia no Brasil - Sul21	DEMOCRACIA
Candidato do Novo incita crime “contra a esquerda” em propaganda eleitoral	GOLPE 2016
Canoas Mil Grau - Página inicial Facebook	INTERVENÇÃO MILITAR
Capes torna mais rígida avaliação de cursos de pós-graduação - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
Capitão infiltrado em ato contra Temer agora é major do Exército Brasil EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Capitão Willian, o "infiltrado do Tinder", disse que subornou delegado - Ponte Jornalismo	INTERVENÇÃO MILITAR
Carlos Eduardo Martins – Blog da Boitempo	COMPLEMENTARES
Carnaval fora de época pede a volta dos militares ao poder - Carta Maior	INTERVENÇÃO MILITAR
Caroline Bauer: 'O discurso de pacificação não é novidade, forja uma ideia de ausência de conflitos no Brasil' - Sul 21	MEMÓRIA
Carreatas pelo país pedem fim do distanciamento social, intervenção militar e novo AI-5; Bolsonaro participa no DF GaúchaZH	INTERVENÇÃO MILITAR
Carta aberta aos comandantes da 3a. Região Militar do Exército e da Brigada Militar (por Francisco Marshall) - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Carta aberta sobre manifestação ocorrida em frente ao Colégio Rosário (Associação	DEMOCRACIA

Mães e Pais pela Democracia) - Sul 21	
Carta de Lula anuncia troca na candidatura do PT: 'o nosso nome agora é Haddad' - Sul 21	GOLPE 2016
CARTA OPINIÓN ESPECIAL BRASIL: AVANZA EL FASCISMO fAu	CONSERVADORISMO
Cartazes em protesto têm mensagens contra governo Dilma, políticos e corrupção - Fotos - UOL Notícias	GOLPE 2016
Casa só com 'mãe e avó' é 'fábrica de desajustados' para tráfico, diz Mourão - 17/09/2018 - Poder - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Caso da única sobrevivente da Casa da Morte na ditadura volta a ser analisado na Justiça - 14/08/2019 - Mônica Bergamo - Folha	DITADURA
Caso de militar réu por estupro abre precedente para punir crimes da ditadura - Sul 21	DITADURA
Castelo Branco e Michel Temer, vidas paralelas, por Fábio de Oliveira Ribeiro GGN	GOLPE 2016
Catálogo - Boitempo Editorial	COMPLEMENTARES
CBN - A rádio que toca notícia - Toffoli chama general de quatro estrelas para cargo de assessor	INTERVENÇÃO MILITAR
CEDH-RS repudia abuso de autoridade contra advogado no exercício da função durante greve geral - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Cena de "Malhação" sobre fascismo viraliza nas redes GaúchaZH	CONSERVADORISMO
Censura, violência policial, crianças abrigadas: relatório traz principais ameaças de direitos humanos no RS - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Centro de Memória Ico Lisboa: sobre a desapropriação do antigo Dopinha (por Comitê Carlos de Ré) - Sul 21	DITADURA
Centro de Referência em Direitos Humanos passa a funcionar em novo espaço - Sul21	DIREITOS HUMANOS
Cetic - Portal de Dados	COMPLEMENTARES
Chantagem militar: pelo twitter, e com apoio da Globo, Exército ameaça quartelada - Escrevinhador	INTERVENÇÃO MILITAR
Charges - 2013	2013
Checamos o que o MBL diz sobre regime semiaberto Pública	CONSERVADORISMO
Chefe da CIA disse que Geisel assumiu controle sobre execuções sumárias na ditadura - 10/05/2018 - Poder - Folha	DITADURA
Chefe do GSI nomeado por Temer é de ala que vê MST com preocupação - 30/05/2016 - Poder - Folha de S.Paulo	GOLPE 2016
Chega de militar entreguista! - YouTube	INTERVENÇÃO MILITAR
Chico de Oliveira (1933-2019) – Blog da Boitempo	COMPLEMENTARES
Chico de Oliveira, presente! - GGN	MEMÓRIA
Chile reage contra Bolsonaro por ataques a Bachelet e defesa da ditadura - GGN	DITADURA
Chile recebe arquivos da OIT sobre ditadura: 'Memória é um direito' - Sul 21	DITADURA
Chile Urgente: Clínicas de apoio às vítimas da repressão nas ruas - Sul 21	COMPLEMENTARES
Chile, una revuelta feminista - Cosecha Roja	COMPLEMENTARES
Chile: Violadas, embarazadas y torturadas: las mujeres como botín de guerra en la dictadura de Pinochet Internacional EL PAÍS	DITADURA
Choveu bomba em Porto Alegre_20.06.2013	2013
CIA teria espionado ditaduras no Brasil e em outros países com máquinas de criptografia - GGN	DITADURA

CIA, Globo, ditadores e genocidas, por Jeferson Miola GGN	DITADURA
CIA: Geisel manteve e centralizou 'política de execução sumária de subversivos' de Médici - Sul 21	DEMOCRACIA
Ciclo de Palestras IESP-UERJ 2015: Angela Alonso (22/06/2015) - YouTube	COMPLEMENTARES
Ciência rebelde e desobediência epistêmica: “interpelando” Orlando Fals Borda a partir da opção decolonial 	COMPLEMENTARES
Cinquenta anos depois do AI-5, autoritarismo continua no DNA do brasileiro. Entrevista especial com Jair Krischke - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	DITADURA
Clã Dallagnol obteve metade de município do MT em área equivalente a Cabo Verde - GGN	GOLPE 2016
CLACSO - Livros	COMPLEMENTARES
Clamor por justiça – Agência Pública	DITADURA
Classes sociais distintas votando no mesmo candidato no Brasil?, por Alexandre Tambelli GGN	CONSERVADORISMO
Cláudio Guerra, ex-delegado do DOPS, autor do livro 'Memórias de uma guerra suja' - YouTube	DITADURA
Cláudio Guerra: o pastor que assassinava e queimava corpos na ditadura militar - Sul 21	DITADURA
Clima quente na caserna - ISTOÉ Independente	INTERVENÇÃO MILITAR
clovis moura - Google Drive	COMPLEMENTARES
Clóvis Moura - Marxismo 21	COMPLEMENTARES
CNDH levanta hipótese de vingança de policiais em massacre de Pau D'Arco - Sul21	INTERVENÇÃO MILITAR
CNJ deve analisar ao menos quatro representações contra Moro na próxima semana - 06/11/2018 - Mônica Bergamo - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
COBERTURA AO VIVO NA REFINARIA DA PETROBRÁS EM CANOAS! TROPA DE CHOQUE PRESENTE, ÓLEO DIESEL DERRAMADO NO CHÃO E POPULAÇÃO TRANCANDO ENTRADA E SAÍDA DE CAMINHÕES DOS POSTOS. CURTA: Canoas Mil Grau	COMPLEMENTARES
Codinome Clemente: o melhor documentário de 2019 perde seu protagonista O Cafezinho	DITADURA
Colapso do Populismo? - YouTube	COMPLEMENTARES
Coleção Direitos Humanos - ALRS	DIREITOS HUMANOS
Colégio Rosário perdeu a chance de reduzir danos ao demitir professor e expulsar alunos, avalia mãe - Sul 21	CONSERVADORISMO
Coluna Angela Alonso USP na Folha de S.Paulo	CONSERVADORISMO
Colunistas Marcos Nobre Valor Econômico	COMPLEMENTARES
Com 39% das intenções de voto, Lula vence no primeiro turno, diz pesquisa CUT/Vox Populi - Sul 21	GOLPE 2016
Com ataque à Marielle, Desembargadora expõe vícios da Justiça do Rio, por Luis Nassif GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Com greve dos caminhoneiros, conspirações sinistras tomam Brasília — CartaCapital	INTERVENÇÃO MILITAR
Com paralisação, regras que estruturam o cotidiano se esfrangalharam - 03/06/2018 - Angela Alonso - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Com vandalismo – Agência Pública	2013

Comandante do Exército defende mudança em regras de enfrentamento no Rio - 28/02/2018 - Cotidiano - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Comandante do Exército diz que 'compartilha anseio de repúdio à impunidade' Política G1	INTERVENÇÃO MILITAR
Comandante do Exército diz que general que elogiou torturador "lídera pelo exemplo" Brasil EL PAÍS Brasil	DITADURA
Comandante do Exército diz que sugeriu civil para Defesa e está preocupado com política nos quartéis GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Comandante do Exército fala em evitar 'nova Comissão da Verdade' - Jornal O Globo	INTERVENÇÃO MILITAR
Comandante do Exército se pronuncia sobre greve dos caminhoneiros	INTERVENÇÃO MILITAR
Comandante explica providências do Exército contra coronavírus - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Comando Militar do Leste - Nota à Imprensa	INTERVENÇÃO MILITAR
Comando Militar do Sul no Twitter: "O Comandante Militar do Sul, General @geraldomiotto, realizou a abertura do Estágio de Segurança e Proteção de Autoridades 2018. Os 21 Magistrados realizarão o Estágio até 18 de maio, no 3º BPE, em Porto Alegre.	INTERVENÇÃO MILITAR
Combates pela História do Brasil: uma resposta ao revisionismo histórico – Jornal da USP	COMPLEMENTARES
Combates pela História do Brasil: uma resposta ao revisionismo histórico – Jornal da USP	COMPLEMENTARES
Combates pela História do Brasil: uma resposta ao revisionismo histórico, por Patricia Valim e Jean Pierre Chauvin - GGN	COMPLEMENTARES
Começa a invasão no Complexo do Alemão 28/11/10 - YouTube	INTERVENÇÃO MILITAR
Comentários de candidato a vice repercutem mal entre aliados de Bolsonaro - Época	CONSERVADORISMO
Comissão Arns denuncia à PGR esvaziamento de órgão contra a tortura - GGN	DITADURA
Comissão Arns entrará como 'amicus curiae' em ação do presidente da OAB contra Bolsonaro - GGN	CONSERVADORISMO
Comissão da AL lança sistema para registro de violações de direitos humanos - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
Comissão da Verdade aponta aumento da violência após intervenção no Rio - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Comissão da Verdade de SP recebe relatório sobre perseguição a trabalhadores — Rede Brasil Atual	DITADURA
Comissão da Verdade do Estado de São Paulo - "Rubens Paiva"	MEMÓRIA
Comissão de Anista agora trata vítimas da Ditadura como "terroristas" - GGN	DITADURA
Comissão de Anistia agora trata vítimas da Ditadura como "terroristas" - GGN	DITADURA
Comissão de Damares não pode ter 'anistia' aponta representante dos anistiados - GGN	DITADURA
Comissão de Desaparecidos solta nota de repúdio a declarações do general Villas Boas GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Comissão de Direitos Humanos lança relatório com depoimentos de presos e perseguidos pela ditadura - Sul 21	DITADURA
Comissão de Mortos e Desaparecidos investigará ex-presidente afastada por Bolsonaro - 11/09/2019 - Mônica Bergamo - Folha	CONSERVADORISMO
Comissão de Mortos e Desaparecidos pode acabar em 2020 - GGN	DITADURA
Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos pede esclarecimentos a Bolsonaro -	CONSERVADORISMO

GGN	
Comissão de Mortos procura desaparecidos na Chacina de Foz do Iguaçu GGN	DITADURA
Comissão denuncia governo Bolsonaro sobre violação dos direitos humanos em reunião internacional da ONU - GGN	CONSERVADORISMO
Comissão Especial entrega certificados de óbitos a mortos pela ditadura, nesta quinta - GGN	DITADURA
Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos: A crueldade de um presidente da República Opinião EL PAÍS Brasil	DITADURA
Comissão faz primeira audiência pública no Araguaia GGN	DITADURA
Comissão Popular da Verdade vai investigar violações de direitos durante intervenção militar no Rio - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Como a esquerda brasileira morreu Opinião EL PAÍS Brasil	GOLPE 2016
Como a riqueza vai destruir a democracia, por Antonio David Cattani GGN	DEMOCRACIA
Como a Varig ajudou o Partido Nazista a espionar em solo brasileiro durante a Segunda Guerra - Sul 21	COMPLEMENTARES
Como a Volkswagen cooperou com a ditadura brasileira — CartaCapital	DITADURA
Como conversar com um fascista? Justificando Entrevista Marcia Tiburi - YouTube	CONSERVADORISMO
Como Dom Pedro I, Mourão quer Constituição "digna dele próprio" — CartaCapital	INTERVENÇÃO MILITAR
Como é feito o trabalho de identificar restos mortais de desaparecidos na ditadura - BBC News Brasil	DITADURA
Como era a esquina da João Pessoa com a Duque Almanaque Gaúcho	DITADURA
Como era o Brasil da ditadura que Bolsonaro deseja, por Jean-Philip Struck GGN	DITADURA
Como fabricar um culpado - Ponte Jornalismo	INTERVENÇÃO MILITAR
Como fica o debate sobre a Lei de Anistia depois do documento da CIA citando Geisel - Sul 21	DITADURA
Como foram os anos de formação de Bolsonaro em Eldorado-Xiririca, no interior de São Paulo - Época	CONSERVADORISMO
Como foram os protestos de 13 de março pelo Brasil — CartaCapital	MANIFESTAÇÕES
Como militares ganharam protagonismo inédito no Brasil desde a redemocratização	INTERVENÇÃO MILITAR
Como militares ganharam protagonismo inédito no Brasil desde a redemocratização - BBC Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Como militares ganharam protagonismo inédito no Brasil desde a redemocratização - BBC News Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Como o general Etchegoven ganhou força no governo e preparou terreno para a vigilância do Estado	INTERVENÇÃO MILITAR
Como o WhatsApp mobilizou caminhoneiros, driblou governo e pode impactar eleições - BBC Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Como resistir em tempos brutos Opinião EL PAÍS Brasil	CONSERVADORISMO
Como Será o Passado? - Caroline Silveira Bauer - Google Livros	COMPLEMENTARES
Como vai funcionar o novo sistema de cercamento eletrônico do RS GaúchaZH	INTERVENÇÃO MILITAR
Compromisso com o defeito - 14/10/2018 - Janio de Freitas - Folha	CONSERVADORISMO
Comunicação de Bolsonaro usa tática militar de ponta, diz especialista - 14/10/2018 - Poder - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Condenação de ativistas do Rio é política e pretende coibir manifestações, diz	2013

parlamentar — Rede Brasil Atual	
Condenação dos 23 do Rio mostra que país vive escalada da repressão - Sul 21	2013
Condenação dos 23 é recado para impedir novas mobilizações, diz Eloisa Samy – Agência Pública	2013
Confiança nas Forças Armadas segue como a maior, diz Datafolha; nos partidos é a menor - 10/07/2019 - Poder - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Confira as melhores fotos da Caravana de Lula pelo Sul - Sul 21	GOLPE 2016
Conflitos: fotografia e violência política - A loja do IMS - Instituto Moreira Salles - na internet	DITADURA
Conflitos: fotografia e violência política no Brasil (IMS Rio) - Instituto Moreira Salles	DITADURA
CONFUSÃO NA FRENTE DA EXPOSIÇÃO DO SANTANDER CULTURAL ENTRE MANIFESTANTES CONTRA E A FAVOR - YouTube	DIREITOS HUMANOS
Confusão no centro de Porto Alegre - YouTube	MANIFESTAÇÕES
Conheça 5 locais de Porto Alegre por onde a Ditadura passou e quase ninguém sabe - Sul21	DITADURA
Conheça a trupe de Bolsonaro	CONSERVADORISMO
Conheça as revoltas que marcaram a história do Brasil - Infograficos - UOL Educação	MEMÓRIA
ConJur - Após grampear banca, "lava jato" fez "organograma da defesa" de Lula	GOLPE 2016
Conselho da Capes alerta para risco de suspensão de bolsas de pós-graduação a partir de agosto de 2019 - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
Conselho de Economia alerta para estado de exceção no Brasil GGN	GOLPE 2016
Conservadorismo Impede Que Militares Identifiquem Reais Inimigos Do País, Diz Coronel Brasil de Fato	INTERVENÇÃO MILITAR
Constituinte sem povo, sem parlamento e... Sem Supremo! Com um novo AI-5?, por Lenio Luiz Streck GGN	DITADURA
Contagem regressiva para o golpe - Poder - Infográficos - Folha de S.Paulo	DITADURA
Contra 'avanço da barbárie', juristas criam núcleo gaúcho de associação pela democracia - Sul 21	DEMOCRACIA
Contra a intervenção militar, precisamos de menos democracia - 06/06/2018 - Leandro Narloch - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Contra a vontade de familiares, Damares quer transferir para Brasília ossadas da Vala de Perus - GGN	DITADURA
Contra decisão superior, TJ-SP derruba sentença do torturador Carlos Brillhante Ustra GGN	DITADURA
Contra o STF e a favor de quem? Protestos contra o STF e contra a lei de abuso de autoridade – Blog da Boitempo	CONSERVADORISMO
Contrários à liberação da posse de arma no país voltam a crescer e atingem 61% - 31/12/2018 - Cotidiano - Folha	CONSERVADORISMO
Conversa com Bial Conversa com Bial - Programa de segunda- feira, 04/12/2017, na íntegra Globo Play	MEMÓRIA
Coordenadores deixam Vem Pra Rua e apontam falta de transparência	CONSERVADORISMO
Cordão da Mentira vai às ruas nos 50 anos do AI-5 - Le Monde Diplomatique	DITADURA
Coronavírus: Como ala militar atua para apaziguar ânimos dentro do governo? -	INTERVENÇÃO MILITAR

YouTube	
CORONAVÍRUS: Estudo do Exército contraria Bolsonaro e apoia isolamento horizontal	INTERVENÇÃO MILITAR
Coronel Carlos Magno - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Coronel defendeu laboratório de torturas e mortes montado pelo Exército « Sul21	DITADURA
Correio do Povo Notícias 'Não podemos repetir os erros do passado', alerta Lamachia sobre fala de militar	INTERVENÇÃO MILITAR
Correio do Povo Notícias "Democracia é o único caminho", afirma Cármen Lúcia sobre crise	DEMOCRACIA
Correio do Povo Notícias "Nós somos irmãos siameses", diz Mourão sobre Bolsonaro	CONSERVADORISMO
Correio do Povo Notícias "Partido do Exército é o Brasil", diz Bolsonaro em apoio a fala de Villas Bôas	INTERVENÇÃO MILITAR
Correio do Povo Notícias "Se for o que parece, outro 1964 será inaceitável", diz Janot	DITADURA
Correio do Povo Notícias "Se você quer aplicar a lei, é chamado de fascista", reclama Alexandre de Moraes	CONSERVADORISMO
Correio do Povo Notícias "Tenho a espada ao lado e aguardo suas ordens", diz general a Villas Bôas	INTERVENÇÃO MILITAR
Correio do Povo Notícias 1% dos brasileiros mais ricos ganha 36 vezes mais do que metade mais pobre	DIREITOS HUMANOS
Correio do Povo Notícias Analistas avaliam que ataque a Bolsonaro coloca Brasil em momento decisivo	CONSERVADORISMO
Correio do Povo Notícias Após ação da PF em universidades, Gilmar Mendes pede "cautela"	INTERVENÇÃO MILITAR
Correio do Povo Notícias Após fala de general, chefes dos três Poderes defendem Constituição	INTERVENÇÃO MILITAR
Correio do Povo Notícias Após intervenção, número de tiroteios cresceu 36% no RJ	INTERVENÇÃO MILITAR
Correio do Povo Notícias Áreas com maiores indicadores de criminalidade da Capital recebem novas viaturas	DIREITOS HUMANOS
Correio do Povo Notícias Bolsonaro alfineta Lula: "Quis transformar País em galinheiro e agora colhe ovos"	CONSERVADORISMO
Correio do Povo Notícias Bolsonaro projeta segundo turno difícil e alerta para "milhões do PT"	CONSERVADORISMO
Correio do Povo Notícias Brancos e nulos batem recorde e equivalem à população de Portugal	COMPLEMENTARES
Correio do Povo Notícias Brasil pode fechar acordo com os Estados Unidos sobre Centro de Alcântara	INTERVENÇÃO MILITAR
Correio do Povo Notícias Brasil tem instituições fortes e não há risco à democracia, diz Moro em entrevista	INTERVENÇÃO MILITAR
Correio do Povo Notícias Com 63.880 vítimas em 2017, Brasil bate recorde histórico de mortes violentas	DIREITOS HUMANOS
Correio do Povo Notícias Comandante do Exército afirma que apenas "malucos" apoiam intervenção	INTERVENÇÃO MILITAR

Correio do Povo Notícias Corte na Capes suspenderia bolsas de pós-graduação e iniciação científica a partir de 2019	DIREITOS HUMANOS
Correio do Povo Notícias Cumprimento rigoroso da Constituição dá estabilidade ao país, diz Temer	GOLPE 2016
Correio do Povo Notícias Discurso de Bolsonaro é "perigoso", diz alto comissariado da ONU	CONSERVADORISMO
Correio do Povo Notícias Eleições deram voz a quem não era ouvido, diz Bolsonaro após receber faixa	CONSERVADORISMO
Correio do Povo Notícias Em grupos do WhatsApp, caminhoneiros pedem intervenção militar	INTERVENÇÃO MILITAR
Correio do Povo Notícias Em rede social, comandante do Exército posta mensagem de "repúdio à impunidade"	INTERVENÇÃO MILITAR
Correio do Povo Notícias Empresários do RS teriam retirado caminhoneiros à força de veículos durante a greve	INTERVENÇÃO MILITAR
https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/etchevoyen-diz-que-interven%C3%A7%C3%A3o-militar-%C3%A9-assunto-do-passado-1.262731	INTERVENÇÃO MILITAR
Correio do Povo Notícias Forças Armadas vão atuar para deter entrada de drogas e armas no Rio	INTERVENÇÃO MILITAR
Correio do Povo Notícias General da reserva critica decisão do STF a favor de Lula	INTERVENÇÃO MILITAR
Correio do Povo Notícias General de Exército, Fernando Azevedo e Silva será ministro da Defesa	INTERVENÇÃO MILITAR
Correio do Povo Notícias General Heleno confirma que assumirá Gabinete de Segurança Institucional	INTERVENÇÃO MILITAR
Correio do Povo Notícias General Mourão: "brasileiro herdou indolência dos índios e malandragem dos negros"	INTERVENÇÃO MILITAR
Correio do Povo Notícias Governo cria programa de R\$ 13,5 bilhões para subsidiar diesel	DIREITOS HUMANOS
Correio do Povo Notícias Guardas municipais participam de treinamento e da criação de núcleos de inteligência	INTERVENÇÃO MILITAR
Correio do Povo Notícias Intervenção militar seria enorme retrocesso, diz comandante do Exército	INTERVENÇÃO MILITAR
Correio do Povo Notícias Itamaraty aguarda posição dos EUA sobre acesso a documentos da CIA	DITADURA
Correio do Povo Notícias Itamaraty faz ofensiva no exterior para conter pressão diante de assassinato de Marielle Franco	INTERVENÇÃO MILITAR
Correio do Povo Notícias Itamaraty vai pedir acesso a documentos da CIA sobre ditadura militar	DITADURA
Correio do Povo Notícias Jungmann: governo não tem conhecimento oficial de documento da CIA	DITADURA
Correio do Povo Notícias Mais de 80% riqueza gerada no planeta fica concentrada em 1% da população	DIREITOS HUMANOS
Correio do Povo Notícias MEC repassa R\$ 296 milhões para pagamento de bolsas da Capes	DIREITOS HUMANOS

Correio do Povo Notícias Milhares de chilenos lembram vítimas de Pinochet 45 anos após golpe	DITADURA
Correio do Povo Notícias Ministro da Defesa diz que documento da CIA é assunto para historiador	DITADURA
Correio do Povo Notícias Ministro da Segurança Pública descarta possibilidade de novo golpe militar no Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Correio do Povo Notícias Ministros devem discutir nesta sexta-feira cortes de bolsas da Capes	DIREITOS HUMANOS
Correio do Povo Notícias Moro faz pressão para "endurecer" lei antiterror	INTERVENÇÃO MILITAR
Correio do Povo Notícias MPF de São Paulo reabre investigações sobre assassinato de Herzog	DITADURA
Correio do Povo Notícias Museu da Memória e dos Direitos Humanos alerta necessidade de relembrar passado	DITADURA
Correio do Povo Notícias Não é momento de "tentar impor nossa vontade", diz comandante da Aeronáutica	INTERVENÇÃO MILITAR
Correio do Povo Notícias Não é momento de "tentar impor nossa vontade", diz comandante da Aeronáutica	INTERVENÇÃO MILITAR
Correio do Povo Notícias Planalto lança almanaque da Turma da Mônica sobre Forças Armadas	INTERVENÇÃO MILITAR
Correio do Povo Notícias Polícia investiga caso de jovem que teve "suástica" marcada na pele na Cidade Baixa	INTERVENÇÃO MILITAR
Correio do Povo Notícias Políticos repercutem documentos da CIA indicando que Geisel autorizou execuções	DITADURA
Correio do Povo Notícias Porto Alegre deve adotar projeto de câmeras colaborativas até o final de 2018	COMPLEMENTARES
https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/procuradores-e-defensores-p%C3%BAblicos-emitem-nota-sobre-marcha-das-mulheres-1.272872	MANIFESTAÇÕES
Correio do Povo Notícias PT escala emissários para sondar militares	INTERVENÇÃO MILITAR
Correio do Povo Notícias Relator da Lava Jato no TRF4 suspende soltura do ex-presidente Lula	GOLPE 2016
Correio do Povo Notícias Relatório final da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça é lançado em Porto Alegre	DITADURA
Correio do Povo Notícias Risco às eleições faz uso do Exército triplicar no País	INTERVENÇÃO MILITAR
Correio do Povo Notícias RS teve aumento de 58% em homicídios entre 2006 e 2016, aponta Ipea	COMPLEMENTARES
Correio do Povo Notícias Secretário nacional de Segurança Pública diz que não há risco de militares cometerem erros	INTERVENÇÃO MILITAR
Correio do Povo Notícias Senado aprova Sistema Único de Segurança, e texto vai a sanção de Temer	GOLPE 2016
Correio do Povo Notícias Temer assina MP que destina R\$ 1,2 bilhão para intervenção no Rio	INTERVENÇÃO MILITAR
Correio do Povo Notícias Temer justifica intervenção no Rio: "Crime organizado quase tomou conta"	INTERVENÇÃO MILITAR
Correio do Povo Notícias Temer nomeia general Braga Netto interventor na	GOLPE 2016

segurança pública do Rio	
Correio do Povo Notícias Temos que fazer oposição pelos direitos dos brasileiros, diz Haddad	DIREITOS HUMANOS
Correio do Povo Notícias TJ-RS nega recurso e avenida de Porto Alegre volta a ser Castelo Branco	DITADURA
Correio do Povo Notícias Todos sabem da contribuição dos nossos militares para o Brasil, diz Temer	INTERVENÇÃO MILITAR
Correio do Povo Notícias Universidades são alvo de ação da Justiça Eleitoral em todo o país	INTERVENÇÃO MILITAR
Correio do Povo Notícias Villas Boas: ataque a Bolsonaro pode gerar "questionamentos à legitimidade de novo governo"	CONSERVADORISMO
Correio do Povo Notícias Vinte e seis pessoas mais ricas do mundo concentram mesma fortuna que as 3,8 bilhões mais pobres	DIREITOS HUMANOS
Correio do Povo Notícias Votação do Escola sem Partido na Câmara é adiada	CONSERVADORISMO
Corrupção e espionagem: o que arquivos estrangeiros guardam sobre a ditadura - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	DITADURA
Corrupção e violência - 12/10/2018 - Vladimir Safatle - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Corte Interamericana de Direitos Humanos considera Brasil responsável por não investigar a morte de Vladimir Herzog Mundo G1	DIREITOS HUMANOS
Corte Interamericana vai decidir se condena Brasil por morte de Herzog na ditadura Brasil EL PAÍS Brasil	DITADURA
CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Getúlio Vargas	DITADURA
Cresce aprovação a Bolsonaro: a esquerda à sombra das maiorias silenciosas ~ Cinema Secreto: Cinegnose	GOLPE 2016
Cresce percepção negativa sobre legado da ditadura, diz Datafolha - GGN	DITADURA
Criado o Núcleo Gaúcho da Associação Brasil Juristas pela Democracia (por José Carlos Moreira da Silva Filho e Mário Madureira) - Sul21	DEMOCRACIA
Crianças fora da escola, a distopia de Bolsonaro - Sul 21	CONSERVADORISMO
Criminalizar a luta social é crime! - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
Crise política no Governo Dilma Rousseff EL PAÍS Brasil	GOLPE 2016
Crise vira teste para núcleo militar renovado do governo Bolsonaro - 27/02/2020 - Poder - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Crise: Até Onde os Militares Vão com Bolsonaro - YouTube	INTERVENÇÃO MILITAR
Crônica de um dia trágico em Brasília Jornalistas Livres	MANIFESTAÇÕES
Crônica: memória forçada	MEMÓRIA
Cultura do "cancelamento" na esquerda prejudica disputa pelo público desesperado por diálogo - GGN	GOLPE 2016
Cúpula das Forças diz que intenção era 'reforçar' posição contra guinada no STF - Painel	INTERVENÇÃO MILITAR
Cúpula divulga 'Carta de Foz', documento com 'anseios dos conservadores da América Latina'; leia - Política - Estadão	CONSERVADORISMO
CUTRS - sobre 2013	2013
Da ditadura à 2019, o novo hino feminista do Chile: a canção da rebeldia - GGN	DITADURA

Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	DIREITOS HUMANOS
Da incompreensão das ruas à judicialização da política brasileira. Entrevista especial com Moysés Pinto Neto	GOLPE 2016
Da prisão de Lula à eleição de Bolsonaro: as escolhas do Brasil em 2018 - Sul 21	CONSERVADORISMO
Da vertigem à voz, por Ana Laura Prates Pacheco - GGN	MEMÓRIA
Damares deve explicar ao MPF descontinuidade do Memorial da Anistia - GGN	DITADURA
Damares diz que não tem "dever algum" de construir Memorial de Anistia - GGN	DITADURA
Datafolha: perfil dos manifestantes na Paulista permanece elitizado Congresso em Foco	GOLPE 2016
De 2013 à greve dos caminhoneiros: entre a fagulha e a pradaria - Le Monde Diplomatique	2013
De apaziguador, Geisel passa a comandante do extermínio da ditadura GGN	DITADURA
De estrela do mercado financeiro a amigo do MST, a jornada de Eduardo Moreira - Sul 21	COMPLEMENTARES
De liberais anticorrupção a guardiães da moral: a metamorfose do MBL Brasil EL PAÍS Brasil	CONSERVADORISMO
De onde vem a ideia dos direitos humanos como defesa de bandidos?	DIREITOS HUMANOS
De Rousseau a Gramsci - Boitempo Editorial	COMPLEMENTARES
Debate marca lançamento de livro que analisa protestos de 2013 - Sul 21	2013
Decisão judicial invalida lei que mudou nome da Avenida da Legalidade e da Democracia - Sul 21	DEMOCRACIA
Declaração de Villas Bôas expressa posição do alto comando do Exército - Política - Estadão	INTERVENÇÃO MILITAR
Decreto de Garantia da Lei e da Ordem e o desgoverno dos factoides - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Decreto nº 7037	DIREITOS HUMANOS
Decreto nº 7177	DIREITOS HUMANOS
Decreto vai autorizar uso de forças federais contra a paralisação dos caminhoneiros, diz governo Política G1	INTERVENÇÃO MILITAR
DEFENSORES "PACÍFICOS" DA "EXPOSIÇÃO ARTÍSTICA" DO SANTANDER! - YouTube	DIREITOS HUMANOS
Defensores da intervenção militar agridem imigrante síria na avenida Paulista	INTERVENÇÃO MILITAR
Defensores da intervenção militar agridem imigrante síria na avenida Paulista - YouTube	INTERVENÇÃO MILITAR
Defesa de Lula usa confissão dos EUA para pedir anulação da sentença do triplex - Sul 21	GOLPE 2016
DefesaNet - Crise Militar - Crise Militar - Etchegoyen - Alguém opera aquele Twitter	INTERVENÇÃO MILITAR
DefesaNet - Crise Militar - EXCLUSIVO - 72 Horas de tensão no Planalto Central	INTERVENÇÃO MILITAR
DefesaNet - Doutrina Militar - Cenários de Defesa 2040 - Descrição Cenários	INTERVENÇÃO MILITAR
DefesaNet - Nota Covid DN - Exclusivo - Gen Braga Neto Assume o Estado-Maior do Planalto	INTERVENÇÃO MILITAR
DefesaNet - Presidência da República - VALOR - Parte dos eleitores arrependidos de Bolsonaro quer mais radicalismo	CONSERVADORISMO
Deixe os mortos enterrarem seus mortos - 07/08/2015 - Vladimir Safatle - Colunistas	DIREITOS HUMANOS

- Folha de S.Paulo	
Delegado da PF defende lei que enquadra protestos políticos como terrorismo GGN	DIREITOS HUMANOS
Delegado Paulo Jardim, especialista na apuração de casos de neozanismo de Gaúcha	CONSERVADORISMO
DEM é esquerda, ensina príncipe em aula para colegas do PSL - 09/11/2018 - Poder - Folha	GOLPE 2016
Demian Melo Blog Junho	COMPLEMENTARES
Democracia 30 anos - Poder - Infográficos - Folha de S.Paulo	DEMOCRACIA
Democracia e liberdades: as consequências da prisão de Lula (por Manuela D'Ávila) - Sul 21	DEMOCRACIA
Democracia: crise e possibilidades, por Luis Felipe Miguel - GGN	DEMOCRACIA
democraciaeconjuntura.com	DEMOCRACIA
Democratas brasileiros, uni-vos!, por Boaventura de Sousa Santos GGN	GOLPE 2016
Denunciando Alckmin depois de Haddad, MP acentua a interferência eleitoral disfarçada de isenção GGN	GOLPE 2016
Depoimento 'PM me arrancou de ônibus a caminho de reportagem' - Ponte Jornalismo	INTERVENÇÃO MILITAR
Depoimento Sérgio Silva: 'O PM atirou em mim e o culpado sou eu' - Ponte Jornalismo	INTERVENÇÃO MILITAR
Depoimento de Adelio Oliveira que esfaqueou Bolsonaro	CONSERVADORISMO
Depois da UFRGS, UFSM pode ter curso de extensão sobre golpe de 2016 contra Dilma - Sul 21	GOLPE 2016
Depois de condenação, caso Herzog é reaberto e desafia o Estado brasileiro - Sul 21	DITADURA
Depois de entregar cópia de sentença no STF, filho de Herzog espera 'justiça' - Sul 21	DITADURA
Depois do STF, o risco de chantagem contra militares GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Deputado gaúcho pretende mudar lei antiterrorismo e criminalizar o MST e o MTST - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Deputado gaúcho propõe uso de eletrochoque em adolescentes - Sul21	CONSERVADORISMO
Desagravo público à memória do Padre Vaz. Filósofos criticam qualidade acadêmica do ministro da Educação de Bolsonaro - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	MEMÓRIA
Desaparecido durante a ditadura, pai do presidente da OAB será homenageado em Porto Alegre GaúchaZH	DITADURA
Descarrilamento de trem com 650 mil litros de diesel é investigado - Política	INTERVENÇÃO MILITAR
Descobri a porra do kit gay: nosso filho é homem e ponto final, diz Bolsonaro GGN	CONSERVADORISMO
Descobrimos a mansão de R\$ 5,8 mi dos juízes Bretas, que entraram na Justiça por auxílio-moradia	CONSERVADORISMO
Desculpe dizer, mas sua tia é sim fascista, por Fernando Horta GGN	CONSERVADORISMO
Desde Junho - Desde Junho Teaser Facebook	2013
Desde Junho TV Brasil	2013
Desembargador do TRF4 concede habeas corpus ao ex-presidente Lula - Sul 21	GOLPE 2016
Desespero, como separar as sílabas e aprender a desenvolver em tempos de treva, por Mariana Nassif - GGN	COMPLEMENTARES
Desfile de 7 de setembro na Capital teve faixa pedindo intervenção militar	INTERVENÇÃO MILITAR
Desglobalização? (por Boaventura Souza Santos) - Sul21	COMPLEMENTARES
Desigualdade no Brasil, onde você está? Oxfam Brasil	DIREITOS HUMANOS

Desmatamento, disputa por terras, desapropriação ilegal: o que está por trás dos latifúndios dos Dallagnol na Amazônia? - De Olho nos Ruralistas	CONSERVADORISMO
Destruição de livros em universidade anuncia tempo sombrio ao conhecimento - Notícias - UOL Notícias	MEMÓRIA
Deveríamos ter forçado um pedido de desculpas dos militares, diz Genoino - 28/08/2019 - Poder - Folha	DITADURA
Diálogos Luc Ferry: “Maio de 1968 não era uma revolução política, mas social”	DITADURA
Diálogos Internacionais: Do pós-colonial à decolonialidade	COMPLEMENTARES
Dias Toffoli: ‘O STF deve oferecer soluções em períodos de crise’ VEJA.com	CONSERVADORISMO
Dilma aponta golpe, critica mídia e se emociona ao falar de tortura « Sul21	GOLPE 2016
Dilma cobra que Villas Boas revele quem pediu "Estado de Defesa" durante impeachment - GGN	GOLPE 2016
Dilma e outras presas políticas estreiam em filme sobre mulheres contra a Ditadura GGN	DITADURA
Dilma Rousseff: ‘O oligopólio da mídia tradicional tem origem nas relações com a ditadura militar’ - Sul 21	DITADURA
Dilma Rousseff: “Golpistas estão criando um inimigo interno: ele é brasileiro, negro, pobre e mora na periferia” - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Dimas Casemiro, presente! GGN	DITADURA
Direita é a bolha mais fechada no Twitter, menos exposta a opiniões diferentes - GGN	CONSERVADORISMO
Direita iniciou antes da esquerda atentados pré-AI-5, apontam documentos - Notícias - UOL Notícias	DITADURA
Direita volver Final.indd	CONSERVADORISMO
Direitização das classes médias e polarização social - Diplomatieque Brasil	CONSERVADORISMO
Direito ao esquecimento e à omissão GGN	MEMÓRIA
direitos humanos – Agência Pública	DIREITOS HUMANOS
Direitos Humanos e Minorias - Sequestro de crianças pela ditadura - 06/08/2019 - 14:48 - YouTube	DITADURA
Direitos Humanos, Movimento Estudantil no Julinho e Comissão da Verdade	DIREITOS HUMANOS
Discurso Bozo e Flávio Bozo contra Dilma 2010	GOLPE 2016
Ditador chileno Pinochet será homenageado em Assembleia Legislativa de São Paulo - GGN	DITADURA
Ditadura – Agência Pública	DITADURA
Ditadura abafou apuração de corrupção dos anos 70, revelam documentos britânicos - 02/06/2018 - Poder - Folha	DITADURA
Ditadura agiu para abafar corrupção em compra de navios, diz jornal GaúchaZH	DITADURA
Ditadura criou cadeias para índios com trabalhos forçados e torturas - YouTube	DITADURA
Ditadura criou campos de concentração indígenas Repórter Brasil	DITADURA
Ditadura de classe, golpe branco e o início do fim dos direitos sociais no Brasil - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	DITADURA
Ditadura e Legados: A Comissão da Verdade Comunicação Social	DITADURA
Ditadura militar e Bolsonarismo: política doméstica e relações internacionais - Le Monde Diplomatique	INTERVENÇÃO MILITAR
Ditadura militar: “Fui levado para o departamento pessoal da Volkswagen. Ali	DITADURA

mesmo começaram as torturas” Brasil EL PAÍS Brasil	
Ditadura militar: Corrupção e espionagem: o que arquivos estrangeiros guardam sobre a ditadura Brasil EL PAÍS Brasil	DITADURA
Ditadura militar: Ivo Herzog: “O Brasil insiste em virar a página da ditadura mas sem escrevê-la antes” Brasil EL PAÍS Brasil	DITADURA
ditadura militar: O lado obscuro do ‘milagre econômico’ da ditadura: o boom da desigualdade Economia EL PAÍS Brasil	DITADURA
Ditadura no Brasil é tema não pacificado - mas só para Weintraub - GGN	DITADURA
Ditadura no Chile: Gravidez por estupro e tortura revelam como a era Pinochet fez das mulheres troféus de guerra Internacional EL PAÍS Brasil	DITADURA
Ditadura Nunca Mais Programa #HaddadPresidente - 16/10/2018 - YouTube	DITADURA
Ditadura: Justiça abre processo contra médico acusado de tortura - Jornal O Globo	DITADURA
Ditadura: o que resta da transição - Google Livros	DITADURA
Ditadura: o que resta da transição - Google Livros	DITADURA
Divulgados novos áudios de interceptações telefônicas de Lula - Gaúcha	GOLPE 2016
DNA identifica homem torturado e morto sob comando de Ustra, o herói de Bolsonaro GGN	DITADURA
DNA permite identificação de ossada de desaparecido político encontrada na vala clandestina de Perus Distrito Federal G1	DITADURA
Doc "Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil" (Parte 1) - YouTube	DITADURA
Documentário navega entre momento político atual e ditadura militar através de conversas entre pai e filha - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Documentário Reconta Histórias De Ex-Combatentes Da Guerrilha Do Araguaia Brasil de Fato	DITADURA
Documentário: A colaboração da Volkswagen com a Ditadura Brasileira GGN	DITADURA
Documentário: A indústria da delação premiada na Lava Jato - YouTube	GOLPE 2016
documento da cia GGN	DITADURA
Documento da CIA é assunto para historiadores, diz ministro - Política - Estadão	DITADURA
Documento da CIA reaviva debate sobre Lei da Anistia GGN	DITADURA
Documento da CIA reaviva debate sobre Lei da Anistia GGN	DITADURA
Documento da CIA relata que cúpula do Governo militar brasileiro autorizou execuções Brasil EL PAÍS Brasil	DITADURA
Documento da CIA sobre execuções “implode” versão oficial da ditadura Brasil EL PAÍS Brasil	DITADURA
Documento da CIA sobre Geisel é perturbador	DITADURA
Documentos apontam que regime militar sabia de ataques de grupo de direita - Notícias - UOL Notícias	DITADURA
Documentos do Itamaraty e SNI reconhecem que ditadura perseguiu inocentes - Sul 21	DITADURA
Documentos que poderiam comprovar envolvimento de Geisel em execuções foram destruídos, diz Exército - Sul 21	DITADURA
Dodge e juízes do TRF4 teriam agido ilegalmente para impedir libertação de Lula - Sul 21	GOLPE 2016
Dois anos depois: afinal, era por vinte centavos? Opinião EL PAÍS Brasil	2013

Dops vira Casa da Liberdade, por Lucas Simões GGN	DITADURA
Doria é expulso por moradores de rua em ação da prefeitura - Sul21	DIREITOS HUMANOS
Dosse, François Pierre Nora - homo historicus	MEMÓRIA
Dossiê relata como Bolsonaro foi espionado pelo SNI entre 1986 e 1989 - Jornal O Globo	CONSERVADORISMO
Dossiê revela como militares interferiam na vida acadêmica da UFPE, por Inácio França - GGN	DITADURA
Dossiê: As forças armadas na política brasileira, por Andrés Sal. Iari - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Dossiê: Greve dos Caminhoneiros Passa Palavra	INTERVENÇÃO MILITAR
Dossiê: Vladimir Palmeira critica black blocks e faz confissões da época da ditadura - GloboNews - Vídeos do programa Dossiê GloboNews - Catálogo de Vídeos	DITADURA
DOU 26/03/2020 - Pg. 1 - Seção 2 Diário Oficial da União Diários Jusbrasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Douglas Belchior: 'Há um esforço da elite para apagar a memória da escravidão' - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
Driblando a democracia on Vimeo	DEMOCRACIA
Duelo y memoria. Espacios para el recuerdo de las víctimas de la represión ... - Conxita Mir Curcó, Josep Gelonch Solé (eds.) - Google Livros	MEMÓRIA
E agora, José? (por Moisés Pinto Neto) « Sul21	GOLPE 2016
E o fascismo venceu.... por Fernando Horta GGN	CONSERVADORISMO
É preciso desarquivar a Ditadura!	DITADURA
EBC Manifestações: confira galeria de fotos dos protestos pelo Brasil	2013
Ecos de Junho: Insurgências e crise política no Brasil (2013-2018) - Le Monde Diplomatique	2013
Ecos de um discurso: investigando porquês de tanto ódio, por Renata de Oliveira Cardoso e Felipe Brito GGN	CONSERVADORISMO
Ecos na caserna - 02/02/2019 - Julianna Sofia - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
eder content vence Prêmio de Direitos Humanos em Jornalismo - Eder Content	DIREITOS HUMANOS
Edição brasileira de encontro conservador é tema de podcast: ouça - 14/10/2019 - Podcasts - Folha	CONSERVADORISMO
Edir Macedo declara apoio a Bolsonaro - Agência Estado - UOL Notícias	CONSERVADORISMO
Editais : Núcleo de Direitos Humanos – Unisinos	DIREITOS HUMANOS
editoranavegando LIVRO GOLPE MILITAR	DITADURA
Editorial: Democracia ou violência, a escolha do Brasil - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
editorial: Protagonismo perigoso - 18/03/2016 - Opinião - Folha de S.Paulo	GOLPE 2016
Eduardo Bolsonaro defende criminalização do MST e do comunismo, comparando-o a "câncer de próstata" GGN	CONSERVADORISMO
Educação em Direitos Humanos: paz, democracia e justiça social Laboratório Editorial	DEMOCRACIA
Educação para a democracia - Sul 21	DEMOCRACIA
Educação, o primeiro 'front' da guerra cultural do Governo Bolsonaro Brasil EL PAÍS Brasil	CONSERVADORISMO
EL ODIO - documemntário impeachment Dilma	GOLPE 2016
EL PRÓLOGO DEL NUNCA MÁS Y LA TEORÍA DE LOS DOS DEMONIOS. REFLEXIONES SOBRE UNA REPRESENTACIÓN DE LA VIOLENCIA	DITADURA

POLÍTICA EN LA ARGENTINA	
Eleição de Bolsonaro marca fim da Nova República, diz historiadora - 04/11/2018 - Ilustríssima - Folha	CONSERVADORISMO
Eleições 2018 Apuração 2º Turno para Presidente Estadão	CONSERVADORISMO
Eleições 2018: Coronel da reserva acusa general Mourão de favorecer empresa em contrato do Exército Brasil EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Eleições 2018: Gays, negros e indígenas já sentem nas ruas o medo de um governo Bolsonaro Brasil EL PAÍS Brasil	DIREITOS HUMANOS
Eleições 2018: O presente de Lula para a direita Opinião EL PAÍS Brasil	GOLPE 2016
Eleições Brasil 2014 EL PAÍS Brasil Dilma Rousseff: O retrato de uma presidenta jovem Brasil EL PAÍS Brasil	GOLPE 2016
Eleições Brasil 2018: Aos indecisos, aos que se anulam, aos que preferem não Opinião EL PAÍS Brasil	CONSERVADORISMO
Eleições em tempos de ditadura - Le Monde Diplomatique	DITADURA
Eleições Sem Fake	CONSERVADORISMO
Eleitorado discorda de Bolsonaro sobre armas, ditadura e críticas a homossexuais, diz Datafolha - 29/10/2018 - Poder - Folha	DITADURA
Eleitos devem ser legitimados, diz Toffoli, que faz reeleitura de 64 e pede 'projeto nacional' - Sul 21	DITADURA
Eleonora Menicucci: "Nosso maior erro foi não ter feito o marco regulatório da mídia" - Sul 21	GOLPE 2016
Eles iam a protesto contra Temer com skate, máscara e vinagre. Agora respondem por associação criminosa Brasil EL PAÍS Brasil	GOLPE 2016
Eliane Brum: A boçalidade do mal Opinião EL PAÍS Brasil	GOLPE 2016
Eliane Brum: A mais maldita das heranças do PT Opinião EL PAÍS Brasil	GOLPE 2016
Eliane Brum: Aos que defendem a volta da ditadura Opinião EL PAÍS Brasil	DITADURA
Eliane Brum: Aos que defendem a volta da ditadura Opinião EL PAÍS Brasil	DITADURA
Eliane Brum: Os cúmplices Opinião EL PAÍS Brasil	CONSERVADORISMO
Elisa Quadros diz ter sido marcada por perseguições que viveu como "Sininho" - YouTube	2013
Elite do Exército não promove porta-voz de Bolsonaro, que vai para reserva - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Elite militar brasileira vê França como ameaça nos próximos 20 anos - 07/02/2020 - Mundo - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Em artigo, Cel. Engenheiro do Exército detalha obras anunciadas pelo governo Bolsonaro para Calha Norte - Jornal O Impacto	INTERVENÇÃO MILITAR
Em ato contra governo, manifestantes explicam por que foram às ruas - YouTube	GOLPE 2016
Em ato, OAB e agentes da luta pela memória da ditadura prometem reação a desmonte de estrutura promovido por Bolsonaro OAB/RJ	DITADURA
Em aula inaugural, socióloga da USP analisa onda de protestos iniciada em 2013	2013
Em Bagé, vice de Bolsonaro defende fim da estabilidade no serviço público GaúchaZH	CONSERVADORISMO
Em blog, Ernesto Araújo escreve que coronavírus desperta para 'pesadelo comunista' - 22/04/2020 - Mundo - Folha	CONSERVADORISMO
Em defesa do Estado de Direito - Opinião - Estadão	INTERVENÇÃO MILITAR

Em despedida, general elogia Ustra e promete apoio a Bolsonaro - 28/02/2018 - Poder - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Em dia de maior mobilização, protestos levam mais de 1 milhão de pessoas às ruas no Brasil - Notícias - Cotidiano	2013
Em documento à ONU sobre desaparecimentos forçados, governo Bolsonaro esconde ditadura militar - Sul 21	DITADURA
Em documento, órgão estratégico do Exército diz que Estado será protagonista na recuperação da economia - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Em editorial, O Globo parte para o enfrentamento com Bolsonaro - GGN	CONSERVADORISMO
Em entrevista à Sputnik, Dilma acusa Bolsonaro de apoiar 'tortura e ditadura' no Brasil - Sputnik Brasil	DITADURA
Em fórum conservador, Eduardo Bolsonaro cita importância de ser cara de pau - Blog do Paulo Sampaio - UOL	CONSERVADORISMO
Em meio a cortes, Orçamento destina R\$ 4,7 bi de vantagens para militares - 18/09/2019 - Mercado - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Em nota, ANPUH manifesta repúdio a ex-torturador que abriu processo contra jornalista Aluizio Palmar - GGN	DITADURA
Em nota, mais de 170 entidades rechaçam destituição de Duprat do Conselho de Direitos Humanos - GGN	DIREITOS HUMANOS
Em palestra para conservadores, filho 03 de Bolsonaro sugere ter "cara de pau" - GGN	CONSERVADORISMO
Em Porto Alegre, MPF realiza audiência pública sobre proteção a defensores de Direitos Humanos - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
Em protesto anti-Dilma, Sergio Moro vira herói e Renan é vaiado nas ruas Brasil EL PAÍS Brasil	GOLPE 2016
Em quinto dia de paralisações, ministros se reúnem no Planalto para 'avaliação de segurança' Política G1	INTERVENÇÃO MILITAR
Em respeito a Marielle Franco, as fábricas de ódio do Facebook fecham por algumas horas Brasil EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Em vídeo, Jobim detalha como atuou para impedir revisão da Lei da Anistia - 27/08/2019 - Poder - Folha	DITADURA
Em vídeo, Temer acusa Alckmin de falsidades	GOLPE 2016
Emilio Crenzel Núcleo de Estudios sobre Memoria	MEMÓRIA
Emilio Crenzel. La historia política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina	MEMÓRIA
Emílio Dalção, ligado a Bolsonaro, e dono de 600 caminhões é um dos radicais do movimento dos caminhoneiros - Blog do Rovai	INTERVENÇÃO MILITAR
Empresariado recua em onda de apoio a Bolsonaro para não se expor	CONSERVADORISMO
Empresários apoiam ação militar no Rio - 04/03/2018 - Poder - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp - 18/10/2018 - Poder - Folha	CONSERVADORISMO
Empresários doam 46 viaturas e equipamentos à Brigada Militar e à Polícia Civil - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Empresários pagam milhões por campanha contra o PT pelo WhatsApp, diz jornal 	CONSERVADORISMO

GáuchaZH	
Empresas estão bancando campanha anti-PT no WhatsApp, diz jornal - Sul 21	CONSERVADORISMO
Encontraron a Adolfo Scilingo, responsable de los "vuelos de la muerte", caminando por un pueblo español	DITADURA
Enquanto Brasil pode eleger viúvas da ditadura, Chile segue punindo seus militares	DITADURA
Enquanto Chile segue punindo militares, Brasil se recusa a falar em ditadura - GGN	DITADURA
Ensinamentos de 2013 a 2019 – diálogos entre as lutas de ontem e as de amanhã (por Alexandre Haubrich) - Sul 21	2013
Entenda a polêmica sobre a Comissão Nacional da Verdade - BBC News Brasil	MEMÓRIA
Entenda a polêmica sobre a Comissão Nacional da Verdade - Política - Estadão	MEMÓRIA
Entenda o passo a passo e as consequências da Lei da Anistia, que completa 40 anos - 27/08/2019 - Poder - Folha	DITADURA
Entidades pedem à ONU para monitorar política do governo sobre desaparecidos na ditadura Blog do Matheus Leitão G1	DITADURA
Entidades vão denunciar violações no Brasil e os riscos para o ambiente global - Sul 21	COMPLEMENTARES
Entre a arrogância e o paternalismo: a tutela militar sobre instituições do Estado brasileiro. Entrevista especial com Ana Penido - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	INTERVENÇÃO MILITAR
Entre a coragem e o medo infantil de dragões (por Ricardo Almeida) - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Entre a oligarquia e o populismo	GOLPE 2016
ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES Nora Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História	DITADURA
ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES Nora Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História	DITADURA
Entre o delírio e a democracia O POVO ONLINE	DEMOCRACIA
Entre o fascismo e o capitalismo: as “alas ideológicas” do regime bolsonarista (por Fernando Nicolazzi) - Sul 21	CONSERVADORISMO
Entre razão e emoção, documentário lembra livro histórico e perpetuação da tortura — Rede Brasil Atual	DITADURA
Entrevista con Dr. Emilio Crenzel - YouTube	MEMÓRIA
ENTREVISTA-Modelo político criado na Constituição está no ciclo final, diz FHC - Reuters - UOL Notícias	COMPLEMENTARES
Entrevista: 'A impunidade do passado garante a impunidade do presente', diz ex-presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos	DITADURA
Entrevista: 'Os militares se submetem a constantes vexames'	INTERVENÇÃO MILITAR
Equador 2019: A Insurreição acompanhada pelo Twitter - YouTube	MANIFESTAÇÕES
Equipe de Bolsonaro lucra com mudanças nas Educação	CONSERVADORISMO
Equipes da OEA percorrem o Brasil de olho em violações de direitos humanos - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
Ermínia Maricato nega entrevista à Globo e justifica em carta: 'Não quero ser usada para criticar o PT' - Sul 21	GOLPE 2016
Ernesto Araújo diz que ditadura no Brasil é “questão de interpretação da história” Bela Megale - O Globo	DITADURA
Escolas estaduais terão atividades desenvolvidas pelo Comando Militar do Sul - Sul21	INTERVENÇÃO MILITAR

Escravidismo, colonialismo, imperialismo e racismo Moura Afro-Ásia	DIREITOS HUMANOS
Esfera de influência: como os libertários americanos estão reinventando a política latino-americana	CONSERVADORISMO
Espanha manda 656 cidades acabarem com símbolos da ditadura GGN	DITADURA
Especial: Como aparato de vigilância foi usado para amedrontar jovens manifestantes « Sul21	INTERVENÇÃO MILITAR
Especialistas contam o que já mudou no cotidiano das favelas do Rio com intervenção de militares - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Especialistas promovem abaixo-assinado contra 'Lei da Queima de Arquivo' - Sul21	MEMÓRIA
Espero Tua (Re)volta (2019) - Trailer - YouTube	MANIFESTAÇÕES
Espionagem? Com grampos ilegais, Lava Jato mapeou defesa de Lula, diz Valeska GGN	GOLPE 2016
Esquerda Caviar: O estardalhaço da mídia sobre os documentos da CIA	GOLPE 2016
Esquerda cresceu onde radicalizou sua pauta, afirma Vladimir Safatle - 21/09/2017 - Poder - Folha de S.Paulo	GOLPE 2016
Esquerda e direita: sinais trocados - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	GOLPE 2016
Esquerda Online - Os seis de Porto Alegre são inocentes Facebook	GOLPE 2016
Esquerda, direita e o embargo da memória Opinião EL PAÍS Brasil	DITADURA
Esquerdistas e setores da imprensa põem em prática a Fase Dois da operação e falam tudo o que assassinos esperam que falem	INTERVENÇÃO MILITAR
Essa nova marca de MST envergonha quem... - MBL - Movimento Brasil Livre Facebook	CONSERVADORISMO
Estado de Direito Borboletas e Lobisomens: Vidas Sonhos e Mortes dos Guerrilheiros do Araguaia - Estado de Direito	DITADURA
Estado de Exceção Justificando Entrevista Pedro Estevam Serrano - YouTube	MEMÓRIA
Estado de Exceção avança com condenação de 23 manifestantes no Rio Jornalistas Livres	2013
Estado de Exceção na Contemporaneidade é tema de curso com Pedro Estevam Serrano	COMPLEMENTARES
Estado de Exceção no Brasil? – Tarso Genro Blog do Tarso	INTERVENÇÃO MILITAR
Estado deve revelar crimes da ditadura, diz Instituto Herzog. Economista fala em 'fascismo', e aliado Doria critica Bolsonaro - Sul 21	DITADURA
Estado policialesco e autoritarismo não podem ser reprisados, por Lavenère, Batochio e Britto GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Estado, ideologia e capital no Brasil contemporâneo: contradições do lulismo e surgimento do bolsonarismo Araujo Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE	GOLPE 2016
Estados Unidos? China? Para militares brasileiros, a França é a ameaça - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Estamos diante de uma ameaça ultraliberal? - Sul 21	COMPLEMENTARES
Estamos sob uma ameaça fascista?, por Bruno Lima Rocha GGN	CONSERVADORISMO
Estrangeiros debocham de cenário militar brasileiro, que prevê terrorismo no Rock in Rio Brasil e Política Valor Investe	INTERVENÇÃO MILITAR
Estudantes vão à escola de roupas pretas como sinal de resistência após vitória de Bolsonaro - Sul 21	CONSERVADORISMO

Estudar a realidade brasileira: a prioridade para os revolucionários - GGN	COMPLEMENTARES
Estudo alemão vê Brasil em grave crise democrática - Notícias - UOL Notícias	INTERVENÇÃO MILITAR
Estudo da CIA: Brasil era ditadura AH	DITADURA
Estudo faz balanço de avanços sociais entre 2003 e 2015 e alerta para retrocessos - Sul21	DIREITOS HUMANOS
Estupros praticados por agentes de estado: crimes contra a humanidade, por Maria Amélia de Almeida Teles - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Etchegoyen acumula reverses na inteligência do Planalto - 28/05/2018 - Poder - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Etchegoyen diz que intervenção militar é assunto do passado Agência Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Etchegoyen diz que intervenção militar é assunto do passado. Tradução: Alguém impediu! Quem?, por Rogerio Maestri GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Eugênia Gonzaga: Dodge deve apoiar revisão da Lei da Anistia GGN	DITADURA
Evento lembra os 40 anos do sequestro de uruguaios em Porto Alegre GaúchaZH	MEMÓRIA
Eventos - A reinvenção da política no Brasil contemporâneo - Limites e perspectivas	COMPLEMENTARES
Ex-chefe da PM do Rio: 'O Brasil tem uma tendência histórica de transformar conflitos policiais em guerra' - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Ex-coronel da ditadura militar chilena é preso na Argentina - Sul 21	DITADURA
Ex-funcionário revela fraude com CPF para disparos em massa no WhatsApp GGN	CONSERVADORISMO
Ex-gerentes da Ford são condenados por ajudar ditadura argentina - Sul 21	DITADURA
Ex-integrante da Comissão da Anistia diz que órgão 'perdeu o sentido de existir' - Sul 21	DITADURA
Ex-líder da Ku Klux Klan diz que Bolsonaro prepara "uma revolução pró-brancos" GGN	CONSERVADORISMO
Ex-reitor da UnB, deputados e advogados entram com representação contra ministro da Educação - Sul 21	GOLPE 2016
Ex-vereador miliciano indiciado por CPI na qual Marielle Franco trabalhou esteve na Câmara do Rio	INTERVENÇÃO MILITAR
Exatamente no dia de hoje... Lúcio Bellentani, presente! - GGN	MEMÓRIA
Exclusivo – como Dilma e os militares ultrapassaram a linha (no pré – e pós! – Golpe) – Duplo Expresso	INTERVENÇÃO MILITAR
EXCLUSIVO Zé Dirceu: Subestimamos a Direita E Politizamos Pouco a Sociedade Brasil de Fato	CONSERVADORISMO
Exclusivo: as milícias assumiram o controle do Rio de Janeiro	INTERVENÇÃO MILITAR
Exclusivo: Assista Coração Valente, jingle de Dilma para eleição de 2014 Revista Fórum	GOLPE 2016
Exclusivo: como atuam os eco-terroristas da bomba em Brazlândia GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
EXCLUSIVO: Quem são e quanto recebem as filhas de militares com pensão vitalícia no Brasil - Don't LAI to Me #25 (Edição de aniversário de um ano!) - Don't LAI to me - Fiquem Sabendo	DITADURA
EXCLUSIVO: Relatório secreto do Exército comprova uso de napalm contra a guerrilha no Araguaia. Por Eduardo Reina	DITADURA
Exército brasileiro homenageia major alemão condecorado por Hitler - 01/07/2019 - Poder - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Exército Brasileiro no Twitter: "A #IntervençãoFederal, conforme o Art. 34 e 36 da	INTERVENÇÃO MILITAR

Constituição Federal/88, pode ser decretada para um segmento específico da administração. No caso do Rio de Janeiro, a Intervenção foi limitada à área de segura	
Exército decide trocar general de cargo após nova fala sobre intervenção - 09/12/2017 - Poder - Folha de S.Paulo	INTERVENÇÃO MILITAR
Exército defende declarações de general Villas Bôas no Twitter - Política - Estadão	INTERVENÇÃO MILITAR
Exército destitui general que criticou governo Temer do cargo de secretário - Política - Estadão	INTERVENÇÃO MILITAR
Exército diz que existe "uma excessiva compreensão com direitos" no Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Exército envia sms sobre posse presidencial e escancara proximidade com Bolsonaro - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Exército Envia Sms Sobre Posse Presidencial E Escancara Proximidade Com Bolsonaro Brasil de Fato	INTERVENÇÃO MILITAR
Exército pede 'sacrifício e colaboração' por segurança no Rio	INTERVENÇÃO MILITAR
Exército tem planos para operações armadas no Rio desde 1988 - Política - Estadão	DITADURA
EXIT! CRISE E CRÍTICA DA SOCIEDADE DA MERCADORIA (em português): Moishe Postone	CONSERVADORISMO
Explicando o pedido de Intervenção Militar by The Intercept Brasil Free Listening on SoundCloud	INTERVENÇÃO MILITAR
Explode número de projetos de lei que restringem direito a protesto - 10/01/2020 - Cotidiano - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Exposição reflete ditadura militar com espaço de escuta e leitura - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Expurgos e cassações (por Lorena Holzmann) - Sul 21	DITADURA
Fabrizio Arriens - YouTube	MANIFESTAÇÕES
Face a Face Crime absolutamente... - Juremir Machado da Silva Facebook	CONSERVADORISMO
Face a Face Quando os generais falam O... - Juremir Machado da Silva Facebook	INTERVENÇÃO MILITAR
Face a Face/Juremir Machado da Silva... - Juremir Machado da Silva Facebook	CONSERVADORISMO
Facebook retira do ar rede ligada ao MBL antes das eleições - Reuters - UOL Notícias	CONSERVADORISMO
Falso arrependimento de Bolsonaro sobre coronavírus não pode ser aceito - 18/03/2020 - Ilustríssima - Folha	CONSERVADORISMO
Falta humildade para entender que Bolsonaro é um grito. As pessoas estão gritando, diz Esther Solano GGN	CONSERVADORISMO
Família Dallagnol obteve 400 mil hectares de terras no Mato Grosso durante a ditadura - De Olho nos Ruralistas	DITADURA
Família de assassinado pela ditadura aguarda novas revelações sobre documentos da CIA - Sul 21	DITADURA
Familiares de mortos e desaparecidos vão à OEA contra declarações de Jair Bolsonaro - Sul 21	CONSERVADORISMO
Famílias de vítimas da ditadura criticam mudanças na CEMDP - GGN	DITADURA
Fantasma da ditadura sobre a democracia, AI-5 completa 51 anos - GGN	DITADURA
Farda, família e mercado: os homens que compõem o círculo de poder de Bolsonaro Brasil EL PAÍS Brasil	CONSERVADORISMO
Fascismo à brasileira O In governável	CONSERVADORISMO
Fascismo e ditadura: as reações à ameaça de Bolsonaro aos adversários políticos e à Folha GGN	DITADURA

Fascismo e ditadura: as reações à ameaça de Bolsonaro aos adversários políticos e à Folha GGN	DITADURA
Fascistas	CONSERVADORISMO
FASCISTAS NÃO PASSARAM - Abordagem a Felipe Diehl - YouTube	CONSERVADORISMO
Fernando Collor de Mello, o queridinho da América - Grupo de Investigação - Notícias do Brasil e do Rio Grande do Sul - Zero Hora	MEMÓRIA
FFLCH discute os 50 anos do golpe de 1964 Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas	DITADURA
Filas, bate-boca e escassez: o dia em que quase acabou o combustível em Porto Alegre GaúchaZH	CONSERVADORISMO
Filho de Bolsonaro propõe revisionismo histórico para limpar imagem do golpe militar GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
filme - trombas e formoso	MEMÓRIA
Filme sobre impeachment de Dilma Rousseff estreia no CineBancários - Guia21	GOLPE 2016
Filmes que mostram nossas contradições	MEMÓRIA
Fim da era dos pactos e ascensão da extrema-direita Solano, Safatle, Musse e Braga - YouTube	INTERVENÇÃO MILITAR
Fim da Nova República? - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	GOLPE 2016
Fim da Nova República? – Blog da Boitempo	GOLPE 2016
Flávia Schilling: “O exílio deixa marcas, mostra como o ‘enraizamento’ é frágil” - Sul 21	DITADURA
FLÁVIO ROCHA: O comunista está nu - 22/10/2017 - Opinião - Folha de S.Paulo	COMPLEMENTARES
Flores pelas vítimas do Estado: Dr. Juca, presente! - GGN	DITADURA
Folha - 2013 Significa - Especiais	2013
Folha - 2013 Significa - Especiais	2013
Folha - O golpe e a ditadura militar - Tudo sobre	DITADURA
Folha de S.Paulo - Editoriais: Direitos humanos - 10/01/2010	DIREITOS HUMANOS
Folha de S.Paulo: Notícias, Imagens, Vídeos e Entrevistas	COMPLEMENTARES
Folha Política: Destituição do General Mourão partiu de Raul Jungmann, ministro da Defesa indicado por Temer	GOLPE 2016
Forças Armadas e OAB são instituições mais confiáveis, diz Datafolha Brasil 24/7	INTERVENÇÃO MILITAR
Forças Armadas lideram confiança da população; Congresso tem descrédito - 24/06/2017 - Poder - Folha de S.Paulo	INTERVENÇÃO MILITAR
Forças Armadas podem aumentar remuneração de militares, sem autorização do Congresso - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Forças Armadas são a instituição em que a população mais confia, diz pesquisa Agência Brasil - Últimas notícias do Brasil e do mundo	INTERVENÇÃO MILITAR
Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume E–11, Part 2, Documents on South America, 1973–1976 - Office of the Historian	DITADURA
Foreign Relations of the United States, 1969–1976, Volume E–11, Part 2, Documents on South America, 1973–1976 - Office of the Historian	DITADURA
Forma de vida e os dispositivos biopolíticos de exceção e governamentalização da vida humana Revista IHU Online #450	DIREITOS HUMANOS
Fórum da Democracia RS Facebook	DEMOCRACIA

Fósseis da caserna querem o poder. Jogo de várzea e fraude no tapetão, por Armando Coelho Neto GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Fotografia: Flagrante da "Passeata dos Cem Mil". Organizada pelo movimento estudantil de 1968 contra a ditadura militar. fatos históricos Pinterest	DITADURA
Fotos inéditas: funcionários de Itaipu comemoram incêndio em casas de indígenas	CONSERVADORISMO
Fotos: A greve dos caminhoneiros em imagens: 9 dias com postos lotados, prateleiras vazias e mais filas EL PAÍS	INTERVENÇÃO MILITAR
Fotos: A prisão de Lula em imagens: choro e raiva de um lado, fogos e painéis de outro EL PAÍS	GOLPE 2016
Fotos: A prisão de Lula em imagens: choro e raiva de um lado, fogos e painéis de outro EL PAÍS	GOLPE 2016
Fotos: A reação das ruas ao impeachment de Dilma (e a repressão aos protestos contra Temer) EL PAÍS	GOLPE 2016
Fotos: As caras dos protestos anti-Dilma Brasil EL PAÍS	GOLPE 2016
Fotos: As caras dos protestos anti-Dilma Brasil EL PAÍS	GOLPE 2016
FOTOS: Manifestações pelo Brasil neste domingo, 15 - fotos em Política - gl	GOLPE 2016
FOTOS: Manifestações pelo Brasil neste domingo, 15 - fotos em Política - gl	GOLPE 2016
Fotos: O impeachment de Dilma e a posse de Temer: as cenas de um dia histórico EL PAÍS	GOLPE 2016
Fotos: Quando os paulistanos tomaram as ruas em junho de 2013 Brasil EL PAÍS	2013
Fotos: Um incêndio consome o Museu Nacional do Rio de Janeiro EL PAÍS	MEMÓRIA
Fotos: Um incêndio consome o Museu Nacional do Rio de Janeiro EL PAÍS	MEMÓRIA
Foucault e a ciência histórica - Cultura - Estadão	COMPLEMENTARES
FPA Compartivo manifestações 2015.2016.2017	GOLPE 2016
Frases antidemocráticas e referências à ditadura marcam governo Bolsonaro: relembre - 26/11/2019 - Poder - Folha	DITADURA
Frases racistas e violentas são escritas em banheiro da Universidade de Passo Fundo - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
Fraude com CPF viabilizou disparo de mensagens de WhatsApp na eleição - 02/12/2018 - Poder - Folha	CONSERVADORISMO
Fremdschämen, a constrangedora 'aula' sobre nazismo dos brasileiros aos alemães Brasil EL PAÍS Brasil	CONSERVADORISMO
Fremdschämen, a constrangedora 'aula' sobre nazismo dos brasileiros aos alemães GGN	CONSERVADORISMO
Frente ao colapso, uma tentação perigosa (por José Luís Fiori e William Nozaki) - Sul 21	CONSERVADORISMO
Frente Fotográfico (@frentefotografico) • Fotos e vídeos do Instagram	MANIFESTAÇÕES
Fuga de cérebros: sem perspectivas, pesquisadores deixam o Brasil - Sul 21	CONSERVADORISMO
Futuro Junho, memórias do presente	2013
Futuro ministro da Educação defende que o golpe de 1964 deve ser comemorado - Sul 21	DITADURA
Fux mostra que o golpismo está no STF, não nas Forças Armadas, por Luis Nassif GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Fux, que segura há anos a votação sobre a Lei da Anistia, trata do caso de torturador	DITADURA

uruguiaio - GGN	
G1 - A ocupação das Favelas do Alemão - notícias em Rio contra o crime	INTERVENÇÃO MILITAR
G1 - Forças Armadas e PF são instituições mais confiáveis, diz Datafolha - notícias em Política	INTERVENÇÃO MILITAR
G1 - Manifestações contra Dilma ocorrem em todos os estados do Brasil - notícias em Política	GOLPE 2016
G1 - Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope - notícias em Política	GOLPE 2016
G1 - Sérgio Etchegoven, ministro da Secretaria de Segurança Institucional - notícias em Política	INTERVENÇÃO MILITAR
G1 - Veja pesquisa completa do Ibope sobre os manifestantes - notícias em Brasil	MANIFESTAÇÕES
G1 - Vítimas da ditadura mostram revolta com pedidos de intervenção militar - notícias em Rio de Janeiro	DITADURA
G1 – Monitor da Violência: Mortos por policiais no Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Galeria de horrores da extrema-direita no Congresso Nacional, por Lula Marques - GGN	GOLPE 2016
Galinhas-verdes: até os ovos integralistas este ano chocou	GOLPE 2016
Gás lacrimogêneo, lágrimas de ouro - Le Monde Diplomatique	DIREITOS HUMANOS
Generais declaram apoio a comandante do Exército - O Antagonista	INTERVENÇÃO MILITAR
Generais intimidam os eleitores e chantageiam a democracia	DEMOCRACIA
General Antônio Hamilton Mourão: Governo, Exército e Ministério Público não atuam contra general que defende a intervenção militar Brasil EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
General apoiou grupo de direita em atentados pró-ditadura, dizem documentos - Notícias - UOL Notícias	DITADURA
General Augusto Heleno será ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
General brasileiro assumirá posto no Comando Sul do Exército dos EUA - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
General chega ao comando da Defesa após desconfiança de militares com políticos e esvaziamento da pasta Congresso em Foco	INTERVENÇÃO MILITAR
General critica decisão do STF pró-Lula - Política - Estadão	INTERVENÇÃO MILITAR
General da reserva defende intervenção militar caso Lula seja eleito em outubro - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
General da reserva faz 'ameaça' para caso de 'mudança nas pesquisas' - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
General diz que pressionou Supremo porque Lula solto faria "coisa fugir do controle" GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
General Etchegoven: EUA se comportam como "xerifes do mundo" - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
General fala em possibilidade de intervenção militar e é criticado por comando das Forças	INTERVENÇÃO MILITAR
General faz comentários inadequados - Jornal O Globo	INTERVENÇÃO MILITAR
General gaúcho é favorito para comandar o Exército após eleições GaúchaZH	INTERVENÇÃO MILITAR
General Heleno vai assumir o GSI, afirma Mourão GaúchaZH	INTERVENÇÃO MILITAR
General Heleno, o estrategista-chefe que Bolsonaro instalou a um gabinete e uma escadaria de distância Brasil EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
General interventor do Rio veta jornalistas em evento aberto à imprensa Brasil EL	INTERVENÇÃO MILITAR

PAÍS Brasil	
General ligado a Bolsonaro fala em banir livros sem "a verdade" sobre 1964 - Notícias - UOL Eleições 2018	DITADURA
General Mourão - Visão e Estratégia de Governo - Parte I - YouTube	INTERVENÇÃO MILITAR
General Mourão admite possibilidade de "autogolpe" do presidente com apoio das Forças Armadas GaúchaZH	INTERVENÇÃO MILITAR
General Mourão admite que, na hipótese de anarquia, pode haver 'autogolpe' do presidente com apoio das Forças Armadas Eleições 2018 G1	INTERVENÇÃO MILITAR
General Mourão é destituído de cargo pelo comando do Exército - Sul21	INTERVENÇÃO MILITAR
General Mourão será o candidato a vice na chapa de Jair Bolsonaro GaúchaZH	INTERVENÇÃO MILITAR
General Mourão: Profissionais da violência Opinião EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
General que comanda a Abin fala em vazio de lideranças e elogia feitos da ditadura	DITADURA
General que defende eliminação de pessoas por "intenções hostis" foi executivo da confiança de Nuzman até a prisão do dirigente por corrupção – Spotlight	INTERVENÇÃO MILITAR
General repudia ação militar contra governo e diz que população se torna refém das manifestações - 27/05/2018 - Mercado - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
General Santa Rosa sobre Bolsonaro: "Governar não é ação entre amigos" - Chico Alves - UOL	INTERVENÇÃO MILITAR
General Villas Boas compara a divisão na sociedade hoje a que ocorreu no regime militar GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
General Villas Bôas defende Bolsonaro e cita 'momento grave' na crise - 30/03/2020 - Poder - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
General Villas Bôas deveria deixar seus sucessores trabalharem em paz - 20/10/2019 - Elio Gaspari - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
General Villas Boas no Twitter: "Caro amigo Gen @geraldmiotto, parabéns pela iniciativa. É muito interessante a aproximação do @CmdoCMS com membros dos poderes da República, no caso em tela do poder judiciário. A nossa Instituição, muito próxima	INTERVENÇÃO MILITAR
General Villas Bôas reafirma compromisso das Forças Armadas com democracia RedeTV! - RedeTV! News RedeTV!	INTERVENÇÃO MILITAR
General volta à carga contra julgamento de prisão em segunda instância - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Geraldo Azevedo aponta Mourão como um torturador na ditadura GGN	DITADURA
Geraldo Prado e a criminalização dos movimentos sociais - GGN	2013
Gestão de Pessoas (Executivo Federal) - Pensionistas - Conjuntos de dados - Portal Brasileiro de Dados Abertos	COMPLEMENTARES
GGN - O jornal de todos os Brasis	INTERVENÇÃO MILITAR
https://jornalggm.com.br/eleicoes/lili-schwarz-como-a-memoria-do-brasil-e-curta-vale-lembrar-o-que-foi-o-ai-5/	DITADURA
https://jornalggm.com.br/ditadura/memorias-da-ditadura-militar/	MEMÓRIA
Gilmar Mendes no Twitter: "A crise do #coronavirus só vai ser superada com responsabilidade política, união de todos e solidariedade. Invocar o AI-5 e a volta da Ditadura é rasgar o compromisso com a Constituição e com a ordem democrática #DitaduraNuncaMais." / Twitter	DITADURA
Giuseppe Cocco e Adriano Pilatti: O ano que não vai acabar - 14/01/2014 - Opinião -	COMPLEMENTARES

Folha de S.Paulo	
Gleisi vê entrevista de Villas Bôas como 'preocupante'. Damous pede demissão do general — Rede Brasil Atual	INTERVENÇÃO MILITAR
Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina - 9788575591918 - Livros na Amazon Brasil	COMPLEMENTARES
GLOBONEWS PAINEL DemocraciA, eleição e o pael do exercito - YouTube	DEMOCRACIA
Golpe 64: Estado brasileiro não reconhece camponeses assassinados na ditadura - Sul 21	DITADURA
Golpe de 64 é 'marco para a democracia brasileira', diz Defesa - 30/03/2020 - Poder - Folha	DITADURA
Golpe é Guerra, por Pedro Marin - YouTube	GOLPE 2016
Golpes e desejos Para ler sem olhar	GOLPE 2016
Gonzalo Justiniano: “Tem gente que tem medo da memória” Cultura EL PAÍS Brasil	DITADURA
Gosto pelo poder mantém militares passivos a Bolsonaro, avalia cientista político - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Governo articula mote do terrorismo para novo ciclo de repressão, por Luis Nassif - GGN	DIREITOS HUMANOS
Governo autoriza Exército para liberar estradas se caminhoneiros não cederem - 25/05/2018 - Mercado - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Governo Bolsonaro coloca análise das ossadas de Perus em risco - GGN	CONSERVADORISMO
Governo Bolsonaro: Quem serão os ministros e os altos funcionários na futura equipe - BBC News Brasil	CONSERVADORISMO
Governo contrata time de milionários para campanha a favor da reforma da Previdência - Sul 21	CONSERVADORISMO
Governo corta verba, e pesquisa que mede desemprego e desalento está ameaçada - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
Governo de SP mantém banco de dados secreto sobre manifestantes - Ponte Jornalismo	DIREITOS HUMANOS
Governo faz gibi da Turma da Mônica que valoriza Forças Armadas GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Governo Federal ameaça interromper análise das ossadas de Perus - Camilo Vannuchi - UOL	DITADURA
Governo lança almanaque da Turma da Mônica sobre Forças Armadas - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Governo omite dados de pensão a filhas de militares	INTERVENÇÃO MILITAR
Governo pede que STF libere ações policiais dentro de universidades Blog da Andréia Sadi G1	INTERVENÇÃO MILITAR
Governo se recusa a reconhecer na ONU a existência do Golpe de 64 - Jamil Chade - UOL Notícias	DITADURA
Governo tira procuradora da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e põe assessor de Damares - Sul 21	DITADURA
GPoPAI	MANIFESTAÇÕES
Graeber: assim multiplicam-se trabalhos estúpidos	GOLPE 2016
Graeber: assim multiplicam-se trabalhos estúpidos	COMPLEMENTARES
Gráfico mostra os motivos alegados nos votos de deputados para o impeachment «	GOLPE 2016

Sul21	
Grêmio e Inter Antifascistas veem crescer onda conservadora nos estádios: 'é importante resistir' - Sul 21	CONSERVADORISMO
Greve dos caminhoneiros, vitrine desproporcional para a “intervenção militar” Brasil EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Greve dos caminhoneiros: a cronologia dos 10 dias que pararam o Brasil - BBC Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Greve dos caminhoneiros: André Janones, a meteórica ascensão do ‘porta-voz’ da greve que nunca foi caminhoneiro Brasil EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Greve dos caminhoneiros: em dois dias, dobra número de presos no Brasil GaúchaZH	INTERVENÇÃO MILITAR
Greve dos caminhoneiros: General à frente da Defesa evita criticar quem pede “intervenção militar” Brasil EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Greve dos Caminhoneiros: O movimento fragmentado que uniu direita, esquerda e a insatisfação contra Temer Brasil EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Greve ganha apoio de vozes que reivindicam intervenção militar GaúchaZH	INTERVENÇÃO MILITAR
Greve: Caminhoneiros dobram a aposta e amplificam pedidos por “intervenção militar” Brasil EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Grupo de escolas privadas critica foco de ministro no combate a 'ideologias de esquerda' - Sul 21	GOLPE 2016
Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Direitos Humanos	DIREITOS HUMANOS
Grupo disputou teoria da dependência com FHC; ouça no podcast - 16/04/2018 - Ilustríssima - Folha	MEMÓRIA
Grupo invade a Câmara e pede intervenção militar — CartaCapital	INTERVENÇÃO MILITAR
Grupo público Antropologia Crítica- Grupo e Rede (GEAC- RAC) Facebook	2013
Grupo público Antropologia Crítica- Grupo e Rede (GEAC- RAC) Facebook	MANIFESTAÇÕES
Grupo se manifesta contra inauguração do Memorial Prestes em Porto Alegre - Sul21	MEMÓRIA
Grupo USP_Arquivos	MANIFESTAÇÕES
Grupos pró-intervenção militar tentam influenciar rumo de greve dos caminhoneiros - 24/05/2018 - Mercado - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Grupos pró-intervenção militar tentam influenciar rumo de greve dos caminhoneiros - BBC Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Grupos pró-intervenção militar tentam influenciar rumo de greve dos caminhoneiros - BBC News Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Grupos pró-intervenção militar tentam influenciar rumo de greve dos caminhoneiros - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	INTERVENÇÃO MILITAR
Guedes pediu para jornalistas não publicarem informação sobre AI-5, recebeu negativa e ironizou a fala - Sul 21	DITADURA
Guerra à Primavera – Vigilância	CONSERVADORISMO
Guerra cibernética, Pegasus: a arma quase letal do Zero Dois, Carlos Bolsonaro	CONSERVADORISMO
Guerra cultural e construção da hegemonia, por Maister F. da Silva GGN	COMPLEMENTARES
Guerra de Quarta Geração: "Aniquilar, controlar ou assimilar o inimigo" - Viomundo - O que você não vê na mídia	COMPLEMENTARES
Guerra do Contestado Dossiê 100 anos CPDOC	COMPLEMENTARES
Guerra semiótica, políticas sociais e saúde com Wilson Ferreira - YouTube	COMPLEMENTARES

Guerra: como as Forças Armadas estão atuando contra o coronavírus - GGN	COMPLEMENTARES
Guerrilha de Três Passos - Infográficos - UOL Notícias	DITADURA
Guido Manini Rios: Governo uruguaio pune chefe do Exército por criticar reforma das pensões militares Internacional EL PAÍS Brasil	DITADURA
Há uma nova rebelião global. Por quê? - GGN	MANIFESTAÇÕES
Haddad crítica a 2013 - Vivi na pele o que aprendi nos livros - Piauí	2013
Hamilton Mourão, gabinete aberto e opinião formada sobre tudo GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Hashtag divulga pesquisas Capes que podem ser afetadas por cortes em ciência e tecnologia - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
Heinze confirma que deixa pré-candidatura a governador para concorrer ao Senado GaúchaZH	CONSERVADORISMO
Helena diz que desconhece "Abin paralela" planejada por Carlos Bolsonaro - GGN	CONSERVADORISMO
Hildegard Angel diz que Geisel deu a ordem para matar a sua mãe - Sul 21	DITADURA
Hildegard Angel recebe certidão de óbito da mãe e do irmão, mortos pela ditadura - GGN	DITADURA
História da ditadura: novas perspectivas	DITADURA
História da ditadura: novas perspectivas	DITADURA
História dos aspirantes a terrorista brasileiros vira livro GaúchaZH	DIREITOS HUMANOS
História e memória das ditaduras do século XX - Vol.1 - Editora FGV	DITADURA
História e memória das ditaduras do século XX - Vol.2 - Editora FGV	DITADURA
Historiador conclui que Volkswagen foi 'cúmplice' da tortura na ditadura do Brasil - Sul 21	DITADURA
Historiador contratado pela Volkswagen confirma colaboração da empresa com a ditadura no Brasil - Sul21	DITADURA
Historiador contratado pela Volkswagen confirma colaboração da empresa com a ditadura no Brasil - Sul21	DITADURA
Historiador vê com pessimismo papel das Forças Armadas na República - 11/07/2019 - Poder - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Historizar el pasado vivo en América Latina	MEMÓRIA
Historizar el pasado vivo en América Latina	MEMÓRIA
Hoje eu fui censurado em um antigo Ponto de Cultura, por Celio Turino - GGN	CONSERVADORISMO
Hoje, eu pararia (por Valdete Souto Severo) - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
Homem gay sofre ataque homofóbico no Centro de Porto Alegre - Sul 21	CONSERVADORISMO
Homem rendeiro, ou quando é preciso desfazer um ponto para consertar dois - Le Monde Diplomatique	MEMÓRIA
https://jornalggm.com.br/direitos/homenagem-a-eugenia-uma-procuradora-notavel-por-luis-nassif/	MEMÓRIA
Homenagem a Immanuel Wallerstein: “O Tempo Em Que Podemos Mudar O Mundo” Brasil de Fato	COMPLEMENTARES
Homenagem de Bolsonaro à ditadura "só ocorre porque crimes não foram punidos"	DITADURA
Homicídio, truculência e ilegalidade marcam operação na Maré GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
https://antropologiacritica.wordpress.com	COMPLEMENTARES
https://asarmas.wordpress.com	COMPLEMENTARES
https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/apublica-files-main/wp-	MANIFESTAÇÕES

content/uploads/2017/10/04125107/Infografico_Brasil_Ruas.html	
https://www.conjur.com.br/dl/palestra-barroso-jeitinho-brasileiro.pdf	COMPLEMENTARES
HUGO STUDART, O CALUNIADOR DOS HERÓIS DO ARAGUAIA	DITADURA
Hy-Brazil: do momento Geisel ao momento Chávez – Duplo Expresso	DITADURA
Hy-Brazil: nacionalismo às avessas – Duplo Expresso	INTERVENÇÃO MILITAR
Hy-Brazil: os Gerais e o Beco sem Saída – Duplo Expresso	INTERVENÇÃO MILITAR
Hy-Brazil: os Porões da Ditadura no Palácio do Planalto – Duplo Expresso	DITADURA
Hy-Brazil: viva a Revolução!, por Arkx - GGN	DITADURA
I Seminário Internacional de Mediação de Conflitos e Justiça Restaurativa	DIREITOS HUMANOS
I Seminário Pós/Des colonialismo e DH's na América Latina - Página inicial Facebook	DIREITOS HUMANOS
Identificação de ossada aponta caminho oposto da atual situação política, diz Sottili - Sul 21	DITADURA
Ignorante, coro por intervenção militar escancara implosão dos políticos - 30/05/2018 - Igor Gielow - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Igreja em Nova Friburgo (RJ) amanhece pichada com suásticas - Sul 21	CONSERVADORISMO
Igrejas evangélicas e a Internet cumprem função de escola no Brasil popular Opinião EL PAÍS Brasil	CONSERVADORISMO
IHU - 358 - 18/04/2011 - Anistia, Memória e Justiça	DITADURA
IHU - 437 - 17/03/2014 - 1964, golpe civil militar	DITADURA
IHU - 439 - 31/03/2014 - Brasil, a construção interrompida (golpe 64)	DITADURA
IHU - 497 - 14/11/2016 - Desmilitarização	INTERVENÇÃO MILITAR
IHU - A esquerda e a reinvenção da política	GOLPE 2016
IHU - ed. 519 - 30 anos da Constituição de 1988	MEMÓRIA
IHU - Junho 2013 - cinco anos depois	2013
IHU Ideias - 205 - Compreensão histórica do regime empresarial militar brasileiro - Fábio Konder Comparato	DITADURA
IHU Ideias - numero 267 - 2017 - O que resta da ditadura?	DITADURA
IHU Ideias #VempraRUA - nº.191 - 2013	2013
IHU Online - “Não há tema mais atual do que a memória”	MEMÓRIA
IHU Online - Baú da IHU On-Line	2013
IHU Online - Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical?	GOLPE 2016
IHU Online - Na dissimulação democrático-liberal, o fascismo apresenta suas armas	CONSERVADORISMO
IHU Online - Publicações - O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil	DITADURA
IHU Pós-colonialismo e pensamento descolonial	COMPLEMENTARES
IHUOnlineEdicao523.pdf	COMPLEMENTARES
IHUOnlineEdicao524.pdf	2013
II Seminário Internacional Pós-Colonialismo, Pensamento Descolonial e Direitos Humanos na América Latina	DIREITOS HUMANOS
II Seminário Pós/Descolonialismo e DH's na América Latina - Página inicial Facebook	DIREITOS HUMANOS
III Ato do Bloco de Luta por um Transporte Público - YouTube	2013

Il tumulto e la teoria dell'esodo	COMPLEMENTARES
Imagens constrangedoras das manifestações de domingo	GOLPE 2016
Imagens dos atos em defesa da Lava-Jato pelo país - Jornal O Globo	GOLPE 2016
Imaginarios sociales y memorias - Livro ALAS 2017	MEMÓRIA
Impeachment - Poder - Folha de S.Paulo	GOLPE 2016
Impeachment de Dilma é golpe de Estado, decide Tribunal Internacional — Rede Brasil Atual	GOLPE 2016
Impressões Rebeldes para quem tem o que dizer sobre revoltas	MANIFESTAÇÕES
Impunidade dos crimes da ditadura abriu brechas para o retrocesso atual - Le Monde Diplomatique	DITADURA
Impunidade dos crimes da ditadura abriu brechas para o retrocesso atual - Le Monde Diplomatique	DITADURA
Incêndio corrói Museu Nacional - 03/09/2018 - Incendio no museu nacional - Fotografia - Folha de S.Paulo	MEMÓRIA
Incêndio Museu Nacional: O Brasil queimou – e não tinha água para apagar o fogo Opinião EL PAÍS Brasil	MEMÓRIA
Incêndio no Museu Nacional não destruiu anexo com coleções raras - Sul 21	MEMÓRIA
Incomum, decisão pró-Bretas envolveu falha judiciária	CONSERVADORISMO
Incrá diz que desapropriação de R\$ 41 milhões no MT que beneficiou pai, tios e primos de Deltan Dallagnol foi ilegal - De Olho nos Ruralistas	CONSERVADORISMO
Index Poa - YouTube vídeos lutas em PA	MANIFESTAÇÕES
Indústria Química E Ditadura Brasil de Fato	DITADURA
Inebriados pelo poder, militares avalizam a liquidação do Brasil, por Carlos Drummond - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Infiltrados – Vigilância	INTERVENÇÃO MILITAR
Infográfico-5-anos-de-junho-de-2013.pdf	2013
INFOGRÁFICO: os militares no Palácio do Planalto GaúchaZH	INTERVENÇÃO MILITAR
INFOGRÁFICO: os militares no Palácio do Planalto GaúchaZH	INTERVENÇÃO MILITAR
Início · Acervo Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	DITADURA
Insatisfação, turbulência e a disputa entre a velha e a nova política Revista IHU Online #461	GOLPE 2016
Instituto Declatra lança Enciclopédia do Golpe em ato em defesa de Lula - Sul21	GOLPE 2016
Instituto Herzog: revelações sobre Geisel reforçam tese de revisão da Lei da Anistia - Sul 21	DITADURA
Instituto Humanitas Unisinos - IHU - 'Os pacotes do Temer alimentarão a esquerda brasileira e ela voltará ao poder'. Entrevista especial com Rudá Ricci	GOLPE 2016
Instituto Humanitas Unisinos - IHU - 'Lulismo vive seu momento mais difícil, mas não podemos ainda decretar seu fim'. Entrevista com André Singer	GOLPE 2016
Instituto Humanitas Unisinos - IHU - "A esquerda está viciada em seu próprio conforto"	GOLPE 2016
Instituto Humanitas Unisinos - IHU - "Quanto pior estivermos, piores serão os discursos do medo". Entrevista com Mariana Galvani	INTERVENÇÃO MILITAR
Instituto Humanitas Unisinos - IHU - A desobediência radical é a forma básica de	DIREITOS HUMANOS

resistência, afirma Adriano Pilatti	
Instituto Humanitas Unisinos - IHU - A esquerda pós-PT: "Chega uma hora em que a realidade precisa vencer o medo". Entrevista especial com Rodrigo Nunes	GOLPE 2016
Instituto Humanitas Unisinos - IHU - A política brasileira com as vísceras expostas. Entrevista especial com Moysés Pinto Neto	GOLPE 2016
Instituto Humanitas Unisinos - IHU - A política do precariado no mundo do trabalho. Entrevista especial com Ruy Braga	DIREITOS HUMANOS
Instituto Humanitas Unisinos - IHU - A primavera autônoma em São Paulo	2013
Instituto Humanitas Unisinos - IHU - A reinvenção da política no Brasil - Limites e possibilidades	CONSERVADORISMO
Instituto Humanitas Unisinos - IHU - A sociedade contra o Estado e o Mercado	GOLPE 2016
Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Black bloc: a tática fugidia que desnor-teia e assusta SP	2013
Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Brasileiros acordaram de um breve interlúdio de esperanças e promessas para voltar à dura realidade	GOLPE 2016
Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Crise política e a desconstrução do país. Entrevista especial com Moysés Pinto Neto	GOLPE 2016
Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Da incompreensão das ruas à judicialização da política brasileira. Entrevista especial com Moysés Pinto Neto	2013
Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Desafios frente ao neoliberalismo	GOLPE 2016
Instituto Humanitas Unisinos - IHU - É visível o silêncio das ruas em relação a Lava Jato, diz cientista político	GOLPE 2016
Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Junho 2013 se desdobrou. A sobrevivência do lulismo em jogo. Entrevista especial com André Singer	2013
Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Lei contra o terror e estado de exceção na democracia brasileira	DEMOCRACIA
Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Manifestações públicas de protesto não são terroristas	MANIFESTAÇÕES
Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Memória das Jornadas de Junho: ainda sinto o cheiro do vinagre e do gás lacrimogêneo	2013
Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Muros do condomínio esquerdista transformados em pontes de diálogo pragmático com a maioria inconformada. Entrevista especial com Moysés Pinto Neto	GOLPE 2016
Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Na comunidade das frustrações	DITADURA
Instituto Humanitas Unisinos - IHU - O "voto crítico" reelegeu Dilma. Pós-eleições, as contradições voltam à cena. Entrevista especial com Moysés Pinto Neto	COMPLEMENTARES
Instituto Humanitas Unisinos - IHU - O Brasil na era dos esgotamentos da imaginação política. Uma nação de zumbis que têm na melancolia seu modo de vida. Entrevista especial com Vladimir Safatle	GOLPE 2016
Instituto Humanitas Unisinos - IHU - O levante de Junho de 2013 e a ocupação de escolas	2013
Instituto Humanitas Unisinos - IHU - O lulismo é um sintoma da atual crise do sistema político, não sua solução	GOLPE 2016
Instituto Humanitas Unisinos - IHU - O neodesenvolvimentismo, a conciliação	DIREITOS HUMANOS

exacerbada e o encerramento	
Instituto Humanitas Unisinos - IHU - O processo de renovação da esquerda é atravancado pela 'renovada' hegemonia do PT. Entrevista especial com Pablo Ortellado	GOLPE 2016
Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Para evitar um eminente novo golpe de Estado	INTERVENÇÃO MILITAR
Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Protesto é resposta à tecnocracia, diz Nobre	MANIFESTAÇÕES
Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Seis elementos da conjuntura brasileira	GOLPE 2016
Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Sobre heróis e golpes	GOLPE 2016
Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Valores da periferia estão mais próximos do anarquismo do que do liberalismo. Entrevista especial com Marcio Pochmann	MANIFESTAÇÕES
Instituto Vladimir Herzog e Federação criam canal para ajudar professores ameaçados pela Escola Sem Partido GGN	DITADURA
Instituto Vladimir Herzog repudia agressões de Jair Bolsonaro a Michelle Bachelet - GGN	CONSERVADORISMO
Instituto Vladimir Herzog repudia aparelhamento da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos - GGN	DITADURA
Instituto Vladimir Herzog repudia manifestações do governo sobre golpe de 1964 - Sul 21	DITADURA
Instituto Vladimir Herzog repudia posicionamento do governo em relação ao golpe de 1964 – Instituto Vladimir Herzog	DITADURA
Institutos de pesquisa fazem levantamentos sobre o perfil dos manifestantes em Porto Alegre - Zero Hora	GOLPE 2016
Integrante de grupo radical de direita na ditadura foi preso como louco - Notícias - UOL Notícias	DITADURA
Integrantes da Lava Jato vivem na 'mesma bolha', diz pesquisador da UFPR - Sul 21	GOLPE 2016
Integrantes da Lava Jato vivem na “mesma bolha”, diz pesquisador da UFPR – Agência Pública	GOLPE 2016
Integrantes do MBL e municipais são levados a delegacia após briga durante protesto em Porto Alegre - Notícias de política - Notícias de Porto Alegre e Rio Grande do Sul - ZH	CONSERVADORISMO
Inteligência da ditadura funcionou ao lado do gabinete da reitoria da UFSC Notícias do Dia Florianópolis	DITADURA
Inteligência vê indícios de reação à intervenção na morte de Marielle Lauro Jardim - O Globo	INTERVENÇÃO MILITAR
Inteligência Estratégica	INTERVENÇÃO MILITAR
Intercept divide louros e dramas com a Folha - e agora #VazaJato?!, por Bruno Lima Rocha - GGN	GOLPE 2016
Intérpretes do Brasil	COMPLEMENTARES
Intervenção americana, Lava Jato e outras desconstruções GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Intervenção americana, Lava Jato e outras desconstruções GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Intervenção é luta das ruas e não do Judiciário, diz constitucionalista GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Intervenção federal na segurança do Rio: o que se sabe e o que falta ser definido Política G1	INTERVENÇÃO MILITAR
Intervenção federal no Rio desperta fantasmas sobre o papel do Exército Brasil EL	INTERVENÇÃO MILITAR

PAÍS Brasil	
Intervenção federal no Rio só fica abaixo de 'estado de sítio' e 'estado de defesa' — Rede Brasil Atual	INTERVENÇÃO MILITAR
Intervenção federal no Rio: o exército nas ruas – Blog da Boitempo	INTERVENÇÃO MILITAR
Intervenção federal no RJ é a 1ª desde a Constituição de 1988 Rio de Janeiro G1	INTERVENÇÃO MILITAR
Intervenção federal RJ: “Se você é negro...”: o vídeo com dicas de sobrevivência à intervenção no Rio Brasil EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Intervenção Militar - 12/03/2018 - Cotidiano - Fotografia - Folha de S.Paulo	INTERVENÇÃO MILITAR
Intervenção militar de 2018 reencena e radicaliza Operação Rio de 1994	INTERVENÇÃO MILITAR
INTERVENÇÃO MILITAR JÁ !! ?? MANIFESTAÇÃO EM TODO BRASIL - YouTube	INTERVENÇÃO MILITAR
Intervenção militar na segurança do Rio atinge os mais pobres - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Intervenção militar não se justifica e é ineficiente, diz ex-chefe da Polícia Civil do Rio - Sul21	INTERVENÇÃO MILITAR
Intervenção militar no Brasil: A perturbadora presença dos militares na América Latina Opinião EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Intervenção militar no Rio leva o Golpe para novo patamar (por Rodrigo Vianna) - Sul21	INTERVENÇÃO MILITAR
Intervenção militar no RJ é acirramento do golpe (por Sandro Ari Andrade de Miranda) - Sul21	INTERVENÇÃO MILITAR
Intervenção militar: A perigosa miragem de uma solução militar para a crise do Brasil Opinião EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Intervenção militar? 5 Perguntas para José Carlos Moreira - YouTube	INTERVENÇÃO MILITAR
Intervenção no Rio de Janeiro vai terminar em tragédia, diz Pedro Serrano - Sul21	INTERVENÇÃO MILITAR
Intervenção no Rio é aprovada por 69% da população, aponta pesquisa CNT/MDA - Jornal O Globo	INTERVENÇÃO MILITAR
Intervenção no Rio: Procuradoria diz que mandado coletivo pressupõe que moradores de bairros pobres são 'naturalmente perigosos' - BBC Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Intervenção só se for educacional, diz caminhoneiro grevista de São Paulo. - Chico da Boleia	INTERVENÇÃO MILITAR
Intervenção: quando a palavra golpe foi colocada em praça pública, por Rogério Mattos - GGN	GOLPE 2016
Intervencionistas criaram o 'mito' Bolsonaro e depois pularam do barco	CONSERVADORISMO
Intervencionistas criaram o 'mito' Bolsonaro e depois pularam do barco	CONSERVADORISMO
Interventor federal diz que 'Rio é um laboratório para o Brasil' Rio de Janeiro G1	INTERVENÇÃO MILITAR
Intimidação de Villas Bôas ao STF pode ter efeito reverso, dizem ministros - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Intimidação macartista vira rotina na universidade, diz Giorgio Romano - Sul 21	GOLPE 2016
Intolerância, racismo às claras e fuzis à mostra: o que vi (e senti) no maior protesto movido pelo ódio em décadas nos EUA - BBC Brasil	DIREITOS HUMANOS
IPTV USP :: 50 Anos do Golpe de 1964: A crise do populismo...	DITADURA
Isabela Oliveira Kalil – Medium	CONSERVADORISMO
ISSUU - Comissão Nacional da Verdade da União Nacional dos Estudantes por Comunicação UNE	MEMÓRIA
Isto não é uma análise do junho de 2013 Passa Palavra	2013

Itamaraty não reconhece existência de Golpe de 64 e cria constrangimento na ONU - GGN	DITADURA
Itamaraty vai pedir acesso a documentos da CIA sobre ditadura militar - Sul 21	DITADURA
Ivan no Twitter: "Quer dizer então que os apoiadores da intervenção militar sentiram hoje o que é uma amostra da intervenção militar? Grande dia!!! Duvido, mas quem sabe assim esse povo acorda.... https://t.co/DtVmDEKYtc".	INTERVENÇÃO MILITAR
Já Vimos Esse Filme - YouTube	GOLPE 2016
Jacques Rancière: "La extrema derecha está volviendo a ser exitosa en su evocación de símbolos identitarios muy primitivos"	CONSERVADORISMO
Jair Bolsonaro é eleito presidente do Brasil - Sul 21	CONSERVADORISMO
James Green: É evidente que o Brasil não vive um momento democrático. Crise tende a se aprofundar - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Jarbas Passarinho - YouTube	MEMÓRIA
Jason Stanley descreve os 10 passos do... - Juremir Machado da Silva Facebook	CONSERVADORISMO
https://cee.fiocruz.br/?q=jesse-de-souza-identidade-do-brasileiro-e-fruto-de-tres-mentiras-contadas-pela-elite	MEMÓRIA
João Carlos Haas Sobrinho: morte "causada pelo Estado brasileiro" durante a Ditadura - GGN	DITADURA
João Doria no Twitter: "Lamentável que o presidente da república apoie um ato antidemocrático, que afronta a democracia e exalta o AI-5. Repudio também os ataques ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal. O Brasil precisa vencer a pandemia e deve preservar sua democracia ____" / Twitter	DITADURA
Jornada de Junho de 2013 foi resultado de um Processo Histórico e preparou as ruas para o Golpe, por Alexandre Tambelli GGN	2013
Jornal do Brasil - País - Hildegard Angel: Minha mãe foi morta por ordem de Geisel	DITADURA
Jornal do Brasil - País - MPF denuncia ex-agente do Exército por morte de militante em 1971	DITADURA
Jornal Nacional - Ataques à democracia durante a greve causam repulsa em todos os setores	INTERVENÇÃO MILITAR
Jornal Nacional - Para EUA, havia corrupção na ditadura brasileira, diz texto da CIA	DITADURA
Jornal Nacional Fernando Haddad (PT) é entrevistado no Jornal Nacional Globoplay	GOLPE 2016
Jornal Nacional Jair Bolsonaro (PSL) é entrevistado no Jornal Nacional Globoplay	CONSERVADORISMO
Jornal Nacional Jornal Nacional - Edição de quinta-feira, 20/06/2013 Globoplay	2013
Jornal Nacional deixa Bolsonaro na zona de conforto GGN	CONSERVADORISMO
Jornalista argentino revela como as Forças Armadas construíram a candidatura de Bolsonaro para chegar ao poder GGN	CONSERVADORISMO
https://jornalggm.com.br/literatura/jornalista-lanca-livro-sobre-estrategia-do-golpe-e-como-derrota-lo/	GOLPE 2016
José Carlos Moreira: 'Uma democracia sem memória é como um Titanic desgovernado' - Sul 21	MEMÓRIA
José Dirceu, entrevista completa à TV GGN - YouTube	GOLPE 2016
Jovem com camiseta 'ele não' é marcada com canivete na Capital e delegado minimiza: 'isso não é uma suástica' - Sul 21	CONSERVADORISMO

Juiz do TJ-RJ condena à prisão ativistas envolvidos em protestos em 2013 e 2014 no Rio Rio de Janeiro G1	2013
Juíza libera bloco de Carnaval que celebra a tortura e homenageia Brilhante Ustra - Sul21	DITADURA
Juíza manda o ministro da Defesa apagar nota que defendia golpe militar - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Juízes e mordças (por Associação Juízes para a Democracia e Associação Latinoamericana de Juízes do Trabalho) - Sul 21	DEMOCRACIA
Julgamento de Lula foi uma farsa, um 'reality show' orquestrado, diz Werner Becker - Sul21	GOLPE 2016
Julgamento de Lula no STF: Do general Villas Bôas à reserva, a ofensiva dos militares que querem voz na política Brasil EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Julgamento de Lula no STF: Pressão política de militares no HC de Lula revela como Exército ganha espaço com Temer Brasil EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Julgamento de Lula no STF: Pressão política de militares no HC de Lula revela como Exército ganha espaço com Temer Brasil EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
https://jornalgggn.com.br/coluna-economica/julgamento-de-um-episodio-infame-os-meninos-terroristas/	INTERVENÇÃO MILITAR
Julgamento do assassinato de Merlino pela ditadura pode ser retomado nesta quinta - GGN	DITADURA
Julgamentos da ditadura: atentado do Riocentro é trancado no STJ - GGN	DITADURA
Jungmann compara crise da segurança no país à hiperinflação dos anos 80 - 06/03/2018 - Cotidiano - Folha	CONSERVADORISMO
Jungmann defende 'prestígio' das Forças Armadas e general fala em 'interesses políticos' - Política - Estadão	INTERVENÇÃO MILITAR
Jungmann: Prestígio das Forças Armadas permanece “nos mesmos níveis” GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Junho de 13 foi de sonho democrático a pesadelo autoritário, diz Bosco - 03/06/2018 - Ilustríssima - Folha	2013
Junho de 2013 aconteceu, mas não teve lugar. Entrevista especial com Rodrigo Nunes - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	2013
Junho de 2013 e o rumor da multidão: dissonâncias entre os movimentos sociais e os ativismos virtuais, por Paulo Fernandes Silveira - GGN	2013
Junho de 2013, a social democracia e a ascensão do bolsonarismo no Brasil do século XXI, por Cesar Calejon - GGN	2013
Junho de 2013: Ascensão e queda do Bloco de Luta - Junho de 2013	2013
Junho de 2013: Do desejo de renovação ao abismo do anti-establishment visceral. Entrevista especial com Bernardo Gutiérrez - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	2013
Junho, cinco anos depois - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	2013
Júnior, guru do MBL - Sul21	CONSERVADORISMO
Juremir Machado da Silva A ditadura corrupta	DITADURA
Juremir Machado da Silva A tortura no governo de Castelo Branco	DITADURA
Juremir Machado da Silva AI-5, o mais infame dos Atos	DITADURA
Juremir Machado da Silva Avenida da Ilegalidade e da Ditadura	DITADURA
Juremir Machado da Silva Bolsonaro é uma mentalidade	CONSERVADORISMO
Juremir Machado da Silva Bolsonaro perde no segundo turno	CONSERVADORISMO

Juremir Machado da Silva Compra de votos na ditadura	DITADURA
Juremir Machado da Silva Corruptos de estimação da ditadura	DITADURA
Juremir Machado da Silva Democracia segundo Lipovetsky	DEMOCRACIA
Juremir Machado da Silva Democracia X Bolsonaro	CONSERVADORISMO
Juremir Machado da Silva Geisel autoriza execuções	DITADURA
Juremir Machado da Silva Homem de bem, Daciolo e Bolsonaro	CONSERVADORISMO
Juremir Machado da Silva Marcito, o homem do AI-5	DITADURA
Juremir Machado da Silva Mourão e o cheiro de golpe	INTERVENÇÃO MILITAR
Juremir Machado da Silva Nazismo de esquerda, cultura da estupidez	GOLPE 2016
Juremir Machado da Silva Notícias da ditadura	DITADURA
Juremir Machado da Silva Por que Moro não quer ouvir Tacla Durán?	INTERVENÇÃO MILITAR
Juremir Machado da Silva Tortura nos pagos gaúchos	DITADURA
Juremir Machado da Silva Vídeo: Os militares e a Democracia	INTERVENÇÃO MILITAR
Juremir Machado da Silva compartilhou a... - Juremir Machado da Silva Facebook	COMPLEMENTARES
Juremir Machado da Silva compartilhou a... - Juremir Machado da Silva Facebook	MEMÓRIA
Juremir Machado da Silva entrevista Dilma Rousseff - YouTube	GOLPE 2016
Juremir Machado da Silva Duque de Caxias anti-herói	MEMÓRIA
Juremir Machado no Twitter: "A persistência da memória".	MEMÓRIA
Juremir Machado no Twitter: "Nossa ficha no SNI..."	MEMÓRIA
Juremir Machado pede demissão de programa ao vivo após ser impedido de fazer perguntas a Bolsonaro - Sul 21	CONSERVADORISMO
Júri Do Tribunal Internacional Pela Democracia Confirma Golpe No Brasil Brasil de Fato	GOLPE 2016
Justiça abre processo contra delegado que, na ditadura, queimou corpos em usina - GGN	DITADURA
Justiça Absolve Estuprador De Inês Etienne Romeu Brasil de Fato	DITADURA
Justiça de Transição e Usos Políticos do Poder Judiciário no Brasil em 2016: um Golpe de Estado Institucional? / Transitional Justice and Political Uses of the Judiciary in Brazil in 2016: an Institutional Coup? da Silva Filho Revista Direito e Práxis	GOLPE 2016
Justiça de Transição e Usos Políticos do Poder Judiciário no Brasil em 2016: um Golpe de Estado Institucional? / Transitional Justice and Political Uses of the Judiciary in Brazil in 2016: an Institutional Coup? da Silva Filho Revista Direito e Práxis	GOLPE 2016
Justiça de transição para a reconciliação do Brasil, último artigo de um procurador notável - GGN	DITADURA
Justiça do Chile condena 11 agentes da ditadura de Pinochet à prisão por desaparecimento de opositores em 1974 « Sul21	DITADURA
Justiça do Rio condena Sininho e outros ativistas a prisão por atos em 2013 - 17/07/2018 - Cotidiano - Folha	2013
Justiça do RJ condena à prisão 23 participantes de protestos em 2013 e 2014 - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	2013
Justiça do RJ condena à prisão 23 participantes de protestos em 2013 e 2014 - Ponte Jornalismo	2013

Justiça Federal abre ação penal contra médico acusado de tortura na ditadura militar - Jornal O Globo	DITADURA
Justiça Federal recupera 11 mil processos de decisões que ajudam a contar história do RS - Sul21	MEMÓRIA
Justiça mantém sentença que condenou PM a 12 anos de prisão por morte de sem-terra Rio Grande do Sul G1	DIREITOS HUMANOS
Justiça para Santiago Maldonado: o governo é responsável (comunicado de entidades de Direitos Humanos da Argentina) - Sul21	DIREITOS HUMANOS
Justiça terá mais uma chance de acertar as contas com a história por assassinato de Vladimir Herzog Brasil EL PAÍS Brasil	DITADURA
Konder Comparato: "Não está fora de cogitação um novo golpe" — CartaCapital	INTERVENÇÃO MILITAR
https://jornalggn.com.br/crise/kortunov-e-o-estado-de-excecao-no-brasil/	DIREITOS HUMANOS
La "Teoría de los dos demonios" como matriz del pasado reciente en la Argentina Redacción Popular	MEMÓRIA
La “teoría de los dos demonios”: un símbolo de la posdictadura en la Argentina A Contracorriente: una revista de estudios latinoamericanos	MEMÓRIA
La batalla por la memoria en América Latina La Otra Mirada Sur	MEMÓRIA
LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE OS USOS POLÍTICOS DO PASSADO LUPPA	COMPLEMENTARES
Lançamento do Livro "A democracia impedida: o Brasil no século XXI" IESP-UERJ em 24/07/2017 - YouTube	DEMOCRACIA
Lançamento: “Vozes do Silêncio contra a Violência de Estado” - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Las luchas por la memoria en América Latina. Historia reciente y violencia política	MEMÓRIA
Latuff e a ordem para prender Lula - Sul 21	GOLPE 2016
Latuff: Brincando de soldado - Sul21	INTERVENÇÃO MILITAR
Latuff: CIA revela Geisel como assassino Brasil 247	DITADURA
Latuff: com Supremo, com tudo... - Sul 21	GOLPE 2016
Lava jato, crise institucional e perigo para a Democracia: Forças Armadas “balançam as armas”, por Eduardo Costa Pinto GGN	DEMOCRACIA
Lava jato, crise institucional e perigo para a Democracia: não há nada tão ruim que não possa piorar - Carta Maior	DEMOCRACIA
Lava jato, crise institucional e perigo para a Democracia: não há nada tão ruim que não possa piorar - Carta Maior	DEMOCRACIA
Lava jato, crise institucional e perigo para a Democracia: não há nada tão ruim que não possa piorar - Carta Maior	DEMOCRACIA
Lawfare y operaciones psicológicas Agencia Paco Urondo Periodismo militante	GOLPE 2016
Legitimidade do eleito pode ser questionada por adversários, diz comandante do Exército - 09/09/2018 - Poder - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Lei da Anistia completa 40 anos - 25/08/2019 - Poder - Fotografia - Folha de S.Paulo	DITADURA
Lei da Anistia completa 40 anos com crimes da ditadura ainda impunes - Sul 21	DITADURA
Lei da Anistia completa 40 anos com crimes da ditadura ainda impunes - YouTube	DITADURA
Lei que anistiou militares da ditadura precisa de revisão, diz Pedro Dallari - Sul 21	DITADURA
Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro na ONU - 24/09/2019 - Mundo - Folha	CONSERVADORISMO
Leia íntegra do discurso de posse de Dilma Rousseff no Congresso — Governo do	GOLPE 2016

Brasil	
Lembrar junho de 2013 - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	2013
Lembremos para que nunca mais aconteça, por Pedro Gorki - GGN	MEMÓRIA
León Villarín, o espectro que paira sobre o Brasil (por Maister F. da Silva) - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Leonardo Avritzer Impasses da Democracia no Brasil	DEMOCRACIA
Leonardo Avritzer: "Sociedade não acredita no Temer, mas está cansada de se mobilizar" Brasil EL PAÍS Brasil	GOLPE 2016
Leonardo Sakamoto no Twitter: "Mais de 900 mil comentários de 9 mil páginas do Facebook coletados, entre 2012 e 2018, para analisar o conservadorismo no Brasil. Esse foi o esforço digital da pesquisadora Celina Lerner, doutora em Ciências Humanas e So	CONSERVADORISMO
liberdade acadêmica GGN	COMPLEMENTARES
Liberdade de Imprensa no Brasil - General Newton Cruz - YouTube	INTERVENÇÃO MILITAR
Líder diz que caminhoneiros querem encerrar greve, mas 'intervencionistas' não deixam	INTERVENÇÃO MILITAR
Líder do Movimento Brasil Livre compara Zumbi a Hitler "para chocar" Brasil EL PAÍS Brasil	CONSERVADORISMO
Lideranças progressistas reagem ao aceno de Bolsonaro à intervenção militar: 'o dia do fora já chegou' - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Lilia Schwarcz: intelectuais, PT e PSDB têm responsabilidade na ascensão de Bolsonaro - GGN	CONSERVADORISMO
Linha do Tempo « Em 1964	DITADURA
LinkClick.aspx	MEMÓRIA
Lista de Livros: O novo conservadorismo brasileiro, de Marina Basso Lacerda - GGN	CONSERVADORISMO
Lista mostra 89 mortos e desaparecidos durante governos Geisel e Figueiredo GaúchaZH	DITADURA
Lista Torturadores CNV	MEMÓRIA
Listagem por autor "D'Araujo, Maria Celina"	INTERVENÇÃO MILITAR
Livro analisa surgimento das redes de extrema-direita quatro anos antes da eleição de Bolsonaro - GGN	CONSERVADORISMO
Livro aponta tutela de militares na República - Política - Estadão	DITADURA
Livro defende que poder militar veio para ficar no Brasil - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Livro examina a "legalidade" da ditadura militar brasileira - 20/05/2010	DITADURA
Livro Guerra da tarifa -2005 - Leo Vinicius	COMPLEMENTARES
Livro registra o trabalho de fotógrafos engajados contra a ditadura - Sul21	DITADURA
Livro registra o trabalho de fotógrafos engajados contra a ditadura — Rede Brasil Atual	DITADURA
Livro relata colaboração britânica com tortura no Brasil na ditadura militar - 14/01/2018 - Poder - Folha	DITADURA
LIVRO Direita volver Final	CONSERVADORISMO
Livro Léo Vinicius Antes-de-junho_1.pdf	2013
Livro-reportagem revela segredos incômodos sobre a guerrilha do Araguaia Blog do Luciano Trigo G1	DITADURA
Livro: Caboclos Rebeldes - uma Aventura pela Guerra do Contestado.	COMPLEMENTARES

Livro: Ruas e redes Grupo Autêntica	MANIFESTAÇÕES
LIVROS_A Foice e o Martelo	COMPLEMENTARES
Livros Maria Celina D'Araujo	COMPLEMENTARES
Livros 123: Estado e Burguesia no Brasil - Antonio Carlos Mazzeo	CONSERVADORISMO
Livros 123: Estado e Burguesia no Brasil - Antonio Carlos Mazzeo - YouTube	CONSERVADORISMO
Livros com temática de direitos humanos são vandalizados na UnB GaúchaZH	DIREITOS HUMANOS
Livros fundamentais para entender a Guerrilha do Araguaia - Jornal Opção	DITADURA
Lobo solitário, Bolsonaro sonha com a glória - Sul21	CONSERVADORISMO
Locaute na greve dos caminhoneiros incluía pregos escondidos em laranjas e ameaças com armas GaúchaZH	INTERVENÇÃO MILITAR
Locaute: dependência de rodovias e demora para agir, os entraves na negociação da greve dos caminhoneiros	INTERVENÇÃO MILITAR
Loja de souvenirs tecnológicos – Vigilância	INTERVENÇÃO MILITAR
Luci Praun: Não ter passado a Ditadura a limpo fez o Brasil dar espaço a Bolsonaro GGN	DITADURA
Luciano Hang e o pelotão de empresários 'anticomunistas' pró-Bolsonaro Brasil EL PAÍS Brasil	CONSERVADORISMO
Luiz Puntel: "Meu livro é sobre a ditadura. Jamais pensei que seria censurado", diz autor de 'Meninos Sem Pátria' Cultura EL PAÍS Brasil	DITADURA
Lula concorrer sub judice dificulta estabilidade, diz comandante das Forças Armadas - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Lula é o maior ídolo do Dirceu - YouTube	GOLPE 2016
Lula no Le Monde: Por que quero voltar a ser presidente - Sul 21	GOLPE 2016
Lula, a foto símbolo e a força cósmica do Ubuntu, por Luis Nassif GGN	GOLPE 2016
Lula, o humano Brasil EL PAÍS Brasil	GOLPE 2016
Lula, o inconciliável Opinião EL PAÍS Brasil	GOLPE 2016
Lula: deputados afirmam que houve 'evidente quebra do sistema de justiça criminal' - Sul 21	GOLPE 2016
Luppa Ufrgs no Twitter: "RELATIVISMO, REVISIONISMO, NEGACIONISMO: TRÊS POSTURAS DISTINTAS EM RELAÇÃO À HISTÓRIA Relativizar, revisar, negar implicam formas distintas de nos relacionarmos com o passado. Não são sinônimos nem se justapõem plenamente. Segue o fio... https://t.co/iTJ05VVNJq" / Twitter	MEMÓRIA
Luta de classes e a dinâmica das representações políticas no Brasil - Le Monde Diplomatique	DIREITOS HUMANOS
Luta de classes e conflitos entre grupos de status: uma estratégia contra governos populares, por Paulo Fernandes Silveira - GGN	DIREITOS HUMANOS
Lutas e revoluções no Brasil – Wikipédia, a enciclopédia livre	MEMÓRIA
Mães e Pais Unidos pela Democracia (por Aline Kerber) - Sul 21	DEMOCRACIA
Magistrados ignoram testemunhas e citam laudo forjado da ditadura para isentar Ustra Brasil EL PAÍS Brasil	DITADURA
Maio de 1968 não foi um mês no Brasil, mas um ano inteiro Cultura EL PAÍS Brasil	DITADURA
Maioria do Supremo nega HC a Lula e cassa liminar que impedia prisão GGN	GOLPE 2016

Mais de 443 mil bolsas de estudo podem ser suspensas em 2019, diz Capes GaúchaZH	DIREITOS HUMANOS
Mais de 68 milhões de pessoas deslocadas em 2017 e um novo recorde de refugiados - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
Mais um desaparecido político é identificado GGN	MEMÓRIA
Mal-estar na caserna	INTERVENÇÃO MILITAR
Manifestação Anistia Internacional - YouTube	DITADURA
Manifestação 16/08: Manifestações anti-Dilma voltam às ruas do Brasil Brasil EL PAÍS Brasil	GOLPE 2016
Manifestação 16/08: Você vai ou não vai à manifestação do dia 16 contra Dilma e o PT? Vídeos EL PAÍS Brasil	GOLPE 2016
Manifestação 27 de junho de 2013 - Porto Alegre - YouTube	2013
Manifestação contra Dilma: Manifestantes a favor do impeachment de Dilma vão às ruas Brasil EL PAÍS Brasil	GOLPE 2016
Manifestação em Porto Alegre - "Caça ao Fortuna" 14/08/2013	2013
Manifestação em Porto Alegre sem cortes - 17 jun. 2013	2013
Manifestação em Porto Alegre termina em cerco, violência e prisões - Sul 21	MANIFESTAÇÕES
Manifestação por intervenção militar bloqueia via em SP - 13/03/2017 - Poder - Folha de S.Paulo	INTERVENÇÃO MILITAR
Manifestações a favor da Lava Jato: FOTOS - fotos em Política - gl	GOLPE 2016
Manifestações Anti-Dilma: Perfil de quem foi à Paulista destoa de lideranças e não poupa ninguém Brasil - política EL PAÍS Brasil	GOLPE 2016
Manifestações Anti-Dilma: Perfil de quem foi à Paulista destoa de lideranças e não poupa ninguém Brasil EL PAÍS Brasil	GOLPE 2016
Manifestações contra Dilma voltam às ruas com menos fôlego que antes Brasil EL PAÍS Brasil	GOLPE 2016
Manifestações de 13 de Março: Na política, mesmo os crentes precisam ser ateus Opinião EL PAÍS Brasil	GOLPE 2016
Manifestações de 26 de maio: O golpe de Bolsonaro é pela família, contra a nação Brasil EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Manifestações no Brasil Notícias EL PAÍS Brasil	MANIFESTAÇÕES
Manifestações no Brasil em 13 de dezembro; veja FOTOS - fotos em Política - gl	MANIFESTAÇÕES
Manifestações no Brasil: Maior manifestação da democracia brasileira joga Dilma contra as cordas Brasil EL PAÍS Brasil	2013
Manifestações: Um protesto contra todo o sistema político? Brasil EL PAÍS Brasil	MANIFESTAÇÕES
Manifestantes anti-Lula impedem chegada do ex-presidente em Passo Fundo - Sul 21	GOLPE 2016
Manifestantes de SP expõem motivos de ato antigoverno; veja vídeo - YouTube	GOLPE 2016
Manifestantes pedem intervenção militar na av. Paulista - 06/06/2018 - Greve dos caminhoneiros - Fotografia - Folha de S.Paulo	INTERVENÇÃO MILITAR
Manifestantes pedem intervenção militar na av. Paulista - 06/06/2018 - Greve dos caminhoneiros - Fotografia - Folha de S.Paulo	INTERVENÇÃO MILITAR
Manifestantes pedem intervenção militar na av. Paulista - 06/06/2018 - Greve dos caminhoneiros - Fotografia - Folha de S.Paulo	INTERVENÇÃO MILITAR
Manifestantes pedem intervenção militar na av. Paulista - 06/06/2018 - Greve dos	INTERVENÇÃO MILITAR

caminhoneiros - Fotografia - Folha de S.Paulo	
Manifestantes pedem intervenção militar na av. Paulista - 06/06/2018 - Greve dos caminhoneiros - Fotografia - Folha de S.Paulo	INTERVENÇÃO MILITAR
Manifestantes pró-intervenção militar são surpreendidos com intervenção militar em frente ao STF Revista Fórum	INTERVENÇÃO MILITAR
Manifestantes pró-intervenção militar são surpreendidos com intervenção militar em frente o STF - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Manifestantes voltam às ruas para pedir saída de Dilma de 'qualquer jeito' Brasil EL PAÍS Brasil	GOLPE 2016
Manutenção ilegal da prisão de Lula é a ditadura escancarada (por André Rosa) - Sul 21	DITADURA
Mapa das câmeras – Vigilância	INTERVENÇÃO MILITAR
Mapa das manifestações - Poder - Infográficos - Folha de S.Paulo	GOLPE 2016
Mapa do Impeachment	GOLPE 2016
Marcello Baquero - Nuposal	COMPLEMENTARES
Marcelo Freixo no Twitter: "No ato do AI-5, Bolsonaro ataca a velha política, mas por debaixo dos panos está fazendo acordo com o centrão em troca de cargos. Segue mentindo e fazendo o que sempre fez ao longo de seus 30 anos como deputado que viveu no esgoto da política. É imoral e criminoso." / Twitter	DITADURA
marcha da família com deus - Pesquisa Google	CONSERVADORISMO
Marcha da Família com Deus pela Liberdade - YouTube	MEMÓRIA
Marcha pela Família fracassa em Brasília e outras cidades - Carta Maior	CONSERVADORISMO
Marcio Pochmann: como evitar que a barbárie ponha fim ao regime democrático? - Sul21	GOLPE 2016
Marco Aurélio e Celso de Mello reagem à declaração "golpista" de Eduardo Bolsonaro GGN	CONSERVADORISMO
Marcos Nobre: "Com o campo progressista fragmentado, a centro-direita leva de lavada durante anos" Brasil EL PAÍS Brasil	CONSERVADORISMO
Margem Esquerda n.19 - Boitempo Editorial	GOLPE 2016
Margem Esquerda n.19 - Boitempo Editorial	GOLPE 2016
Maria Rita Kehl: "Brasil sempre achou melhor negociar com elite do que bater de frente" - Sul 21	MEMÓRIA
Marielle "A Primeira Execução Política Da Intervenção Militar" Brasil de Fato	INTERVENÇÃO MILITAR
Marielle and Monica: the LGBT activists resisting Bolsonaro's Brazil - YouTube	CONSERVADORISMO
Marielle e a "janela de oportunidade" (por Camilo Vannuchi) - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Marielle Franco e a Franquia do Crime, por Gustavo Gollo GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Marielle Franco e o Escritório do Crime, por Gustavo Gollo GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Marielle Franco, o novo sempre vem - Le Monde Diplomatique Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Marielle Franco, vereadora do PSOL e ativista social do Rio de Janeiro, é executada - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Marielle Franco: Ameaças aterrorizam moradores e ativistas que denunciam violência policial em Acari Brasil EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Marighella, notícias de um filme no exílio, por Luís Costa - GGN	DITADURA
Marilena Chauí defende diálogo da esquerda com o 'subproletariado' - Sul21	GOLPE 2016

Marinha e Aeronáutica citaram a prisão de pai do presidente da OAB, contrariando Bolsonaro - GGN	CONSERVADORISMO
Mataram um estudante, ele podia ser seu filho. Há 50 anos, um assassinato comoveu o Brasil. E se fosse hoje?	DITADURA
Matéria sobre PNDH3 2010	DIREITOS HUMANOS
Matias Spektor - Este é o documento secreto mais... Facebook	DITADURA
MBL - O grupo da mão invisível - Piauí	CONSERVADORISMO
MBL e deputado propagam mentiras em campanha difamatória contra Marielle Franco Brasil EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
MBL recua em pedido de renúncia e Vem Pra Rua adia ato contra Temer - 19/05/2017 - Poder - Folha de S.Paulo	GOLPE 2016
MBL, 'princesa do conservadorismo' e comandante viram alvo da direita - 30/05/2018 - Poder - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
MBL, heróis com pés de barro	CONSERVADORISMO
Médico terá de responder na Justiça por crimes da ditadura militar Agência Brasil	DITADURA
Medidas de exceção e o autoritarismo líquido do século XXI, por Pedro Serrano - GGN	CONSERVADORISMO
Melancolia, fragmentação e a crise da práxis. Desafios da esquerda brasileira. Entrevista especial com Sabrina Fernandes - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	GOLPE 2016
Memorando da CIA reforça que imagem de 'moderado' de Geisel era falsa, dizem historiadores Política G1	DITADURA
Memorando da CIA sugere que Geisel autorizou assassinato de opositores políticos GaúchaZH	DITADURA
Memória da resistência chilena ao golpe de estado de 1973 (por Comitê Carlos de Ré da Verdade e Justiça do RS) - Sul 21	DITADURA
Memória das Ciências Sociais no Brasil João Roberto Martins Filho CPDOC	DITADURA
Memória do Movimento Estudantil - YouTube	DITADURA
Memória e história da ditadura no Brasil feat. Leitura ObrigaHistória Feat 003 - YouTube	DITADURA
Memória, verdade e justiça: em busca de um lenço branco! - Sul 21	DITADURA
Memorial da Anistia em Belo Horizonte não vai mais existir, decide Damares - GGN	DITADURA
Memórias da ditadura - A maior referência na web sobre o período da ditadura brasileira	DITADURA
Memórias da ditadura - A maior referência na web sobre o período da ditadura brasileira (1)	DITADURA
Memórias Do Movimento Estudantil - O Afeto Que Se Encerra VIDEOCAMP	DITADURA
Memórias do Movimento Estudantil (2007) - FILME COMPLETO - YouTube	DITADURA
Memórias Reveladas - Página inicial Facebook	DITADURA
Mensagens mostram colaboração entre Moro e Deltan na Lava Jato, diz site - 09/06/2019 - Poder - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Mercado de trabalho na estagnação econômica (por Marcio Pochmann) - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
Metade dos brasileiros vê chance de nova ditadura, diz Datafolha	DITADURA
Metade dos eleitores prefere ser autônomo a ter emprego CLT, diz Datafolha - 20/09/2018 - Mercado - Folha	DIREITOS HUMANOS

Meu nome não é Sininho – Agência Pública	2013
Meu tio foi assassinado pelo ídolo de Bolsonaro	CONSERVADORISMO
Meus dois tostões sobre 2013 e as declarações de Luiz Inácio, por Luis Felipe Miguel - GGN	2013
Michel Temer pretende reativar o SNI para combater inimigo interno e criar uma aparência de legitimidade (por Fernando Marcelino) « Sul21	GOLPE 2016
Microsoft Word - 41 ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS versÃ£o 2	COMPLEMENTARES
Microsoft Word - Imperio Portugues 4.doc	MEMÓRIA
Mídia omissa e antipetismo crônico abriram espaço para pedidos de intervenção militar, por Tiago Barbosa GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Milícia tem mais poder que tráfico no RJ, diz professor EXAME	INTERVENÇÃO MILITAR
Militar apontado como torturador processa vítima alegando 'danos morais' - GGN	DITADURA
Militar filma palestra de cientista que criticou Bolsonaro - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Militar que matar em operações como a do Rio será julgado por corte militar, e não pela Justiça comum Brasil EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Militares 'ficham' trabalhadores que moram em favelas no Rio de Janeiro - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Militares caem na armadilha criada ao associarem-se a Bolsonaro - 08/05/2019 - Poder - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Militares candidatos terão projeto unificado e Mourão como cabo eleitoral - Notícias - UOL Eleições 2018	INTERVENÇÃO MILITAR
Militares concordam com críticas ao Congresso e STF, mas rejeitam liderança de mobilização GaúchaZH	INTERVENÇÃO MILITAR
Militares da reserva inquietos com possível hábeas a Lula GaúchaZH	INTERVENÇÃO MILITAR
Militares de baixa patente romperam com Bolsonaro, diz sindicalista - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Militares do governo temem violência e endossam discurso contra quarentena total - 30/03/2020 - Poder - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Militares e altos salários no Legislativo e Judiciário serão 'poupados' da reforma - Sul21	DIREITOS HUMANOS
Militares gaúchos são julgados na Itália por desaparecimento durante a ditadura - Sul21	DITADURA
Militares já se espalham por 21 áreas do governo Bolsonaro, de banco estatal à Educação - 20/01/2019 - Poder - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Militares marcam presença no Congresso Nacional	INTERVENÇÃO MILITAR
Militares se unem para lançar 71 candidatos nas eleições 2018 - Política - Estadão	INTERVENÇÃO MILITAR
Militares temem efeitos do radicalismo com Bolsonaro isolado - 27/03/2020 - Poder - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Militares voltam ao centro da política pelas mãos de Michel Temer	INTERVENÇÃO MILITAR
Militares, (des)informação e batalha política - Carta Capital	INTERVENÇÃO MILITAR
Militares, (des)informação e batalha política — CartaCapital	INTERVENÇÃO MILITAR
Militares, milicianos e o governo Bolsonaro: uma hipótese de interpretação dos últimos acontecimentos, por William Nozaki - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Militarização no Brasil: a perpetuação da guerra ao inimigo interno. Entrevista especial com Maria Alice Rezende de Carvalho - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	INTERVENÇÃO MILITAR
Ministério do Silêncio Blog do Lucas Figueiredo	COMPLEMENTARES

Ministério Público é formado por elite masculina, branca e rica, revela pesquisa « Sul21	DIREITOS HUMANOS
Ministério Público reabre investigação sobre morte de Herzog - 30/07/2018 - Poder - Folha	DITADURA
Ministro da Defesa distorce dados sobre militares no déficit da Previdência – Agência Pública	INTERVENÇÃO MILITAR
Ministro da Defesa diz que declarações do comandante do Exército não significam uso de força e que a população pode ficar tranquila Política G1	INTERVENÇÃO MILITAR
Ministro da Defesa diz que documento da CIA é assunto para historiador Agência Brasil	DITADURA
Ministro da Educação diz que professores estão coagindo alunos a participarem de protestos GaúchaZH	DIREITOS HUMANOS
Ministro da Educação promete manutenção de bolsas da Capes em 2019 - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
Ministro do GSI perde espaço no núcleo militar - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Ministro interino da Defesa diz que documentos da CIA são 'para historiadores e a Justiça' - Jornal O Globo	DITADURA
Ministro Luís Roberto Barroso critica 'tentações autoritárias' motivadas por 'turbulência circunstancial' Política G1	CONSERVADORISMO
Ministros do STF defendem autonomia de universidades após ações da justiça eleitoral - Sul 21	CONSERVADORISMO
Ministros preveem ações contra Moro após reação a ordem para prender Lula – Painei	INTERVENÇÃO MILITAR
Mino Carta: "Na hora H, PT confirma sua vocação velhaca. Cortar o programa de Haddad é uma vergonha" - YouTube	GOLPE 2016
Mito: "O golpe de 1964 foi idealizado pelos EUA"	DITADURA
Monitor do debate político no meio digital Facebook	COMPLEMENTARES
Moradores de favelas se articulam para criar a Comissão Popular da Verdade no Rio - Sul 21	DITADURA
Moradores em situação de rua denunciam práticas de tortura em abordagem da Brigada Militar - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Moradores relatam abusos em ação das Forças Armadas com 13 mortos no RJ - Ponte Jornalismo	INTERVENÇÃO MILITAR
Moro condena a ditadura que Bolsonaro apoia - 06/11/2018 - Mônica Bergamo - Folha	DITADURA
Moro publica portaria que pode abrir espaço para deportação do jornalista Glenn Greenwald - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Morre Alberto Dines, criador do 'Observatório da Imprensa' - Sul 21	MEMÓRIA
Morre Eunice Paiva, símbolo da luta contra a ditadura civil-militar no país - Sul 21	DITADURA
Morre Henry Sobel, um ativista pelo fim da ditadura no Brasil - GGN	DITADURA
Morre Immanuel Wallerstein, o teórico do "sistema-mundo" - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	COMPLEMENTARES
Morre o comandante Clemente, o guerrilheiro que a ditadura nunca conseguiu capturar - Sul 21	DITADURA
Morre último ditador argentino, cumprindo pena de prisão perpétua por crimes contra a humanidade - Sul 21	DITADURA

Morte Edson Luis & Marcha Dos Cem Mil - YouTube	DITADURA
Mortos e desaparecidos da ditadura ainda sem respostas, por Eugênia Gonzaga GGN	DITADURA
Mourão culpa PT por ataque a Bolsonaro e dispara: "Os profissionais da violência somos nós" Revista Fórum	INTERVENÇÃO MILITAR
Mourão e Villas Bôas são partes de um mesmo pensar, por Luís Felipe Miguel GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Mourão II, um médium de D. Pedro I?, por Fábio de Oliveira Ribeiro GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Mourão participa da Reativação da 6ª Divisão de Exército em São Leopoldo	INTERVENÇÃO MILITAR
Mourão participa da Reativação da 6ª Divisão de Exército em São Leopoldo - YouTube	INTERVENÇÃO MILITAR
Mourão participa de reabertura de unidade militar fechada por Dilma no RS GaúchaZH	INTERVENÇÃO MILITAR
Mourão, o moderado Opinião EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Mourão, o moderado Opinião EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Mourão: "Há gente que diz que foi torturada e não foi. E outros que foram e não falam nada" Brasil EL PAÍS Brasil	DITADURA
Movimento Brasil Livre: "Dilma deve cair até o final do ano" Brasil EL PAÍS Brasil	GOLPE 2016
Movimento Brasil Livre: Não é uma banda de indie-rock, é a vanguarda anti-Dilma Brasil EL PAÍS Brasil	GOLPE 2016
Movimento pela memória não tem volta, 'não depende de comissão', diz procuradora exonerada - Sul 21	MEMÓRIA
Movimento por Verdade e Justiça denuncia desmonte da Comissão de Anistia « Sul21	DITADURA
Movimentos defendem unidade e formação de frente de resistência democrática - Sul 21	MANIFESTAÇÕES
Moysés Pinto Neto — Medium	COMPLEMENTARES
MP do Trabalho processa Havan, acusada de coagir funcionários a votar em Bolsonaro - Jornal O Globo	CONSERVADORISMO
MP orienta Unisinos a não permitir ato em defesa da democracia; alunos mantêm manifestação - Sul 21	DEMOCRACIA
MPF aponta interferência de Bolsonaro no Exército	INTERVENÇÃO MILITAR
MPF cobra ações para localizar desaparecidos na Guerrilha do Araguaia - Sul 21	DITADURA
MPF decide reabrir investigações sobre assassinato de Vladimir Herzog GaúchaZH	DITADURA
MPF denuncia ex-agente do Exército por morte de militante em 1971 - Sul 21	DITADURA
MPF denuncia ex-agente e legistas pelo assassinato de militante durante regime militar - GGN	DITADURA
MPF denuncia ex-agentes da ditadura por desaparecimento de militante em 1971 - Sul 21	DITADURA
MPF denuncia ex-delegado do DOPS por incineração de 12 cadáveres durante a ditadura - GGN	DITADURA
MPF denuncia juiz e procurador por colaboração com a ditadura - Sul 21	DITADURA
MPF denuncia mais dois agentes por morte e ocultação de corpos durante a ditadura - Sul 21	DITADURA
MPF em SP denuncia pela 1ª vez integrantes da Justiça e do Ministério Público Militar por colaboração com a ditadura São Paulo G1	DITADURA

MPF emite parecer contra celebração da ditadura - GGN	DITADURA
MPF faz recomendação a UFRGS e outras instituições para garantir liberdade de ensinar a professores - Sul 21	CONSERVADORISMO
MPF pede anulação do decreto que alterou Comissão de Mortos e Desaparecidos - GGN	DITADURA
MPF quer mapear homenagens de universidades a torturadores - Sul 21	DITADURA
MPF reabre investigação para apurar morte de Herzog - Sul 21	DITADURA
MPF reabre investigações do caso Vladimir Herzog após Brasil ser responsabilizado pela OEA São Paulo G1	DITADURA
MPF tenta anular decreto de Bolsonaro sobre mortos e desaparecidos na ditadura - Sul 21	DITADURA
MPF-SP denuncia ex-agente do Doi-Codi por assassinato de militante político São Paulo G1	DITADURA
MST, a silenciosa linha de frente de segurança da Caravana de Lula - Sul 21	GOLPE 2016
Mudanças no Exército consolidam posição legalista do comandante Pujol - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Mulher de general acusado por morte de Rubens Paiva foi assessora de Bolsonaro	INTERVENÇÃO MILITAR
Mulher do general Belham, acusado pela morte de Rubens Paiva, foi assessora de Bolsonaro - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Mulheres na Ditadura: 3 documentários para entender a repressão e a luta	DITADURA
Multidão encara chuva e faz ato contra cortes na educação superar o do Parcão - Sul 21	MANIFESTAÇÕES
Mundo pré-globalização terminou em 2013, afirma Marcos Nobre - 28/05/2018 - Ilustríssima - Folha	2013
Museo de la Memoria y los Derechos Humanos	MEMÓRIA
n. 18 (2019) Perseu: História, Memória e Política	MEMÓRIA
Na ditadura havia uma preocupação em travestir as execuções. Hoje, isto está legalizado, diz pesquisadora - Sul 21	DITADURA
Na ditadura, empreiteiras 'deitaram e rolaram' com recursos públicos, diz historiador - Sul21	DITADURA
Na Globo, Boulos faz discurso contra ditadura e fala repercute na web	DITADURA
NA ÍNTEGRA: General Mourão, vice de Bolsonaro, fala a respeito do 13º salário. - YouTube	INTERVENÇÃO MILITAR
Na Marcha para Jesus, Bolsonaro diz que nunca defendeu intervenção militar - Notícias - UOL Eleições 2018	INTERVENÇÃO MILITAR
Na TV Globo, Bolsonaro e Haddad são alvos em último debate presidencial	CONSERVADORISMO
Na véspera de julgamento sobre Lula, comandante do Exército diz repudiar impunidade - 03/04/2018 - Poder - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Na volta do horário gratuito, Haddad condena violência política; Bolsonaro tem tom 'anticomunista' - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Nando Moura Oficial no Twitter: "Isso aqui é absolutamente surreal... No meio de uma pandemia, tossindo loucamente, com multidão aglomerada na frente do quartel pedindo AI-5, dizendo que acabou negociação, que é o "povo no poder". Qual povo? O GADO DOENTE? Hugo Chávez agora??? https://t.co/8CkWbgL3zR" / Twitter	DITADURA
Não à censura. Pela liberdade de expressão (por Comitê da UFRGS pela Democracia)	DEMOCRACIA

- Sul 21	
Não ao Golpe Facebook	GOLPE 2016
Não é de hoje que a violência é marca da política brasileira - 08/04/2018 - Angela Alonso - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Não há espaço para aventuras exóticas, diz Villas Bôas sobre militares no Brasil - 12/11/2018 - Poder - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Não houve eleição e não há presidente Opinião EL PAÍS Brasil	CONSERVADORISMO
Não ignore as mudanças do Brasil de Bolsonaro	CONSERVADORISMO
Não queremos negociar nada, diz Bolsonaro em carreatá a favor do governo e por intervenção militar GaúchaZH	INTERVENÇÃO MILITAR
Não se constrói um mito da noite para o dia, por Fernanda Almeida GGN	CONSERVADORISMO
Não se nasce bolsominion, torna-se bolsominion - Le Monde Diplomatique	CONSERVADORISMO
https://jornalggn.com.br/artigos/nao-veras-brasil-nenhum/	DITADURA
Nas ruas do Brasil, a ditadura ainda vive - Sul21	DITADURA
Nascido em 27 de agosto. Luiz Almeida Araujo, presente! - GGN	DITADURA
Nassif entrevista Leonardo Avritzer sobre crise política - YouTube	COMPLEMENTARES
Navalha na carne... dos pobres	DIREITOS HUMANOS
nazistas brasileiros GGN	CONSERVADORISMO
NE - DIA DO SOLDADO, 25/08/2019	INTERVENÇÃO MILITAR
Negar a ditadura é uma agressão às vítimas e à sociedade – Agência Pública	DITADURA
Nem fascistas nem teleguiados: os bolsonaristas da periferia de Porto Alegre Brasil EL PAÍS Brasil	CONSERVADORISMO
Neonazistas que atacaram judeus em 2005 em Porto Alegre vão a júri popular - G1 Rio Grande do Sul - Bom Dia Rio Grande - Catálogo de Vídeos	CONSERVADORISMO
Neutralidade entre Haddad e Bolsonaro deve custar caro a partidos e à democracia - Sul 21	CONSERVADORISMO
Ninguém solta a mão de ninguém - Sul 21	MANIFESTAÇÕES
No 'Jornal Nacional', Bolsonaro volta a falar de kit gay e ameaça punir 'Folha' - Sul 21	CONSERVADORISMO
No Brasil, 1 a cada 3 acredita que golpe militar se justifica em casos de muita corrupção - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
No Brasil, opinião autoritária sobre segurança é histórica - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	CONSERVADORISMO
No golpe dentro do golpe, só os bancos arrastam as fichas	GOLPE 2016
No rastro da nova direita Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio	CONSERVADORISMO
No Rio, truculência da Guarda Municipal também atinge quem tem licença	DIREITOS HUMANOS
No WhatsApp, caminhoneiros dizem que greve está longe do fim	INTERVENÇÃO MILITAR
Nomeado para Comissão da Anistia aparece como colaborador da ditadura - Jornal O Globo	DITADURA
Nota de repúdio — Instituto de Ciências Humanas Comunicação e Arte	CONSERVADORISMO
Nota de repúdio ao decreto de intervenção federal-militar no RJ (por Associação Juízes para a Democracia) - Sul21	INTERVENÇÃO MILITAR
Nota do IVH: Documento confirma relatório final da Comissão Nacional da Verdade – Instituto Vladimir Herzog	MEMÓRIA
Nota Pública contra o cancelamento do Memorial da Anistia - GGN	DITADURA

Nota Pública das entidades do Movimento Memória, Verdade e Justiça de repulsa à declaração de Jair Bolsonaro - GGN	MEMÓRIA
nota_informativa_Oxfam_Datafolha_Nos_desigualdades.pdf	DIREITOS HUMANOS
nota-publica-sobre-declaracao-emitida-pelo-presidente-da-republica-acerca-do-desaparecimento-de-fernando-augusto-de-santa-cruz-oliveira	MEMÓRIA
nota-tecnica-conjunta-pfdc-e-2a-ccr-1-2018	INTERVENÇÃO MILITAR
NOTAS DOS ATIVISTAS CONDENADOS POR CONTA DAS MANIFESTAÇÕES DE 2013/2014 Jornalistas Livres	2013
Notas sobre ‘Os Fins da Democracia’: etnografar protestos, manifestações e enfrentamentos políticos	DEMOCRACIA
Notas sobre o bonapartismo, o fascismo e o bolsonarismo - GGN	CONSERVADORISMO
Notas sobre o Golpe em marcha no Brasil – Blog da Boitempo	GOLPE 2016
Notícias de uma Guerra Particular - Entrevista com Hélio Luz - YouTube	COMPLEMENTARES
Notícias STF :: STF - Supremo Tribunal Federal	MEMÓRIA
Notícias STF :: STF - Supremo Tribunal Federal	MEMÓRIA
Nova Direita? Guerras de memória em tempos da Comissão da Verdade (2012-2014) - YouTube	DITADURA
Nova montagem de “Roda Viva” amplia crítica política, por Luiz Roberto Serrano - GGN	MEMÓRIA
Novas Formas De Fazer Política E Velhas Maneiras De Terrorismo De Estado Brasil de Fato	MEMÓRIA
Novo clipe! Dilma Coração Valente, Força Brasileira (jingle campanha 2014) - YouTube	GOLPE 2016
Novo foro dos militares já tirou mil ações da Justiça comum, de ameaça a tortura - Jornal O Globo	INTERVENÇÃO MILITAR
Novo integrante da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos exalta torturador e ex-chefe do DOI-CODI - GGN	DITADURA
Núcleo de Direitos Humanos – Unisinos	DIREITOS HUMANOS
Núcleo militar entrega lista com 25 nomes para cargos na transição	INTERVENÇÃO MILITAR
Núcleo para monitorar recomendações da Comissão da Verdade será ‘pedra no sapato do Estado’ - Sul 21	DITADURA
nucleomemoria	MEMÓRIA
Nunca Mais? - Ponte Jornalismo	DITADURA
Nunca o brasileiro confiou tão pouco na Presidência. Bolsonaro surfa nessa onda.	CONSERVADORISMO
O “golpe militar”, o “sincericídio” — plantado — de Toffoli e o General tarado – Duplo Expresso	DITADURA
O 2014 que esquecemos (por Moysés Pinto Neto) - Sul21	GOLPE 2016
O 5º dia de protestos dos caminhoneiros no país em mapas Economia G1	INTERVENÇÃO MILITAR
O absurdo que parece não ser percebido pelas viúvas da ditadura militar – Ceticismo Político	DITADURA
O acerto e os erros do PT, por Aldo Fornazieri GGN	GOLPE 2016
O agente duplo da ditadura brasileira que delatou até sua mulher	DITADURA
O AI-5 colocou o Brasil num imenso pau de arara, por Francisco Celso Calmon - GGN	DITADURA

O AI-5 e a interdição do futuro do Brasil, por Fernando Horta GGN	DITADURA
O alto custo de vida, o povo mais pobre e a greve dos caminhoneiros - Repórter Popular	INTERVENÇÃO MILITAR
O amanhã não pode ser apenas inverno Opinião EL PAÍS Brasil	GOLPE 2016
O antipetismo como herança do anticomunismo – IESP nas Eleições	CONSERVADORISMO
O arriscado movimento: A crise dos direitos humanos e o profundo embate democrático hemisférico, por Renata Peixoto de Oliveira - GGN	DIREITOS HUMANOS
O ataque dos machos brancos Opinião EL PAÍS Brasil	CONSERVADORISMO
O autoengano do cartesiano Ortellado, por Wagner Romão GGN	GOLPE 2016
O autoritarismo na formação econômica, social e política do Brasil. Entrevista especial com Carlos Eduardo Santos Pinho - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	CONSERVADORISMO
O avanço da criminalização não vai parar nossa missão! (por Comissão Pastoral da Terra) - Sul 21	COMPLEMENTARES
O banquete dos vitoriosos, militares e juízes, por Luis Nassif GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
O batalhão de candidatos fardados — CartaCapital	INTERVENÇÃO MILITAR
O Big Brother morreu – Vigilância	INTERVENÇÃO MILITAR
O black bloc e a violência – Agência Democratize – Medium	2013
O black bloc e a violência – Agência Democratize – Medium	2013
O blog do Demodê — Congruência ou disputa ideológica? Rodrigo Lenz	INTERVENÇÃO MILITAR
O bolsonarismo nasce na Avenida Paulista, aponta pesquisadora de movimentos conservadores - GGN	CONSERVADORISMO
O Brasil debate a revisão da lei da Anistia para os crimes da ditadura Brasil EL PAÍS Brasil	DITADURA
O Brasil do relho - Sul 21	CONSERVADORISMO
O Brasil no divã – Agência Pública	CONSERVADORISMO
O Brasil no interregno de Gramsci	GOLPE 2016
O Brasil precisa acertar as contas com os escravizados	DIREITOS HUMANOS
O Brasil sob a sombra das maiorias silenciosas ~ Cinema Secreto: Cinegnose	COMPLEMENTARES
O Brasil, nestes 50 anos - Carta Maior	DITADURA
O caminho mais seguro para derrotar Bolsonaro é óbvio, mas há quem prefira flertar com o apocalipse	CONSERVADORISMO
O capitalismo dependente latino-americano 40 anos depois – LavraPalavra	MEMÓRIA
O capitão nunca esteve tão próximo do Planalto, por Ricardo Cappelli GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
O caso da autocritica do PT, por Luis Nassif GGN	GOLPE 2016
O cenário político e da esquerda no Brasil à luz do contexto latino-americano - YouTube	GOLPE 2016
O cerco legal às manifestações como um duro legado de 2013 Brasil EL PAÍS Brasil	2013
O chuchu quer conquistar a soja Opinião EL PAÍS Brasil	CONSERVADORISMO
O colapso do nacionalismo no Brasil – Revista Inteligência	DITADURA
O colapso do nacionalismo no Brasil, por Alberto Guerreiro Ramos - GGN	DITADURA
O combate ao conhecimento como política de estado, por Luis Felipe Miguel - GGN	CONSERVADORISMO
O comprometimento com o ofício do historiador - Carta Maior	MEMÓRIA

O Cone Sul e a Operação Condor 2.0, por Cesar Calejon - GGN	DITADURA
O controle democrático das Forças Armadas Opinião EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
O corte da Capes em 2019: implosão científica, tecnológica e humanística nacional, por Eliseu Venturi GGN	DIREITOS HUMANOS
O debate Arantes/Fausto sobre estado de exceção O Ingovernável	INTERVENÇÃO MILITAR
O desafio de desconstruir os intérpretes do Brasil. Entrevista com Jessé Souza - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	COMPLEMENTARES
O Dia dos Pais especial dos filhos de desaparecidos políticos - GGN	DITADURA
O dia em que Nestor Kirchner baixou os quadros dos ditadores militares: verdade, memória e justiça, por Rafael Molina Vita - GGN	DITADURA
O dia em que o passo deu 52 anos para trás - Carta Maior	GOLPE 2016
O dia que Franklin não voltou para casa, por Ivanisa Teitelrojt Martins - GGN	DITADURA
O DIREITO (E O DEVER) À MEMÓRIA. UM PAÍS NÃO PODE SE CALAR DIANTE DE TUDO O QUE LHE DIZEM OS MORTOS (E OS VIVOS) DA DITADURA Cioatto Espaço Jurídico Journal of Law [EJL]	DITADURA
O discurso de ódio que está envenenando o Brasil Atualidade EL PAÍS Brasil	CONSERVADORISMO
O Estado brasileiro contra os movimentos sociais - Le Monde Diplomatique	2013
O estado de exceção avança sobre as universidades, por Luis Nassif GGN	CONSERVADORISMO
O estado de exceção é a regra geral - Le Monde Diplomatique Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
O estupro do Brasil e a (ultra!) camuflagem: onde se esconde o último militar nacionalista? – Duplo Expresso	INTERVENÇÃO MILITAR
O fascismo e a irrupção do sujeito paranoico, por Wilton Moreira - GGN	CONSERVADORISMO
O fascismo não perdoa nem os que, por burrice, oportunismo ou covardia, o atraem (por Mauro Santayana) - Sul 21	CONSERVADORISMO
O fascismo nosso de cada dia ... ou quem será comido primeiro?, por Fernando Horta GGN	CONSERVADORISMO
O fascismo vive em nós através do dispositivo do neoliberalismo Revista IHU Online #490	CONSERVADORISMO
O fator militar no Brasil pós-pandemia - YouTube	INTERVENÇÃO MILITAR
O feminismo toma o Chile — CartaCapital	COMPLEMENTARES
O fim da Nova República — CartaCapital	GOLPE 2016
O fim da Nova República, por Leonardo Avritzer GGN	GOLPE 2016
O fim da polarização	CONSERVADORISMO
O fim fósil do pacto político e econômico da Nova República - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	MEMÓRIA
O fim misterioso da entidade da Olavo de Carvalho nos EUA	CONSERVADORISMO
O flerte de Mourão com a ruptura Blog do Helio Gurovitz G1	INTERVENÇÃO MILITAR
O general assessor de Toffoli, que faz pontes entre o STF e a caserna - Época	INTERVENÇÃO MILITAR
O general Leônidas está de novo no caminho de Bolsonaro - Política - Estadão	INTERVENÇÃO MILITAR
O general Leônidas está de novo no caminho de Bolsonaro, por Marcelo Godoy - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
O Globo - DNA do Congresso Nacional	CONSERVADORISMO
O golpe de 1964 como uma ação de classe: uma polêmica com certas tendências da historiografia brasileira Blog Esquerda Online	DITADURA

O golpe de 2016 e seu estudo nas universidades - Le Monde Diplomatique	GOLPE 2016
O golpe de 64 e a modernização conservadora - Carta Maior	DITADURA
O golpe de Bolsonaro está em curso Opinião EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
O golpe e os golpeados	GOLPE 2016
O Golpe no Brasil e a reorganização imperialista em tempo de globalização - Le Monde Diplomatique	INTERVENÇÃO MILITAR
O governo Bolsonaro, o neofascismo e a resistência democrática - Le Monde Diplomatique	CONSERVADORISMO
O governo e as ruas - Le Monde Diplomatique Brasil	MANIFESTAÇÕES
O Governo Temer e a nova agenda conservadora	GOLPE 2016
O Grande Irmão do cerrado – Vigilância	INTERVENÇÃO MILITAR
O GRANDE SALTO PARA TRÁS DE MICHEL TEMER - Segunda Opinião	GOLPE 2016
https://jornalggm.com.br/historia/o-homem-que-nao-gostava-de-gatos/	CONSERVADORISMO
O impacto da tortura e da violência Christian Dunker Falando nIsso 236 - YouTube	INTERVENÇÃO MILITAR
O inevitável fim da “revolução do eu” (por Maister F. da Silva) - Sul 21	MEMÓRIA
O Ingovernável Soyez réalistes; demandez l'impossible!	COMPLEMENTARES
O inverno está chegando, por Ricardo Cappelli - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
O jogo dos sete erros - 1964-2016 - O Cafezinho	DITADURA
O junho que nos desafia (por Tarso Genro) - Sul 21	2013
O legado dos protestos de 2013: mais repressão, vigilância e vítimas criminalizadas - Ponte Jornalismo	2013
O levante de Junho de 2013 e a ocupação de escolas	2013
O lucrativo exército de segurança privada comandado por militares, milicianos e amigos de Eduardo Cunha no Rio	INTERVENÇÃO MILITAR
O maior protesto contra a passagem em Porto Alegre! - YouTube	2013
O manifesto do general Sylvio Frota – SENHOR X	INTERVENÇÃO MILITAR
O marqueteiro brasileiro que importou o método da campanha de Trump para usar em 2018 Brasil EL PAÍS Brasil	CONSERVADORISMO
O medo veste farda, por Fernando Horta GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
O mês de abril em que Lula foi preso - 38 anos atrás - BBC Brasil	GOLPE 2016
O mesmo e o outro (por José Luís Fiori) - Sul 21	CONSERVADORISMO
O mito militar patriótico: o Golpe dentro do Golpe (por Luciano Lima) - Sul21	INTERVENÇÃO MILITAR
O movimento do Comando Vermelho para interferir na campanha eleitoral no Ceará Brasil EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
O mundo invertido de Bolsonaro - Le Monde Diplomatique	CONSERVADORISMO
O neofascismo no Brasil e na história (por Leonardo Boff) - Sul 21	CONSERVADORISMO
O neoliberalismo na America Latina	CONSERVADORISMO
O obscuro desejo de ser fascista (por Jorge Branco) - Sul 21	CONSERVADORISMO
O ódio como política - Boitempo Editorial	CONSERVADORISMO
O ovo da serpente - Le Monde Diplomatique	DITADURA
O ovo da serpente (por Thiago Rodrigues Cardin) - Sul21	CONSERVADORISMO
O ovo de uma serpente já conhecida - Le Monde Diplomatique	CONSERVADORISMO
O país mais fascista do mundo, por Wilson Ramos Filho GGN	CONSERVADORISMO

O papel de dom Eugenio Salles e Sobral Pinto na ditadura militar - GGN	DITADURA
O passado, demasiadamente - Sul21	MEMÓRIA
O passo a passo da greve dos caminhoneiros, que resiste e chega ao 10º dia	INTERVENÇÃO MILITAR
O Patrimonialismo anti-2013 no Poder – Medium	2013
O PENSAMENTO POLÍTICO DOS MILITARES BRASILEIROS Revista da Escola Superior de Guerra	INTERVENÇÃO MILITAR
O pensamento radical de Clóvis Moura - Vermelho	DIREITOS HUMANOS
O perfil dos conservadores no Brasil - GGN	CONSERVADORISMO
O petismo não foi uma catástrofe, mas mostrou os limites da esquerda tradicional – Medium	GOLPE 2016
O petismo não foi uma catástrofe, mas mostrou os limites da esquerda tradicional – Medium	GOLPE 2016
O pioneirismo da capital gaúcha nos protestos de 2013: ouça o podcast GaúchaZH	2013
https://jornalgggn.com.br/artigos/o-pior-homem-que-ja-pisou-neste-pais/	GOLPE 2016
O plano de prender Lula poderia ter acabado em tragédia - Carta Maior	GOLPE 2016
O pós-neoliberalismo, notas para uma discussão	CONSERVADORISMO
O potencial de estrago de grupos conservadores nas redes sociais foi subestimado, diz pesquisador - Sul 21	CONSERVADORISMO
O Povo contra a Democracia - Sul 21	DEMOCRACIA
O povo deve ser destruído - Sul21	GOLPE 2016
O preço da passagem - Quatro cinco um	2013
O presidente operacional do Brasil - Homero Fonseca - Medium	INTERVENÇÃO MILITAR
O presidente operacional do Brasil, por Homero Fonseca - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
O problema da desigualdade - Le Monde Diplomatique	DIREITOS HUMANOS
O problema foi a conciliação de classes? – Moysés Pinto Neto – Medium	GOLPE 2016
O próximo alvo de Bolsonaro poderão ser as Forças Armadas, por Rogério Maestri - GGN	CONSERVADORISMO
O PT em segundo lugar	GOLPE 2016
O PT na encruzilhada e a Jeremiada de Lula, por Aldo Fornazieri GGN	GOLPE 2016
O que acontece aos sábados na política? Militarização e desmilitarização da vida cotidiana	INTERVENÇÃO MILITAR
O que acontece aos sábados na política? Militarização e desmilitarização da vida cotidiana – Blog da Boitempo	INTERVENÇÃO MILITAR
O que as forças progressistas podem fazer agora	DIREITOS HUMANOS
O que Belo Monte delata sobre todos os lados Opinião EL PAÍS Brasil	GOLPE 2016
O que descobrimos – Vigilância	INTERVENÇÃO MILITAR
O que é ‘regra de engajamento’. E como ela difere no Rio e no Haiti - Nexo Jornal	INTERVENÇÃO MILITAR
O que é a Lei de Segurança Nacional, usada para indiciar autor de ataque contra Bolsonaro - BBC News Brasil	CONSERVADORISMO
https://jornalgggn.com.br/artigos/o-que-e-polarizacao-politica-ou-como-fazer-a-luta-politica-pelos-sentidos/	CONSERVADORISMO
https://jornalgggn.com.br/noticia/o-que-e-resistir-o-que-e-resistencia/	MEMÓRIA
O que está em disputa é o conceito de democracia. Entrevista especial com Bruno Lima Rocha	DEMOCRACIA

O que está em disputa é o conceito de democracia. Entrevista especial com Bruno Lima Rocha - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	DEMOCRACIA
O que estudo de anúncios pagos no Facebook revela sobre quem 'curte' Bolsonaro, Doria e outros políticos - BBC Brasil	CONSERVADORISMO
O que faz quem vive na periferia de Porto Alegre votar em Jair Bolsonaro - Sul 21	CONSERVADORISMO
O que fica é o compromisso inarredável com a democracia, por Felipe Santa Cruz - GGN	DEMOCRACIA
O que há na Estratégia Nacional de Inteligência aprovada por Temer - Nexo Jornal	GOLPE 2016
O que o vírus nos está ensinando?, por Fernando Horta - GGN	MEMÓRIA
O que os secundas têm a ensinar à academia?	MANIFESTAÇÕES
O que resta da ditadura	DITADURA
O que resta da ditadura - Boitempo Editorial	DITADURA
O que resta da ditadura: Estado democrático de direito e exceção no Brasil - Prof. Dr. Giuseppe Tosi - YouTube	DITADURA
O que se esconde entre as árvores? O Instituto Cultural Floresta, o MBL e a captura neoliberal do Estado (por Fernando Nicolazzi) - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
O que se sabe sobre a intervenção federal no RJ e quem é quem no comando militar Brasil EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
O que se sabe sobre a militarização das escolas proposta por Bolsonaro GaúchaZH	INTERVENÇÃO MILITAR
O que significa Bolsonaro no poder, por Jessé Souza - GGN	CONSERVADORISMO
O que unifica a nova direita populista é o ressentimento, diz professor alemão - Sul 21	CONSERVADORISMO
O que vem por aí - YouTube	GOLPE 2016
O que vende o MBL? (por Fran Alavina) « Sul21	CONSERVADORISMO
O relatório Lugano - Boitempo Editorial	DIREITOS HUMANOS
O retorno do verde oliva no Brasil, Argentina e Uruguai - Le Monde Diplomatique	INTERVENÇÃO MILITAR
O retorno do verde oliva no Brasil, Argentina e Uruguai - Le Monde Diplomatique	INTERVENÇÃO MILITAR
O risco da radicalização - ISTOÉ Independente	INTERVENÇÃO MILITAR
O silêncio por detrás do silêncio (por Glauber Gularte Lima) - Sul21	GOLPE 2016
O sistema se entrega a Bolsonaro, por Luis Nassif GGN	CONSERVADORISMO
O sítio da tortura – Agência Pública	DITADURA
O solo fértil do ódio - Le Monde Diplomatique	DIREITOS HUMANOS
O STF e a “maldição autoritária” em andamento - Le Monde Diplomatique	CONSERVADORISMO
O STF e a “maldição autoritária” em andamento - Le Monde Diplomatique	CONSERVADORISMO
O Supremo encontrou seu caso Dred Scott, diz Lênio Streck GGN	GOLPE 2016
O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: Primeiras Estimativas com Dados Tributários e Comparação com Pesquisas Domiciliares (2006-2012)	DIREITOS HUMANOS
O vídeo de 15 de março: “A maior manifestação da história do Brasil” VEJA.com	GOLPE 2016
O vírus, a vida e a miséria dos ricos (por Fernando Nicolazzi) - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
O Xadrez da Intervenção Militar: Golpe em 1964 versus golpe em 2018, por Rogerio Maestri GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
O Xadrez da volta da doutrina da segurança nacional GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
O Xadrez das vivandeiras dos quartéis GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
O Xadrez das vivandeiras dos quartéis GGN	INTERVENÇÃO MILITAR

O Xadrez dos fantasmas de Temer e as eleições indiretas	GOLPE 2016
O/A antropólogo/a como produtor/a ou a luta de classes nas antropologias e um exemplo de colonização epistêmica 	DIREITOS HUMANOS
OAB condena censura a manifestações em universidades públicas - Sul 21	CONSERVADORISMO
OAB denuncia governo Bolsonaro na ONU por posições sobre ditadura militar - Sul 21	DITADURA
OAB divulga nota de repúdio à declaração de Bolsonaro sobre pai do presidente da entidade Política G1	CONSERVADORISMO
Objetivo é fazer Brasil semelhante ao que 'era há 40, 50 anos', diz Bolsonaro - 15/10/2018 - Poder - Folha	CONSERVADORISMO
Observações sobre fascismo e entreguismo no Brasil, por Roberto Bitencourt da Silva GGN	CONSERVADORISMO
Ocupação do Palácio da Justiça do RS durante o Fórum Social Temático - YouTube	MANIFESTAÇÕES
Oito em cada dez brasileiros nunca ouviram falar do AI-5 - 13/12/2008 - Poder - Folha de S.Paulo	DITADURA
Oito ex-militares chilenos são condenados a 18 anos de prisão pelo assassinato de Víctor Jara em 1973 Internacional EL PAÍS Brasil	DITADURA
Olavo de Carvalho, o 'parteiro' da nova direita que diz ter dado à luz flores e lacraias - BBC Brasil	CONSERVADORISMO
Olavo de Carvalho, o "ideólogo de Bolsonaro", contra o professor Haddad – Blog da Boitempo	CONSERVADORISMO
Olha O Dia De Ontem Chegando Coluna Brasil de Fato	INTERVENÇÃO MILITAR
olho-de-aguia.pdf - Google Drive	INTERVENÇÃO MILITAR
Omissão do TSE reforça 'guerra híbrida' desta eleição, diz sociólogo - Sul 21	CONSERVADORISMO
Onda Conservadora, A: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil	CONSERVADORISMO
Onde o PT se perdeu O Ingovernável	GOLPE 2016
Onde vive e do quê se alimenta?, por Fernando Horta GGN	CONSERVADORISMO
ONGs conservadoras americanas estão por trás do negacionismo ambiental brasileiro, por Luis Nassif - GGN	CONSERVADORISMO
Ontem e hoje, golpes no Brasil: a aparentemente insuportável igualdade, por Flávia Schilling GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
ONU denuncia "elevado número" de violações dos direitos humanos pela polícia no Chile	DIREITOS HUMANOS
ONU expressa preocupação com uso das Forças Armadas para combater o crime no RJ Rio de Janeiro G1	INTERVENÇÃO MILITAR
ONU lança guia sobre como agir diante de violações de direitos humanos em protestos - Sul21	DIREITOS HUMANOS
ONU publica textos explicativos sobre cada artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos ONU Brasil	DIREITOS HUMANOS
ONU se diz preocupada com uso de forças armadas para combate ao crime no Rio - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
onu garante lula na eleicao.pdf	GOLPE 2016
Opera Mundi - EUA: Procuradoria da Louisiana encerra caso de consultor brasileiro da OEA que havia sido acusado de estupro	DITADURA

Opera Mundi - O dia em que a luta armada descobriu que Cabo Anselmo era um traidor	DITADURA
Opera Mundi - Relatório da CIA: Geisel manteve e centralizou 'política de execução sumária de subversivos' de Médici	DEMOCRACIA
Operação Araguaia	DITADURA
Operação hacker marca a nova etapa de radicalização do governo, por Luis Nassif - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Operações de Garantia da Lei e da Ordem (English subtitles) on Vimeo	INTERVENÇÃO MILITAR
Opinião: A esquerda e a greve - Revista Fórum	GOLPE 2016
Organizar a resistência para conter o avanço do fascismo (por Paulo Pimenta) - Sul21	CONSERVADORISMO
Os “matáveis” e a semente - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Os “tresloucados” que querem a intervenção militar - Le Monde Diplomatique	INTERVENÇÃO MILITAR
Os “tresloucados” que querem a intervenção militar - Le Monde Diplomatique	INTERVENÇÃO MILITAR
Os 50 anos do AI-5 - YouTube	DITADURA
Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia	DITADURA
Os ataques aos direitos dos desaparecidos, o caso Gugu e a regulação da mídia - YouTube	DITADURA
Os bastidores do apoio do Portal R7 a Bolsonaro	CONSERVADORISMO
Os bolsonaristas querem dar um golpe - 17/09/2018 - Celso Rocha de Barros - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Os bons velinhos da ditadura, por Urariano Mota - GGN	DITADURA
Os caminhos da dominação burguesa no Brasil - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	CONSERVADORISMO
Os descaminhos da Justiça e o caráter do brasileiro, por Luis Nassif GGN	CONSERVADORISMO
Os Direitos Humanos e o pé de goiaba - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
Os documentos do Exército a respeito da expulsão de Bolsonaro da Escola de Oficiais após plano terrorista	INTERVENÇÃO MILITAR
Os estudantes vão às ruas na Nicarágua – e são recebidos com tiros - Sul 21	MANIFESTAÇÕES
Os generais em seus labirintos	INTERVENÇÃO MILITAR
Os golpes à soberania nacional (por Ricardo Almeida) - Sul 21	DITADURA
Os intelectuais perfeitos e pomposos e seus textos que ninguém lê - CartaCapital	CONSERVADORISMO
Os laços de um ex-militar do DOI-CODI com o infiltrado entre manifestantes em São Paulo Brasil EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Os limites da democratização no Brasil do século XXI (II) O custo de uma visão restrita da política (por Tarson Núñez) - Sul 21	GOLPE 2016
Os limites do Bolsonarismo (por Matheus Lock) - Sul 21	CONSERVADORISMO
https://jornalggn.com.br/crise/os-militares-como-mais-um-fator-de-instabilidade-a-nova-rodada-da-crise/	INTERVENÇÃO MILITAR
Os militares na política - Le Monde Diplomatique Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Os militares, do Iluminismo ao terraplanismo, por Luis Nassif - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Os mortos da ditadura, por Eugênia Gonzaga - YouTube	DITADURA
Os mortos da ditadura, por Eugênia Gonzaga - YouTube	DITADURA
Os pastores do Congresso – Agência Pública	CONSERVADORISMO
Os protestos dos músicos chilenos - GGN	COMPLEMENTARES
Os sentimentos comandam - Le Monde Diplomatique	DIREITOS HUMANOS

Os supersalários das Forças Armadas – Agência Pública	INTERVENÇÃO MILITAR
Outras Mídias Nossa seleção do melhor da mídia alternativa	COMPLEMENTARES
Outro golpe, 56 anos depois da Marcha com Deus?, por Rui Martins - GGN	GOLPE 2016
Outro miliciano de CPI na qual Marielle Franco trabalhou esteve na Câmara – horas antes do crime	INTERVENÇÃO MILITAR
P2 – Vigilância	INTERVENÇÃO MILITAR
Pablo Ortellado : Os Black Blocs e a violência - Le Monde Diplomatique Brasil	2013
Pablo Ortellado : Os Black Blocs e a violência - Le Monde Diplomatique Brasil	2013
Pablo Ortellado IHU 23.03.2017	GOLPE 2016
Pacto pelo autoritarismo, por Luis Felipe Miguel - GGN	CONSERVADORISMO
Paí do chanceler de Bolsonaro impediu extradição de nazista e foi censor da ditadura GGN	DITADURA
Paixão Cortes e a invenção da tradição (por Mário Maestri) - Sul 21	COMPLEMENTARES
Paolo Virno – Wikipédia, a enciclopédia livre	COMPLEMENTARES
Papéis revelam ação de ditaduras contra EUA - 10/06/2018 - Poder - Folha	DITADURA
Papéis revelam ação de ditaduras contra EUA - 10/06/2018 - Poder - Folha	DITADURA
Papo com Juremir Machado da Silva - Os militares e a Democracia - YouTube	INTERVENÇÃO MILITAR
Para (a esquerda) entender (e parar de menosprezar) o eleitor de Bolsonaro GGN	GOLPE 2016
Para 79% da população, o Estado tem o dever de reduzir as desigualdades — CartaCapital	DIREITOS HUMANOS
Para a esquerda, morrer é só o começo Opinião EL PAÍS Brasil	GOLPE 2016
Para Castells e Benedetti: tangos e ajustes na morte da democracia - Sul21	DEMOCRACIA
Para cientista político, condenação de ativistas do Rio é 'nebulosa' — Rede Brasil Atual	2013
Para cientistas políticos, movimento Black Block é negação da política - Carta Maior	2013
Para conter protestos, Brasil aposta na vigilância de dados pessoais, por Ergon Cugler - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Para críticos, objetivo do Escola sem Partido é reescrever história da ditadura – Agência Pública	DITADURA
Para críticos, objetivo do Escola sem Partido é reescrever história da ditadura GGN	DITADURA
Para educadoras, 'Escola Sem Partido' e vigilância de professores criam ambiente de medo no ensino - Sul 21	CONSERVADORISMO
Para Ernesto Araújo, ditadura militar é “interpretação de história” - GGN	DITADURA
Para especialistas, pedido de intervenção militar afronta Constituição e pode ser crime - 29/05/2018 - Poder - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Para ex-presidente da CEMDP, mudança de regimento decreta “fim das atividades” - GGN	MEMÓRIA
Para historiadora, intervenção militar no Brasil “não pode mais ser descartada” — CartaCapital	INTERVENÇÃO MILITAR
Para Jessé Souza, golpe nasceu em junho de 2013 - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	2013
Para OEA, difusão de notícias falsas no Brasil não tem precedentes GGN	CONSERVADORISMO
Para parlamentares, intervenção decretada por Temer aprofunda Estado de exceção - Sul21	INTERVENÇÃO MILITAR

Para pesquisador argentino, militares brasileiros defendem interesses dos EUA - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Para pôr fim no Vaticano Vermelho O Ingovernável	CONSERVADORISMO
Para presidente da OAB, Bolsonaro age com 'crueldade e falta de empatia' - 29/07/2019 - Poder - Folha	CONSERVADORISMO
Para PT, declaração de Villas Bôas é "autoritária e inconstitucional" - Notícias - UOL Eleições 2018	GOLPE 2016
Para que Constituição se somos servos dos manuais? (por Ramiro Goulart) - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
Para que não se esqueça: no dia de hoje, aconteceu o Chafurdo de Natal - GGN	DITADURA
Para transcender a colonialidade Revista IHU Online #431	COMPLEMENTARES
Paralisação de caminhoneiros é um misto de greve e locaute, diz sociólogo do trabalho - BBC Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Paraná Pesquisas - interv. Federal	INTERVENÇÃO MILITAR
Paraná Pesquisas indica que Bolsonaro lidera no Rio Grande do Sul - Sul 21	CONSERVADORISMO
Parainfo deixa formatura na Unisinos escoltado após discurso sobre ataques à imprensa - Sul 21	CONSERVADORISMO
Parlamentares querem fechar cerco a manifestações - GGN	MANIFESTAÇÕES
Parte dos eleitores arrependidos de Bolsonaro quer mais radicalismo Valor Econômico	CONSERVADORISMO
Passado do Exército recomenda cautela a quem lhes dá força no presente – A História Como Ela Foi	INTERVENÇÃO MILITAR
Passado, presente e a irreversibilidade da verdade - Le Monde Diplomatique	DITADURA
Passeata dos 100 mil ou Marcha pela Família ? — Conversa Afiada	DITADURA
Paulo Arantes: 1964, um país feito num só Golpe - YouTube	DITADURA
Paulo César Gomes - Historiador - YouTube	COMPLEMENTARES
Paulo Vannuchi: 'Se inviabilizada a candidatura de Lula, o sistema não tem ameaça' - Sul 21	GOLPE 2016
Pautas locais, intervenção militar e 'Fora, Temer' dão fôlego à greve de caminhoneiros	INTERVENÇÃO MILITAR
Pautas locais, intervenção militar e 'Fora, Temer' dão fôlego à greve de caminhoneiros Economia G1	INTERVENÇÃO MILITAR
pdf-bagulhao	DITADURA
Pedidos de intervenção militar “mancham” desfile cívico em Curitiba Gazeta do Povo	INTERVENÇÃO MILITAR
Pedir ditadura não é ignorância, é medo de perder privilégios, diz historiadora - Ponte Jornalismo	DITADURA
Pedro Parente e a RBS: detalhes de uma história mal contada (por Frei Sérgio Antônio Görden) - Sul 21	CONSERVADORISMO
Pela 1ª vez, Justiça entende que tortura não prescreve e transforma agente da Ditadura em réu - GGN	DITADURA
Pensando a virada conservadora - Sul21	CONSERVADORISMO
Pensar também tem lado: resposta ao texto de Pablo Ortellado	GOLPE 2016
Perdão para quem? Lei da Anistia completa 40 anos - YouTube	DITADURA
Perseguição à “VANGUARDA UNIDA PAULISTA”. Exército faz grande operação de SIMULAÇÃO de CAPTURA - Revista Sociedade Militar	INTERVENÇÃO MILITAR
Pesquisa aponta perfil elitizado dos manifestantes pró-impeachment em São Paulo -	GOLPE 2016

Zero Hora	
Pesquisa aponta que 65% dos brasileiros desconhecem o que foi o AI-5 - Sul 21	DITADURA
Pesquisa Brasil Online – Regime Militar no Brasil – Notas Paraná Pesquisas	INTERVENÇÃO MILITAR
Pesquisa da USP estuda a mudança de repertório dos protestos contemporâneos brasileiros - AUN USP	MANIFESTAÇÕES
Pesquisa Datafolha: Pobres contra o aborto, ricos a favor das armas: as classes dividem os conservadores Brasil EL PAÍS Brasil	CONSERVADORISMO
pesquisa Esther Solano (eleitores de Bolsonaro).pdf	CONSERVADORISMO
Pesquisa JOTA: 34% dos brasileiros aceitam fechar o Congresso e 32%, o STF - JOTA Info	INTERVENÇÃO MILITAR
Pesquisa mostra que 1/3 defende fechar STF e Congresso; Flávio Dino culpa "arroubos autoritários" - GGN	CONSERVADORISMO
Pesquisa mostra que bancada evangélica está 'em profundo desacordo' com suas bases - Sul21	CONSERVADORISMO
Pesquisa Oxfam Brasil/Datafolha revela a percepção sobre desigualdades no Brasil Oxfam Brasil	DIREITOS HUMANOS
Pesquisa sobre 900 mil comentários faz retrato do conservadorismo no Brasil - UOL Notícias	CONSERVADORISMO
Pesquisa_FPA_manifestacoes_março_2015.pdf	GOLPE 2016
Pesquisa-Online-Regime-Militar-Notas-Metodológicas.pdf	INTERVENÇÃO MILITAR
Pesquisa: 44% se dizem pessimistas com eleição; PT tem a maior preferência popular - Sul 21	GOLPE 2016
Pesquisa: evangélico não segue voto de liderança, reflete sociedade e prefere Lula - Sul 21	GOLPE 2016
Pesquisador da UFF faz o mapa definitivo da nova direita brasileira! - O Cafezinho	CONSERVADORISMO
Pesquisador descobre imagens inéditas da passeata dos Cem Mil - Jornal O Globo	DITADURA
Pesquisadora da UFRGS é premiada por cartografia de territórios negros nos mapas históricos de Porto Alegre - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
Pesquisadores da UFBA são ameaçados por movimentos conservadores - Sul21	CONSERVADORISMO
Pesquisadores temem colapso das agências de fomento à ciência no Brasil - GGN	GOLPE 2016
Pesquisar para quê?	COMPLEMENTARES
Pesquisas nas manifestações pró e anti impeachment	GOLPE 2016
Petição contra Ministro Educação - disciplina golpe 2016	GOLPE 2016
Petrobras recorre a mutirão no WhatsApp e multa milionária para sufocar greve - BBC Brasil	COMPLEMENTARES
PF abre inquérito para investigar disseminação de fake news contra PT	CONSERVADORISMO
PF abre inquérito para investigar notícias falsas disseminadas por WhatsApp - Sul 21	CONSERVADORISMO
PF indícia bolsonarista por dizer que cidades nordestinas receberam urnas fraudadas - Sul 21	CONSERVADORISMO
PFDC divulga nota contra a Lava Jato: 'é inadmissível reprimir o crime violando direitos fundamentais' - GGN	DIREITOS HUMANOS
PFDC e Câmara Criminal soltam nota sobre documento da CIA GGN	DITADURA
Piauí Junho, Ano V Marcos Nobre	2013
PIB pífo e desemprego desmentem propaganda do governo Temer - Sul 21	GOLPE 2016

Placa da Av. Castello Branco amanhece borrada com tinta vermelha - Sul 21	MEMÓRIA
Planalto militar - 16/02/2020 - Opinião - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Planilhas da Odebrecht foram adulteradas para garantir condenações, diz Tacla Duran - Sul 21	GOLPE 2016
Plano de trabalho para a identificação das ossadas de Perus é apresentado em audiência GGN	DITADURA
Planos para a educação devem enfraquecer professores e beneficiar negócios de Guedes – Agência Pública	CONSERVADORISMO
PMDB só virou governo por causa da Lava Jato, diz filósofo Marcos Nobre - Sul21	GOLPE 2016
PNDH III: Lançamento do programa é adiado pela terceira vez - Notícias Terra de Direitos	DIREITOS HUMANOS
Pobre das Filipinas - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
Polícia apura ataque a jovem que foi agredida e teve o corpo marcado com canivete em Porto Alegre GaúchaZH	INTERVENÇÃO MILITAR
Polícia descobre celular do motorista do carro usado no crime de Marielle e quebra sigilo de vereadores	INTERVENÇÃO MILITAR
Polícia Federal abre inquérito para investigar envio de fake news pelo WhatsApp GaúchaZH	CONSERVADORISMO
Polícia mata mais homens, negros e jovens no estado de São Paulo - 17/05/2018 - Cotidiano - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Policiais podem estar por trás de onda de mortes na Bahia, segundo analistas - Ponte Jornalismo	INTERVENÇÃO MILITAR
Policiamento e repressão marcam sessão na Câmara para votar projetos de Marchezan que afetam servidores - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
Políticas da memória, doutrina de guerra e neoliberalismo, por Rogério Mattos - GGN	MEMÓRIA
Políticas de memória X políticas do esquecimento: possibilidades de desconstrução da matriz colonial	MEMÓRIA
Políticos traficavam armas e drogas na ditadura – e militares sabiam, mostram dossiês	DITADURA
Ponte sobre Amazonas é "projeto de morte" de Bolsonaro - GGN	CONSERVADORISMO
Pontuações sobre o lembrar, o ensino e espirais (por Pedro Osorio) - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
Por dentro da mente dos eleitores de Bolsonaro que são fãs do político e vítimas da violência policial	INTERVENÇÃO MILITAR
Por que Bolsonaro arregou?	CONSERVADORISMO
Por que Bolsonaro arregou?	CONSERVADORISMO
Por que militares se sentem "traídos" por Bolsonaro	INTERVENÇÃO MILITAR
Por que Moro ainda não caiu? Por Jessé Souza - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Por que não acabou? O que dá fôlego à greve dos caminhoneiros - BBC Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Por que não há intervenção militar? GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Por que o “mercado” flerta com Bolsonaro, por Gustavo Barbosa GGN	CONSERVADORISMO
Por que o PT não é mais relevante? O Ingovernável	GOLPE 2016
Por que são poucos no Brasil os Museus sobre a ditadura, por Álvaro Miranda - GGN	DITADURA
Por que você veio? - 04 de abril 2013	2013
Por um grande pacto republicano no Brasil Opinião EL PAÍS Brasil	GOLPE 2016
Porque o Império não deseja a intervenção militar. GGN	INTERVENÇÃO MILITAR

Porto Alegre Volta às Ruas - 13.06.2013	2013
Porto Alegre, 17.6.2013 - Manifestação - YouTube	2013
Porto Alegre, 24 de junho de 2013 - YouTube	2013
Porto Alegre, junho de 2013: a fragmentação da luta contra o aumento da passagem - Junho de 2013	2013
Pós-28 de outubro: um convite à reflexão e à resistência (por Gabriel Miranda) - Sul 21	MANIFESTAÇÕES
Praia Vermelha: muitas histórias para contar... - YouTube	INTERVENÇÃO MILITAR
Precisamos de uma Frente Ampla democrática para evitar Bolsonaro, diz Esther Solano GGN	CONSERVADORISMO
Precisamos falar sobre a Globo - Sul 21	CONSERVADORISMO
Prefeitura de Petrópolis tomba "Casa da Morte" GGN	DITADURA
Prendam-se os que enxergam nossa tragédia - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	2013
Prensa opal chile - Página inicial Facebook	COMPLEMENTARES
Preparado para ter Mourão na presidência?, por César Locatelli GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Presença militar se intensifica na campanha Bolsonaro - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Presidente da OAB diz que Bolsonaro é cruel e não sabe separar público de privado Blog do Matheus Leitão G1	CONSERVADORISMO
Presidente da OAB diz que vai ao STF para Bolsonaro esclarecer o que sabe sobre a morte de seu pai Rio de Janeiro G1	CONSERVADORISMO
Presidente da OAB e advogados reagem à declaração de Bolsonaro - GGN	CONSERVADORISMO
Presidente da OAB reage a fala de Bolsonaro: 'crueldade e falta de empatia' - Sul 21	CONSERVADORISMO
Presidente de El Salvador manda Exército invadir Parlamento para 'pressionar' deputados - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Presidente do Chile, Sebastian Piñera, repudia bolsonaro pelo ataque feito à ex presidente Bachelet - YouTube	CONSERVADORISMO
Presidente do Padre Cacique sobre Quilombo Lemos: 'vão sair nem que seja a última coisa que eu faça' - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
Presidente do TRF4 se encontra com vice de Bolsonaro no Clube Militar - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Pressionado, governo desiste de transferir ossadas de Perus para Brasília - GGN	DITADURA
Prestígio com Bolsonaro agrada, mas também preocupa cúpula militar - 22/10/2018 - Poder - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Previsto para 17/10, próximo Datafolha terá perguntas sobre debates, Ditadura e apoio a governo autoritário GGN	DITADURA
Primeiro ato da nova Comissão de Mortos é suspender participação em entrega de atestados de óbito - GGN	DITADURA
Primeiro general da ativa chama relatório da Comissão da Verdade de 'leviano' - Política - Estadão	MEMÓRIA
Primeiros passos de Bolsonaro seguem "projeto de poder" da bancada evangélica - Sul 21	CONSERVADORISMO
Priorização das vidas ou repressão violenta? O papel da BM em junho de 2013 - Junho de 2013	2013
Prisão perpétua, caça aos comunistas e aos movimentos sociais: conheça a bancada de Bolsonaro na Câmara	CONSERVADORISMO

Processo Condor: Pesquisadores e juristas debatem condenação de torturadores à prisão perpétua - GGN	DITADURA
Processo contra ativistas do Bloco de Lutas tem audiência no Fórum Central de Porto Alegre - Sul 21	2013
https://www.lumenjuris.com.br/direito-constitucional/processo-de-justica-transicional-no-brasil-o-2018-807/p	COMPLEMENTARES
Procurador retoma caso de militar que espionava manifestantes e quer saber: quem deu a ordem? Brasil EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Procuradora Eugênia Gonzaga recebe prêmio por defesa da memória e verdade - GGN	MEMÓRIA
Procuradora Regional retoma investigação da Guerrilha do Araguaia - YouTube	DITADURA
Procuradoria Federal promove ação nacional para garantir liberdade de ensinar e aprender - Sul 21	CONSERVADORISMO
Procuradoria vai reabrir investigações sobre morte Herzog na ditadura Brasil EL PAÍS Brasil	DITADURA
Professor da UnB diz que depredação de livros de direitos humanos foi 'tentativa de intimidação' - Jornal O Globo	DIREITOS HUMANOS
Professor de filosofia faz paralelos entre 1968 e manifestações de 2013 - 13/05/2018 - Ilustríssima - Folha	2013
Professor lista 9 documentários para ampliar debate sobre ditadura militar no Brasil - Notícias UFJF	DITADURA
Professor ou sofredor?	CONSERVADORISMO
Professora critica projeto 'Exército vai às escolas': 'faria sentido em uma ditadura' - Sul21	INTERVENÇÃO MILITAR
Professores e alunos enfrentam ameaça da “universidade sem partido” - Sul 21	CONSERVADORISMO
Professores, servidores e bolsistas da UFRGS estão entre 28 indiciados pela PF por fraude em bolsas GaúchaZH	COMPLEMENTARES
Projeto de lei que enquadra movimento social na Lei Antiterrorismo avança na Câmara - Sul21	INTERVENÇÃO MILITAR
Projeto do governo é restaurar a ditadura, diz historiador Fernando Novais - GGN	DITADURA
Projeto Marcas da Memória traz à Capital documentários e filmes sobre a Ditadura Jornal Já Porto Alegre	DITADURA
Protesto cresce, mas manifestante mantém perfil de alta renda - 14/03/2016 - Poder - Folha de S.Paulo	GOLPE 2016
Protesto em frente ao Santander Cultural termina com briga entre manifestantes, confronto com a PM e dois presos Rio Grande do Sul G1	DIREITOS HUMANOS
Protesto em Porto Alegre pede intervenção militar	INTERVENÇÃO MILITAR
Protesto no Santander Jornalista grava o momento de sua própria detenção - YouTube	DIREITOS HUMANOS
PROTESTOS	DIREITOS HUMANOS
PROTESTOS CONTRA A EXPOSIÇÃO DO SANTANDER CULTURAL - YouTube	DIREITOS HUMANOS
Protestos contra cortes na educação: EU + UM + UM + UM+ Brasil EL PAÍS Brasil	COMPLEMENTARES

Protestos contra o governo Dilma Rousseff – Wikipédia, a enciclopédia livre	GOLPE 2016
Protestos contra o governo reúnem quase 1 milhão pelo país - 15/03/2015 - Poder - Folha de S.Paulo	GOLPE 2016
Protestos de 12 de abril - 12/04/2015 - Poder - Fotografia - Folha de S.Paulo	GOLPE 2016
Protestos de 7 de Setembro - Jornal O Globo	INTERVENÇÃO MILITAR
Protestos pró-governo no dia 15/3 - 15/03/2020 - Poder - Fotografia - Folha de S.Paulo	INTERVENÇÃO MILITAR
PSOL pede que ministro Luiz Fux agilize tramitação de ação questionando Lei da Anistia - Sul 21	DITADURA
PT 40 anos – das prefeituras à presidência, por Leonardo Avritzer - GGN	GOLPE 2016
PT 40 anos: Crise e derrota, por Tarso Genro - GGN	GOLPE 2016
PT anuncia Haddad como candidato à Presidência da República	GOLPE 2016
PT divulga nota criticando entrevista do comandante das Forças Armadas	INTERVENÇÃO MILITAR
PT diz que inquérito para apurar invasão do celular de Moro se tornou 'armação' contra o partido Política G1	INTERVENÇÃO MILITAR
PT reabilitou militares que colonizaram base de Bolsonaro, diz pesquisador - UOL Notícias	INTERVENÇÃO MILITAR
Publicações » Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça	DITADURA
Qual a herança das jornadas de junho de 2013? - Época	2013
Qual a percepção dos brasileiros sobre as desigualdades no país? - Sul21	DIREITOS HUMANOS
Qual é o limite da extrema-direita pró-Bolsonaro?, por Rogerio Maestri GGN	CONSERVADORISMO
Qual o Plano da Intervenção? - 05/03/2018 - Celso Rocha de Barros - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Qual passado usar? A historiografia diante dos negacionismos, por Arthur Lima de Avila - GGN	MEMÓRIA
Qual será o novo ciclo político na América do Sul? O momento é de desconcertos e reorganizações. Entrevista especial com Bruno Cava - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	2013
Quando a trama da terra treme Universidade Nômade Brasil	COMPLEMENTARES
Quando o desabastecimento for solucionado, a crise irá permanecer ou nós iremos mudar? (por Lorena C. Fleury) - Sul 21	CONSERVADORISMO
Quatro certidões de desaparecidos políticos são retificadas por Comissão - GGN	DITADURA
Quatro vítimas da ditadura têm certidões de óbito retificadas. Ato de reparação e justiça, diz MPF - Sul 21	DITADURA
Queimadearquivonao	MEMÓRIA
Quem é Braga Netto, o presidente operacional do Brasil - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Quem é esse cara que se diz de direita?, por Francisco Celso Calmon - GGN	CONSERVADORISMO
Quem é Heather Hever, a ativista morta atropelada em manifestação contra supremacistas brancos nos EUA	CONSERVADORISMO
Quem é Sérgio Etehegoyen, o militar empurrado aos holofotes por crises do governo Temer - BBC News Brasil	DITADURA
Quem são os homens do gabinete de transição de Bolsonaro GGN	CONSERVADORISMO
Quem são os youtubers recomendados por Jair Bolsonaro	CONSERVADORISMO
QUEM SOMOS NÓS Nova Direita por Vladimir Safatle - YouTube	CONSERVADORISMO
Quem tem medo da verdade? (por Caroline Silveira Bauer) - Sul21	DITADURA

Quem vai parar o fascismo?, por Bruno Reikdal Lima - GGN	CONSERVADORISMO
Quién es quién en el ejército de Jair Messias Bolsonaro Nueva Sociedad	CONSERVADORISMO
Radicalismos - 10/04/2016 - Angela Alonso - Colunistas - Folha de S.Paulo	GOLPE 2016
Rádio Guaíba - #LigaNaGuaiba Esfera Pública com Juremir...	COMPLEMENTARES
Rádio Guaíba - Esfera Pública (11/11/2019) Facebook	COMPLEMENTARES
Rádio Guaíba - Esfera Pública (25/09/2018) Facebook	COMPLEMENTARES
Rafael Charges e cartuns	COMPLEMENTARES
Rafael Schincariol, de 34 anos, é... - MBL - Movimento Brasil Livre Facebook	CONSERVADORISMO
Raquel Dodge endossou fim da Comissão de Mortos e Desaparecidos, por Luis Nassif - GGN	DITADURA
Raul Pont: 'Os problemas que emergiram com o movimento de 68 não foram resolvidos até agora' - Sul 21	DITADURA
Re-vista - Verdade, Justiça e Memória	DITADURA
Reabertura de Caso Herzog abre margem para investigação de outras vítimas da ditadura - Ponte Jornalismo	DITADURA
Reação de militares a protesto causa preocupação na cúpula do governo - 29/05/2018 - Poder - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Reacionário, Jair Bolsonaro apoia a paralisação de caminhoneiros	INTERVENÇÃO MILITAR
Rebeldes ou refêns? (por Ricardo Almeida) « Sul21	GOLPE 2016
Recado do Nassif: a militarização da Amazônia em marcha - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Receita para uma guerra civil - Jornal O Globo	COMPLEMENTARES
Referência Clóvis Moura (escravismo) n. 14 (1983)	DIREITOS HUMANOS
Referência na ciência política, Moniz Bandeira morre aos 81 anos — CartaCapital	MEMÓRIA
Reflexão sobre o novo Regimento da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, por Marcelo Santa Cruz - GGN	DITADURA
Reflexões sobre a ascensão da direita Blog Junho	CONSERVADORISMO
Reforma da Previdência de Arminio Fraga cria benefício mínimo universal - 01/11/2018 - Mercado - Folha	CONSERVADORISMO
Reforma ou Revolução: o dilema da classe-média em Zé Dirceu - GGN	CONSERVADORISMO
Reitores da USP colaboraram com a ditadura, revela Comissão da Verdade - Sul 21	DITADURA
Relato sobre a detenção por filmar a prisão de um morador de rua	INTERVENÇÃO MILITAR
Relator vota para que militares do caso Riocentro sejam julgados	DITADURA
Relatório destaca aval de Bolsonaro a ação policial e negação à ditadura - GGN	DITADURA
Relatório Final da Comissão Memória e Verdade da UFSC	DITADURA
Relatório Mundial 2020: Brasil Human Rights Watch	DIREITOS HUMANOS
Relatos da Ação Popular de Fernando Santa Cruz, por Urariano Mota - GGN	DITADURA
Relembrando Gilse, uma que não se dobrou, por Haroldo Lima GGN	DITADURA
Reparação obrigatória - Perdão facultativo - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
Retrospectiva dos protestos em Porto Alegre: 2013, o ano que não terminou - Sul 21	2013
Réu preso por terrorismo diz que trabalhava como espião para a Abin - Internacional - Estadão	INTERVENÇÃO MILITAR
Revisão ABNT final v9	MEMÓRIA
REVISÃO DE LITERATURA:	MEMÓRIA

REVISTA - Usos políticos da memória v. 9, n. 16 (2016)	GOLPE 2016
Revista 'The Economist' chama Bolsonaro de 'ameaça para a América Latina' Eleições 2018 G1	CONSERVADORISMO
Revista Brasileira de Ciências Sociais	COMPLEMENTARES
Revista C.S BIB - edições Catálogo	COMPLEMENTARES
Revista ESG v. 34 n. 70 (2019)	INTERVENÇÃO MILITAR
Revista Exame divulga pesquisa nacional realizado pela Paraná Pesquisas sobre a Intervenção Militar no Rio de Janeiro Paraná Pesquisas	INTERVENÇÃO MILITAR
Revista IHU - 490 - A volta do fascismo	CONSERVADORISMO
Revista IHU Online #490	CONSERVADORISMO
Revista IHU Online #494	GOLPE 2016
Revista IHU Online #495	INTERVENÇÃO MILITAR
Revista IHU Online #497	COMPLEMENTARES
Revista IHU Online #497	INTERVENÇÃO MILITAR
Revista IHU Online #497 - Desmilitarização	DITADURA
Revista IHU Online #498	MEMÓRIA
Revista Morpheus - MEMÓRIA SOCIAL	DITADURA
revista piauí - General Mourão anuncia frente de candidatos militares nas eleições	INTERVENÇÃO MILITAR
revista piauí - O grupo da mão invisível	CONSERVADORISMO
Revistas científicas ou túmulos do saber?	COMPLEMENTARES
Revoltas indígenas, a criação do governo geral e o regimento de 1548. Baqueiro Paraiso CLIO (Recife. Online)	CONSERVADORISMO
Revolução Farroupilha, 1844, Batalha de Porongos - Sul 21	CONSERVADORISMO
Ricard Vinyes: "La memoria no es un deber, es un derecho civil" - YouTube	MEMÓRIA
Richard Sennett: "O gratuito significa sempre uma forma de dominação" Cultura EL PAÍS Brasil	DIREITOS HUMANOS
Ricky Goodwin no Twitter: "charge de @Benett ...".	CONSERVADORISMO
Ricos ficam mais ricos mesmo em momento de retração econômica, apontam especialistas - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
roberto-junior.pdf	COMPLEMENTARES
rocinante: 31 DE MARÇO DE 1964: É PATRIÓTICO E NECESSÁRIO RECORDAR ESSA DATA	DITADURA
Roda Viva Guilherme Boulos 07/05/2018 - YouTube	COMPLEMENTARES
Rodrigo Lentz: A Força-Tarefa de Inteligência cheira a volta do SNI da ditadura militar - Segredos Políticos	INTERVENÇÃO MILITAR
Rodrigo Lentz: A Inteligência da Força-Tarefa que já conhecemos Revista Fórum	INTERVENÇÃO MILITAR
Rompimento com a democracia pode estar próximo, dizem especialistas - 15/10/2018 - Poder - Folha	DEMOCRACIA
Romulus Maya - O "GOLPE MILITAR", O "SINCERICÍDIO" -... Facebook	DITADURA
Rosana Pinheiro-Machado no Voz Ativa - YouTube	MANIFESTAÇÕES
Rosana Pinheiro-Machado: "O Brasil vai ter outra sociedade daqui a 10 anos, e vai ser muito melhor" GaúchaZH	MANIFESTAÇÕES
Rosana Pinheiro-Machado: "Pedidos por intervenção militar são grito de socorro de uma população descrente" Brasil EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR

Rosana Pinheiro-Machado: “Pedidos por intervenção militar são grito de socorro de uma população descrente” Brasil EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Roteiro de cinema para uma ditadura (por Jorge Branco) - Sul 21	DITADURA
Ruas e Redes - Dinâmicas dos protestosBR by Grupo Autentica - issuu	MANIFESTAÇÕES
Ruy Braga analisa a greve dos caminhoneiros e contesta a tese de "lockout" - YouTube	INTERVENÇÃO MILITAR
Ruy Mauro Marini Escritos	COMPLEMENTARES
Safatle: ‘Brasil precisava quebrar ilusão de construir conciliações sem conflito’ - GGN	DIREITOS HUMANOS
Safatle: "Há um golpe militar em marcha no Brasil hoje" - YouTube	INTERVENÇÃO MILITAR
Safatle: “Vivemos uma fase cada vez mais explícita de guerra civil” — CartaCapital	COMPLEMENTARES
Saiba o que Bolsonaro pode mudar na educação com apenas uma 'canetada' - Jornal O Globo	CONSERVADORISMO
Santos Cruz abre dissidência no Exército contra convocação de Heleno - 24/02/2020 - UOL Notícias	INTERVENÇÃO MILITAR
Santos Cruz critica uso de montagem com generais em convocação para ato anti-Congresso - Política - Estadão	INTERVENÇÃO MILITAR
Santos Cruz racha com vivandeiras de quartel que querem fechar o Congresso - Viomundo	INTERVENÇÃO MILITAR
São Paulo faz manifestação a favor de Bolsonaro - 26/05/2019 - Poder - Fotografia - Folha de S.Paulo	CONSERVADORISMO
Sassaricos e saracoteios, por Fernando Horta GGN	DIREITOS HUMANOS
Saudação fascista no protesto: quem vai pôr de volta o fantasma no armário? Por Kiko Nogueira	CONSERVADORISMO
Saúde mental de professores se agrava com desvalorização, baixos salários e falta de estrutura - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
SBT repete slogan da ditadura militar contra opositores - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Se entregar ou resistir? A encruzilhada de Lula no caminho até a prisão em Curitiba - BBC Brasil	GOLPE 2016
Se houvesse Justiça de transição, defensores da ditadura não estariam na vida pública - GGN	DITADURA
Se presidente da OAB quiser saber como o pai desapareceu na ditadura, eu conto, diz Bolsonaro - GGN	DITADURA
Se presidente da OAB quiser saber como pai dele desapareceu na ditadura, eu conto, diz Bolsonaro - 29/07/2019 - Poder - Folha	DITADURA
Sebastião Pinheiro: 'O agronegócio transformou-se em algo que não é mais agricultura' - Sul21	CONSERVADORISMO
Segundo novo livro, STF evitou confronto com militares na ditadura - 16/03/2018 - Ilustríssima - Folha	DITADURA
Sejamos radicais - FHC Opinião EL PAÍS Brasil	DEMOCRACIA
Sem a Justiça de Transição, Brasil preparou terreno para a ascensão de Bolsonaro - Sul 21	CONSERVADORISMO
Seminário com Baltasar Garzón lança núcleo para monitorar governo brasileiro sobre a Comissão da Verdade - GGN	DITADURA

Sempre vigiados – Vigilância	INTERVENÇÃO MILITAR
Senado aprova projeto que autoriza a destruição de documentos originais - Sul21	MEMÓRIA
Senado aprova regras para eleição indireta em caso de vacância da Presidência Política G1	DEMOCRACIA
Senado avança para votar “lei do abate” – de pessoas	INTERVENÇÃO MILITAR
Senado: CCJ convoca audiência para discutir ampliação da Lei Antiterrorismo - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Senhoras da sociedade gaúcha na mira dos espíões do SNI - Sul21	INTERVENÇÃO MILITAR
Sentença dos 23 condenados manifestacao.tmp - Google Drive	2013
sentenca-araguaia-24.11.10-1	DITADURA
Séptima convocatoria para realizar Tesis sobre DDHH : Museo de la Memoria y los Derechos Humanos	MEMÓRIA
Sergio Etchegoyen: a gota d’água para a intervenção foi o oba-oba do Carnaval NSC Total	INTERVENÇÃO MILITAR
Sergio Moro é um Bolsonaro moderado GGN	CONSERVADORISMO
Serviço Secreto de FHC monitorou militantes antineoliberalismo - Carta Maior	DIREITOS HUMANOS
Sesc São Paulo - Meta-Arquivo: 1964–1985 - Artes Visuais - Belenzinho - Programação	DITADURA
Sete envolvidos em briga entre municipais e integrantes do MBL assinam termo circunstanciado - Notícias de política - Notícias de Porto Alegre e Rio Grande do Sul - ZH	CONSERVADORISMO
Seus likes podem transformar você em terrorista	INTERVENÇÃO MILITAR
Seus likes podem transformar você em terrorista	INTERVENÇÃO MILITAR
Sim! Mais sobre ele e sobre muitos a quem ele deve muito, por Camilo de Oliveira Aggio GGN	CONSERVADORISMO
Simpósios e Colóquios Comunicação Social	MANIFESTAÇÕES
Sindicatos apuram ação do Ministério do Trabalho na ditadura e tentam salvar arquivos - Sul21	DITADURA
Sindicatos, associações e DCEs de universidades se posicionam após pichações com ameaças - Sul 21	CONSERVADORISMO
Sistema neoliberal coloca trabalhadores uns contra os outros, diz Noam Chomsky - Sul21	DIREITOS HUMANOS
Sistema penal & violência - Justiça restaurativa	COMPLEMENTARES
SitRep BolsoNazi – SET/2017, por Arkx - GGN	CONSERVADORISMO
Skinheads são condenados a 13 anos de prisão por atacar judeus no RS	CONSERVADORISMO
Slam Resistência - Luxas Afonso - YouTube	MANIFESTAÇÕES
Slam Resistência Rafael Carnevalli - YouTube	MANIFESTAÇÕES
Slide 1	COMPLEMENTARES
SNI barrou expurgos na USP, mostra comissão - Política - Estadão	DITADURA
Sniper, caçador e silencioso: o ex-Bope que comanda o Escritório do Crime - 29/04/2019 - UOL Notícias	INTERVENÇÃO MILITAR
Só mobilização popular pode reverter "colapso da democracia", diz cientista social - GGN	DEMOCRACIA
Sob ameaça, Comissão da Anistia sofre intervenção do governo Temer - Sul21	INTERVENÇÃO MILITAR

Sob gritos de 'mito', Bolsonaro anuncia general Mourão como vice - 05/08/2018 - Poder - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Sob o signo de 2013: Como o ano que ferveu em protestos continua afetando o Brasil - Junho de 2013	2013
https://jornalggn.com.br/analise/sobre-a-conjuntura-fascismos-e-golpes-por-elaine-tavares/	INTERVENÇÃO MILITAR
Sobre a greve dos caminhoneiros (por André Rosa) - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
SOBRE CALÚNIA E DIFAMAÇÃO, LEONEL RADDE MENTIU! - YouTube	COMPLEMENTARES
Sobre militares no Brasil A fala do professor Piero Leirner – Duplo Expresso	INTERVENÇÃO MILITAR
Sobre o Autoritarismo Brasileiro, por Fábio de Oliveira Ribeiro - GGN	CONSERVADORISMO
Sobre o Núcleo de Direitos Humanos da Unisinos e a pesquisa em direitos humanos : Núcleo de Direitos Humanos – Unisinos	DIREITOS HUMANOS
Sobre tucanos e gorilas: fascismo, autoritarismo, neoliberalismo e a frente de esquerda (por Jorge Branco) - Sul 21	GOLPE 2016
Sobrevivendo no inferno: o relato íntimo de três condenados que não pertenciam a facções – Agência Pública	COMPLEMENTARES
Sociedade civil denuncia na COP-25 escalada autoritária no Brasil - GGN	CONSERVADORISMO
Soldados do Araguaia contam sobre traumas e marginalização em filme - Sul 21	DITADURA
Solidariedade aos familiares dos desaparecidos da Guerrilha do Araguaia GGN	DITADURA
Somos muitos, podemos ser fortes - Le Monde Diplomatique	GOLPE 2016
SOPRO 96: A hipótese anarquista (Moysés Pinto Neto)	MANIFESTAÇÕES
SOS Brasil Soberano - Soberania em debate com Manuel Domingos Neto e Francisco Carlos Teixeira da Silva Facebook	COMPLEMENTARES
STF é cúmplice da impunidade dos assassinos de Vladimir Herzog	DITADURA
STF proibe condução coercitiva como prática de regime de exceção - Sul 21	COMPLEMENTARES
Sua tia não é fascista, ela está sendo manipulada, por Rafael Azzi GGN	CONSERVADORISMO
Subestimar o fascismo é um erro histórico - Sul 21	CONSERVADORISMO
Sucesso de Bolsonaro dá mais força ao crescimento global da extrema direita Brasil EL PAÍS Brasil	CONSERVADORISMO
SUL21 - Junho de 2013	2013
Superar a transformação da cidade em mercadoria em busca de justiça social Revista IHU Online #455	DIREITOS HUMANOS
Supremo divulga áudio de reunião entre Temer e empresário da JBS: Ouça - Sul21	GOLPE 2016
Supremo pode ser 'indutor' de violência, diz general da reserva - Política - Estadão	INTERVENÇÃO MILITAR
TABELAS GLO atualizada em MAR 20.xlsx	INTERVENÇÃO MILITAR
Taking tweets to the streets: A spatial analysis of the Vinegar Protests in Brazil Bastos First Monday	2013
Tasso Jereissati: 'Nosso grande erro foi ter entrado no governo Temer' - Política - Estadão	GOLPE 2016
TCC ESG - O papel das FFAA na atualidade.doc	INTERVENÇÃO MILITAR
Teimosos (por Maister F. da Silva) - Sul21	DITADURA
Telegrama da embaixada dos EUA confirma: Governo militar foi tão corrupto quanto o civil. Por Joaquim de Carvalho	DITADURA
Telegrama secreto dos EUA relata corrupção na ditadura militar - Jornal O Globo	DITADURA

Telegrama secreto dos EUA relata corrupção na ditadura militar. Documento de 1984 diz que escândalos abalaram a confiança da população no governo; por Leandro Loyola/O Globo Felipe Vieira	DITADURA
Tem bolsonarista querendo uma Noite dos Cristais	CONSERVADORISMO
Temer cria força-tarefa de 'inteligência' que pode se voltar contra a sociedade - Sul 21	GOLPE 2016
Temer Cria Força-Tarefa De "Inteligência" Que Pode Se Voltar Contra a Sociedade Brasil de Fato	GOLPE 2016
Temer cria força-tarefa de inteligência com assento permanente para militares Brasil EL PAÍS Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Temer cria força-tarefa de inteligência para reforçar combate ao crime organizado Política G1	GOLPE 2016
Temer dá a militares controle sobre áreas sensíveis do governo - 05/03/2018 - Poder - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Temer diz que povo se "regozijou" com "centralização do poder" em golpe de 64 - Notícias - Política	DITADURA
Temer é apoiado pelos militares = A carreta vai à frente dos bois, por Rogério Maestri GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Temer prepara o AI-1 do novo regime, por Luis Nassif GGN	GOLPE 2016
Temer sanciona Projeto de Lei que transfere julgamento de oficiais para Justiça Militar - Sul21	INTERVENÇÃO MILITAR
Temer silencia sobre fala de comandante do Exército; deputados criticam - 03/04/2018 - Poder - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Temer tenta reagir a cerco e diz que há infiltrados entre os caminhoneiros - 28/05/2018 - Mercado - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Temer usará Forças Armadas para conter greve dos caminhoneiros	INTERVENÇÃO MILITAR
Tempo & Argumento revista História UDESC (2013)	DITADURA
Tempos conservadores - estudos críticos sobre as direitas by Edições Gárgula - issuu	CONSERVADORISMO
Tempos de Escuridão (por Jorge Alberto Benitz) - Sul21	DITADURA
Terror, testimonio, y transmisión: sobrevivientes de centros clandestinos de detención en Argentina (1976-1983)	DITADURA
Terrorismo, Bozo, Lula e um sentimento de haver perdido nada, por Armando Coelho Neto - GGN	GOLPE 2016
The Brazilian Spring That Never Arrived - The Atlantic	2013
The Guardian lança documentário com esposa de Marielle, em meio à eleição de Bolsonaro GGN	CONSERVADORISMO
The Intercept é ameaçado pela Record de Edir Macedo GGN	CONSERVADORISMO
THE TRICONTINENTAL	INTERVENÇÃO MILITAR
Thread by @luppa_ufrgs: RELATIVISMO, REVISIONISMO, NEGACIONISMO: TRÊS POSTURAS DISTINTAS EM RELAÇÃO À HISTÓRIA Relativizar, revisar, negar implicam formas distintas...	MEMÓRIA
TJ derruba decisão que mandou Ustra pagar indenização à família de jornalista morto na ditadura São Paulo G1	DITADURA
TJ-SP julga recurso do coronel Ustra contra condenação por tortura e assassinato - Sul 21	DITADURA

To live in the 'people's house' [Morar na 'Casa do Povo'] (5a versao, 30min). VO PORT., SUBT.ENG. on Vimeo	2013
Todos os afetos de um país cronicamente inviável no documentário "Democracia em Vertigem" ~ Cinema Secreto: Cinegnose	DEMOCRACIA
Todos os afetos de um país cronicamente inviável no documentário "Democracia em Vertigem", por Wilson Ferreira - GGN	DEMOCRACIA
Toffoli diz que hoje prefere chamar golpe militar de 'movimento de 1964' - 01/10/2018 - Poder - Folha	DITADURA
Toffoli reage à fala de Guedes e diz que AI-5 é incompatível com a democracia - 26/11/2019 - Poder - Folha	DITADURA
tortura – Agência Pública	DITADURA
Tortura máxima UOL TAB	DITADURA
Tortura máxima UOL TAB	DITADURA
Tortura máxima UOL TAB	DITADURA
Tortura máxima UOL TAB	DITADURA
Tortura máxima UOL TAB	DITADURA
Tortura máxima UOL TAB	DITADURA
Tortura máxima UOL TAB	DITADURA
Tortura máxima UOL TAB	DITADURA
Tortura nunca mais? - GGN	DITADURA
Torturador vira primeiro réu da Justiça por crimes de estupro na ditadura - GGN	DITADURA
Totalitarismo e identidade nacional: o passado é agora - Le Monde Diplomatique	CONSERVADORISMO
Trajetória de Dilma Rousseff - Eleições - 2014 - Especial - Poder - Infograficos - Folha de S.Paulo	GOLPE 2016
Transição à ditadura – Blog da Boitempo	DITADURA
Três elementos para compreender as preferências políticas e o conservadorismo da classe média - Le Monde Diplomatique	CONSERVADORISMO
Três histórias sobre intervenção militar (por Ayrton Centeno) - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Três militares gaúchos vão a julgamento em Roma por crime de desaparecimento na ditadura GaúchaZH	DITADURA
Três reflexões sobre o momento do antifascismo brasileiro - Repórter Popular - O Povo Tem Voz	CONSERVADORISMO
TRF-3 mantém cassação de licença de médico que colaborou com a ditadura - GGN	DITADURA
Tribunal aceita denúncia do MPF contra sargento apontado como torturador na 'Casa da Morte' - Sul 21	DITADURA
Tribunal Determina Prisão Imediata De PM Que Matou Sem Terra No Rio Grande Do Sul Brasil de Fato	CONSERVADORISMO
Tribunal do Paraná condena estudantes que ocuparam escolas em 2016 - Sul 21	DIREITOS HUMANOS
Troca de socos, acusações e espionagem: disputa por protagonismo racha PSL no RS GaúchaZH	COMPLEMENTARES
Truco Pública	CONSERVADORISMO
TSE atende Bolsonaro e barra propaganda eleitoral do PT sobre tortura	DITADURA
TSE suspende propaganda do PT que mostra Bolsonaro elogiando Ustra - 20/10/2018 - Poder - Folha	DITADURA
Tucanaram a ditadura	DITADURA

Tudo que se refere à eleição de 2018 é sintoma da gravidade da crise política. Entrevista especial com Moyses Pinto Neto, Rodrigo Nunes e Caio Almendra - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	CONSERVADORISMO
Tudo tem um limite, e Bolsonaro ultrapassou, por Ivo Herzog - GGN	CONSERVADORISMO
Tuites de comandante do Exército são lidos no Jornal Nacional e militares saem em defesa de intervenção - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Tutela militar compromete a democracia brasileira e ainda é desafio para a esquerda - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
TV Brasil censura trecho de reportagem sobre prisões na ditadura - GGN	DITADURA
Tv Ternuma	INTERVENÇÃO MILITAR
TVE Bahia - Desde Junho trailer Facebook	2013
UFRGS terá curso de extensão sobre 'o golpe de 16 e a nova onda autoritária no Brasil' - Sul 21	GOLPE 2016
Último capítulo (por Diógenes Oliveira) « Sul21	GOLPE 2016
Um desacordo entre manifestantes e os convocantes dos protestos? Opinião EL PAÍS Brasil	CONSERVADORISMO
Um ditador fanfarrão e um exército de papel - Le Monde Diplomatique	INTERVENÇÃO MILITAR
Um documentário arrasador sobre o impeachment, Lula e a eleição de Bolsonaro, por Luis Nassif - GGN	GOLPE 2016
Um espião contra Eloísa Samy – Vigilância	INTERVENÇÃO MILITAR
Um flagrante (quase) perfeito – Vigilância	INTERVENÇÃO MILITAR
Um general contra a Rosa, por Fernando Horta GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Um infiltrado na Vila Autódromo – Vigilância	INTERVENÇÃO MILITAR
Um mergulho em Olavo de Carvalho, guru do bolsonarismo	CONSERVADORISMO
Um mês depois de acontecer, EUA já sabiam que atentado do Riocentro foi organizado pelos militares Mundo G1	DITADURA
Um olhar sobre a instável hegemonia da direita radical - Le Monde Diplomatique	CONSERVADORISMO
Um povo desmemoriado, por Fernando Horta - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Um povo desmemoriado, por Fernando Horta GGN	MEMÓRIA
Um roteiro para entender o golpe em curso no Brasil – Blog da Boitempo	GOLPE 2016
Um sistema em ruínas e a saída possível	CONSERVADORISMO
Um site e documentários completos para estudar a ditadura militar no Brasil Guia do Estudante	DITADURA
Uma 'nova' política precisa superar o “apego religioso” ao Estado, a “fetichização do progresso” e a “secundarização das questões ambientais”. Entrevista especial com João Paulo do Vale de Medeiros - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	CONSERVADORISMO
Uma carta ao futuro: Nova enciclopédia esmiúça papel da mídia no golpe - Sul 21	GOLPE 2016
Uma carta para Lula - Sul 21	GOLPE 2016
Uma caveira de burro no caminho de Bolsonaro - GGN	CONSERVADORISMO
Uma contribuição para o anti-Bolsonarismo (por Piero Leirner) - Sul 21	CONSERVADORISMO
Uma ditadura de novo tipo, por Marcio Sotelo Felipe GGN	DITADURA
Uma esquerda à altura da crise da República (por Tarso Genro) - Sul 21	GOLPE 2016
Uma prece por Ana Rosa Kucinski, que tem história resgatada em livro - Sul 21	DITADURA
Uma realidade entre o desanimo e a resistência, por Fábio de Oliveira Ribeiro GGN	GOLPE 2016

Uma solução, por Fernando Horta GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
UnB defende autonomia das universidades frente à censura — Rede Brasil Atual	CONSERVADORISMO
Unisinos acata recomendação do MP e evento político é suspenso - Blog do Ávila - Jornal NH	CONSERVADORISMO
Universal nas Forças Policiais, braço de Edir Macedo na segurança pública, diz ter atingido quase 1 milhão de soldados - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Universidades contribuíram com perseguição ideológica na ditadura militar GGN	DITADURA
Universidades de todo o país são alvo de ações policiais e da Justiça Eleitoral - 26/10/2018 - Cotidiano - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Urgente: os riscos da Força Tarefa de Inteligência, por Antonio Salvador GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Uruguai acaba com tribunal especial para militares e mexe em aposentadorias Internacional EL PAÍS Brasil	DITADURA
USP - Comissão da Verdade	DITADURA
USP denuncia maiores produtores de fake news: MBL lidera lista Brasil 24/7	CONSERVADORISMO
V SIMPOSIO DESIGUALDADES, DIREITOS E POLITICAS PUBLICAS / I CONFERENCIA RILESS-EMES	DIREITOS HUMANOS
v79n3a10.pdf	DIREITOS HUMANOS
Vai ter golpe?, por Julian Rodrigues - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Vala de Perus: o primeiro nome sai da caixa e do esquecimento - Sul 21	DITADURA
Vandalismo de Estado - Policiais Infiltrados Começam Violência nos Protestos do Rio #EagoraCabral? - YouTube	2013
Vanucchi defende alterações no PNDH-3	DIREITOS HUMANOS
Veja frases dos deputados durante a votação do impeachment - 17/04/2016 - Poder - Folha de S.Paulo	GOLPE 2016
Veja o que Bolsonaro já disse sobre coronavírus, de histeria e fantasia a neurose; assista vídeo - 18/03/2020 - Poder - Folha	CONSERVADORISMO
Verbas e divisões de Forças desafiam pasta da Defesa, que completa 20 anos - 09/06/2019 - Poder - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Verdade 12 528 - YouTube	DITADURA
Verdade e reparação para os jovens idealistas da APMIL assassinados pela ditadura brasileira, por Mariluce Moura - GGN	DITADURA
Versão revisada do Manual de Garantia da Lei e da Ordem é divulgada — Governo do Brasil	INTERVENÇÃO MILITAR
Viagens em Escravo	DIREITOS HUMANOS
Vice de Bolsonaro volta a criticar 13º e diz que com ele 'todos saímos prejudicados' - 02/10/2018 - Poder - Folha	CONSERVADORISMO
Vice de Bolsonaro, general Mourão sugere atropelar regras do jogo - 14/09/2018 - Bruno Boghossian - Folha	INTERVENÇÃO MILITAR
Vice de Bolsonaro, Mourão critica 13º salário e fala em reforma trabalhista 'séria' - 27/09/2018 - Poder - Folha	CONSERVADORISMO
Vice maçom e Bolsonaro compartilham antipetismo e admiração por Brilhante Ustra - 01/09/2018 - Poder - Folha	DITADURA
Vice-presidente Hamilton Mourão está em São Leopoldo para evento no 19º BIMtz - Região - Jornal VS	INTERVENÇÃO MILITAR

VÍDEO: "Cena de amor" entre soldado e guerrilheira em livro sobre Araguaia é estupro, diz ex-combatente	DITADURA
Vídeo: "Pelotão de caminhoneiros" se entrega em batalhão do Exército - Revista Fórum	INTERVENÇÃO MILITAR
VÍDEO: ato a favor de Bolsonaro e de intervenção militar termina com confusão em Porto Alegre GaúchaZH	INTERVENÇÃO MILITAR
VÍDEO: ato a favor de Bolsonaro e de intervenção militar termina com confusão em Porto Alegre GaúchaZH	INTERVENÇÃO MILITAR
VÍDEO: polícia divulga imagens da confusão entre integrantes do MBL e municipais - Notícias de política - Notícias de Porto Alegre e Rio Grande do Sul - ZH	MANIFESTAÇÕES
VÍDEO: PT usa depoimento de militante torturada por Ustra, ídolo de Bolsonaro, em propaganda	DITADURA
vigiados.pdf	INTERVENÇÃO MILITAR
Vigilância	INTERVENÇÃO MILITAR
Vigilância em números – Vigilância	INTERVENÇÃO MILITAR
Villas Bôas agradece Bolsonaro por quebrar "amarras ideológicas" e é congratulado por evitar golpe militar GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Villas Bôas: 'Ninguém tutela o Bolsonaro' - Política - Estadão	CONSERVADORISMO
Violência aumenta nas favelas durante intervenção no Rio - YouTube	INTERVENÇÃO MILITAR
Violência de fazendeiros gaúchos contra Lula tem origem secular, diz Stédile - Sul 21	COMPLEMENTARES
Violência e Barbárie – Marildo Menegat ensaios e textos libertários	INTERVENÇÃO MILITAR
Violência e Barbárie: as origens do bolsonarismo, por Marildo Menegat - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Violência policial: a linha tênue que nos separa do abismo (por Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo) - Sul 21	INTERVENÇÃO MILITAR
Vista do O PENSAMENTO POLÍTICO DOS MILITARES BRASILEIROS	INTERVENÇÃO MILITAR
Viúvas da ditadura - YouTube	DITADURA
Vivamos em um ambiente de fato democrático antes de Bolsonaro? - CartaCapital	CONSERVADORISMO
Vladimir Herzog: Quando a justiça tarda e é falha (por Jacques Távora Alfonsin) - Sul 21	DITADURA
Vladimir Safatle no Voz Ativa - YouTube	CONSERVADORISMO
Você atingiu o limite de 10 reportagens por mês	MEMÓRIA
Você pensa em resistir ao fim do 13º? Cuidado: Bolsonaro ameaça terminar com 'todos os ativismos'	CONSERVADORISMO
Volks divulga relatório sobre ditadura. Ex-funcionários decidem não ir - Sul21	DITADURA
Volkswagen admite laços com a ditadura militar, mas falha ao não detalhar participação, diz pesquisador Brasil EL PAÍS Brasil	DITADURA
VOLUME 1 - GOLPE revista e ampliada	GOLPE 2016
volume 2 - chumbo 2ª edição	DITADURA
Wallerstein, o sociólogo da descolonização - Outras Palavras	COMPLEMENTARES
Wallerstein: Esquerda e Direita no século XXI - Instituto Humanitas Unisinos - IHU	GOLPE 2016
Wanderley Guilherme dos Santos GGN	2013
WhatsApp, um fator de distorção que espalha mentiras e atordoia até o TSE Brasil EL PAÍS Brasil	CONSERVADORISMO

WhatsApp, uma arma eleitoral sem lei Tecnologia EL PAÍS Brasil	CONSERVADORISMO
World News - Um mês depois de acontecer, EUA já sabiam que atentado do Riocentro foi organizado.. - YouTube	DITADURA
Xadrez da Armada Bolsoleone*, por Luis Nassif GGN	CONSERVADORISMO
Xadrez da candidatura Lula-Haddad e os golpes possíveis, por Luis Nassif GGN	GOLPE 2016
Xadrez da escalada fascista, por Luis Nassif GGN	CONSERVADORISMO
Xadrez da escolha de Sofia, impeachment ou não impeachment, por Luis Nassif - GGN	GOLPE 2016
Xadrez da globalização e da financeirização GGN	COMPLEMENTARES
Xadrez da grande batalha civilizatória, por Luis Nassif GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Xadrez da marcha da insensatez, por Luis Nassif GGN	GOLPE 2016
Xadrez da segunda etapa do golpe político, por Luis Nassif GGN	GOLPE 2016
Xadrez da teoria conspiratória, para Sergio Fausto e Celso Rocha Barros GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Xadrez da teoria do choque e do capitalismo de desastre GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Xadrez da teoria que sustenta o golpe GGN	GOLPE 2016
Xadrez da última cartada da Globo, com Bolsonaro, por Luis Nassif GGN	CONSERVADORISMO
Xadrez da ultradireita e o pensamento militar brasileiro, por Luis Nassif - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Xadrez da volta das vivandeiras dos quartéis GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Xadrez de Bolsonaro, do Poder Militar e do pacto nacional, por Luis Nassif GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Xadrez de como os generais enquadraram o capitão, por Luis Nassif - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Xadrez de Lula e a esfinge: ou me decifra ou te devoro, por Luis Nassif - GGN	GOLPE 2016
Xadrez de Sérgio Etchgoyen, o comandante de fato do governo Temer, por Luis Nassif GGN	GOLPE 2016
Xadrez do desfecho final do caso Marielle e os Bolsonaros, por Luis Nassif - GGN	CONSERVADORISMO
Xadrez do fator militar, por Luis Nassif GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Xadrez do golpe derradeiro contra o estado de direito, por Luis Nassif GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Xadrez do governo Temer e o fator militar GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Xadrez do início do grande pacto em defesa da democracia, por Luis Nassif GGN	DEMOCRACIA
Xadrez do passsaralho dos tucanos, por Luis Nassif GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Xadrez do pós-Lula e o fator Ciro, por Luis Nassif GGN	GOLPE 2016
Xadrez do segundo nascimento do mito Lula GGN	GOLPE 2016
Xadrez dos 4 Ms: Moro, Mídia, Milícias e Ministros do STF, por Luis Nassif - GGN	INTERVENÇÃO MILITAR
Xadrez dos rumos do fascismo à brasileira, por Luis Nassif GGN	CONSERVADORISMO
YouTube	DITADURA
YouTube - campanha Bozo - memórias em disputa	MEMÓRIA
YouTube - Isabela Kalil GGN	CONSERVADORISMO
Entrevista com Lula Telesur - YouTube	GOLPE 2016